

ORGANIZADORES

Michelle dos Santos
Júlio Cesar Meira
Tiago de Jesus Vieira

FAZER HISTÓRIA EM SEUS MÚLTIPLOS CONTEXTOS E ESPACIALIDADES

experiências de pesquisas
contemporâneas sobre teoria e mídias

PPGHIS
PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA



ORGANIZADORES

Michelle dos Santos
Júlio Cesar Meira
Tiago de Jesus Vieira

FAZER HISTÓRIA EM SEUS MÚLTIPLOS CONTEXTOS E ESPACIALIDADES

experiências de pesquisas
contemporâneas sobre teoria e mídias

PPGHIS
PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

| São Paulo | 2022 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimário Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal de Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal de Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginiski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeio
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite

Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo

Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento

Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial	Patricia Bieging e Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Marketing digital	Lucas Andrius de Oliveira
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Peter Valmorbida e Potira Manoela de Moraes
Imagens da capa	Fabrikasimf, Kues1 - Freepik.com
Tipografias	Swiss 721, Gobold e Rockwell
Revisão	Michelle dos Santos Júlio Cesar Meira Tiago de Jesus Vieira
Organizador	Michelle dos Santos Júlio Cesar Meira Tiago de Jesus Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F287

Fazer história em seus múltiplos contextos e espacialidades: experiências de pesquisas contemporâneas sobre teoria e mídias / Organizadores Michelle dos Santos, Júlio Cesar Meira, Tiago de Jesus Vieira. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-483-8

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.94838

1. História. 2. Educação. 3. Cultura. I. Santos, Michelle dos (Organizadora). II. Meira, Júlio Cesar (Organizador). III. Vieira, Tiago de Jesus (Organizador). IV. Título.

CDD: 901

Índice para catálogo sistemático:

I. História

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

PIMENTA CULTURAL

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



SUMÁRIO

Apresentação..... 11

PARTE 1

Conceitos, Ideias e Teorias em seus Múltiplos Contextos e Espacialidades

Capítulo 1

Conceito de fronteira e seus

significados possíveis na História Social:

imaginário, política e poder 19

Júlio Cesar Meira

Capítulo 2

1930 na Historiografia Goiana:

Golpe ou Revolução? 35

Wander Oliveira Melo

Júlio Cesar Meira

Capítulo 3

A construção da juventude empreendedora:

uma crítica à vida governada pelo neoliberalismo 55

Carla L. C. Caetano

Leonardo Brandão

Capítulo 4

Aplicações da categoria de Lugar

Epistêmico nos campos da teoria

e história da historiografia..... 71

Ana Carolina Barbosa Pereira

Capítulo 5

A cauda do diabo:

a recepção de Gramsci em José Aricó 89

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

Capítulo 6

Maria Escolástica e Joaquina de Tal:

Corpos Negros, transgressores
e insubmissos em Goyaz - século XIX 110

Murilo Borges Silva

PARTE 2

**História, Linguagens
e Mídias em seus Múltiplos
Contextos e Espacialidades**

Capítulo 7

De Bandidos à “Heroes”:

consagração bandoleira sob
a perspectiva de Gustavo Barroso (1912 - 1931) 131

Vinícius Ferreira Ribeiro

Capítulo 8

Grande Sertão Veredas: atualizando

a epopeia na arte de narrar a guerra 150

Michelle dos Santos

Émile Cardoso Andrade

Lilian Monteiro de Castro

Capítulo 9

Uma história não oficial:

memórias da Guerra das Malvinas

em letras de *punk rock* e *hardcore* Argentino..... 173

Patrícia Figueiredo Aguiar

Tiago de Jesus Vieira

Capítulo 10

Ensino de história e leituras

sobre o passado em jogos eletrônicos:

a experiência em *Eugenics*

na discussão sobre eugenia e bioética..... 188

Andrey Minin Martin

Leonardo Dallacqua de Carvalho

Capítulo 11

Historiadores e vídeo-documentaristas

podem conversar? Diálogos,

interloquções e significações

em imagens sobre o Mundo Social 208

Tadeu Pereira dos Santos

Capítulo 12

O que é isso companheiro?

(1997) & Araguaia: a conspiração do silêncio (2004):

práticas, representações e memórias divergentes..... 229

Julierme Moraes

Sobre a organizadora e as organizadores 251

Sobre as autoras e os autores 252

Índice remissivo..... 255



APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto das ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). Recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior na 180ª reunião do CTC/ES - CAPES e aprovado pela Resolução nº 904/2018 do Conselho Superior Universitário, o referido Programa iniciou suas atividades em 21 de novembro de 2018, com sua primeira turma no 1º semestre de 2019. Com sede localizada na cidade de Morrinhos, sul de Goiás, é o único mestrado acadêmico em História do estado de Goiás oferecido fora de sua capital, Goiânia.

Ao contar com textos que transitam entre os objetos de estudo da linha de pesquisa “Cultura e relações de poder”, a presente obra “Fazer História em seus múltiplos contextos e espacialidades: experiências de pesquisas contemporâneas sobre teoria e mídias” tem a premissa de explorar a polissemia das abordagens concernentes aos campos da História, de modo a analisar distintos lugares e objetos de investigação. Nessa perspectiva, os capítulos aqui compilados foram alocados sob dois grupos de convergência que, em certa medida, elucidam pontos de afinidades entre as pesquisas apresentadas.

Desta forma, a primeira parte do livro, intitulada “**Conceitos, ideias e teorias em seus múltiplos contextos e espacialidades**”, é formada por seis estudos históricos que cobrem reflexões muito diferentes entre si, a partir de premissas conceituais e ideias que vão de lugar epistêmico a corpos de mulheres negras, passando também por fronteira, Golpe e Revolução, recepção dos escritos de Gramsci e neoliberalismo. Para os leitores interessados nessas travessias, novas hipóteses e discussões sobre como fazer história descortinar-se-ão a

cada capítulo, tanto para aqueles interessados em fundamentos teórico-metodológicos e historiográficos mais gerais quanto para aqueles que almejam se aprofundar nas temáticas específicas em questão.

O capítulo intitulado “**Conceito de Fronteira e seus significados possíveis na História Social: Imaginário, Política e Poder**”, de autoria do professor Júlio Cesar Meira, analisa o termo Fronteira, ao abordar as diversas possibilidades de seus significados em diálogo com José de Souza Martins, no que se refere às suas possibilidades polissêmicas. Aqui, a aproximação metodológica se dá a partir da perspectiva conceitual do campo analítico dos conceitos de Representações Sociais e Imaginário, seguindo as formulações propostas por Bronislaw Baczko e Cornelius Castoriadis.

No texto sob título “**1930 na Historiografia goiana: Golpe ou Revolução?**”, escrito por Wander Oliveira Melo e Júlio Cesar Meira, estes se propõem a analisar as mudanças na interpretação dos acontecimentos ocorridos em 1930, ano em que Getúlio Vargas chegou ao poder no Brasil. Na leitura dos autores, as interpretações iniciais – escritas sob o calor dos acontecimentos ou logo após estes – entenderam se tratar de uma Revolução, termo que se tornou recorrente na historiografia nacional. Mas, a partir da década de 1960, tal entendimento passou a ser problematizado, já que uma relevante quantidade de autores preferia o uso do termo Golpe para se referir a estes acontecimentos. Em comparação, os autores do capítulo constatarem que, na historiografia goiana, mesmo décadas após estes acontecimentos, o conceito de Revolução foi o que permaneceu como chave interpretativa, tanto em nível nacional quanto regional.

Em “**A construção da juventude empreendedora: uma crítica à vida governada pelo neoliberalismo**”, Carla Caetano e Leonardo Brandão, ambos da Universidade de Blumenau, procuram refletir de maneira teórica e crítica sobre os dispositivos que, no capitalismo neoliberal, capturam uma parcela considerável da juventude, sobretudo aquela pertencente às classes média e alta, de forma a produzi-la

como um corpo político vinculado à ideia de empreendedorismo de si. Tais dispositivos exploram de maneira sofisticada a juventude e os modos de captura desse corpo político em função de um modo de vida, construído e fundado por um *ethos* neoliberal. Para tal, os autores estabelecem um diálogo com pensadores como Byung-Chul Han, Michel Foucault e Giorgio Agamben, debatendo os mecanismos que fundamentam e transformam o modo de pensar e agir destes sujeitos.

Ana Carolina Barbosa Pereira propõe um texto centrado na operacionalidade da categoria lugar epistêmico, já desenvolvida pela autora em artigo anterior, sob título **“Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História”**, publicado em 2018 na Revista Tempo e Argumento (v. 10, n. 24). A referida “aplicação” na teoria da história e na história da historiografia – campos de atuação da professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – pode apresentar quatro formas críticas interdependentes, quais sejam: ao cânone, ao universalismo, à dicotomia sujeito-objeto e à pretensão, mais ou menos explícita, da existência de sujeitos não marcados, seja por serem privilegiados, em razão de ocuparem posição hegemônica, seja por não serem etnografados, em decorrência de não se reconhecerem no lugar do “outro”, do “subalterno”. O capítulo se mostra fundamental por pensar honesta e eticamente – a partir de paradigmas anticoloniais como “privilégio epistêmico” (GROSFOGUEL, 2016) e “desigualdade da ignorância” (*inequality of ignorance*) (CHAKRABARTY, 2000) – as assimetrias de raça, gênero e sexualidade e, principalmente, os meandros das ofensivas anticoloniais, com alguns exemplos da França e do Brasil entre os anos de 2018 e 2019.

No capítulo intitulado **“A Cauda do Diabo: A Recepção de Gramsci em José Aricó”**, Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira, professor da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU), debruça-se – como parte de sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – sobre as leituras de *Antonio Gramsci* realizadas entre os anos de 1950

e 1980 pelo intelectual argentino José Aricó. Assim, acaba por lançar luz sobre: a cultura política comunista da Argentina, as disputas em torno do marxismo no seio das esquerdas, o viés soviético presente no PCA (Partido Comunista Argentino) e o guevarismo candente na América Latina desde a Revolução Cubana ocorrida em 1959. Tais leituras expressam tanto a tensão entre a urgência revolucionária e as disputas pela hegemonia quanto aquela existente entre democracia e revolução. Haja vista que nos últimos anos tornou-se notório o avanço de movimentos de extrema direita na América Latina e no mundo, o crescimento do autoritarismo, da intolerância, bem como o retrocesso nos direitos dos trabalhadores, é urgente e inspirador ler Gramsci pelas lentes de Aricó, tal qual ler o marxista argentino – pouco conhecido no Brasil – pela ótica de Oliveira, vislumbrando suas histórias alternativas, seus futuros imaginados e a renovação do movimento socialista.

De maneira a encerrar a primeira parte da obra, Murilo Borges Silva, docente da Universidade Federal de Jataí (UFJ), redigiu o capítulo intitulado “**Maria Escolástica e Joaquina de Tal: corpos negros, transgressores e insubmissos em Goyaz – século XIX**”, que problematiza a forma como, no século XIX, processos jurídico-policiais – tais como queixa-crime, sumário de culpa e processo por quebra de termo de bem viver – construíram imagens de mulheres negras em Goiás, identificando a pertinência de práticas e de discursos interessados em nomear, classificar e hierarquizar a sociedade, ao fabricar identidades e diferenças que são conformadas aos corpos e comportamentos dos sujeitos. Esse processo se encontra sublinhado por marcadores sociais de gênero, raça e classe/condição social, o que indica a construção de mecanismos de controle, regulação e identificação desses corpos.

*Já na segunda parte do livro, também composta por seis capítulos, sob o título “**História, linguagens e mídias em seus múltiplos contextos e espacialidades**”, o foco foi direcionado para investigações que, a partir das problemáticas da História, interpelaram diferentes mídias, tais como literatura, música, jogos eletrônicos e cinema.*

Desta forma, **“De bandidos a “heroes”: consagração bando-leira sob a perspectiva de Gustavo Barroso (1912-1931)”**, redigido por Vinícius Ferreira Ribeiro, é parte de sua pesquisa acerca das matrizes interpretativas do cangaço como uma forma de banditismo social, sendo a perspectiva de Gustavo Barroso uma das possíveis vertentes de análise. Metodologicamente, Ribeiro analisa três obras de Barroso, publicadas em 1912, 1917 e 1931, de modo a apontar as diferenças interpretativas entre elas, mas mantendo a perspectiva social da leitura do autor, identificando as condições de seu surgimento enquanto fenômeno histórico.

O texto “Grande sertão: veredas, atualizando a epopeia na arte de narrar a guerra”, assinado pelas professoras Michelle dos Santos (PPGHIS/UEG), Émile Cardoso Andrade (*POS/UEG*) e Lilian Monteiro de Castro (SEEDF/UnB), elege como fonte de análise o inesgotável clássico de Guimarães Rosa, “Grande sertão: veredas”, em diálogo profícuo com “Ilíada”, outro cânone reconhecido, de autoria de Homero. O texto faz isso, por exemplo, ao aproximar as duas obras pela pormenorização e pela memória, bem como pela análise de “cenas” – ou melhor, de “planos” – que as compõem. Assim, trata-se de um capítulo que agradará amantes tanto da epopeia homérica quanto da imaginação literária e cinematográfica.

Em **“Uma História não oficial: memórias da Guerra das Malvinas em letras de punk rock e hardcore argentino”**, Patrícia Figueiredo Aguiar e Tiago de Jesus Vieira estabelecem uma reflexão de como a ditadura e, especialmente, a Guerra das Malvinas, foram representadas pelas bandas de punk rock e hardcore argentino. O texto tem com foco analítico compreender o modo como o medo e a angústia foram problematizados nas letras dessas bandas, bem como a ausência de pertencimento e impacto sobre os sobreviventes, que são aspectos que também aparecem nessas canções.

Os professores Andrey Minin Martin, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e Leonardo Dallacqua de Carvalho, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), contribuíram com o capítulo **“Ensino de história e leituras sobre o passado em jogos eletrônicos: a experiência em Eugenics na discussão sobre eugenia e bioética”**, no qual abordam as relações entre o ensino de história e a construção do debate histórico a partir de experiências com jogos eletrônicos. Ao explorarem, assim, a centralidade destas mídias como fonte histórica, para além dos espaços escolares, os autores destacam que o crescimento desta indústria e o seu impacto na sociedade contemporânea proporcionam observar um lócus de representações sobre o passado. Logo, tendo como guisa de análise a temática sobre eugenia e bioética a partir do jogo eletrônico Eugenics, os autores buscam contribuir para o debate em sala de aula a partir de um *game* como fonte histórica.

O texto redigido por Tadeu Pereira dos Santos, professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), intitulado **“Historiadores e videodocumentaristas podem conversar? Diálogos, interlocuções e significações em imagens sobre o Mundo Social”**, problematiza os caminhos teórico-metodológicos que concebem sentidos ao videodocumentário, com o intuito de elucidar as interlocuções entre os pesquisadores da área das Ciências Humanas e os produtores do videodocumentário. Ao partir da área da crítica documental, o autor ressalta que, na contemporaneidade, essa linguagem tem sido suporte da produção de memórias por parte de grupos sociais que ao longo do processo histórico foram marginalizados. Trata-se de uma abordagem que enuncia o fazer de uma linguagem, apropriada por diversos campos do saber, oportunizando uma pluralidade de usos, bem como de abusos, já que, além de ser especificado pela sintetização temporal, também tangencia o campo do real e do ficcional, estabelecendo, portanto, ora relações dicotômicas, ora aproximações e distanciamentos.

Ao fechar a obra, o capítulo **“O que é isso, Companheiro? (1997) & Araguaia: a conspiração do silêncio (2004): práticas, representações e memórias divergentes”**, de autoria de Julierme Moraes, aborda a maneira pela qual alguns aspectos da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foram representados nos filmes “O que é isso, Companheiro?” (1997, de direção de Bruno Barreto) e “Araguaia: a conspiração do silêncio” (2004, de direção de Ronaldo Duque). Ao alicerçar sua investigação nos conceitos de práticas e representações, este capítulo tece notas sobre as referidas películas ao problematizar suas historicidades, bem como sobre alguns aspectos que geraram representações conflitantes, abrindo lastro para o surgimento de memórias divergentes atinentes ao processo histórico em voga.

Assim, encerramos essa apresentação agradecendo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por intermédio do Programa de Apoio à Pós-Graduação, auxílio 1056/2020, permitiu a materialização desse trabalho que, esperamos, possa contribuir e inspirar pesquisadores(as) de todo o país. Desejamos uma excelente leitura a todxs!



Parte

**CONCEITOS, IDEIAS
E TEORIAS EM SEUS MÚLTIPLOS
CONTEXTOS E ESPACIALIDADES**

1

Júlio Cesar Meira

CONCEITO DE FRONTEIRA E SEUS SIGNIFICADOS POSSÍVEIS NA HISTÓRIA SOCIAL: imaginário, política e poder

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.1](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.1)

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar as diversas possibilidades de significado do termo Fronteira. Nossa análise parte da compreensão de que as significações são construídas a partir das diversas representações do lugar social do sujeito, do seu “estar no mundo”, o que impacta constantemente o imaginário. Dessa perspectiva partimos da premissa de que o termo Fronteiras é polissêmico, cujos significados são construídos historicamente.

Considerando-se os diversos estudos acerca do termo fronteira, percebe-se que essa discussão tem sido travada pela academia a partir dos seus múltiplos significados, na medida em que, cada vez mais, o seu significado, prático e simbólico, ultrapassa em muito somente a delimitação de lugares no espaço geográfico, extrapola significativamente a simples construção de linhas de separação entre países.

Principalmente durante a década de 1990 e início do século XXI a discussão sobre o termo fronteira adquiriu uma maior relevância, isso ocorreu com a desconstrução definitivamente ou problematização dos parâmetros e marcos demarcatórios por conta da alteração na configuração geográfica social e econômica do mundo e do Brasil.

Ao abordar esse estudo, serão evidenciadas as noções de fronteira, pois a mesma estabelece um recorte analítico e espacial de distintos significados, sendo eles geográficos, econômicos e sociais. Mesmo na perspectiva geográfica, a fronteira é um fenômeno da vida social que indica a margem do mundo habitado, pois de acordo com o desenvolvimento dos padrões de civilização as fronteiras se tornam lugares de comunicação e interdição, adquirindo caráter político e social. Sob muitos aspectos, o sentido de fronteira não significa propriamente o fim de limites entre áreas distintas, mas sim o começo dos lugares que tendem a se expandir.

Josep Fontana (2004) propôs o enfrentamento e posterior superação de um modelo de desenvolvimento histórico baseado no “velho esquema tradicional que apresenta uma fábula de progresso universal em termos eurocêntricos” (FONTANA, 2004, p. 439). De certa forma, a crítica do autor leva-nos a entender que o mesmo modelo historiográfico tradicional, ao demarcar geograficamente as áreas de progresso social – leia-se Europa Ocidental e Estados Unidos – separando, pela perspectiva do progresso social e econômico, centro e periferia, contribui para a manutenção da exclusão social da maioria das populações mundiais.

FRONTEIRAS NACIONAIS EM UM MUNDO GLOBALIZADO

O geógrafo Milton Santos (1988), ao refletir a respeito da ação do homem na natureza e as determinações no curso de suas ações que, ao mesmo tempo, modifica-a continuamente, produziu um texto de elevado grau de poesia. De acordo com ele,

A presença do homem na face da Terra muda o sistema do mundo. Torna-se, o homem, centro da Terra, do Universo, imprimindo-lhe uma nova realidade com sua simples presença. O homem é um dado da valorização dos elementos naturais, físicos, porque é capaz de ação. Usa suas forças intelectuais e físicas contra um conjunto de objetos naturais que seleciona como indispensável para se manter enquanto grupo. Assim, o homem é sujeito, enquanto a terra é objeto. É em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado (SANTOS, 1988, p. 26).

Santos está se referindo, como o próprio texto demonstra explicitamente, à relação do homem – no coletivo singular, portanto enquanto espécie – com a natureza, com o espaço natural. Já em

relação aos homens – no plural, portanto como representativos dos diversos grupos sociais nos quais se dividiu –, o geógrafo entende que as ações se dão também entre si e em relação aos demais grupos humanos. Dentre essas ações, a demarcação espacial. Para Milton Santos, o homem social é o homem que se distingue pelo lugar, portanto, que demarca seu espaço geográfico. Ou, como afirma, “O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço” (SANTOS, 1988, p. 10).

Essa modalidade de se entender as sociedades humanas a partir do seu espaço geográfico leva em conta as relações¹ e inter-relações estabelecidas, no seu interior e com as demais sociedades. Dito de outra forma, das fronteiras geográficas construídas.

Não se pretende neste curto estudo realizar uma análise aprofundada da forma como as fronteiras geográficas são constituídas, principalmente por se entender que tal empreitada pode ser realizada com muito mais competência pela Geografia, como de fato já foi e continua sendo feita. Interessa-nos, neste caso, refletir brevemente como, no estudo do termo fronteira, a primeira possibilidade de definição passa obviamente pela definição da ocupação e demarcação do espaço geográfico feitas desde sempre, de diversas formas, pelas sociedades humanas.

Mas mesmo essa ocupação e demarcação não é estática ou definitiva, bem ao contrário. O próprio Milton Santos, ao estudar a construção de fronteiras geográficas no espaço relacional, alerta para

1 Milton Santos (1988), ao analisar os significados possíveis de espaço, não necessariamente o ‘espaço geográfico’, divide-os em três categorias. A primeira leva em conta o espaço como “coisa em si”; a segunda entende o espaço a partir da localização relativa dos objetos, das distâncias entre eles; a terceira categoria é chamada de “espaço relacional”, e se percebe como conteúdo humano, da ocupação humana. Quando pensamos em fronteiras geográficas, nos referimos à essa última categoria de ocupação do espaço, como definida por Milton Santos.

o fato de que “As fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político” (SANTOS, 2006, p. 179). Essa natureza múltipla das fronteiras geográficas aponta para a dinâmica histórica e social de sua construção e manutenção.

Ao se estudar o termo fronteira do ponto de vista da demarcação geográfica, percebe-se que o mesmo vem sendo constantemente resignificado na atualidade, de acordo com as mudanças globais cada vez mais rápidas. Um dos resultados é que é possível observar essa dinâmica através da reconfiguração dos limites demarcatórios dos países e suas diversas reconfigurações numa periodicidade cada vez mais veloz. Quanto a isso, recorreremos a dois exemplos.

Poucas vezes na história humana a configuração territorial dos Estados Nacionais foi tão rápida e radicalmente modificada quanto ao longo do século XX e início do século XXI, devido principalmente, a três fatores.

O primeiro refere-se às guerras e conflitos de proporções universais, que marcaram o século XX. O segundo aos conflitos étnicos que varreram boa parte do mundo após as grandes guerras e após a Guerra Fria, dando origem a novos países oriundos dos projetos colonizatórios, principalmente na África e Ásia, tendo seu clímax nas décadas de 1960 e 1970.

O terceiro fator na verdade dividido em três etapas, deve suas modificações e reconfigurações aos projetos revolucionários da União Soviética (URSS).

A primeira etapa refere-se à própria Revolução Russa, fazendo com que, na década de 1920, a partir da ideia de universalização da revolução, vários territórios tivessem sido anexados, dando origem à URSS.

A segunda etapa refere-se ao percurso do Exército Vermelho durante a Segunda Guerra Mundial; quase todos os países e territórios

por onde passou o exército vermelho soviético em sua trajetória rumo à Alemanha, foram anexados à URSS ou alguns de seus aliados, inclusive a parte leste da Alemanha.

A terceira etapa refere-se ao desmantelamento da própria URSS e alguns aliados, como o caso da antiga Iugoslávia, fracionando o território em vários Estados, que se configuraram e reconfiguraram ao longo da década de 1990, muitas vezes à custa de sangrentos conflitos nacionalistas e étnicos.

Em meados da década de 1990 o historiador Eric Hobsbawm visitou um desses países, a Hungria, e ministrou a aula inaugural na Universidade da Europa Central em Budapeste. Em sua fala o palestrante aludiu à experiência singular dos ouvintes, alunos e professores, cidadãos de um Estado cuja configuração política e geográfica esteve em disputa nos anos anteriores. Para Hobsbawm (1998) tal situação encontra similaridade nas experiências do europeu típico do período entreguerras, quando os conflitos fizeram com que fronteiras e nacionalidades fossem alteradas rapidamente, ao sabor dos ventos das guerras, tornando o presente e o futuro e, porque não, também o passado, carregado de incertezas.

Sua fala é ilustrativa dessa condição:

Durante toda a minha vida, cada país na área da Europa a que vocês pertencem foi assolado pela guerra, foi conquistado, ocupado, libertado e reocupado. Cada Estado dessa área possui uma forma diferente da que possuía quando nasci. Apenas seis dos 23 Estados que agora preenchem o mapa entre Trieste e os Urais existiam no momento em que nasci, ou teriam existido se não tivessem sido ocupados por algum exército: Rússia, Romênia, Bulgária, Albânia, Grécia e Turquia, pois nem a Áustria pós-1918, nem a Hungria pós-1918, são realmente comparáveis à Hungria e à Cisleitânia dos Habsburgo. Vários deles passaram a existir depois da Primeira Guerra Mundial, e ainda outros depois de 1989 (HOBSBAWM, 1998, p. 14).

Por conta disso, ele pôde concluir que é “[...] perfeitamente comum para o morador mais velho de uma cidade da Europa central ter tido, sucessivamente, documentos de identidade de três Estados” (HOBSBAWM, 1998, p. 14).

Portanto, observa-se que as populações mudavam de nacionalidade de acordo com as mudanças políticas. Ao serem incorporadas as novas repúblicas soviéticas, muitas vezes tinham seus próprios limites alterados, pois com essas mudanças incorporavam em um mesmo espaço geográfico, povos e nações diferentes. E de acordo com a orientação política, novos países surgiram e foram modificados até a configuração atual.

O segundo exemplo a contribuir para a reflexão sobre as ressignificações na concepção de fronteira do ponto de vista geográfico é o fenômeno da Globalização. Júlio Cesar Meira (2009) resume de maneira bastante didática o significado do termo Globalização, relacionando-o aos instrumentos que a tornaram possível. De acordo com o autor,

Conceitualmente, a Globalização é o processo de diminuição das distâncias do mundo atual, possibilitado pelo desenvolvimento das comunicações e dos transportes, ampliando o raio de alcance de pessoas e empresas que passam a interagir num mundo tornado verdadeira “aldeia global” (MEIRA, 2009, p. 294).

A Globalização é um fenômeno que relativiza a importância das próprias fronteiras nacionais, e no processo, muitas vezes, a própria soberania dos Estados-Nações em estabelecer, e proteger, seus limites geográficos, tendo em vista ser a Globalização atual fruto das iniciativas particulares de instituições e companhias comerciais, industriais e financeiras transnacionais. Neste sentido a “Aldeia Global” significa um mundo onde a população não teria fronteiras, pois as Economias-Mundo ultrapassam as fronteiras geográficas, culturais e políticas, mesmo em regimes políticos diferentes.

Vários pensadores têm contribuído para a compreensão do momento atual da Globalização, alertando-nos para seus efeitos principalmente no campo da cultura. Um desses é o antropólogo argentino Néstor García Canclini. Analisando a relação entre cultura, economia e a Globalização, Canclini (2003) é adepto da teoria de que, com a internacionalização da economia, relativizando as fronteiras geográficas de cada sociedade, ao mesmo tempo os limites soberanos de cada nação se abrem para incorporar bens culturais e simbólicos de outras.

Desse ponto de vista, sob os auspícios da Globalização, acontece o intercâmbio de atividades econômicas e culturais dispersas, ou seja, serviços diferentes determinados por um único sistema, no qual o formidável seria a agilidade que os mesmos percorrem o mundo, e não as posições geográficas que estão sendo utilizadas.

Nesse contexto, Canclini defende a tese de que a proximidade que os instrumentos da Globalização promovem faz com que as fronteiras, demarcações territoriais e geográficas, tornadas símbolos de soberania desde a emergência dos Estados Nacionais contemporâneos, sejam superadas, assim como as fronteiras culturais, políticas e ideológicas, ou seja, o que nos torna diferentes, garantindo que as características ou modo de vida próprios de cada povo fossem relativizados. De forma mais simples, fronteiras reais ou limites geográficos foram relativizados.

AS FRONTEIRAS E AS “CERCAS” SOCIAIS: DE ENCONTROS E DESENCONTROS

Na discussão a respeito do significado do termo fronteira, uma grande contribuição foi dada por José de Souza Martins. Sociólogo de formação, que muito contribuiu para os estudos sobre os processos de ocupação do solo, Martins foi um dos primeiros no Brasil a apontar para os aspectos múltiplos do significado da fronteira.

Em primeiro lugar, Martins (2009) aponta para a fronteira como espaço de disputas, principalmente, em sua obra *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* (2009), em que analisa as fronteiras interiores do Brasil, abordando os limites que nos separam de nós mesmos, observando que a fronteira é o espaço próprio do encontro de sociedades e culturas diferentes entre si, sendo também o lugar do começo da indefinição e do conflito.

Em segundo lugar, Martins (2009) atribui à fronteira um conteúdo social simbólico. Para o autor, a fronteira é a demarcação entre duas partes distintas, representando muito mais do que uma mera separação e união dos pontos diversos. As fronteiras de acordo com o autor dividem qualquer coisa, desde classes sociais e econômicas até mesmo cidades e países. Na elaboração e demarcação das fronteiras é possível observar como são formadas as sociedades, como elas se organizam, se desorganizam e se reproduzem, sendo possível observar as práticas sociais e a constituição social das sociedades.

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira de culturas, e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira de história e da historicidade do homem (MARTINS, 2009, 11).

Portanto fica evidenciado, que a fronteira não se resume exclusivamente em fronteiras geográficas, pois a fronteira representa diversas coisas, dentre elas a diversidade cultural e social, e também o local onde o humano é degradado, sendo possível, desse modo, viabilizar a existência de quem oprime, domina e explora o humano.

A discussão de Martins (2009) a respeito do conceito de fronteira é embasada com a própria experiência do autor enquanto pesquisador.

Buscando compreender as configurações e reconfigurações das relações sociais e políticas dos vários sujeitos sociais pouco vi-

síveis nas narrativas historiográficas, relações estas que continuam a reproduzir situações de violência e barbárie, o autor realizou pesquisas com missionários, colonos e diferentes grupos sociais como: posseiros, indígenas, garimpeiros, em distintas ocasiões e em diferentes pontos da região amazônica, sendo essas pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos trinta anos.

Essas experiências de pesquisa e convivência com os sujeitos analisados foram a matéria prima dos diversos textos e artigos de José de Souza Martins reunidos no livro “Fronteiras”. Entre os vários textos, destaca-se “A captura do outro: o rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil”. Estrategicamente colocado como o primeiro capítulo do livro, tem como foco os efeitos das frentes de expansão sobre territórios indígenas, analisando, a partir da documentação e da vivência pessoal, três tipos de rapto ou captura.

O primeiro tipo de rapto é o praticado pelos próprios indígenas de grupos e tribos rivais, cujas vítimas são, principalmente, mulheres e crianças.

O segundo tipo é o rapto de indígenas pelos ditos “civilizados”, que Martins aborda como uma espécie de extermínio, ou seja, uma genocida limpeza das áreas desejadas para a abertura de novas fazendas, destacando que, neste caso, nunca houve uma inclusão dos raptados à estrutura das relações sociais, pois as mulheres eram mantidas à margem como prostitutas e os homens submetidos à espécie de servidão.

O terceiro tipo de rapto ou captura abordado por Martins é a dos “civilizados” raptados pelos indígenas, onde nesse caso os raptados são incorporados à estrutura social dos raptadores, embora sempre na condição de estrangeiro.

A interpretação de Martins (2009), que é o que nos interessa neste texto, é que o rapto é a demonstração do desencontro entre o eu e o outro, representando a fronteira étnica e o destino, evidenciando dessa forma que o raptor e o raptado se desconhecem e destacando que, na recusa do outro, efetiva-se a recusa trágica da alteridade, ou seja, os raptos poderiam ser pensados como resultados de desencontros culturais desencadeando diversos modelos de “colonização”.

Essa recusa da aceitação do outro e a consequente marginalidade social proveniente dessa não-relação pode ser percebida, como exemplo, na narrativa que Martins faz sobre a experiência de Helena Valero. Raptada ainda na infância pelos Yanoama, Valero foi incorporada ao novo grupo social, tendo tido filhos de diversos homens Yanoama. Não que isso tivesse significado que ela fora incluída plenamente à sociedade Yanoama.

Na realidade, nos conta Martins, Helena recebeu o nome de Napanhuma, ou seja, um não-nome, já que significava simplesmente “a estrangeira”, e como tal era tratada. Após passar cerca de vinte anos com os indígenas, Helena Valero conseguiu fugir, mas ao voltar à sociedade “civilizada” ela foi tratada entre os brancos como não branca. Uma dupla fronteira social e étnica havia sido demarcada ao redor de Helena; não pertencia agora a algum grupo social, sendo excluída das duas sociedades em que havia vivido.

A pesquisa possibilita a Martins perceber, a respeito da experiência de Helena e demais vítimas dos raptos estudadas por ele, que, do ponto de vista das demarcações ou “cercas” sociais, a fronteira se configura enquanto metáfora, expressando uma alteridade problemática, ou seja, um não reconhecimento do outro como igual no sentido humano.

Para chegar a essa percepção, Martins desfaz-se de dois filtros recorrentes nas pesquisas de antropólogos e sociólogos, também fre-

quentes nos estudos históricos, quando da abordagem da alteridade em situações extremas de choques culturais.

O primeiro filtro deriva de uma visão vitimadora do indígena, ao mesmo tempo em que estabelece seu papel social como ser passivo e passível de “civilizar-se”. Josep Fontana (2005), ao discutir a formação da “Identidade do Europeu” contemporâneo, obviamente baseando-se na premissa de que essa construção é essencialmente imaginária, demonstra como a ideia de selvagem foi construída em oposição ao que significava ser europeu, ainda durante a Idade Média, consolidando-se na época moderna.

Atribuindo-se a si mesmos um lugar elevado na escala de desenvolvimento social, destinavam ao outro (o não europeu) um papel social menor, impingindo-lhes as designações de selvagens e primitivos. Stern (1995) chama essa representação do indígena de “visão maniqueísta”, derivada de uma concepção romântica da história, ao relacionar selvagem e primitivo com inocência e integração perfeita com a natureza. Derivada dessa visão, a ideia de vitimização dos indígenas se constrói, uma vez que, inocentes, não podem se contrapor à selvageria dos brancos civilizados.

O segundo filtro é uma conseqüente derivação do primeiro. Ao se estabelecer o papel de vítima ao indígena, ele deve então se tornar vítima das ações e desmandos de alguém, neste caso, do homem branco, civilizado. Se por um lado atribui o papel de opressor, por outro, possibilita opor o de civilizador, na medida em que a opressão e os desmandos se dão em nome de um objetivo maior.

José de Souza Martins (2009) escapa desses dois filtros, na prática armadilhas carregadas de componentes moralistas. Desse modo, pode-se entender que, por mais difíceis que possam ser, os raptos não podem ser vistos como delinquência, mas como componente de definição de situação social da fronteira.

Apesar de elogiar o trabalho dos etnólogos, pela constatação com a qual ele concorda, de que a fronteira é o lugar social de confrontos, conflitos, barbáries e desencontros, Martins discorda muitas vezes do conteúdo moralista de suas conclusões. A fronteira, conforme o autor, está longe de ser um território novo e de inserção.

FRONTEIRAS IMAGINÁRIAS: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

A definição do termo fronteira, conforme elaborada por Martins (2009), é carregada de componentes simbólicos, portanto deve ser pensada como representações sociais presentes no imaginário dos grupos humanos e sociedades. As fronteiras, mais do que sua presença física, ou como conteúdo simbólico a demarcar lugares sociais, são construídas historicamente como uma representação, fazendo parte do imaginário, sendo constatada através das imagens criadas entre e em determinada época, na qual a sociedade expressa suas intenções, bem como lutas pelo seu lugar, sendo ele geográfico, ou no contexto histórico.

Cornelius Castoriadis (1995) pensa o imaginário como invenção. De acordo com ele, “[...] falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa ‘inventada’ que se trate de uma invenção ‘absoluta’ (‘uma história imaginada em todas as partes’)” (CASTORIADIS, 1995, p. 154). Nessa perspectiva, o imaginário estaria descolado do real, como ficção. Baczko (1985) não compactua com a visão de Castoriadis. De acordo com ele, a interpretação de Castoriadis, que ele critica, faz parte de uma “tendência para reduzir o imaginário a um real deformado” (BACZKO, 1985, p. 297).

Longe de relacionar o imaginário apenas ao uso da imaginação, portanto como componente descolado do real, Baczko entende-o como carregado de valores simbólicos. Ecoando Michelet, “Define o imaginário como sendo o lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes, mas também como o lugar de lutas e conflitos entre o povo dominado e as forças que o oprimem” (BACZKO, 1985, p. 303).

Portanto, seguindo o ponto de vista de Baczko, entende-se o imaginário social como o conjunto de representações dos sujeitos sobre si mesmos, não somente visuais, mas também verbais e mentais produzidas pela sociedade. O imaginário seria então uma identidade social elaborado por um grupo, sendo formulada como uma espécie de controle da coletividade, adequando, desta forma, à vida em sociedade e a forma de legitimação da disputa pelo poder.

As fronteiras constituem-se, portanto, como representações do lugar social das sociedades humanas, além de demarcações territoriais e geográficas. É dessa forma que Lylia S. Guedes Galetti (2000) as entende, ao afirmar que:

[...] remetem, [...] a ideia de “fronteira” – simultaneamente como espaço simbólico, onde se localizam os limites entre barbárie e civilização, e área geográfica vista como reservatório de recursos econômicos e vazio populacional (GALETTI, 2000, p. 22).

Como se vê, Galetti acompanha, na interpretação do deste autor, os posicionamentos de Baczko, no que diz respeito aos componentes simbólicos do termo, e de José de Souza Martins, quanto à multiplicidade de significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto permitiu perceber, a partir das bases teóricas da História Social, que o termo Fronteira ultrapassa a definição de limites geográficos, distinguindo-se como um espaço simbólico, lugar de disputas, sociais, étnicas e econômicas, de encontros e desencontros, muito mais de estranhamentos do que de proximidades.

Essa conclusão é possível a partir dos diálogos estabelecidos com os autores analisados, sobretudo José de Souza Martins, cuja referência foi fundamental para se chegar às demais percepções permitidas por Castoriadis e Baczcko, calcadas em suas conceituações de imaginário e representações.

É dessa forma que a conceituação de Fronteira se afasta da definição político-geográfica, da forma como, tradicionalmente, é pensada e atribuída como limite entre terras distintas, territórios ou regiões. Seu conteúdo histórico-social exige que o conceito de Fronteira seja alargado para se perceber que se trata de espaço de conflitos e litígios, das demarcações social em que são explicitadas as relações de poder, econômicas ou culturais, espaços de diferentes interesses e de contextos históricos diversificados.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CANCLINI, Nestor García. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FONTANA, Josep. A Europa diante do Espelho. Bauru – SP: Edusc, 2005.

FONTANA, Josep. **História dos Homens**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

GALETTI, Lylia S Guedes. O Poder das Imagens: O lugar de Mato Grosso no Mapa da Civilização. *In*: SILVA, Luia Sérgio Duarte da (Org.). **Relações Cidade – Campo**: Fronteiras. Goiânia: Editora UFG, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MEIRA, Júlio Cesar. **O Brasil nos Anos 90 e a Globalização**. *In*: XAVIER & PRESTES FILHO. História Interativa. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

STERN, Steve J. Paradigmas de La Conquista: História, Historiografia y Política. *In*: **Boletín Del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”**. Buenos Aires, Tercera serie, n. 6, 2. Semestre de 1992.

2

Wander Oliveira Melo

Júlio Cesar Meira

1930 NA HISTORIOGRAFIA GOIANA: Golpe ou Revolução?

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.2)

INTRODUÇÃO

O período compreendido entre a Proclamação da República, em 1889, e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, em 1930, ficou conhecido no Brasil como República Velha. Autores variados da história política brasileira, como Marcos Vinícius Vilaça e Roberto Cavalcante de Albuquerque (1965), Maria Isaura Pereira Queiroz (1976), Vitor Nunes Leal (1986), e Raymundo Faoro (1993) produziram trabalhos substanciais e considerados clássicos atualmente (MEIRA, 2019) demonstrando como, entre outras características sociopolíticas, o período da República Velha foi marcado pela presença local do coronelismo, base de apoio da rede de relações políticas que sustentaram o poder nas diversas esferas do Estado brasileiro.

Na experiência goiana o coronelismo foi, também, um fenômeno generalizado, a despeito de, no mesmo período, Goiás não ser relevante em nível nacional, sendo, conforme descreve Itami Campos (1987), um estado periférico. Vários autores, entre eles o próprio Campos, acompanhado de personalidades da historiografia clássica goiana, como Maria Sant'Anna Moraes (1974), Barsanulfo Borges (1990) Nasr Faial Chaul (1988 e 1997), buscaram descrever o fenômeno do coronelismo, a partir das especificidades locais, chegando a construir tipologias dessas experiências, mas demonstrando como essas experiências estavam interligadas aos acontecimentos nacionais. Em alguns casos, as relações sociais, econômicas e políticas de alguns desses coronéis mandatários extrapolavam os limites municipais e estaduais, alcançando a administração pública federal (MEIRA, 2019).

Não é propósito deste texto analisar o fenômeno do coronelismo na República Velha, mas apenas constatar que sua presença foi marcante no período e foi a base das relações de poder em todos os níveis, sustentando os grupos oligárquicos que mantiveram o poder

mesmo após a Proclamação da República e que, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, tiveram sua atuação desarticulada, pelo menos momentaneamente.

É nessa perspectiva que o objetivo deste texto se materializa, qual seja, entender o alcance das transformações trazidas pelos “ventos de 1930”, de início vistas como suficientemente amplas para caracterizar um processo revolucionário.

Lúcia Lippi Oliveira (1978), ao comentar a bibliografia produzida nos anos imediatamente posteriores aos acontecimentos de 1930, observa que todos os autores os descreveram como partes de um processo revolucionário; alguns desses autores, inclusive, estabelecendo o evento como a culminância de movimentações sociais presentes na cena nacional desde o início do século, em particular a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910, a Revolta Tenentista, de 1922 e a Coluna Prestes², a partir de 1925, entre outras.

É nessa mesma linha que autores que fizeram suas análises temporalmente mais distanciados de 1930, como Boris Fausto (1979), fundamentaram suas reflexões a partir do mesmo olhar, embora numa perspectiva crítica, por entender que o processo incluiu um compromisso firmado entre diversas forças políticas que já tinham atuação ativa na República Velha, destacando o próprio Vargas, personagem político relevante em seu estado natal, Rio Grande do Sul, há décadas, tendo atuado como ministro da fazenda do governo do paulista Washington Luiz nos anos de 1926 e 1927.

2 A Coluna Prestes se constituiu como uma parte importante, com certeza a maior expressão, do descontentamento e aversão em relação ao organismo político vigente da República Velha. Neste sentido, sua formação se liga ao movimento tenentista e suas séries de levantes organizados após 1922, e que têm no episódio dos dezoito do Forte de Copacabana, o seu estopim, mas não a sua raiz. A raiz de todo este descontentamento, para além de um documento apócrifo que entra em cena, se insere na conjuntura de assenso das camadas médias urbanas, que passam a se expressar através da atuação da baixa oficialidade que coloca em questão o enfrentamento com o regime oligárquico. (SOUZA, 2010, p. 88).

De certa forma Boris Fausto fez parte dos historiadores que, a partir da década de 1960 revisitaram os eventos de 1930 com o distanciamento para não comprar parcial ou integralmente as interpretações do calor dos acontecimentos. Sem a mediação calorosa da simpatia ideológica, autores como Nelson Werneck Sodré (1963), Virgínio Santa Rosa (1963), Francisco Weffort (1978), Ítalo Tronca (1982), Edgard De Decca (1983), Domingos Meirelles (2005) e Sônia Regina de Mendonça (2016), entre outros, entenderam que 1930 produziu um golpe institucional, tanto por ter sido construído a partir de dentro, quanto por pouco ou nada ter mudado a matriz social e política nacional.

Essa mudança de perspectiva interpretativa decorre do próprio amadurecimento da historiografia ao balizar os acontecimentos históricos à luz da história dos conceitos, compreendendo que golpe e revolução são conceitos historicamente construídos, sendo necessário diferenciá-los a partir das experiências concretas.

GOLPE OU REVOLUÇÃO?

O termo revolução como conceito histórico-sociológico que serve de base teórica para esta reflexão se ampara, principalmente, nas formulações de Hannah Arendt (2011) e Reinhart Koselleck (2006) e o diálogo que outros autores estabeleceram com os mesmos. Na perspectiva de Arendt, é possível entender um fenômeno histórico de transformação social como revolução

Quando a mudança ocorre no sentido de criar um novo início, quando a violência é empregada para constituir uma forma de governo totalmente diferente e para gerar a formação de um novo corpo político, quando a libertação da opressão visa pelo menos à constituição da liberdade, é que se pode falar em revolução (ARENDR, 2011, p. 64).

É essa a mesma direção de Ricardo Luiz de Souza em sua análise, quando, em diálogo com Arendt, observa que o processo revolucionário tem algumas características antecedentes que constroem o pano de fundo a partir das quais a erupção social se desenvolve até chegar em seu clímax como processo. Entre essas características, destaca-se:

Perda de legitimidade por parte do regime vigente, da erosão da autoridade governamental e a incapacidade do governo em funcionar adequadamente colocam em questão sua legitimidade e abrem caminho ao processo revolucionário, que não é, contudo, inevitável neste contexto, mas depende dele para tornar-se viável (SOUZA 2016, p. 33).

A análise de Souza dialoga também com a formulação de Reinhart Koselleck (2006), quando este observa que movimentos revolucionários decorrem de momentos de convulsão social em que as transformações avançam a um ponto de não-retorno, uma experiência em que as ações dos sujeitos convergem para um movimento de alcance maior e, muitas vezes, diferente das intenções originais de seus protagonistas. É nesse sentido que, para o historiador alemão, revolução adquire:

Em primeiro lugar, o caráter de um “coletivo singular”. Assim como o conceito alemão *Geschichte*, que como “história em si” [*Geschichte schlechthin*] passou a abrigar, no decorrer da segunda metade do século XVIII, as possibilidades de todas as histórias singulares, revolução cristalizou-se como um coletivo singular que buscou concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares, tornando-se um conceito meta-histórico, “separando-se completamente de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social (KOSELLECK, 2006, p. 69 – grifos do autor).

A partir dessa interpretação, Koselleck distingue revolução em suas derivações, a forma como processos históricos adquirem uma dinamicidade que escapa ao controle. Um exemplo é quando de-

mandas de cunho político que abastecem as insatisfações originais de um processo conjuntural desenvolvem reações de cunho social, alastrando-se pelo tecido social de forma inexorável. Um movimento de insatisfação política agrega outras demandas até se transformar em uma revolução social.

O objetivo de Hannah Arendt (2011), ao analisar os processos revolucionários, é entender as bases ideológicas por detrás das revoluções de cunho liberal, principalmente as revoluções americana e francesa. Para a autora, dois elementos sobressaem nas análises discursivas sobre esses processos, que são as concepções liberais de liberdade e recomeço.

Essas ideias fundamentam a concepção contemporânea de revolução e servem para balizar as análises teóricas dos processos de convulsão social do século XIX em diante. Liberdade, como a experiência dos povos em sua caminhada em direção à construção democrática, de modo que os valores republicanos ocidentais adquiram o papel de uma aspiração necessária e universal, uma virtude histórica per si. A ideia de recomeço como embutida na percepção de transformação, social, política e econômica, exemplificada na forma como há substituição de classes, categorias, instituições e atores detentores de capital político e econômico por outros externos aos estamentos dominantes.

Pelo menos em parte essa construção histórica não pode ser aplicada a um dos principais eventos revolucionários do século XX, a Revolução Russa, no que se refere à ideia liberal de liberdade como diretamente relacionada à concepção liberal de democracia.

Transformação social, estabelecimento da liberdade e democracia, bases do conceito de revolução, são as características ausentes para a caracterização do movimento de 1930 como um processo revolucionário, na visão dos autores que revisitaram a abordagem praticamente consensual construída nas três décadas posteriores aos acontecimentos.

A relação entre o acontecimento e suas interpretações histórico-políticas foi muito bem estabelecida por Carlos Alberto Vesentini em sua obra fundamental “A Teia do Fato” (1997). Buscando fontes diversas, bem como mapeando as análises construídas durante os acontecimentos e nos anos imediatamente posteriores aos acontecimentos de 1930, Vesentini mostrou como os processos da chegada de Getúlio Vargas, para além das implicações concretas na cena política, social e econômica, tiveram o condão de, nas análises de esquerda e direita, definirem os acontecimentos como vetor teórico-ideológico que fala mais a respeito das concepções de país do que, de fato, de interpretação meramente analítica. Nessa perspectiva, funcionou como um divisor entre duas diferentes etapas da historiografia brasileira, a partir da dicotomia passado/presente, antigo/moderno, atraso/modernidade. Foi uma etapa do processo simbólico de construção da nacionalidade e da identidade, a partir da reconstrução e/ou substituição da memória compartilhada que “legitima o poder vigente e define o campo de ação coletiva em um único lugar” (VESENTINI, 1997, p. 130-131), o do Estado. Essa conclusão do autor sobressai do arcabouço documental analisado, como documentos institucionais oficiais, a leitura dos discursos das coberturas jornalísticas, assim como outras fontes que contribuíram para a cristalização da memória histórica e seu papel legitimador dos novos donos do poder.

Talvez poucos tenham deixado tão didática essa memória virtuosa atribuída aos eventos de 1930 quanto Ana Lúcia da Silva (2001), para quem, nos discursos que precedeu o evento em si, este acabou por ser visto um antes e depois da experiência histórica nacional; duas etapas, sendo que:

Na primeira destas etapas – Velha República – prevalece a mentira: “mentiras eleitorais, mentiras financeiras”. Predominam os políticos profissionais e ambiciosos que “degradaram o Brasil, e uma política reacionária”. Na segunda etapa – Nova República – predomina a nova mentalidade e prevalecem os bons brasi-

leiros que cooperam com os grandes chefes revolucionários na obra de reconstrução da economia, da ordem financeira e social do país (SILVA, 2001, p. 124 – grifos do autor).

Entretanto, deve-se observar que, a despeito dos esforços dos emissores desses discursos laudatórios, essas mudanças não lograram constituir uma memória consolidada, visto que a própria dinâmica dos processos está longe de conferir previsibilidade e normalidade, sendo causa de mais sobressaltos institucionais e sociais e não de menos. Essas condições instáveis conduzem, de acordo com Boris Fausto (1976), frequentemente, ao oposto do que se buscava, consistindo, no caso, a um processo de centralização política e repressão estatal:

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vácuo de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo. Mas o reajuste, obtido após um doloroso processo de gestação [...] significa uma guinada importante no processo histórico brasileiro. A mudança das relações entre o poder estatal e a classe operária é a condição do populismo; a perda do comando político pelo centro dominante, associada à nova forma de Estado, possibilita, a longo prazo, o desenvolvimento industrial, no marco do compromisso; as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia, em relação ao conjunto da sociedade (FAUSTO, 1976, p. 113).

Novos arranjos, novos compromissos, novos atores ocupam seus espaços nos aparatos de poder reconstruídos. Mudam-se as oligarquias regionais e agrícolas, ou seus representantes, emerge novas categorias sociais e econômicas a disputar o papel de protagonistas. Mesmo os representantes da burguesia industrial nascente que es-

tavam ligados ao aparelho estatal anterior em parte é substituído por novos representantes, pelo menos durante algum tempo. Regionalmente, no caso dos estados periféricos e tradicionalmente agrários, como Goiás, esse processo foi percebido tanto na ascensão de novas oligarquias dominantes, quanto nos rearranjos que mantiveram ligados ao poder elementos das oligarquias tradicionais.

Fábio Souza Pontes (2015) observa que, embora a matriz social e econômica brasileira foi responsável pelas inquietações sociais nos anos antecedentes à 1930, sua própria conformação freou potenciais mudanças que os movimentos de 1930 poderiam ter inaugurado, remetendo aos compromissos apontados por Boris Fausto. Dessa forma, reconhece que foi

[...] um episódio revolucionário expressou a necessidade de reajuste do país, dado que o modelo agroexportador já se apresentava esgotado. Por outro lado, não correspondeu ao ascenso da burguesia industrial ao poder, visto que o setor industrial estava associado ao setor latifundiário cafeeiro, por meio da integração do capital industrial com o capital agrário, que aliás, constituía a única classe nacional capaz de se articular de acordo com seus interesses, apesar de apresentar conflitos em seu interior na forma de brigas regionais. As tensões políticas durante a década de 1920 e a crise econômica propiciaram o surgimento de uma oposição difusa formada pelas classes médias de todos os centros urbanos, pelos militares e algumas classes dominantes regionais. Com a vitória da revolução instala-se um “Estado de Compromisso”, marcado pela inexistência de oposições no interior da classe dominante e pelo controle das funções de governo por grupos sociais que não representam o domínio de alguns setores da economia e da sociedade (PONTES, 2015, p.22).

1930 NA HISTORIOGRAFIA GOIANA E O DISCURSO REVOLUCIONÁRIO

Os acontecimentos de 1930 foram registrados na historiografia como revolução, com ênfase nos destaques e especificidades locais. É o caso de Luís Palacín e Maria Augusta de Sant'Anna Moraes, decanos da produção historiográfica local, que apontaram as mudanças acontecidas no estado, mas com o cuidado de apontar que foram transformações causadas por causas externas: “Foi uma revolução importada. Embora sem raízes próprias teve uma significação profunda para o Estado. Foi o marco de uma nova etapa histórica, não se operou, imediatamente, no campo social, mas no campo político” (PALACÍN & MORAES, 1994, p. 102).

Esse destaque das origens externas se justifica, principalmente, pelo fato de que as convulsões sociais que normalmente marcam os inícios dos processos revolucionários não foram percebidas em Goiás, ao contrário, como descrevem os autores, foi um processo sem povo, na medida em que não ocorreram levantes populares, nem sequer de minorias com objetivos sociais. Não havia povo participando, a não ser como subalternos servindo de massa de manobra das lideranças, não havia consciência social, muito menos conflitos de classes, na perspectiva marxista. Foi uma

[...] revolução feita por grupos heterogêneos da classe dominante descontente (Minas, Rio Grande do Sul), de militares (grupo tenentista) e das classes médias, sem uma proposta ideológica definida e adequada, aos aglutinados por sua repulsa à ordem política vigente (PALACÍN e MORAES, 1994, p. 103).

No estado de Goiás, a Revolução de 1930 transcorreu tendo como reflexo os acontecimentos das políticas nacionais, que correspondeu na queda de uma oligarquia e o rearranjo das oligarquias regionais ao novo poder constituído em torno de Pedro Ludovico, cujas

táticas e jogo político não o difere das práticas políticas realizadas pelos seus antecessores.

Nessa perspectiva, Chaul (1997) explica que as condições que, para Itami Campos (1987), colocavam Goiás e a política local na periferia do sistema político-econômico nacional, foram utilizadas como argumento legitimador do processo, embora muitas das conquistas vendidas depois como argumento insurrecional já estivessem em andamento – embora com maior lentidão – desde as primeiras décadas do novo século.

A partir de 1930, houve uma incorporação cada vez maior de Goiás ao mercado capitalista, ampliando sua fronteira agrícola, crescendo e mecanizando a agricultura, acelerando seus níveis de produção e exportação e dinamizando seu setor industrial e comercial. Esse desenvolvimento, processado na Primeira República, é apresentado ideologicamente, pelos artífices da Revolução de 30, como se fosse fruto único e exclusivo do movimento (CHAUL, 1997, p. 177).

A falta de povo e o argumento discursivo, contudo, não apagam as efetivas mudanças que ocorreram no estado, embora a idealização do novo tenha demorado bastante a se concretizar realmente. É essa a percepção de Chaul, ao acrescentar que, no campo do simbólico, o ano de “1930 em Goiás foi muito mais do que uma simples “alternância de **oligarquias** no poder”. Significou a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação relativa das camadas médias urbanas” (CHAUL, 1997, p. 177).

Palacín e Moraes (1994) enfatizam que

Em Goiás, nesse período havia poucos centros urbanos, portanto não se poderia falar de uma classe média considerável, o movimento revolucionário contou apenas com o apoio de parte da classe dominante insatisfeita com os acontecimentos políticos. Fatores como: a falta de comunicação impossibilitava o surgimento de uma oposição organizada; os centros de oposição, constituídos durante a última década na Capital, em Rio

Verde, Inhumas e em Anápolis, eram mais demonstração de instituições descontentes que uma oposição; a ideia de oposição, que se tinha era mais vista como uma crítica pessoal, pois não existiam partidos políticos com base ideológica oposicionista ou programas de governo com mentalidades revolucionárias; e, por fim, as eleições eram controladas pelo governo, impossibilitando sua derrubada por meios legais, e a ação da polícia militar, dificultava para os oposicionistas chegar ao poder (PALACÍN e MORAES, 1994, p. 103).

Ou seja, a classe dominante insatisfeita era formada pelas oligarquias regionais, especialmente do Sul e do Sudoeste goiano, devido à importância econômica que estas regiões já estavam tendo naquele contexto histórico do estado de Goiás, mas não eram ouvidas, não participavam da administração pública estadual, sentiam-se alijadas e viram, no primeiro momento, com a passagem da Coluna Prestes e, no segundo momento, com a ascensão de Vargas a oportunidade de instaurar-se no poder.

Não houve declínio das oligarquias, mas o controle do poder político que passou para as mãos de novos grupos oligárquicos, que, uma vez no poder, buscaram consolidar sua base de apoio, por meio de cooptação de chefes políticos regionais estratégicos, independentemente de sua antiga relação com as oligarquias tradicionais. Estas, inclusive, buscaram aproximação com os novos donos do poder, mesmo que inicialmente em condições de subalternidade, no jogo do rearranjo político que se estabeleceu em todo o estado de Goiás.

Segundo Maria Cristina Teixeira Machado (1990), todos esses fatores contribuem para aumentar

As fermentações políticas internas que, ao lado dos elementos externos, levaram ao fim da Velha República no Estado, à queda da oligarquia tiveram seu preparo em um movimento messiânico entre 1923/25, foram estimuladas pela passagem da Coluna Prestes entre 1925/27 e finalmente, se consolidaram politicamente pela organização de um movimento oposicionis-

ta. Esse movimento, que nasceu da Questão do Judiciário³ e se enriqueceu pelo desenvolvimento da Aliança Liberal, teve sua base teórica de apoio na cidade de Goiás e de prática efetiva no Sudoeste, principalmente nos municípios de Jataí e Rio Verde (MACHADO, 1990, p. 56).

Ana Lúcia Silva (2001, p. 85) acrescenta que, “em 1930, as rupturas oligárquicas ganham contornos ásperos e as dissidências regionais se articulam com a Aliança Liberal, o que abre caminho para a ascensão das oposições ao poder, como resultado da chamada Revolução de 30”.

- 3 A partir de 1926, desenvolve-se um conflito que envolve os poderes executivos e judiciários de Goiás. Embora permeada e alimentada por rixas e problemas pessoais, a “questão do judiciário” representa um importante momento na política regional por causa de seus desdobramentos. Em expediente encaminhado ao presidente da República, Arthur Bernardes, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Povoá, diz de uma sistemática campanha de desmoralização do poder judiciário comandada por políticos vinculados ao governo do estado. Apesar de Arthur Bernardes, em junho de 1926, ter oficiado sobre a questão ao presidente do estado e de Brasil Caiado ter-lhe respondido, os problemas se mantiveram, fazendo que o STJ novamente pedisse providências federais, inclusive uma intervenção no estado. Na versão do Tribunal, o governo não oferecia condições de funcionamento ao judiciário (*Correio Oficial*, n. 1.178, de 26/6/1926). Os desembargadores acusavam o senador Totó Caiado de comandar a campanha seja através do jornal *O Democrata*, de sua propriedade, seja em discursos no Senado da República, seja com insultos em passeata promovida por autoridades estaduais. Eles acusavam o caiadismo de desmoralizar o judiciário, como fez com os demais setores do governo, desde 1912, no seu processo de afirmação como oligarquia. Conforme eles, o pedido de intervenção se justificava não somente para recompor a ordem institucional, mas também para que fossem resguardadas as terras públicas; referiam também a leis que beneficiaram o senador Caiado, na legalização de um latifúndio nas proximidades do Rio Vermelho (*Mensagem ao Congresso Legislativo*, 1927, p. 6-25). A resposta oficial do governo é de responsabilidade do secretário do Interior e Justiça, Arthur da Silva Jucá, que, por sua vez, acusa o Tribunal de inoperante, improdutivo, de agir com partidarismo, bem como do envolvimento de desembargadores em negociatas de terras. Em março de 1927, o presidente da República, Washington Luís, chama ao Rio de Janeiro o presidente Brasil Caiado, oportunidade em que é acertado um acordo capaz de colocar fim ao impasse entre os poderes constituídos em Goiás. Pelo desenrolar dos acontecimentos é possível apresentar os seguintes itens como parte do “acordo”: (1) fim das hostilidades; (2) demissão do secretário de Interior e Justiça, que em discurso chamou os desembargadores de palhaços; (3) carta-branca ao governo goiano para resolver internamente o impasse; (4) impedimento de integrantes da família Caiado sucederem a Brasil Caiado na presidência do estado. Assim sendo, o secretário do Interior e Justiça é exonerado, a pedido, em 4 de junho de 1927 (Decreto n. 9.316); é elevado o número de desembargadores do STJ (Lei n. 829, de 20/7/1927), sendo nomeado quatro novos membros, pelo Decreto n. 9.389, de 29/7/1927. E, tendo por base a Lei n. 829/1.927, o Superior Tribunal de Justiça se reúne e elege um novo presidente, Ayrosa Alves de Castro, que em seguida oficia à Presidência da República dizendo haver harmonia entre o judiciário e o executivo em Goiás e que, em razão disso, não se justifica o pedido de intervenção federal (*Correio Oficial*, n. 1.318, de 2/6/1927) (CAMPOS, 2003, p. 101-102).

Chaul (1988) demonstra como a Aliança Liberal em Goiás serviu como aglutinação dos interesses dos membros de oligarquias regionais e/ou urbanas que não se viam representadas (ou tinham seu acesso interdito) pelas alianças que sustentavam as políticas estaduais desde o final do império. Além disso, foi importante para acolher parte dos dissidentes (adesistas de primeira hora do movimento de 1930) das grandes oligarquias que detinham o poder na República Velha. Essa situação é percebida ao analisarmos os sobrenomes de alguns dos membros que inauguraram a Aliança Liberal em Goiás, destacando-se personagens conhecidos como Mário Caiado, Domingos Velasco, Nero Macedo e Americano do Brasil.

Marilena Julimar Fernandes (2013) analisou, em sua tese de Doutorado, a forma como a historiografia local não se fez descolada das análises mais gerais presentes nas diversas narrativas da historiografia nacional entre a década de 1930 e 1970, embora não de uma forma determinante, aja vista que os acontecimentos locais, muitas vezes, se sobrepunham aos eventos nacionais.

Fernandes (2013) parte dessa constatação ao elaborar seu percurso analítico da forma como os acontecimentos goianos da década de 1930 foram entendidos como revolucionários e se mantiveram da mesma forma após a década de 1960, quando, nacionalmente as revisões historiográficas se libertaram parcialmente da sua base marxista, abandonando o conceito de revolução como chave interpretativa para se fixar na ideia de golpe. Em Goiás perdurou a interpretação de revolução para se referir aos acontecimentos de 1930 porque ainda permanece no imaginário local a chegada de Pedro Ludovico Teixeira como o clímax de mudanças sociais e políticas definitivas.

Mudanças não se completam sem uma carga alta de simbolismo; nesse sentido, percebe-se que as representações antecedem as mudanças pretendidas pelos intérpretes da história goiana a partir de 1930. A substituição parcial das oligarquias tradicionais, inevitável-

mente relacionadas ao passado rural e autoritário da sociedade goiana confrontou a mesma sociedade com a possibilidade de mudança que a nova administração conferia.

De um estado atrasado e periférico, as potenciais mudanças de estamento político apontavam para uma nova visão sociopolítica e econômica, acompanhando processos que já estavam em curso em outras partes do país, tanto do ponto de vista econômico-industrial quanto das mudanças modernizadoras na paisagem urbana.

O discurso político de Pedro Ludovico – a assim como o de Getúlio Vargas – apontava para a mudança, progresso, modernização, desenvolvimento, em suma, o raiar da modernidade, descrita por Chaul (1997) em termos de superação:

A modernidade para os arautos de 30, consistia no progresso do estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regionais. É importante destacar que a representação da modernidade se edificava em oposição ao passado que encarnava a decadência e o atraso de Goiás ao longo de sua história. Os anos 30 se apresentava como a antítese do que havia sido Goiás até então. Em nome da modernidade não só se combatia a Primeira República como suas oligarquias retrógradas, como também se propunha uma nova era político-social e econômica para o estado, uma época de prosperidade e progresso (CHAUL, 1997, p.149).

Uma mudança limitada, aja vista que seu conteúdo conservador e autoritário pouco diferia do espírito que impulsionava as administrações anteriores, tanto nacionalmente quanto localmente. Mas toda mudança requer seus símbolos. E as novas lideranças políticas construíram o seu, ao projetarem a nova capital, Goiânia.

Pois a antiga cidade de Goiás, centro decadente da mineração do século XVIII, não apenas representava os modelos econômicos e sociais a serem superados, mas também estava ligada às forças e grupos políticos que por tanto tempo haviam dominado o estado. A

mudança da capital para a nova cidade planejada foi a coroação do projeto modernizador, a anunciação do “Tempo Novo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi analisar a forma como os acontecimentos de 1930, que deram fim às relações estabelecidas na República Velha, foram descritos pela historiografia brasileira, distinguindo as interpretações feitas durante e imediatamente após o processo daquelas que foram elaboradas algumas décadas depois.

É fundamental ter em mente que os eventos que levaram Getúlio Vargas ao poder em 1930 mudaram não apenas os aparatos institucionais do governo federal, mas, também, estabeleceram mudanças nos demais entes federativos, tanto estaduais quanto municipais. De fato, além das administrações dessas instâncias mudarem de mãos, a própria forma de denominá-las e foram alteradas, bem como as suas configurações jurídicas.

Os ‘tenentes’ de Vargas assumiram o poder nos estados, não sem conflitos, alterando as relações políticas, sociais e econômicas. No caso de Goiás, o poder foi assumido por Pedro Ludovico Teixeira, representante das oligarquias do sudoeste goiano, deslocando o controle político de Goiás das oligarquias da capital, notadamente os Bulhões e os Caiados, apoiados por outros grupos que detinham a hegemonia em outras regiões, como os Lopes de Moraes, líderes do “Grupo do Sul”, que dominaram a política no sul de Goiás durante toda a República Velha, com políticos atuantes em todas as instâncias da política nacional.

Esse deslocamento do poder fez com que os intérpretes dos acontecimentos contemporâneos dos eventos de 1930 tivessem interpretado os eventos como uma revolução, apontando a forma como os

grupos políticos tradicionais haviam sido desalojados do poder, bem como a forma como as mudanças que foram operadas socialmente e economicamente.

No entanto, na medida em que se desloca temporalmente as análises dos observadores políticos, percebe-se que, em muitos lugares, logo após os eventos iniciais, ocorreram uma série de adaptações e rearranjos políticos, além do que, dos pontos de vista social e econômico, pouco se viu de transformação estrutural.

É dessa forma que, a partir da década de 1960, importantes analistas da cena nacional, problematizaram as interpretações iniciais, destacando a ausência de transformação que poderiam caracterizar os movimentos da década de 1930 como revolução, entre eles Werneck Sodré (1963), Virgínio Santa Rosa (1963), Boris Fausto (1976), Francisco Weffort (1978), Ítalo Tronca (1982), Edgard De Decca (1983) e, mais recentemente, Domingos Meirelles (2005) e Sônia Regina de Mendonça (2016).

Uma menção fundamental a Carlos Alberto Vesentini, que em sua obra apontou a forma como a memória histórica é construída tanto a partir do próprio evento em si quanto a partir da leitura dos documentos que o descreve, destacando que as simpatias políticas, ideológicas e morais são importantes fatores a serem levados em conta. É nesse sentido que problematiza a definição de revolução, tanto sobre os eventos em si quanto sobre o fato de ter se tornado um marcador temporal na análise da história nacional, servindo de elemento legitimador de interpretações e ações políticas.

Finalmente, a análise demonstrou que, enquanto se operou uma mudança nas interpretações da historiografia nacional, em Goiás a definição de revolução para os acontecimentos de 1930 e, principalmente, para suas consequências locais, se manteve, ainda sendo percebida na produção historiográfica de boa parte das análises, como mostrou Fernandes (2013).

Tal percepção deriva da forma como os analistas entendem que as transformações pós-1930 foram significativas, principalmente em relação à suposta mudança do imaginário de estado atrasado, periférico e rural. Desse ponto de vista, o discurso da mudança, embalado na retórica do “Tempo Novo”, apontava para as possibilidades de distanciamento do passado e à aspiração da chegada da modernidade e do progresso, ou seja, uma sociedade moderna, industrial e urbana, da qual a construção de Goiânia se tornou a representação máxima, em oposição ao simbolismo da antiga capital, não apenas relacionada à origem mineradora e rural do estado, mas berço das oligarquias dominantes até então, artífices das relações sociais e políticas que caracterizavam a sociedade e o ‘modo de ser goiano’.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BORGES, Barsanulfo G. **O despertar dos Dormentes**. Estudos sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922. Goiânia: Editora da UFG, 1990. (Coleção Documentos Goianos).

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**, 2ª edição, Editora Vieira, Goiânia, 1987.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Cegraf, 1997.

CHAUL, Nasr Fayad. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988. Coleção Documentos. Goiânia nº 17.

DE DECCA, Edgard. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Globo, 1993. Volumes I e II.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. História e historiografia. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERNANDES, Marilena Julimar. **Pedro Ludovico Teixeira X Antônio (Totó) Ramos Caiado**: Memórias, Ressentimentos, Esquecimentos e Silêncios (1930-1970). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás - 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico**: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente: da industrialização restringida à internacionalização. *In*: LINHARES, Maria Yedda *et al.* **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MEIRA, Júlio Cesar. **Reformulação Urbana no Brasil do Século XX**: Análise dos discursos de Progresso e Modernização em um município do sul de Goiás (1950-1970). Curitiba: CRV, 2019.

MEIRELLES, Domingos. **1930**: Os órfãos da Revolução. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORAES, Maria Augusta Sant'anna. **História de uma Oligarquia**: Os Buhões. Goiânia: Oriente, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. BIB, Rio de Janeiro, n. 04, 1978.

PALACIN, Luiz. MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás** (1722-1972). 6ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PONTES, Fábio Souza. **A Revolução de 1930 e a Industrialização na Era Vargas (1930-1939)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Economia - Monografia de Bacharelado. Rio de Janeiro; 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

ROSA, Virgínio Santa. **Que foi o Tenentismo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Câne Editorial e Agepel, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUZA, Rafael Policeno de. A Coluna Prestes: Uma abordagem necessária. **Revista Historiador** Número 03. Ano 03. Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em 12 mar. 2022.

SOUZA, Ricardo Luiz. **Europa, 1848. Brasil, 1930**: Duas Revoluções. Natal: Editora do IFRN, 2016.2016, p. 33.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930, a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato**. São Paulo; HUCITEC, 1997.

VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. **Coronel, Coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

3

Carla L. C. Caetano

Leonardo Brandão

**A CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE
EMPREENDEDORA:
uma crítica
à vida governada
pelo neoliberalismo**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.3](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.3)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender os dispositivos que no neoliberalismo tomam uma parcela considerável da juventude⁴ e fazem dela um corpo político que busca empreender e torna-se empreendedora de si. Para isso, consideramos a parcela da juventude que, como um corpo político, adere aos ideais do mercado – constituído por uma potência de ser jovem nos campos da política neoliberal e nesse contexto são capturados e instados a serem empreendedores de si no capitalismo contemporâneo.

Buscamos problematizar dispositivos que capturam a vida em sua potência de ser, tornando-a objeto governável para o mercado. Pretendemos evidenciar como a juventude atual se esvazia e se despolitiza com imperativos de ser, ao mesmo tempo, positiva e produtiva. Tal mecanismo faz destes sujeitos produtos de um ideal que funciona sob uma governamentalidade voltada para uma lógica de mercado.

Birman (2010), ao refletir sobre o imperativo da felicidade, o qual é colocado na contemporaneidade como uma condição de regra, afirma que esse projeto é desenhado para uma população específica, a classe média e a elites da sociedade. Modos de ser que se apresentam categóricos excluem, ou rejeitam quem não desenvolve a habilidade de ser feliz, pois diante dessa lógica imperativa deve-se seguir as regras impostas para alcançar a tão desejada felicidade. Diante disso, questionamos: Como a sociedade contemporânea se constitui cada vez mais em projetos de ser ideais e categóricos que vendem ao sujeito seu ideal de ser?

4 Estamos trabalhando com a noção de juventude como uma categoria social, mas fazendo o recorte de classe, sobretudo, no que diz respeito à classe média e alta. Deste modo, todas as vezes que a categoria juventude for invocada neste texto, são a esses segmentos de classe que estamos fazendo alusão.

A sociedade atual produz o empreendedor de si, o sujeito das sociedades de controle, governado à forma de parecer livre, porém escravo de ideais permeados por uma lógica de mercado. Nas sociedades de controle, a empresa substitui a fábrica, o controle substituiu o exame – nessa lógica de governo dos homens, o confinamento não mais é o meio de regulamentação, captura-se modos de ser (DELEUZE, 2000). O que deve ser controlado é a potência do ser e o que está posto em jogo é a circulação e a adaptação a lógica imposta. O sujeito deve ser sempre mais, toda a potência deve ser retirada, usada e posta em jogo, pois estaríamos já na sociedade do desempenho (HAN, 2016).

Os meios utilizados nas sociedades de controle devem retirar o máximo de cada um. O sujeito da atualidade é responsável por sua liberdade, por sua felicidade e por todas as coisas que recaem somente sobre ele e o individualizam, levando a auto exploração. A partir da leitura de Deleuze sobre as sociedades de controle, Han (2020) nos fala de toupeiras e serpentes, afirma que o sujeito atual é a serpente, capaz de sempre adaptar-se, de construir e abrir novos caminhos. Discurso ideológico, apogeu da atualidade, produtor de meios que parecem abrir sempre novos horizontes, mas que colocam no indivíduo a ilusão de liberdade presa ao seu ideal. Ideal esse que é produzido pela lógica da sociedade neoliberal e se desdobra em meios de governamentalidade, voltados à vida e às formas de captura dos sujeitos nas sociedades de controle.

GOVERNAMENTALIDADE DO JOVEM EMPREENDEDOR

Ao pensar a governamentalidade, Foucault demonstra uma série de transformações estratégicas que perpassam desde o governo de si até o governo dos outros, modos de governo ligados em modelos de

gestão, em estratégias de governar que implicam tanto na construção da conduta de si quanto na gestão da população. Formas de gestão introduzidas no próprio indivíduo, na família, no estado, relacionados ao controle de si e/ou do grupo ao qual se dirige, orientados ao uso racional do tempo e direcionados pela estatística para melhor gerir e desenvolver a economia (FOUCAULT, 2015).

Há na racionalidade de gerir a vida pela estatística e pelo controle da população uma forma de investimento que se fortalece com o progresso e com o desenvolvimento econômico, fazendo a manutenção da lógica do fazer viver da população, construída e construtora do empreendedorismo e do desenvolvimento econômico neoliberal (FOUCAULT, 1988, 2008a; AGAMBEN, 2010). A felicidade aqui é uma garantia de atividade e podemos ver esse projeto em discursos emergentes de programas de empresas, de recursos humanos, de teorias da psicologia, que funcionam em função de modelos sobretudo fundados em lógicas neoliberais (BINKLEY, 2010).

O NEOLIBERALISMO COM UMA RACIONALIDADE, ALÉM DA ECONÔMICA

Segundo Foucault (2008a) o neoliberalismo acontece à medida que as ações econômicas passam a regular o estado, onde os investimentos econômicos são importantes para desenvolver o indivíduo com a intencionalidade de que esse desenvolva o mercado e a economia, então a racionalidade dessa forma de governamentalidade, desse modo de gerir a população considera que a primazia da economia possibilita o desenvolvimento econômico e da população, para fortalecer o mercado. O neoliberalismo sustenta a racionalidade de que o desenvolvimento individual acontece por livre vontade e constrói ideais de meritocracia que se colam diretamente à vontade e exalta questões como a da livre concorrência.

Diante dessa racionalidade neoliberal que sustenta a ideia de que o desenvolvimento individual é o caminho, o corpo juvenil empreendedor torna-se alvo de investimento das ações neoliberais do mercado, o qual funciona direcionado para o desenvolvimento da economia. As ações neoliberais que tomam o jovem como um produto, lhe dão o voto biopolítico de investimento e o fazem crer neste ideal, uma vez que a juventude funciona como um objeto para a economia presente, ao mesmo tempo que garante a manutenção de suas ações futuras.

Cabe ressaltarmos que ao falar dessa juventude que é investida, entende-se que são jovens com condições econômicas de chegar à universidade, cursos de qualificação etc., enfim a lugares de existência que os permitam construir-se como empreendedor de si. Jovens, os quais em sua grande maioria são provenientes de classe média e alta, que concluem o ensino médio, a universidade, que tem condições de acesso a bens de ensino e materiais, condições que os possibilitam empreender-se, mesmo que como afirma Han (2014) se crie a ilusão neoliberal de que esta condição é dada a todos.

É preciso pensar a condição de existência da juventude “bem-sucedida”, que se forma diante de um discurso produtor de sujeitos com a capacidade de conquistar espaço no mercado, de ter um bom salário, abrir uma empresa ou outra forma qualquer que a coloque na condição de “vencedor” no mundo atual, capitalista e neoliberal. Condição de ser que lhe possibilita ser empreendedor de si, ou seja, aquele que é capaz de conquistar lugar no mercado, fazer circular, acumular dinheiro e construir-se em função do ideal capitalista, a livre circulação no mercado e valoração do trabalho.

Segundo Han (2020) o neoliberalismo, como uma forma de mutação do capitalismo, converte o trabalhador em empreendedor de si, assim o trabalhador não é mais explorado, mas explora-se a si mesmo, com isso ele é escravo de si próprio; pois, o neoliberalismo toma o sujeito com mecanismos tão sutis que possibilitam a respon-

sabilização do fracasso ou do sucesso como única e pura responsabilidade do indivíduo, assim não se questiona, ou coloca-se em dúvida a sociedade ou o sistema.

É importante ressaltar que ao referir-se aqui à juventude, a ancoragem está na análise de autores como Goulart e Santos (2012) os quais não formulam um conceito de juventude fechado, ou atrelado a ideias biologistas, mas consideram as condições de ser jovem na atualidade como formas de ser que se tornaram objeto de intervenção, isto é: alvo de formas de gestão. Assim como o uso do termo juventude empregado por Scisleski, Reis, Hadler, Weigert e Guareschi (2012) que se referem a esta categoria como uma forma de intensidade do ser e não uma forma de identidade fixa.

Desse modo, buscamos refletir sobre a juventude que visa os ideais do empreendedorismo, para conquistar números em suas contas bancárias, um lugar no mercado, ascensão na carreira profissional, ou outras formas de vida que, dentro desta racionalidade neoliberal, vida produzir indivíduos de sucesso. Jovens que se impulsionam em suas batalhas diárias de conquistas capitais e seguem suas individualidades, ao mesmo tempo em que se massificam, pois, o objetivo deles é também o do mercado capitalista, acumular cifrões e possibilitar a circulação de produtos no mercado, mesmo que ele próprio seja o produto, ou alvo das construções capitalistas.

Tal reflexão ancora-se também no enigmático fragmento de Walter Benjamin (1921/2013) “O Capitalismo como Religião” o qual nos convoca a pensar como o capitalismo tornou-se uma religião puramente cultural, que toma a vida em sua totalidade e da qual não se pode escapar. Texto esse que segundo Lowy (2006) com toda evidência é pensado com auxílio da tese de Max Weber (1920/2014) em “A ética protestante e o espírito capitalista” e sua racionalidade sobre como alguns modelos do cristianismo e o capitalismo conjugam-se de modos semelhantes ao enfatizarem os ideais ascéticos à conduta da vida e

busca de ascensão por meio do trabalho, bem como a conquista de dinheiro e a apropriação de bens, como ideal de vida, racionalidade totalizadora e única que converte a vida ao mercado e ao dinheiro. Lowy (2006) na busca de compreender o denso texto, afirma que Benjamin (1921) tomou outros caminhos em sua escrita, assegurando uma posição mais crítica e mais radical a respeito do capitalismo, ao afirmá-lo como uma religião puramente cultural, sem dogma, sem teologia, uma religião utilitarista do capital.

A constituição de um sujeito devoto aos ideais de capitalismo possibilita pensar em uma juventude que se constrói sem mesmo ser consciente de todo este envolvimento e culto a esse ideal, e assim pensa-se com Foucault (2010) sobre a luta contra as formas de sujeição da subjetividade, enfatizando que as formas de dominação e exploração não desapareceram, apenas assumem outras configurações nas relações de poder. Entendemos, assim, que se modificam os meios para os mesmos fins, isto é, a busca da glorificação no mercado.

Os modos de governamentalidade permitem e tornam a juventude de uma população que deseja empreender, ao mesmo tempo em que é alvo de ações de investimento. Então há uma forma de governar a vida e uma racionalidade que produz a figura do empreendedor de si. A governamentalidade captura a vida do sujeito e faz dela objeto das relações de poder que não só subjetivam, mas também individualizam condutas, tornando o sujeito, aquilo que se pode chamar de *homo economicus* (FOUCAULT, 2008a).

Com isso, questionamos: Como o modo pelo qual somos governados influencia no modo como nos governamos? Nestes momentos em que técnicas de *coaching*⁵ e da psicologia positiva, por exemplo,

5 *Coaching* é aqui entendido como uma metodologia de desenvolvimento pessoal conduzida por um tutor, o qual busca construir junto de seu cliente estratégias de desenvolvimento pessoal, ou profissional, de modo que este cliente construa maiores possibilidades de estar conquistando os espaços almejados, seja na vida pessoal ou no trabalho.

estão presentes atuando sobre os sujeitos e os transformando em empreendedores de si. Constrói-se a ideia de indivíduos autorresponsáveis, jovens potenciais a ser sempre mais, capazes de crescimento, conquistas e ações treináveis para o mercado e para eles mesmos por meios de técnicas positivas e de desenvolvimento individual para o potencial de ser sempre mais. Movimentos que abrem caminhos para construir o empreendedor, o sujeito de sucesso que funciona a favor da lógica de governamentalidade neoliberal. Com isso se entra no tema e problema da liberdade... O que se entende por liberdade quando se insiste em que cada um seja o empreendedor de si? Onde reside o espaço da liberdade? Kant (1784), ao apresentar o iluminismo ou o esclarecimento, declara que se pense a liberdade como a saída do homem da menoridade pela qual ele mesmo é responsável, menoridade entendida como incapacidade de pensar por própria conta e risco, servindo-se, ao agir de seu próprio entendimento. Entende-se assim que a permanência na menoridade existe, como se as possibilidades de entendimento que aprisionam o homem em uma incapacidade de pensar sobre si e por si e de dobrar-se em seu próprio pensamento se deva à preguiça, à comodidade da preferência pela obediência, ou qualquer outra razão ainda estivessem presentes e deixassem o homem preso em uma forma de ser menor, atribuindo a técnica do profissional de *coaching*, entre outras formas de prescrição à conduta, a possibilidade de entendimento sobre si.

PARA FORTALECER O MERCADO: EMPREENDEDORISMO AO JOVEM!

É possível pensar com Foucault (2008a) que o investimento na juventude e dela em si mesma é um meio de qualificar o sujeito, enquanto capital humano, e possibilita elencar a população qualificável com seu valor de mercado, assim o sujeito torna-se objeto governável

em favor da fluidez econômica. O jovem empreendedor é o sujeito de interesse que investe em si e faz de sua verdade o culto, a moderna religião capitalista, a qual se apresenta com um discurso libertador. Assim, o empreendedor é o escolhido homem do mercado, mas também o escravo do progresso e do desenvolvimento econômico.

As formas de gerir a vida da população qualificada, além de econômicas são também biológicas e psicológicas, um meio de fortalecer o Estado/Mercado e qualificar seu capital humano, produtor do desenvolvimento econômico e mantenedor do modelo neoliberal (AGAMBEN, 2010; FOUCAULT, 2008a). Entendo assim que os modos de governar a população permitem a manutenção das valorações sobre a vida e possibilitam a manutenção do neoliberalismo. Exercícios que permitem dar forma à vida e política e funcionam na manutenção da biopolítica e da gestão da população enquanto corpo político. Com esta lógica biopolítica gere-se a vida qualificada para fortalecer o mercado e garantir seu desenvolvimento econômico (FOUCAULT, 2008b, 2015).

Para Han (2020), quando Foucault se refere a biopolítica, ele discorre sobre uma forma disciplinar do capitalismo que em sua forma de produção socializa o corpo, pois para a sociedade capitalista, o que realmente importa é biológico, corporal, uma política do corpo no sentido amplo e da sua força de trabalho. Já o neoliberalismo como uma forma de mutação ao capitalismo não se ocupa prioritariamente do biológico, do somático, do corporal; pelo contrário descobre a psique, como força produtiva e nesse momento de transformações há modificações do objeto de investimento do corpo para a mente. Han (2020) se refere a este outro meio de captura como Psicopolítica, forma de gestão do homem por meio de mecanismos extremamente sutis, os quais tomam o sujeito não mais pelo corpo, pela força produtiva, mas sim por forças de produção imateriais, incorpóreas. Como criatividade e inovação, por exemplo, lugares muito valorizados por jovens empreendedores.

Com isso, entendemos que as possibilidades de liberdade residem na alternativa de buscar outros espaços e dar também um outro uso aos dispositivos presentes nesse regime capitalista que aprisiona modos de ser enquanto escravos do capital. Como afirma Han (2020), se deveria admitir que há uma falsa sensação de liberdade na qual vivemos, pois, o modelo atual de vida, e o empreendedorismo de si mais especificamente, constitui uma forma de coação interna: ao invés de estarmos submetidos a coerção externa constrói internamente modelos de aprisionamento, de modo que a liberdade sempre está sujeitada a uma forma de sujeição. Desse modo, sempre estamos condicionados a alguma forma de prisão, sejam as paredes do internato do jovem que conflita com a lei, as cifras que possibilitam a circulação do mercado, a autoexigência de ser uma pessoa de sucesso etc. (HAN, 2020).

Segundo Han (2015) vivemos em um tempo em que há uma massificação do igual, do positivo, um momento que não há espaço para a diferença e para negatividade de uma forma de estar no mundo que exige a massificação e a exclusão da diferença, um tempo em que se produz doenças como síndrome de Burnout, hiperatividade, ansiedade, depressão, como reflexo do próprio cotidiano e das formas de ser e estar nessa sociedade que exige produtividade e até mesmo felicidade. Entendemos que, embora criemos um discurso de inovação, de liberdade e outras formas de ser, vê-se técnicas como o *coaching* que enfatizam o desenvolvimento pessoal, por meio de regras (idênticas) a todos, e nestes modos de construir “mais do mesmo”, a técnica esvai a possibilidade de diferença e de liberdade.

É nesse contexto que procuramos delinear esta reflexão, com questionamentos sobre os modos de governamentalidade que assujeitam o indivíduo a alguma forma de aprisionamento, seja por meio da exclusão, ou do superinvestimento. Com isso, percebemos que os modos contemporâneos de governamentalidade ligados ao indivíduo e a seus imperativos próprios da atualidade, produzem sujeitos que

se ajustam a sua racionalidade. Dentre as quais, a juventude é alvo de estratégias que tem como fim o crescimento e desenvolvimento do mercado. Cenário no qual o espaço para liberdade é reduzido e constituído por ideias que esvaziam e despolitizam. Como Safatle (2021) afirma, o modelo neoliberal e suas ações com atuação social atuam na regulação da vida, constroem o discurso de liberdade fundados na economia como agente regulador da livre iniciativa, constituem a figura do empreendedorismo. Modos de governo da vida que retiram do Estado sua maneira de intervir com políticas para a população, dão a economia o lugar de glória e responsabilizam o sujeito individualmente por seus fracassos ou conquistas.

IMPERATIVOS QUE GERAM PRODUTIVIDADE: DESVELANDO OS ARGUMENTOS NO DISCURSO DA PSICOLOGIA POSITIVA, DA AUTORRESPONSABILIDADE, DE COACHINGS E DA FELICIDADE

Martin Seligman, considerado o fundador da Psicologia Positiva, discursa sobre a felicidade e constrói argumentos, análises e outros imperativos sobre quem são as pessoas felizes. Em seu livro *Best Seller*, intitulado: “Felicidade Autêntica: Use a psicologia para alcançar todo seu potencial”, ele traz uma série de parâmetros para alcançar a felicidade, como a escala da afetividade positiva e da afetividade negativa. Nesta Escala, Seligman (2019) utiliza medidas quantitativas e escalonares sobre sentimentos positivos e negativos, qualifica emoções positivas como mais resolutivas, conseqüentemente, mais produtivas. Com essa perspectiva de pensamento, sentimentos são vividos

a *priori* e são colocados em função de algo, sempre há prescrições e as experiências se esvaziam em lugar da ação.

Binkley (2010) afirma que a felicidade se tornou alvo do discurso neoliberal, governamentalizada em função de produtividade, como se pode perceber em discursos sobre autorresponsabilidade que recaem sobre o sujeito. Discurso adotado por empresas, escolas, empregados nos relacionamentos e outros modos de governo da vida, que sempre prescrevem e antecipam as ações resolutivas de fazer a prescrição do positivo, da regra... Teorias construídas e formuladas em razão de exercer toda a potência de ser, buscam retirar toda e qualquer forma de contato com o não fazer, uma vez que a negatividade não gera produção e velocidade. Valores tão importantes na sociedade neoliberal que a psicologia se apropria com a intenção e a promessa de desenvolver todo o potencial humano, contudo despolitiza e constrói massificação.

Destacamos também o livro “*Mindset: A nova psicologia do sucesso*” de Carol S. Dweck. É possível perceber a partir de sua leitura que a construção de um *Mindset* percorre um caminho para extrair dos sujeitos toda as suas potencialidades em prol do sucesso. Contudo, questionamos: O que é sucesso? E ainda mais, esses sujeitos que não alcançam o tal sucesso prometido, são incapazes de conquistas? Percebemos que há um aprisionamento a ideias de vida, seja para felicidade, para o sucesso que colocam o sujeito em função de um modo de governamentalidade. Para Han (2020), há captura dos modos de vida como um modo de coerção, pois uma nova submissão se torna uma forma de coerção. Desse modo se constrói o discurso de liberdade, mas há sempre uma forma de aprisionamento a um modo de vida que funciona em prol deste ideal.

O NEOLIBERALISMO: AS NOVAS TÉCNICAS DE EXERCÍCIO DO PODER E O PROBLEMA DA LIBERDADE

Biopoder e biopolítica são formas de exercício do poder, que por meio de dispositivos de saber/poder atuam sobre o corpo/população e produzem modos governar a vida (Foucault, 1988; 2008a; 2008b). Dispositivo é um conceito foucaultiano, porém nem sempre explícito em seus escritos, com essa preocupação Agamben (2010) buscou desdobrá-lo e demonstrar sua conceitualização. Ele afirma que o conceito tem certa função estratégica no jogo de forças, pois dos dispositivos desdobram-se as relações de poder e funcionam como “um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por eles são condicionados” (Agamben 2010 p.28; Foucault,2009).

Diante da ideia de que os dispositivos são condicionados e condicionam a constituição de saberes e de políticas sobre a vida, Toni Negri (2015) descreve o conceito de biocapitalismo como outra técnica de poder que atua hoje sobre nós na atualidade. De acordo com Negri (2015) o biocapitalismo se desdobra em uma outra forma de governo da vida, onde não mais há uma exploração do trabalho enquanto força de produção e sim uma outra captura, outro jogo de forças que toma a sociedade inteira como capital e caminha no sentido de exploração de forças, não só de produção do trabalho manual, mas, se constitui de maneira sutil e passa explorar o trabalho cognitivo, o que leva a outro desdobramento teórico conceitual, que Han (2020), define como psicopolítica.

Han (2020) afirma que o neoliberalismo, como um braço evolutivo do capitalismo não se preocupa mais com a captura do corpo

biológico, mas, se alinha a outras formas e técnicas de poder cada vez mais sutis, e toma a psique como alvo de investimento de força de produção, para o exercício de sua própria racionalidade. E são desses espaços de governo da vida e de captura desta força de trabalho *psi* que as novas formas da biopolítica atuam, uma nova forma de exercício do poder que responsabiliza unicamente o sujeito por seu sucesso ou fracasso. Mecanismos de poder que retiram a potência de conjunto da população e levam a despolitização do corpo jovem, forças de um jogo da racionalidade neoliberal, produtoras de modos de vida e que individualizam as condutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões contidas neste capítulo nos permitem pensar sobre modos de subjetividade que surgem em meio de um modelo de governo da vida e das coisas. Problematizamos e buscamos evidenciar que na sociedade atual há formas de ser que são frutos e funcionam em razão do modelo de sociedade no qual vivemos. No que tange a questão da juventude, percebemos que os antigos constructos ideais e ascéticos fundamentados em um modelo como weberiano já passaram por uma série de refinamentos que levaram a constituição de uma nova categoria social – jovem – que se compreende enquanto empreendedor de si. Portanto, cremos na necessidade de continuar a investigação acerca da constituição dessa nova categoria na contemporaneidade, e não para corroborá-la, mas sim problematizá-la para que formas outras de liberdade possam, também, participar, questionar ou mesmo negar esses atuais modos de subjetivação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. Homo Sacer II. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **O reino e a gloria**. Uma Genealogia teológica da economia e do governo: Homo Sacer II, 2. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGAMBEN, G. **Meios sem Fim**. Notas Sobre a Política. Tradução Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BENJAMIN, W. **Capitalismo como religião**. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo. Boitempo, 1921-2013.

BIRMAN, Joel. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. *In*: FREIRE FILHO, João (Org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 27 – 48.

DWECK, C. S. **Mindset: a nova psicologia do sucesso**. Tradução S. Duarte. 1ªed – São Paulo, Objetiva 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREIFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOULART, M. V.; DOS SANTOS, N. I. S. Juventude e biopolítica: o poder jovem enquanto objeto de intervenção política. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 305-333, jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p305/22516>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

HAN, BYUNG-CHUL. **Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** 7ed Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HAN, BYUNG-CHUL. **A Sociedade do cansaço.** Tradução Ênio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Hill, N. + **Esperto que o Diabo: O mistério revelado da liberdade e do sucesso.** 19ª ed Tradução M. Conte Jr – Porto Alegre: Citadel Grupo editorial, 2014.

KANT, I. **Resposta à pergunta:** O que é esclarecimento. Tradução Luiz Paulo Rouanet. 1784. Disponível em: <http://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/04/Immanuel-Kant.-O-que-%C3%A9-esclarecimento.pdf> Acesso em 23 jan. 2021.

LÖWY, Michael. Le capitalisme comme religion. Walter Benjamin et Max Weber. Tradução Selvino J. Assmann. *Raisons Politiques*/3, n 23, Paris: Presses de Sciences Po, 2006. p. 203-220. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00237056> Acesso em: 31 jan. 2021.

MARQUES J.R. **Mindset Milionário.** São Paulo: Buzz editora, 2021.

MATE, R. **Meia noite na história:** Comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. Tradução Nélio Schneider. São Leopoldo, RS. Ed. UNISINOS, 2011.

SCISLESKI, A. C. C.; REIS, C.; HADLER, O.; WEIGERT, M. A. B.; GUARESCHI, N. M. F. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 3, 2012. Disponível em: <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/774/718> Acesso em: 23 jan. 2017.

SELIGMAN, M. P. **Felicidade autêntica – Use a psicologia positiva para alcançar todo seu potencial.** Tradução Neuza Capelo – 2ª ed- Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

WEBER, M. **A Ética protestante e o “espírito” capitalista.** Tradução Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 1920-2014.

4

Ana Carolina Barbosa Pereira

APLICAÇÕES DA CATEGORIA DE LUGAR EPISTÊMICO NOS CAMPOS DA TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.4](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.4)

INTRODUÇÃO

O texto que apresento a seguir foi, originalmente, mobilizado como materialidade para um debate organizado e conduzido por estudantes do curso de História da Universidade Federal da Bahia, em 2019. O debate aconteceu no auditório do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH), na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Com o auditório lotado, em uma terça-feira à tarde, o debate foi transmitido pelo Centro Acadêmico de História Luiza Mahin/gestão Carolina de Jesus⁶. Com o título “Teoria da História em debate: Lugar de fala em duas linhas”, a mesa contou com a minha presença e a do Professor Rodrigo Perez como debatedores(as) e as de Daniele Amélia dos Santos Lima e Waldemar Almeida de Oliveira Filho como mediadores(as).

Enquanto ocorria a divulgação do debate, tanto em espaços virtuais como nos espaços físicos da Universidade, Rodrigo Perez compartilhou a versão preliminar do artigo “O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico”, posteriormente publicado na coletânea *Do fake ao fato: des(atualizando) Bolsonaro (2020)* e eu compartilhei o texto que o(a) leitor(a) tem em mãos. A proposta do texto pode ser resumida da seguinte forma: a partir da apreciação crítica de três textos publicados em revistas e jornais na França (2018) e no Brasil (2019), apresento uma definição para a categoria de *lugar epistêmico* em sua dimensão operacional. Trata-se de um exercício metodológico que possibilita quatro formas interdependentes de emprego desta categoria nos campos da teoria e história da historiografia. São elas: a) o *lugar epistêmico* como crítica ao cânone; b) o *lugar epistêmico* como crítica ao *a priori* das narrativas universalistas; c) o *lugar epistêmico* como crítica à dicotomia sujeito-objeto; d) o *lugar epistêmico* como marcador interseccional dos sujeitos da narrativa, especialmente aqueles habitados à fantasia da existência incondicional.

6 A gravação completa pode ser acessada em <https://www.youtube.com/watch?v=JfIGkuXPa24>

CONSERVADORES E PROGRESSISTAS EM SUA OFENSIVA ANTIDECOLONIAL

Em novembro de 2018 a revista conservadora *Le Point* publicou um texto assinado por oitenta intelectuais franceses, dentre eles(as) professores(as), historiadores(as) e filósofos(as), cujo intuito era o de denunciar o que definiram como uma “estratégia hegemônica do decolonialismo”, cada vez mais presente nas Universidades, teatros e museus na França.⁷

O apelo dos(as) intelectuais menciona inúmeros eventos acadêmicos e culturais promovidos por “militantes decoloniais”, bem como o fato de estes serem bem-vindos em instituições prestigiadas como o Collège de France, o Museu do Louvre e a Filarmônica de Paris. O incômodo com o “decolonialismo” deriva do que consideram uma grande contradição do “movimento”, isto é, apresentarem-se como progressistas ao mesmo tempo em que desviariam as lutas por emancipação individual e pela liberdade, atacando frontalmente o universalismo republicano. Os(as) oitenta intelectuais acusam os(as) decoloniais de serem segregacionistas, de reativarem a ideia de raça, de colocarem em risco a democracia francesa e, ainda, de ingratidão, pois todos esses ataques seriam incompatíveis com a benevolência e apoio financeiro subsidiados pelo Estado francês e destinados aos sujeitos alvos do manifesto.

Em 23 de maio de 2019 foi a vez do periódico brasileiro *Esquerda Online* compartilhar o texto do Professor de Ciência Política da Universidade de Brasília, Luís Felipe Miguel, intitulado “Lugar de fala virou uma ferramenta de exclusão”, no qual afirma que a categoria de “lugar de fala” se converteu em uma espécie de “bilhete de acesso”, atuando como uma forma de veto e como estratégia de silenciamento.⁸

7 Disponível em: <https://bitli.li/T4p>. Acessado em: 23 de junho de 2019.

8 Disponível em: <https://bitli.li/j7H>. Acessado em 23 de junho de 2019.

Na semana seguinte a também brasileira *Revista Fórum* publicou “O bolsonarismo radicalizou o lugar de fala”, texto de Rodrigo Perez que, como eu, é Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Através da associação entre “lugar de fala” e o que chamou de “corpo vivência” o autor alerta para o perigo do que identificou como um projeto epistemológico que tem se destacado e que afirma a primazia da experiência e do testemunho sobre o método. Segundo o autor esse projeto aproximaria, do ponto de vista epistemológico, sujeitos cujas inclinações ideológicas são incompatíveis, tais como Osmar Terra, Bolsonaro, Olavo de Carvalho, Djamila Ribeiro, Ailton Krenak e Primo Levi.⁹

Embora o periódico e a revista brasileira, assim como os autores dos textos ali publicados, sejam de tendência progressista e politicamente de esquerda, revelam uma postura muito semelhante à dos(as) oitenta intelectuais franceses que assinam o apelo conservador contra uma (suposta) estratégia hegemônica de “militantes decoloniais” ingratos(as). Nos três casos é possível observar a reação de intelectuais à crescente visibilidade de paradigmas (ainda) contra hegemônicos e discursos anticoloniais no cenário acadêmico, na arena política e na cena pública em geral.

Elegi esses três casos para discutir os temas do “privilegio epistêmico” (GROSFOGUEL 2016) e da “desigualdade da ignorância” (*inequality of ignorance*) (CHAKRABARTY 2000), mas também para assinalar mais uma vez a importância da categoria de lugar epistêmico (PEREIRA 2018; 2019) como compromisso ético-político, como instrumento metodológico e como ferramenta teórica alinhados ao debate sobre a divisão imperial do trabalho intelectual (CONNELL 2011). E a razão de escolhê-los se deve ao fato de servirem como indício inequívoco do incômodo que a marcação dos sujeitos não habituados à existência condicionada (engendrada, racializada e geopoliticamente localizada) lhes provoca.

9 Disponível em <https://bitli.li/qGD>. Acessado em 23 de junho de 2019.

O primeiro comportamento compartilhado pelos(as) intelectuais franceses e brasileiros mencionados que merece destaque é o fato de transparecerem um absoluto desconhecimento do objeto da crítica que empreendem em seus respectivos textos. Considero esse comportamento uma expressão do que Dipesh Chakrabarty (2000) denominou “desigualdade da ignorância”. Com essa expressão o autor nomeia a assimetria da relação entre intelectuais europeus/europeias e não europeus/europeias quanto ao conhecimento e reconhecimento do trabalho que desenvolvem. Em referência particular aos(às) historiadores(as), o autor afirma o seguinte:

Os(as) historiadores(as) do Terceiro Mundo sentem a necessidade de se referir aos trabalhos de história europeia; historiadores da Europa não sentem nenhuma necessidade em retribuir. Seja um Edward Thompson, um Le Roy Ladurie, um George Duby, um Carlo Ginzburg, um Lawrence Stone, um Robert Darnton ou uma Natalie Davis – citando, aleatoriamente, alguns nomes do nosso mundo contemporâneo– os “grandes” e os modelos de empreendimento do historiador são sempre, ao menos culturalmente, “europeus”. “Eles” produzem seus trabalhos com relativa ignorância em relação às histórias não-ocidentais, e isso não parece interferir na qualidade de suas produções. Entretanto, este é um gesto que “nós” não podemos imitar (CHAKRABARTY, 2000: p. 28).¹⁰

A “desigualdade da ignorância” é notória no texto assinado pelos(as) intelectuais franceses(as), uma vez que não se importam com o tratamento genérico e impreciso dado à categoria “decolonialismo”. Soma-se a isso a não identificação/individuação de autores(as) decoloniais e a sua redução à categoria de “militantes decoloniais”.

¹⁰ “Third-world historians feel a need to refer to works in European history; historians of Europe do not feel any need to reciprocate. Whether it is an Edward Thompson, a Le Roy Ladurie, a George Duby, a Carlo Ginzburg, a Lawrence Stone, a Robert Darnton, or a Natalie Davis—to take but a few names at random from our contemporary world—the “greats” and the models of the historian’s enterprise are always at least culturally “European.” “They” produce their work in relative ignorance of non-Western histories, and this does not seem to affect the quality of their work. This is a gesture, however, that “we” cannot return”. Tradução da autora.

Ora, as tendências pós-coloniais têm uma história própria e muitos são os paradigmas que integram essa vasta categoria. A menção genérica e imprecisa a um “decolonialismo” atesta o desconhecimento dos diferentes paradigmas de caráter anticolonial. Trata-se de uma tendência que se inicia no contexto das lutas por independência na África e na Ásia, em meados do século XX. Fala-se, por exemplo, em uma tríade francesa como textos seminais, envolvendo os martinicanos Aimé Césaire e Franz Fanon e o tunisiano Albert Memme. (BALLESTRIN 2013). *Discurso sobre o colonialismo* (1978 [1950]), *Os condenados da terra* (2005 [1961]) e *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador* (1967 [1947]) são, nesse sentido, clássicos do pensamento contemporâneo.

Também integram a vasta categoria de pós-colonial o clássico de Edward Said, *Orientalismo*, assim como os chamados *Estudos Subalternos*, na Índia, que contam com renomados(as) intelectuais como Gayatri Spivak, Dipesh Chakrabarty e Ranajit Guha. Há também os Estudos culturais que reúnem autores como Hommi Bhabha, Stuart Hall e Paul Giroy. “Decolonialismo” ou, mais propriamente, *Decolonialidad* é um paradigma de identidade latino-americana vinculado ao grupo *Modernidad/Colonialidad*, cuja história se inicia no final dos anos 1990, se estabelece no início dos anos 2000 e adquire reconhecido prestígio nos anos seguintes (BALLESTRIN, 2013). Deste modo, nomes importantes como os de Anibal Quijano, Catherine Walsh, Walter Mignolo ou Ramón Grosfoguel, por exemplo, não podem ser associados a pecha de “militantes combatentes decoloniais”, não sem um enorme constrangimento.

Trata-se, enfim, de uma história complexa, aqui rapidamente mencionada, com trajetórias e tendências heterogêneas que somente se podem conhecer recorrendo às célebres História das Ideias, Sociologia do conhecimento, História Intelectual, dentre outras abordagens científicas que, provavelmente, os(as) oitenta intelectuais franceses conhecem, cobram dos decoloniais, mas não as praticam quando o objeto é o “decolonialismo”.

Difícilmente Pierre Nora e Mona Ouzouf, ambos signatários do apelo anticolonial, reconheceriam como séria e cientificamente fundamentada uma menção genérica, imprecisa e descuidada à Escola dos Annales ou a conceitos como memória, mentalidade ou longa duração. Mas assinam embaixo quando a afirmação é a de que:

Nossas instituições culturais, acadêmicas e científicas (para não mencionar nossas escolas secundárias) são agora alvo de ataques que, sob o pretexto de denunciar a discriminação de origem “colonial”, procuram minar os princípios da liberdade de expressão e da universalidade herdada do Iluminismo. Conferências, exposições, shows, filmes, livros “decoloniais” que reativam a idéia de “raça” continuam a explorar a culpa de alguns e exacerbar o ressentimento dos outros, alimentando ódios e divisões entre etnias. É nessa perspectiva que se desenrola a estratégia de inserção de militantes decolonialistas no ensino superior (universidades, escolas superiores de ensino e educação, escolas nacionais de jornalismo) e na cultura. A situação é alarmante. O pluralismo intelectual que os cantões do “descolonialismo” buscam neutralizar é uma condição essencial para o bom funcionamento de nossa democracia.¹¹

O uso insistente do termo “militante” para os decoloniais, em oposição a “intelectuais” para os franceses signatários do texto é sintomático. É uma postura que intenta deslegitimar e reduzir um conjunto de textos, autores(as) e grupos de pesquisa especializados à condição de militantes raivosos e oportunistas, lidos como uma ameaça à democracia francesa. Além disso, a afirmação de que os decoloniais exploram a culpa de uns e exacerbam o ressentimento de outros, ou alimentam ódio e divisões étnicas é taxativa e estabelece uma associação direta, embora sem comprovação, entre “decolonialismo” e autoritarismo.

11 *Nos institutions culturelles, universitaires, scientifiques (sans compter nos collègues et lycées, fortement touchés) sont désormais ciblées par des attaques qui, sous couvert de dénoncer les discriminations d'origine « coloniale », cherchent à miner les principes de liberté d'expression et d'universalité hérités des Lumières. Colloques, expositions, spectacles, films, livres « décoloniaux » réactivant l'idée de « race » ne cessent d'exploiter la culpabilité des uns et d'exacerber le ressentiment des autres, nourrissant les haines interethniques et les divisions. C'est dans cette perspective que s'inscrit la stratégie d'entrisme des militants décolonialistes dans l'enseignement supérieur (universités ; écoles supérieures du professorat et de l'éducation ; écoles nationales de journalisme) et dans la culture.* Tradução da autora.

Quanto aos textos de Luis Felipe Miguel e Rodrigo Perez, a “desigualdade da ignorância” se repete, embora com algumas diferenças. Em relação aos(as) intelectuais franceses(as), os autores brasileiros estão em relativa desvantagem, pois ocupam o lugar de autores periféricos mencionados por Chakrabarty. Por outro lado, a mesma dinâmica de desigualdade ou assimetria da ignorância se reproduz também nos espaços coloniais. Afinal, a racialização e a classificação social (QUIJANO, 2009) são duas dentre as mais fortes heranças do colonialismo. Dito de outro modo, a divisão imperial do trabalho intelectual tem sua versão própria nas universidades ocidentalizadas e correspondem ao que Rae-wyn Connell (2012) denominou “metrocentrismo do Sul” e é um reflexo do que Syed Hussein Alatas (1974) denominou “mente cativa”.

Historicamente, as universidades ocidentalizadas reproduzem um comportamento de imitação e servilismo em relação ao conhecimento de origem euro-americana, sobretudo em relação a modelos teóricos. Como nos lembra Connell (2012), temos o hábito de citar certos autores de uns poucos países europeus e dos Estados Unidos porque somos ensinados e seguimos ensinando a receber instruções das universidades norte-globais. O metrocentrismo, em síntese, consiste na manutenção de uma lógica colonial que opõe a metrópole como centro proeminente produtor de teorias e a periferia como região fornecedora de dados empíricos que preenchem e dão volume a essas molduras teóricas de pretensão universalista.

Essa dinâmica de imitação e servilismo atualiza e perpetua o “privilegio epistêmico” construído às custas dos quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI, contra povos muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, contra os povos ameríndios, contra os povos africanos submetidos à escravidão nas Américas e contra as mulheres europeias queimadas vivas sob acusação de bruxaria (GROSFOGUEL, 2016). Essa face violenta e fundante do “mito da Modernidade” (DUSSEL, 1994), que se construiu eclipsando a alteridade,

deu origem à concepção solipsista do sujeito cartesiano. Um sujeito supostamente incorpóreo que, ao acreditar falar de lugar nenhum, se considera apto a falar de todos os lugares e em nome de toda a gente (GROSFOGUEL, 2016).

Nesse sentido, os(as) signatários(as) do texto antidecolonial e as críticas à categoria de lugar de fala exemplificam o comportamento de quem mobiliza o discurso universalista, de quem fala em nome de uma “humanidade”, para denunciar o particularismo ou “segregacionismo” dos outros sem, no entanto, perceber que determinados sujeitos jamais poderiam fazer o mesmo porque são, historicamente, marcados com o signo do particular e do relativo. E essa postura acrítica é responsável pela perpetuação de inúmeras formas de violência epistêmica, dentre elas o não reconhecimento dos(as) intelectuais atravessados(as) por marcadores interseccionais como seus(suas) interlocutores(as).

Para exemplificar, a filósofa Djamila Ribeiro é autora do livro *O que é lugar de fala?* (2017), o primeiro de uma série de títulos da coleção *Feminismos Plurais* por ela organizado que se tornou um *best seller*. É também autora de *Quem Tem Medo do Feminismo Negro* (2019), outro *best seller* que, como o primeiro, recebeu uma tradução para o francês. É, ainda, a autora mais vendida no Brasil atualmente. Desfruta de prestígio internacional e recentemente foi homenageada na França pelo Programa “Personalidade do Amanhã”, representando o Brasil. Em resumo, Djamila Ribeiro não é, definitivamente, alguém que se possa ignorar.

Entretanto, nos textos de Luis Felipe Miguel e Rodrigo Perez, Djamila é parcial ou absolutamente ignorada. No primeiro caso, Luis Felipe Miguel mobiliza a categoria “lugar de fala” sem mencionar o nome de Djamila Ribeiro e seu livro que, indiscutivelmente, se tornou a grande referência no tema, sobretudo por sua popularidade e circulação entre o grande público. Rodrigo Perez, por sua vez, menciona o nome da autora, mas para dizer que “Djamila Ribeiro afirma que

determinados objetos somente podem ser abordados por intelectuais negros”, embora não mencione nem onde, nem quando a autora teria feito a tal afirmação.¹²

Como leitora e também como intelectual procuro estar atenta e acompanhar o movimento de intelectuais que, como Djamila Ribeiro, conseguem extrapolar o mero círculo de especialistas e falar ao grande público. E afirmo sem receio algum que jamais li ou ouvi Djamila Ribeiro afirmar qualquer coisa parecida. Ao contrário, o que leio e ouço a autora afirmar, seja no seu livro *O que é lugar de fala?*, em palestras divulgadas na Internet, ou em falas veiculadas em programas de TV, é não só diferente como o exato oposto do que afirma Rodrigo Perez. Há, inclusive, um debate que a autora faz sobre a diferença entre os conceitos de “representatividade” e “lugar de fala”, como se nota na seguinte passagem:

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. (RIBEIRO 2017, p. 46)

Essa distinção é recorrente no discurso de Djamila Ribeiro e eu diria, inclusive, que é uma de suas marcas registradas no trato dessa temática na cena pública. Deste modo, as palavras atribuídas por Rodrigo Perez à prestigiada autora são, no mínimo, imprudentes. Igualmente, a afirmação de Luis Felipe Miguel, segundo a qual, o “lugar de fala” se converteu em “bilhete de acesso” e “ferramenta de exclusão” denota o seu absoluto desconhecimento do debate acerca da categoria e das assimetrias de gênero, raça e sexualidade na arena político discursiva. Para ilustrar, recorro à referência de Djamila Ribeiro a Jota Mombaça:

12 Disponível em <https://bitli.li/qGD>. Acessado em 23 de junho de 2019.

Muito se fala sobre como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de que há uma política (e uma política) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. [...] Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistêmico; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta. (MOMBAÇA, *apud* RIBEIRO 2017, p. 47)

Estou inteiramente de acordo com Mombaça e Ribeiro e enxergo nos textos publicados nos periódicos francês e brasileiro o mesmo *modus operandi* que reflete a postura reativa daqueles(as) que são desafiados(as) a pensar sobre o próprio *locus* de enunciação, a refletir sobre as desigualdades de acesso e reconhecimento mútuo em todo ato de fala. Nos três casos assistimos a intelectuais que recebem muito mal a experiência de serem marcados com o signo do particular.

Não por acaso os(as) intelectuais franceses enxergam no “decolonialismo” um ataque ao universalismo iluminista. E nisso eles(as) estão certos(as). De fato, as perspectivas anticoloniais se opõem aos discursos universalistas do Iluminismo e o fazem por uma razão muito simples: eles não são, de fato, universais. São, isto sim, uma forma de leitura do mundo construída a partir de experiências históricas particulares, mas que são projetadas como se sintetizassem toda experiência humana possível. Estamos falando de uma tradição responsável pela criação, puramente especulativa e autorreferenciada, de critérios definidores de uma *natureza humana* que era, ao mesmo tempo, negada

a inúmeros povos não ocidentais, em especial a nativos(as) americanos(as) e africanos(as) (PEREIRA, 2013).

Não descarto, contudo, a possibilidade de maus usos dos conceitos e categorias de análise desenvolvidas por tendências anticoloniais. Mas certamente esta não seria a primeira nem será a última vez. Maus usos e abusos das categorias marxistas, por exemplo, se contam aos montes. Da mesma forma, categorias científicas podem ser banalizadas e se afastarem de seu sentido original quando tornadas de domínio público, a exemplo do que aconteceu com termos como “inconsciente”, “mentalidade” e “imaginário”.

Entretanto, quando isso acontece é comum que se discutam os usos e abusos dessas categorias, seja no interior das instituições acadêmicas ou fora delas. Incomum seria atacar os(as) autores(as) e as epistemologias responsáveis pela elaboração desses conceitos. Dito de outra forma, nem Marx, nem Freud, nem uma geração inteira dos Annales foram alvo de ataques em função dos maus usos das categorias a eles(as) associadas. E jamais faltará alguém para entrar em defesa de cada um desses(as) autores(as) com afirmações como “não foi isso que Marx quis dizer” ou “não é esse o sentido de mentalidade utilizado por Marc Bloch ou Mona Ozouf”.

É nesse sentido que reafirmo a importância da categoria de *lugar epistêmico* como opção teórica e como ferramenta conceitual útil ao campo da teoria e história da historiografia. Em suas quatro dimensões, a categoria de *lugar epistêmico* possibilita delimitar o *locus* enunciativo dos sujeitos da narrativa, seja do ponto de vista das relações de força subjacentes à construção de um cânone disciplinar e da provincialização de modelos teóricos de pretensão universalista, seja da desestabilização da dicotomia sujeito-objeto ou da marcação interseccional dos sujeitos da narrativa (PEREIRA 2019).

No primeiro caso, o *lugar epistêmico* pode ser mobilizado para problematizar as narrativas fundacionais de um cânone disciplinar. Isso pode ser pensado como “o mais fundamental exercício de afirmação do *locus* de enunciação” e consiste na atividade de “remontar a linhagem dos textos fundacionais de uma disciplina científica e seus descendentes diretos” (PEREIRA 2018, p. 98). Fenômeno generalizado entre as ciências humanas e sociais, o processo de construção dos cânones disciplinares reconhece como seus “pais fundadores” um número restrito de autores de origem europeia, responsáveis por gerar uma também restrita linhagem de descendentes diretos. A produção intelectual originária das mais variadas partes do chamado “Sul global” ocuparia, nessa narrativa, o lugar de filhos(as) bastardos(as) daqueles homens célebres, (supostamente) pioneiros na fundação e institucionalização de todos os ramos das ciências humanas e sociais.

O *lugar epistêmico* ocupado por esses “pais fundadores” e seus descendentes diretos é, certamente, o lugar do “privilégio epistêmico” (GROSFOGUEL 2016). Uma vez identificado, esse lugar pode ser questionado e o cânone disciplinar disputado, a exemplo de iniciativas inovadoras como as de Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha em *Sociological Theory Beyond the Canon* (2016). Com o objetivo de investir em cursos de “teoria sociológica clássica” mais plurais os(as) autores(as) têm desenvolvido pesquisas que seguem em duas direções: a) na leitura crítica dos autores clássicos hegemônicos, enfatizando o caráter eurocêntrico de categorias e conceitos centrais às teorias, por exemplo, de Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim; b) na prática do que poderíamos chamar de “arqueologia bibliográfica” e que consiste em identificar autores(as) contemporâneos(as) aos “pais fundadores” da teoria sociológica clássica, ou mesmo anteriores a eles, que desde o Japão, Índia, Filipinas, Malásia e demais países do continente estavam fazendo sociologia e antropologia sem, no entanto, serem lembrados, lidos e comentados como os são os autores hegemônicos.

Outra aplicação possível da categoria de *lugar epistêmico* é a crítica ao *a priori* das teorias universalizantes. Habitua-dos(as) que somos a consumir modelos teóricos importados de alguns países europeus e dos Estados Unidos, buscamos dominar o sentido dos conceitos e categorias de análise presentes nesses construtos teóricos, mas damos pouquíssima atenção aos pressupostos filosóficos que lhes servem de alicerce. E é justamente nesse lugar que identificamos o provincialismo na pretensão universalista de tais teorias, afinal estamos lidando com pressupostos restritos a um sistema de pensamento, ou se preferir, a uma metafísica em particular.

Para exemplificar, teorias contemporâneas do tempo histórico e difundidas concepções de historicidade de teóricos europeus como Jörn Rüsen, Reinhart Koselleck ou François Hartog, compartilham de um mesmo pressuposto filosófico a respeito da experiência temporal. Supostamente condicionada pela unidade originária entre passado, presente e futuro, mas também pela tensão consciente entre experiência e expectativa, a experiência humana do tempo resultaria sempre dessa ambivalência antropológica da qual surgiriam diferentes combinações, arranjos e rearranjos daquelas três dimensões do tempo.

Esse pressuposto, embora se refira à experiência humana em geral opera, exclusivamente, no interior do sistema de pensamento ocidental e, portanto, é impróprio para descrever experiências fundadas em sistemas de pensamento diferentes. A exemplo, a análise de Alexis Kagame a respeito da percepção empírica do tempo na metafísica bantu é um dentre outros indicativos da irremediável particularidade da percepção ocidental. Segundo o autor, na metafísica bantu o indivíduo experimenta o tempo como puro presente, uma vez que o passado é o terreno da ancestralidade e o futuro o da descendência, isto é, respectivamente, o que antecede e o que sucede a própria trajetória existencial de um indivíduo. A aplicação das teorias europeias do tempo histórico ao caso bantu levaria, conseqüentemente, à sua desfiguração.

Uma terceira possibilidade de aplicação da categoria de *lugar epistêmico* é a crítica à dicotomia sujeito-objeto. Além de inviabilizar determinadas abordagens no interior da comunidade científica, a rigidez dessa dicotomia leva à injustiça epistêmica de preservar determinados perfis sempre como sujeitos cognoscentes, ao passo que outros são mantidos como objeto de conhecimento de outrem. Como agentes que observam, descrevem, comparam, analisam, classificam, criticam e debatem, os perfis habituados à condição de sujeitos do conhecimento tendem a reagir muito mal quando são observados, etnografados, analisados, descritos, comparados ou debatidos. Uma forma possível de enfrentamento desta assimetria seria a aproximação do que Roy Wagner (2010) denominou “antropologia reversa”.

No caso específico da história da historiografia, penso ser um terreno fértil para se por em prática a crítica à dicotomia sujeito-objeto. Por se tratar de um campo que exercita a reflexão sobre o próprio fazer historiográfico, a história da historiografia evidencia a importância de nos colocarmos, simultaneamente, como sujeitos e objetos de investigação. Os resultados das pesquisas desenvolvidas em áreas como esta atestam os ganhos que tendemos a ter quando reconhecemos que não somos proprietários(as) exclusivos da condição de sujeitos.

Por fim, a categoria de *lugar epistêmico* serve à marcação interseccional dos sujeitos da narrativa. Próxima da definição de “lugar de fala” mobilizada ao longo deste texto, *lugar epistêmico* tem, contudo, uma especificidade. Para além da marcação de sujeitos não marcados, ela visa também combater a guetização do debate sobre assimetrias de raça, gênero e sexualidade trazendo-o para o interior de campos tradicionalmente alheios a tais abordagens, a exemplo do que acontece com a História intelectual e das Ideias, e com a Teoria e História da Historiografia. Uma forma de aplicação desta categoria, com esse sentido, envolve o exercício de diagnóstico do campo e o emprego de metodologias como a autoetnografia (SARASWATI, *apud* SINHA; ALATAS 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aplicações da categoria de *lugar epistêmico* devem permitir mensurar e expor em números o eurocentrismo, o racismo e o androcentrismo presentes nas temáticas de dossiês propostas pelas revistas especializadas ou na preferência por palestrantes homens, brancos e muitas vezes europeus para os eventos na área. Mas isso não deve ser tudo!

Além da questão dos números, de permitir investir na autoetnografia de modo a contemplar os testemunhos das estratégias subterfâneas de expropriação intelectual, das formas mais ou menos sofisticadas de plágio de ideias e de teses – da estrita cópia à paráfrase sem referência -, das experiências de assédio moral e sexual, da velha estratégia de cooptação de *outsiders within* (COLLINS, 2019) como forma de legitimação do *status quo* e de desarticulação de grupos e de redes de pesquisadores(as) que assumem publicamente suas críticas contra o racismo, o sexismo, a lgbtfobia e o androcentrismo na academia.

Mais do que importantes, essas e outras estratégias semelhantes são posicionamentos sensíveis às demandas políticas e epistêmicas da contemporaneidade, cada vez mais exigente e ciente da manha sutil do poder e das violências concretas e simbólicas que há tempos têm escolhido os mesmos alvos.

REFERÊNCIAS

- ALATAS, Syed Hussein. The captive mind and the creative development. *In*: International Social Science Journal. Volume XXIV, n. 4, 1974. p. 691-700.
- ALATAS, Syed Hussein. Intellectual imperialism: definition, traits, and problems. Southeast Asian Journal of Social Science, v.28, n.1, p.23-45, 2000.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2013, n.11, pp. 89-117.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CHAKRABARTY, Dipesh. Postcoloniality and the Artifice of History. *In: Provincializing Europe*. Princeton University Press, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.27, n.80, 2011.

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidad**. 3.ed. Quito: Ediciones ABYA-YALA, 1994.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo/ epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 nº 1 Janeiro/Abril 2016*.

KAGAME, Alexis. Apercepção empírica do tempo e concepção da história no pensamento bantu. *In RICOEUR, Paul et al. As culturas e o tempo*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo.

KLEN, Bruna S; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de. **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro** Vitória: Editora Milfontes, 2020.

Le «décolonialisme», une stratégie hégémonique: l'appel de 80 intellectuels. **Le Point**, Publié le 28/11/2018. Disponível em: <https://bitli.li/T4p>. Acessado em: 23 de juho de 2019.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MIGUEL, Luis Felipe. Lugar de fala virou uma ferramenta de exclusão. **Esquerda Online**, 23/05/2019. Disponível em: <https://bitli.li/j7H>. Acessado em 23 de junho de 2019.

PEREIRA, Ana Carolina B. **Na transversal do tempo: natureza e cultura à prova da história**. 2013. Tese (doutorado em história) -Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em História, 2013.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n. 24, p.88-114, abr/jun. 2018.

PEREIRA, Ana Carolina B. Sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *In*: VEDIA, Esteban; MELO, Mercedes. **III Jornadas Nacionales de Filosofia y Epistemologia de la Historia: ponencias, simposios y mesas redondas.** - 1ª ed. - Neuquen : EDUCO - Universidad Nacional del Comahue. EDUCO - Editorial Universitaria del Comahue, 2019.

PEREZ, Rodrigo. O bolsonarismo radicalizou o lugar de fala. **Revista Fórum**, 1º de junho de 2019. Disponível em <https://bitli.li/qGD>. Acessado em 23 de junho de 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** CES, Coimbra, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

SINHA, Vineeta “Pandita Ramabai Saraswati (1858–1922)”. *In*: ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **Sociological Theory beyond the canon.** Singapura: National University of Singapore, 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.



5

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

A CAUDA DO DIABO:
a recepção de Gramsci
em José Aricó

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.5](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.5)

INTRODUÇÃO

No final dos anos 1980, rememorando sua trajetória intelectual e política, o intelectual argentino José María Aricó (2014) afirmou que Gramsci o acompanhava ao longo dos anos como uma sombra ao corpo. Embora projetada no contexto político da redemocratização dos países latino-americanos, essa sombra foi, nos anos 1960 e 1970, dimensionada em sentidos distintos, próxima aos paradigmas insurreccionais impulsionados pela Revolução Cubana. Nesse sentido, o presente trabalho procura compreender como, ao longo dos anos 1950 e 1980, o pensamento de Antonio Gramsci foi recebido e mobilizado por José Aricó para a interpretação e produção de projetos políticos para a implementação do socialismo na Argentina e na América Latina. Para tanto, tomaremos enquanto fontes os escritos publicados por Aricó em periódicos como *Pasado y Presente*, *Controversia* e também livros como *Marx y America Latina* e *La Cola del Diablo*.

Investigar a recepção das ideias políticas não implica apontar a fidedignidade das interpretações de Aricó em relação a Gramsci. Ao contrário, trata-se de perceber como os textos gramscianos são mobilizados de modos distintos em contextos históricos e políticos específicos. Como intelectual mediador, no sentido estabelecido por Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), Aricó termina por recriar a figura de Gramsci na Argentina e na América Latina. Utilizadas para responder aos problemas característicos do país e do continente, as reflexões gramscianas tornam-se, sob as intervenções de Aricó, uma produção nova e autônoma. Com a análise desse processo de recepção, mais que compreender como Gramsci foi lido na Argentina, pretendemos apontar como seu pensamento estimulou reflexões políticas e epistemológicas para um intelectual pertencente a uma geração que experimentou e buscou intervir em diferentes cenários políticos.

ARICÓ E A REVISTA *PASADO Y PRESENTE*

Na Argentina, as primeiras leituras e apropriações do pensamento de Gramsci ocorrem no interior do PCA (Partido Comunista Argentino) a partir das intervenções do intelectual comunista Héctor Agosti. Essa primeira recepção, como demonstra Adriana Petra (2017), se desenvolveu em meio às tensões políticas subsequentes à crise do estalinismo. Para Agosti, as análises de Gramsci em torno da realidade italiana, sobretudo do *Risorgimento*, poderiam ser mobilizadas para a compreensão da história argentina. Em sua leitura, o processo de Independência, em virtude da debilidade da burguesia nacional, foi incapaz de produzir avanços na modernidade argentina. Produto de uma revolução interrompida, a Argentina tornou-se uma nação a ser realizada no futuro a partir da superação de seus problemas originais. Desde Córdoba, cidade industrial no interior do país, Aricó acompanhava as discussões empreendidas por Agosti. Na metade dos anos 1950, há uma aproximação entre ambos, registrada em cartas publicadas por Adriana Petra e Horacio Tarcus (2013). Tais cartas marcam o interesse e admiração de Aricó pelo intelectual comunista, mas também revelam tensões políticas e epistemológicas entre ambos.

Em 1957, em carta enviada a Agosti, Aricó argumenta em defesa de um artigo escrito por Carlos Astrada sobre a epistemologia em Lenin. De acordo com Aricó, Astrada percebeu acertadamente que as concepções epistemológicas defendidas em *Materialismo e Empirio-crítico*, obra canônica na tradição comunista, adquiriam novas abordagens em seus *Cadernos Filosóficos*. Assim, distanciando-se de uma compreensão mecânica do real, a epistemologia de Lenin se aproximava daquela formulada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*.

A argumentação de Aricó, em defesa do artigo rechaçado pelos comunistas, marca o início das tensões políticas no interior do partido. Embora tais tensões culminem, no início dos anos 1960, em sua expulsão do partido, as reflexões de Aricó não foram desenvolvidas no sentido de uma ruptura. A discussão em torno da epistemologia de Lenin e Gramsci, mais que um debate teórico, se configurava como um debate essencialmente político entre diferentes gerações. Agosti, ainda que se posicionasse rumo a possibilidades de renovação da cultura comunista, operava uma renovação delimitada pela tradição. Aricó, por sua vez, partindo de uma nova geração que emerge no contexto da queda de Perón, como atesta Oscar Terán (1993), pretende marcar um impulso renovador que questiona a cultura política dos comunistas argentinos.

A afirmação dessa nova geração intelectual adquire contornos mais definidos a partir da edição da revista *Pasado y Presente*. Nas cartas trocadas com Agosti, Aricó aponta para a necessidade de uma nova revista, publicada ainda pelo partido, que pudesse ampliar os diálogos do marxismo com outras vertentes intelectuais e políticas. Apesar da discordância de Agosti, o primeiro número da revista foi publicado em 1963. Todavia, o impacto dos artigos, incluindo o editorial redigido por Aricó, acentuou as tensões presentes no partido e motivou a expulsão de jovens militantes do partido.

A revista, publicada em Córdoba, de nítida inspiração gramsciana, partia, na definição de Aricó (1963), de uma geração sem professores. Essa definição, embora assumia tons de ruptura, não implica o apagamento das lutas políticas anteriores, mas uma reformulação da história argentina com vistas a produção de novas proposições para o presente. Nesse sentido, bastante influenciado pela revolução cubana, Aricó aponta para as fragilidades do marxismo em sua versão soviética. Diante da burocratização gerada pelo estalinismo, a URSS perdeu parte de seu impulso revolucionário. O sucesso

da guerrilha cubana, nessa leitura, marca a retomada do processo revolucionário e a necessidade de abertura das esquerdas a novos paradigmas de ação política.

Conforme demonstra Adriana Petra (2017), o questionamento em relação aos posicionamentos políticos do PCA, mais que uma aproximação em relação ao modelo insurrecional cubano, significa uma disputa política em torno da legitimidade do marxismo. Nesse sentido, a crítica aos comunistas se desdobra enquanto um desafio político e epistemológico lançado por uma geração de intelectuais que pretendia afirmar sua legitimidade no debate político das esquerdas argentinas.

A leitura de Gramsci, portanto, é mobilizada precisamente no sentido de produzir as inovações necessárias a tradição marxista. Contrário aos dogmatismos e aberto ao diálogo com outras correntes de pensamento, o marxismo gramsciano era compreendido por Aricó como possibilidade de superação das análises ancilosas presentes na cultura política comunista. Partindo das novas ferramentas teóricas oferecidas por Gramsci, a geração de marxistas da Nova Esquerda poderia efetivamente conhecer a realidade argentina e propor soluções para suas demandas históricas.

A direção do PCA, por outro lado, compreendeu os usos de Gramsci como um amplo distanciamento em relação a cultura comunista. Apesar do financiamento e lançamento da primeira edição de *Pasado y Presente*, as dissidências entre os autores do periódico e a direção do partido tornaram-se insustentáveis e culminaram em sua expulsão do partido ainda em 1963. Em virtude disso, os próximos números da revista, publicados pelo grupo que adquiriu notoriedade como “os gramscianos argentinos”, aprofundam as críticas ao partido comunista e apontam para sua proximidade aos modelos revolucionários armados.

No segundo número da revista, editado no segundo semestre de 1963, Aricó (1963b) publica o texto *El stalinismo y la responsabilidad de la izquierda*, no qual aborda, a partir de leitura de Palmiro Togliatti, os desdobramentos do XXII Congresso do PCUS. Para o intelectual argentino, mesmo com as denúncias efetuadas no XX Congresso, os comunistas soviéticos foram incapazes de produzir inovações em sua própria cultura, mantendo uma perspectiva sectária e dogmática:

La crises del stalinismo, en fondo, no es otra cosa que la crises del pensamiento dogmático, de todo aquello que por razones particulares (necesarias de investigar en forma concreta) pretende cristalizar, ideologizar la filosofia de praxis convirtiéndola en una talmúdica colección de fórmulas rígidas, válidas en sí al margen del contexto social, coherentes desde el punto de vista lógico-formal pero absolutamente estériles en cuando a capacidad cognoscitiva. (ARICÓ, 1963, p. 197)

A partir do excerto é importante notar que Aricó, em seu debate com a cultura soviética presente no PCA, mobiliza o termo filosofia da práxis. Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci formula a filosofia da práxis como uma nova construção dos conceitos essenciais para a tradição marxista, adequando-os a realidade histórica e política do século XX. Nesse sentido, ao utilizar o termo gramsciano, Aricó aponta para a incapacidade dos comunistas em construir ferramentas de análise para interpretação e ação política. Ao se transformar em conjunto de fórmulas e dogmas, o marxismo abandona sua capacidade de conhecimento do real.

No artigo *Examen de conciencia*, publicado no quarto número da revista em 1964, Aricó (1964) mantém suas preocupações em torno da necessidade de uma nova leitura acerca do marxismo, afirmando a Revolução Cubana como momento de abertura diante dos esquemas preconcebidos defendidos pelo partido comunista. Em sua leitura, a deflagração do processo revolucionário cubano cancela, concomitantemente, qualquer perspectiva reformista e a função

do partido na transformação da realidade. Nesses termos, o sucesso cubano significava a “demostración práctica de los nuevos caminos abiertos por la modificación del contexto histórico-mundial, la plena evidencia de una nueva correlación de fuerzas que nos permitía presagiar la recuperación del impulso revolucionario iniciado con la revolución de octubre.” (ARICÓ, 1964, p. 248)

A perspectiva de inauguração de um novo impulso revolucionário a partir da Revolução Cubana implica uma aproximação de Aricó em relação ao guevarismo e aos primeiros grupos armados que surgiram na Argentina ainda nos anos 1960, como atesta Raúl Burgos (2004). Com o cancelamento dos horizontes reformistas, a necessidade da revolução é experimentada a partir da urgência. Tal qual os cubanos, Aricó compreendia que a vontade revolucionária, articulada a organização da classe operária, tornaria possível a concretização da revolução na Argentina. Frente a urgência, é preciso que “la clase obrera no se encuentre desarmada en el momento decisivo, la perspectiva del desarrollo pacífico **sólo** puede ser presentada como **posibilidad** y nunca como programa de acción”. (ARICÓ, 1964, p. 251) [grifos do autor]

Diante disso, é possível afirmar como Aricó mobiliza suas leituras de Gramsci e da Revolução Cubana em sentidos semelhantes. Ambos contribuem para reforçar a disputa política em torno do marxismo e suas possibilidades de conhecimento do real como partes de um impulso renovador necessário. Nessa configuração, as análises gramscianas acerca da política como disputa pela hegemonia passam a conviver com o voluntarismo característico da matriz guevarista.

Desenvolvendo o argumento de Agosti sobre o processo de independência como uma revolução interrompida, Aricó produz uma interpretação da história argentina marcada pelo distanciamento entre intelectuais e povo. Em virtude disso, há a formação de um bloco histórico que mantém essa fratura original e impede a formação de uma vontade coletiva nacional popular. Perón, nesse esquema analítico,

não configura uma ruptura, mas um rearranjo desse bloco histórico. Nesses termos, a função da esquerda é precisamente a disputa pela hegemonia no sentido da formulação de uma vontade coletiva capaz de romper com a estrutura prévia da sociedade argentina:

La función hegemónica es un producto, por tanto, de una tenaz labor ideológica y política de la izquierda revolucionaria en el seno de la fábrica (revalorizándola como núcleo central de su actividad política, puesto que es **a partir** de la lucha en el interior de la misma fábrica como la clase obrera adquiere la conciencia plena de sus responsabilidades, de su función hegemónica en la sociedad, esa conciencia de productor necesaria para conquistar la dirección moral e intelectual de las clases subalternas). (ARICÓ, 1964, p. 261) [grifos do autor]

A delimitação da fábrica como espaço privilegiado de construção da hegemonia pode ser compreendida a partir das dimensões assumidas pela cidade de Córdoba. Como demonstra Raúl Burgos, a cidade experimentou um amplo processo de industrialização marcado pela introdução de fábricas ligadas ao mercado automobilístico. É preciso, portanto, que os intelectuais atuem no sentido de contribuir para que os trabalhadores adquiram consciência de suas tarefas históricas.

Embora Gramsci e Guevara sejam mobilizados no sentido político de construção de uma nova política para as esquerdas, a conjugação dessas perspectivas políticas acarreta tensões no pensamento de Aricó. Enquanto o guevarismo postula a urgência revolucionária e o ímpeto armado para sua concretização, o pensamento gramsciano aponta para um tempo molecular das transformações históricas, marcado pela disputa política da hegemonia. Todavia, nesse momento, essa tensão entre revolução e hegemonia se resolve em favor do primeiro termo. Ao cancelar as possibilidades reformistas e recusar a via pacífica como programa, Aricó termina por subsumir as reflexões políticas gramscianas ao paradigma insurrecional. A sombra gramsciana é projetada como uma instrumento para a revolução armada.

Portando, observando os debates travados entre o final dos anos 1950 e o início dos 1960, é possível perceber que a recriação da figura de Gramsci operada por Aricó ocorre no interior de uma discussão política e epistemológica desenvolvida no interior das esquerdas argentinas. Apesar de fundador do PCI (Partido Comunista Italiano), Gramsci é utilizado no sentido da crítica de um PCA incapaz de encaminhar o processo revolucionário no país. Na ausência da instituição partidária, Aricó e os gramscianos argentinos buscam ancorar-se nos movimentos operários da cidade de Córdoba e nas primeiras experiências guerrilheiras surgidas no país no rastro da Revolução Cubana.

Ao contrário de outros militantes, Aricó nunca se envolveu efetivamente com experiências de luta armada. Ainda que o horizonte de uma insurreição popular estivesse presente em suas reflexões, a orientação gramsciana acerca da disputa da hegemonia implicava certo distanciamento em relação ao enfrentamento bélico. Se nesse primeiro momento, as tensões entre revolução e política se resolvem na defesa da guerrilha, o contexto dos anos 1970, atravessado pelo crescimento da violência política, pelo retorno e morte de Perón, pela instauração de mais uma ditadura militar e pelo exílio e assassinato massivo de militantes de esquerda, impulsionou um ampla revisão crítica que conduziu a um reordenamento dessa tensão produzida nos anos 1950 e 1960.

OS ANOS 1970: VIOLÊNCIA POLÍTICA E EXÍLIO

A primeira série de publicações da revista *Pasado y Presente* se encerrou em 1965. Apesar da ditadura instaurada em 1966, o encerramento da revista não esteve relacionado ao autoritarismo do novo regime, mas, como aponta Burgos, em razão do esgotamento político do empreendimento editorial. A busca de uma ancoragem política, que

oscilava entre a guerrilha e a classe operária, fracassou. Por outro lado, isso não significa o término da experiência *Pasado y Presente*. Além da retomada de sua publicação ao longo do ano de 1973, o grupo também atuou na publicação de diversas obras e autores sob o selo *Cuadernos Pasado y Presente*.

A retomada da publicação da revista ocorre em um momento extremamente tenso da sociedade argentina. Desde 1955, com a queda de Perón, havia uma expectativa de superação do peronismo no país, sobretudo a partir do exílio de seu líder. Todavia, mesmo com o golpe de 1966, a influência de Perón e do peronismo não se extinguiram. Ao contrário, como demonstra Marina Franco (2012), do exílio Perón incentivou a radicalização do movimento peronista para combater a ditadura. No processo de redemocratização, nas eleições de 1973, Perón pode voltar a Argentina sob a condição de não participar do pleito. Mesmo sem a candidatura de Perón, o peronista Héctor Cámpora foi eleito presidente, renunciando, junto a seu vice Vicente Solano Lima, poucos meses após assumir o cargo.

Com a renúncia, novas eleições foram convocadas sem a proibição da participação de Perón, que se lançou candidato a presidente, tendo como vice sua segunda esposa Isabel Perón. No governo, a postura de Perón se transforma rumo a uma tentativa de conter a radicalização incentivada antes de seu retorno ao país. Todavia, seu projeto político fracassa e, antes da instalação da última ditadura militar, o Estado argentino inicia a implementação de mecanismos de exceção. Com a morte de Perón, em 1974, e a ascensão de Isabel Perón ao poder, a violência se acentua ainda mais, culminando, em 1976, em mais um golpe militar no país.

Anteriormente ao golpe, as reflexões de Aricó, dispostas na segunda série de *Pasado y Presente* mantém ainda o horizonte da urgência revolucionária. Além do crescimento de grupos armados, a exemplo dos Montoneros, houve um fortalecimento do movimento operário argentino,

sobretudo com o *Cordobazo* em 1969. No contexto dessa ascensão dos movimentos operários, Gramsci é mobilizado em direção a busca por um Estado construído a partir dos conselhos de fábrica.

Assim, no artigo *Espontaneidad y dirección consciente en el pensamiento de Gramsci*, publicado em 1973, Aricó (1973) retoma os escritos gramscianos anteriores ao cárcere. Nesses escritos, produzidos entre os anos 1910 e 1920, Gramsci experimenta diversos posicionamentos políticos. Produzidos como artigos para periódicos, seus textos eram formas de intervenção política nos debates do momento. No final da década de 1910, inspirado pelos desdobramentos da Revolução Bolchevique, Gramsci pensa os conselhos operários como tradução italiana dos soviets. Partindo dessa perspectiva conselheira, Gramsci propunha que os operários assumissem o controle político e produtivo da sociedade.

O movimento dos conselhos, anterior a fundação do PCI, é utilizado por Aricó em sentidos diversos. Em primeiro lugar, ao valorizar a discussão em torno dos conselhos de fábrica, a função do partido na organização da classe operária é deslocada. Nessa interpretação, o marxismo de Gramsci distancia-se não somente da cultura comunista soviética, mas também do próprio partido que contribuiu para fundar. Em segundo, Córdoba, em razão do crescimento do movimento operário, é imaginada em semelhança a cidade industrial italiana de Turim, que vivenciou as grandes greves do *Biennio Rosso*, deflagradas entre 1919 e 1920. Apesar do fracasso da ascensão dos conselhos ao poder, para Aricó, a derrota dos trabalhadores não significa o encerramento da experiência. Ao contrário, trata-se de analisar as causas da derrota e utilizá-las como aprendizado para o presente:

Para Gramsci, al igual que para Rosa Luxemburg, o el Lenin sovieta de las tesis de Abril y de la Revolución de Octubre, el acento debe ser puesto en el agente social directo, en proletariado, porque *unicamente así* se puede llegar a establecer una dialéctica entre clase y dirección política, entre partido y organismos de democracia obrera, que alimentada por una for-

ma permanente de revolucionarización social impida al partido convertirse en un cuerpo separado y *extraño* a la clase. Poner el acento sobre el proletariado significa colocar en primer plano la función *educativa* y de *dirección política* del partido a fin de elevar el grado de conciencia y de experiencia política de la clase o, dicho de otro modo, a fin de estimular su conversión em clase revolucionaria. (ARICÓ, 1973, p. 99)

Nesse excerto, a crítica de Aricó aos partidos comunistas reside em sua posição burocrática em relação aos trabalhadores. Apesar da importância do partido, a classe aparece como elemento central para a construção do processo revolucionário. Nesses termos, a superação dos aparatos burocráticos do partido deve operar a partir de uma mediação dialética capaz de manter o funcionamento democrático das organizações dos trabalhadores.

Em comparação aos artigos publicados na década anterior, Aricó mantém a busca por uma ancoragem na classe trabalhadora capaz de impulsionar o movimento revolucionário na Argentina. Por outro lado, as leituras de Gramsci e também de outros intelectuais italianos da época, conduzem a uma primeira apreciação da democracia. Contudo, essa concepção de democracia, essencialmente classista, não é antagônica a defesa de um paradigma insurrecional. A democracia efetiva, existente apenas entre os trabalhadores, poderá se realizar plenamente após a construção de um novo modelo de Estado. Nesse sentido, a democracia argentina, vinculada e limitada por um Estado burguês, é um sistema político a ser derrubado durante o processo revolucionário.

A segunda série de publicações de *Pasado y Presente* é bastante curta, possuindo apenas dois números lançados em 1973. Além da incapacidade de aprofundamento do movimento operário em sentido revolucionário, Aricó, como tantos outros militantes e intelectuais argentinos, foi duramente afetado pela instauração da ditadura do Processo de Reorganização Nacional em março de 1976.

Conforme analisa Maria Matilde Ollier (2009), a implementação da exceção autoritária impulsionou importantes processos de revisão por parte dos militantes das esquerdas revolucionárias. Para Ollier, a organização dos grupos armados era baseada em uma identidade com pretensões totalizantes, na qual as dimensões pública e privada estão submetidas aos imperativos políticos. Para aqueles que participaram efetivamente das ações armadas, essa submissão adquiriu outros contornos. Com o processo de radicalização desenvolvido ao longo da primeira metade dos anos 1970, para os membros dos grupos guerrilheiros, a política era compreendida a partir de uma perspectiva essencialmente militar.

Apesar de manter um distanciamento em relação a guerrilha, Aricó compartilha de alguns elementos dessa subsunção da política a violência. Nos anos anteriores ao exílio, conforme demonstramos, as reflexões de Aricó são atravessadas por uma tensão entre a disputa pela hegemonia e a urgência revolucionária. Com o crescimento do movimento operário e dos grupos armados, a busca pela elaboração de um consenso nacional-popular para a Argentina aparecia como meio para a deflagração de um processo revolucionário.

A ditadura argentina, além de encerrar diversos espaços de participação política, invadiu violentamente a vida privada da sociedade. Para Ollier, o projeto dos militares de uma refundação do país ambicionava a produção de uma sociedade atomizada. Para tanto, o combate aos inimigos do regime ocorreu a partir de uma guerra suja marcada pela morte e desaparecimento de dezenas de milhares de pessoas.

Os desdobramentos da violência na Argentina impulsionam um reordenamento das relações entre o público, o privado e o político por parte dos militantes. Oscilando entre o terror e o ímpeto de resistência, intelectuais e militantes iniciaram um processo de revisão de suas próprias vidas. As dimensões individual e privada, sacrificadas em torno do compromisso revolucionário, adquirem centralidade nas percepções daqueles que vivenciaram a espiral de violência dos anos 1970.

A análise brilhante de Ollier objetiva compreender como os questionamentos acerca da violência e da revolução foram motivados também por reflexões que desenrolam no interior da vida privada dos indivíduos. Nesses termos, o movimento de transição das esquerdas da revolução para a democracia, é aprofundado rumo a uma compreensão do impacto dos afetos que transpassam a vida privada e íntima dos personagens que experimentaram esse período da história argentina.

Todavia, para compreender os novos contornos assumidos por Gramsci no trabalho de José Aricó, é preciso apontar para as especificidades da condição do exilado e para a construção de redes de intelectuais argentinos no exterior. Para Pablo Yankelevich (2016), os exílios são recorrentes na história da América Latina desde o século XIX. Contudo, os exílios vivenciados em decorrência das ditaduras militares apresentam diferenças em relação aos anteriores. Além da quantidade massiva de indivíduos que foram obrigados a abandonar o país, os exílios estavam vinculados a Doutrina de Segurança Nacional. Considerados como inimigos internos, os sujeitos que buscam refúgio no exílio perderam seus direitos e a segurança de existir em seu próprio país. Aricó, em conjunto com outros intelectuais, exila-se no México, país que, desde os anos 1930, possui uma tradição no acolhimento de perseguidos políticos. Além disso, sua transferência para o México também implica a continuidade de seu trabalho intelectual como autor e editor na filial da editora *Siglo XXI* e em periódicos publicados por exilados argentinos, como a revista *Controversia*.

Para Pablo Ponzo (2010), a *Controversia*, entre tantas outras publicações lançadas por exilados, apresentava características específicas. Mais que discutir a história da Argentina e os rumos da ditadura militar no país, os intelectuais que colaboraram com a revista buscavam a construção de um novo projeto político marcado pelo abandono da luta armada e pela valorização da democracia. Nesse sentido, o

movimento de revisão de Aricó é operado também em contato com outros intelectuais, membros daquela geração que ingressou na política no final dos anos 1950.

As preocupações no exílio são similares às das décadas anteriores. Ainda se trata de contribuir para a construção de um marxismo capaz de interpretar a realidade e propor ações para a construção do socialismo. Todavia, as revisões desenvolvidas no exílio conduzem a uma nova leitura acerca da história do país e de suas esquerdas. No artigo, *Los comunistas en los años treinta*, publicado na revista *Controversia* em 1979, Aricó (1979) aponta para as debilidades das esquerdas comunistas na produção da hegemonia. No momento de ampliação da classe operária e de seu ingresso na política argentina, a construção do consenso foi elaborada pelos setores nacionalistas ligados aos militares e pelo peronismo.

No ano seguinte, no artigo *Ni cinismo ni utopia*, Aricó (1980) estabelece uma releitura das tradições políticas e teóricas das esquerdas. Nesse artigo, o autor reconhece a existência de uma tensão entre democracia e revolução nas esquerdas. A tradição leninista, na medida em que partia da compreensão da democracia como um instrumento limitado por seu caráter de classe, negligenciou a importância da democracia e possibilitou a emergência de práticas autoritárias. Por outro lado, a esquerda social democrata, em sua tentativa de permanecer dentro do campo democrático, abandonou o horizonte socialista:

La ambigüedad de las relaciones categoriales muestra la presencia de una fuerte tensión irresuelta en el movimiento socialista. Tratando de no abandonar el campo de la democracia, los socialdemócratas olvidaron el socialismo. Aferrados al mito del socialismo como superador de la democracia, los comunistas acabaran instalando una autocracia. Lo que quedó es cualquier cosa pero nunca socialismo. (ARICÓ, 1980, p. 15)

Portanto, diante do reconhecimento dessa tensão que transpassa a história do socialismo, Aricó ambiciona encontrar um novo caminho para o socialismo que seja capaz de romper a compreensão da democracia como um valor apenas instrumental. Ao retomar a importância da social democracia, além de marcar seu distanciamento em relação ao leninismo, Aricó pretende também superar a cisão entre democracia e socialismo estabelecida no início do século XX.

Essa reconstrução da história do socialismo e das debilidades do marxismo é refletida também em chave latino-americana por Aricó. No exílio mexicano, o enfoque excessivamente argentino se amplia para as especificidades históricas do continente. Assim, ainda no início dos anos 1980, Aricó (1982) publica um trabalho de fôlego analisando as interpretações de Marx sobre a América Latina.

Sua leitura de Marx, amparada em diversos textos pouco conhecidos, revela um intelectual preocupado com distintas formações sociais e históricas no mundo. Todavia, as ferramentas teóricas desenvolvidas pelo filósofo alemão não foram capazes de interpretar a realidade latino-americana. Retomando as reflexões de Marx sobre Simón Bolívar, Aricó demonstra a presença de um hegelianismo que fixa a América Latina como um lugar fora da história habitado pelo despotismo e pela barbárie.

Nesse sentido, as dificuldades do marxismo na América Latina não derivam das fórmulas dogmáticas fixadas pela URSS, mas de uma debilidade inerente ao pensamento marxiano. Em virtude disso, os marxistas latino-americanos, na ausência de ferramentas capazes de explicar a realidade do continente, enfrentaram imensos problemas para a elaboração de diretrizes políticas para a construção do socialismo. Diante disso, a figura do peruano José Carlos Mariátegui significa, para Aricó, um dos poucos esforços para a produção de um marxismo latino-americano.

Portanto, observando os textos publicados durante o exílio é possível perceber as transformações nas diretrizes políticas e epistemológicas de Aricó. A busca por um impulso renovador do marxismo, característica essencial de sua atuação política, mantém a preocupação com o conhecimento da realidade. Todavia, no início dos anos 1980, essa preocupação é marcada pela valorização da democracia e pela busca de um marxismo adequado a realidade do continente.

Gramsci, embora não apareça textualmente nessas produções, é uma sombra que paira sobre essas novas miradas. As leituras acerca da história argentina e do movimento socialista são permeadas pelo diagnóstico da incapacidade hegemônica da esquerda argentina. Nessa perspectiva, o reconhecimento da derrota impulsiona uma outra resolução das tensões entre revolução e democracia. O socialismo certamente ainda compõe o eixo do projeto político de Aricó. Todavia, a urgência revolucionária é abandonada e a política adquire uma compreensão radicalmente distante dos paradigmas insurreccionais e militares defendidos anteriormente. Por outro lado, a presença de Mariátegui é também acompanhada pela sombra gramsciana. Para Aricó, ambos os intelectuais, em seus respectivos contextos históricos nacionais souberam desenvolver análises que apontavam para as particularidades das diferentes formações históricas. Nas sendas do Amauta, Gramsci adquire a potencialidade de pensar a América Latina.

A CAUDA DO DIABO: A ÚLTIMA SOMBRA DE GRAMSCI

Com o término da ditadura militar, em 1983, Aricó retorna a Argentina. Nessa última etapa, que se encerra com seu falecimento em 1991, Aricó continua sua atuação como autor e editor. Distante das esquerdas mais radicais, aproxima-se do governo Alfonsín, primeiro

presidente civil após o regime militar, e também atua como dirigente do Clube de Cultura Socialista. Em 1985, por ocasião de um simpósio sobre a presença de Gramsci na América Latina, realizado na cidade italiana de Ferrara, Aricó elabora as reflexões que originarão, em 1987, a escrita de *La cola del diablo: itinerario de Gramsci en América Latina*.

O livro é marcado por uma narrativa que congrega elementos de uma avaliação pessoal da trajetória de seu próprio autor e as análises em torno da recepção de Gramsci na América Latina. A organização dos capítulos da obra acompanha a periodização fixada por Aricó, iniciada com a primeira recepção de Gramsci no PCA por Héctor Agosti, e encerrada no momento de escrita da obra. Nesse balanço dos anos 1950 a 1980, Aricó (2014) define sua última projeção da sombra de Gramsci.

Diante da crise vivenciada pela URSS e da própria ideia de socialismo, Aricó mantém uma leitura da história marcada pela necessidade de efetivação de grandes transformações históricas. A defesa de Gramsci, nesses termos, é mobilizada no sentido de oferecer uma contraposição a afirmação do esgotamento da experiência socialista e das possibilidades de superação do capitalismo. No momento em que o presente parece inamovível, o historicismo de Gramsci aponta para a manutenção de um tempo aberto a intervenção política.

As derrotas, a experiência do exílio e a aspereza da autocrítica carregam, por outro lado, uma tonalidade melancólica. Ao analisar suas experiências passadas, nos anos 1960 e 1970, Aricó, compartilhando de um diagnóstico semelhante a outros intelectuais que vivenciaram a mesma situação, assume parte da responsabilidade pela espiral de violência que atingiu o país nesse período. Em um misto de esperança e melancolia, Aricó, em suas considerações finais, indaga a si mesmo sobre as razões da derrota:

La crispación y el disimulo son las formas bajo las que se oculta un sentimiento de inferioridad que se niega a asumirse como tal. Porque si el adversario nos domina y nosotros lo menospreciamos, no podemos dejar de reconocer que estamos dominados por alguien a quien consideramos inferior. Pero entonces, se pregunta Gramsci, como consiguió domiarnos? Cómo nos venció siempre y fue superior a nosotros, aun en el momento decisivo que debía dar la medida de nuestra superioridad? Se dirá entonces que fue el diablo el que metió la cola. Pues bien, es hora ya de tener la “cola del diablo” de nuestro lado. (ARICÓ, 2014, p. 166)

A afirmação carrega consigo o reconhecimento do fracasso de uma grande força. A narrativa de Aricó, nesse momento, revela tonalidades de uma tragédia, no sentido delimitado por T.J Clark (2010). A intromissão da cauda do diabo, como elemento irônico, aponta para a necessidade de, diante da derrota, mudar o lado para o qual pende a cauda. Em outros termos, para Aricó, isso significa aprofundar as revisões estabelecidas desde o final dos anos 1970, valorizando a democracia e criando mecanismos para a compreensão da realidade. Nesse sentido, a lição de Gramsci não diz respeito ao encontro de uma leitura capaz de responder a todas as perguntas, mas a busca de um “espírito aberto un camino de apropiación de lo real semejante al que él se propuso recorrer em sus apuntes de la cárcel” (ARICÓ, 2014, p. 166-167)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar a recepção de Gramsci em José Aricó significa, mais que acompanhar o itinerário de recriação de um autor em um contexto histórico distinto, a compreensão de uma trajetória que se desenvolve ao longo de momentos decisivos da história da Argentina. Mobilizadas na intersecção de um percurso político individual e geracional, as reflexões de Gramsci são animadas pelo fio condutor da política. As discussões

epistemológicas, fundamentais ao trabalho de Aricó, pressupõem uma ação política alimentada pelo conhecimento do real. Nesse sentido, os debates inseridos na tradição marxista, embora carreguem uma densidade teórica, são desdobrados com intencionalidade política.

Portanto, a partir das projeções da sombra de Gramsci, foi possível a transformação política e intelectual de parcelas das esquerdas argentinas entre os anos 1950 e 1980. Nessas três décadas, o núcleo dessas projeções é a difícil relação entre história e política. Nos anos 1960 e 1970, com a revista *Pasado y Presente*, Aricó utilizou Gramsci rumo a afirmação de uma nova geração ansiosa por marcar seu espaço na política argentina a partir de novos referenciais. Com a experiência do exílio, a leitura histórica que sustentava a urgência revolucionária é abandonada. Nessa nova leitura do real, a responsabilidade do fracasso recai com aspectos trágicos e melancólicos. Todavia, distante da apostasia, Aricó projeta pela última vez a sombra que o acompanhou durante a vida. Na ausência da revolução, a política compreendida como disputa pela hegemonia mantém possíveis um horizonte de transformação da história e a construção do socialismo. Pelas intervenções de Aricó, Gramsci é uma sombra que carrega consigo os traumas e as expectativas que transpassam a América Latina.

REFERÊNCIAS

ARICÓ, José. **Algunas consideraciones preliminares.** *In:* *Pasado y presente*, ano. 3, n. 9, Córdoba, 1965.

ARICÓ, José. **América Latina como una unidad problemática.** *In:* *Controversia*, ano 2, n. 14, Ciudad de México, 1981.

ARICÓ, José. **Espontaneidad y dirección consciente en el pensamiento de Antonio Gramsci.** *In:* *Pasado y Presente (Nueva Série)*, ano 4, n. 1, Córdoba, 1973.

ARICÓ, José. **Examen de conciencia.** *In:* *Pasado y Presente*, ano 1, n. 4, Córdoba, 1964.

ARICÓ, José. **La cola del diablo: itinerário de Gramsci en América Latina**. Buenos Aires: Puntosur, 1988.

ARICÓ, José. **Los comunistas en los años treinta**. *In*: Controversia, ano 1, n. 2-3, Ciudad de México, 1979.

ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARICÓ, José. **Ni cinismo ni utopía**. *In*: Controversia, ano 2, n. 9-10, Ciudad de México, 1980.

ARICÓ, José. **Pasado y presente**. *In*: Pasado y Presente, ano 1, n.1, Córdoba, 1963.

BURGOS, Raúl. **Los gramscianos argentinos: cultura y política en la experiencia de pasado y presente**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

CLARK, T.J. **Por uma esquerda sem futuro**. SP: Editora 34, 2010.

FRANCO, Marina. **Um enemigo para la nación: Orden interno, violencia y “subversión” (1973-1976)**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2012.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia. **Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo**. *In*: Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

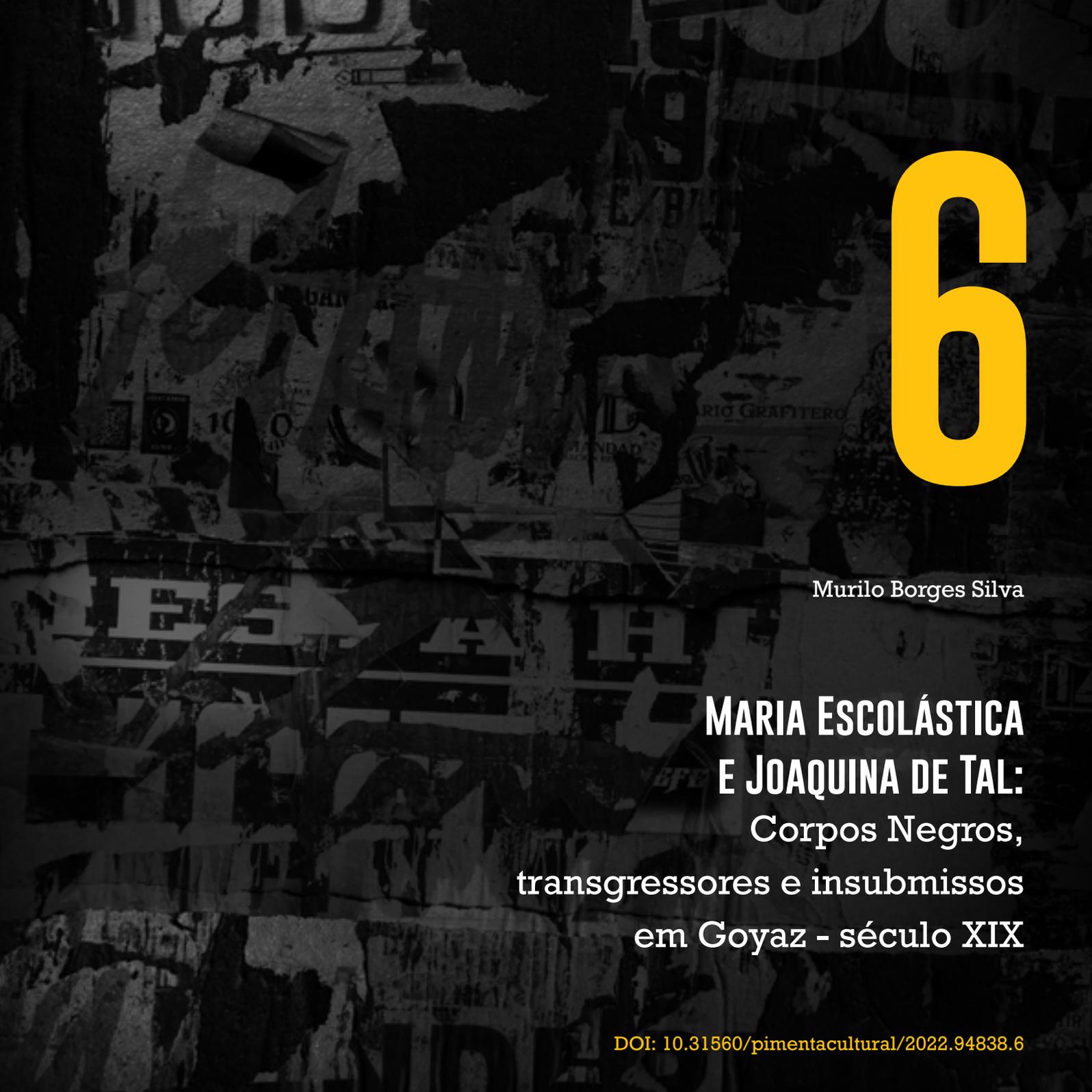
PETRA, Adriana. **Intelectuales y cultura comunista: Itinerarios, problemas y debates en la Argentina de pós-guerra**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2017.

PETRA, Adriana; TARCUS, Horacio. **Descubriendo Gramsci a Córdoba: Contribución a un epistolario de José María Aricó (1956-1963)**. Buenos Aires: Políticas de la memoria, nº 13, 2013.

PONZA, Pablo. **La izquierda en su labirinto: intelectuales argentinos; ideas e publicaciones en el exilio (1976-1983)**. *In*: Boletín Americanista, volume 60, Barcelona, 2010.

TERÁN, Oscar. **Nuestros años sessentas: la formación de la nueva izquierda intelectual argentina (1956-1966)**. Buenos Aires: El cielo por assalto, 1993.

YANKELEVICH, Pablo. **Los exilios en el passado reciente sudamericano**. *In*: Migraciones e exílios, volume 16. Madrid, 2016.



6

Murilo Borges Silva

**MARIA ESCOLÁSTICA
E JOAQUINA DE TAL:
Corpos Negros,
transgressores e insubmissos
em Goyaz - século XIX**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.6](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.6)

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de um exercício de investigação maior, que teve como uma de suas interrogações a seguinte questão: como processos jurídico-policiais, tais como: queixa crime, sumário de culpa e processo por quebra de termo de bem viver construíram imagens de mulheres negras em Goiás, no século XIX? Percebe-se, ao longo do século XIX, a pertinência de discursos e práticas interessados em nomear, classificar e hierarquizar a sociedade, fabricando identidades e diferenças que são conformadas aos corpos e comportamentos dos sujeitos. Esse processo está sublinhado por marcadores sociais de gênero, raça¹³ e classe/condição social, indicando a construção de mecanismos de controle, regulação e identificação dos corpos. Maria Escolástica e Joaquina são exemplos destas figuras femininas que tem seus corpos atravessados por essa política de classificação. Elas são nomeadas nos documentos como mulheres pretas, prostitutas e sem profissão honesta, qualitativos que se deparam com a argumentação de seus defensores, cujas estratégias encaminharam no sentido de indicá-las como mulheres trabalhadoras, lavadeiras, engomadeiras, com poucos recursos materiais e dependente de Deus para se livrar da “tempestade”.

As fontes que utilizei para pesquisa estavam disponíveis no Arquivo Frei Simão Dorvi, na cidade de Goiás. Entre inventários, testamentos e tantos outros documentos do século XVIII, XIX e início do XX estavam os processos criminais ou documentos policiais de denúncia. A leitura desses registros indicou a possibilidade de pensarmos como as mulheres negras foram construídas pelo judiciário e envolvidas nas tramas de poder e saber intrínsecas a essa institui-

13 Utilizamos o termo raça de acordo com as considerações de Gomes (2005, p. 49), tomando-o como: “construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza”.

ção. Esses processos ajudam-nos a imaginar o cotidiano de homens, mulheres e as relações que teciam com a sociedade, auxiliando-nos a interpelar os valores e códigos morais estabelecidos contextualmente, bem como provocando-nos a pensar os sentidos atribuídos à sexualidade, cor/raça e os modelos culturalmente construídos de ser “homem” e ser “mulher”.

Os pressupostos teóricos e metodológicos para realização da pesquisa consideraram os estudos relacionados a história da escravidão e emancipação, história das mulheres e estudos de gênero. Em conformidade com essas discussões, buscamos analisar como os documentos elencados produzem discursos e orientam práticas de diferenciação e de identificação que são conformados a determinados corpos, hierarquizando-os, buscando formas de discipliná-los ou defini-los, segundo normalizações legitimadas por relações de poder e saber. Dito de outra forma, buscamos perceber como os enunciados apresentados nos documentos analisados contribuem para formar e informar os corpos e os comportamentos de mulheres negras no século XIX, em Goiás; por outro lado, advertimos que as definições que fazemos são fruto de nossas operações teóricas e metodológicas e, por isso, não devem ser compreendidas como universais ou encerradas. Assim, apoiados em Butler, entendemos as mulheres como plurais e multifacetadas, não lhes atribuindo uma identidade comum, pois, o “gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais[...]” (BUTLER, 2014, p. 20). No mesmo sentido, ancoramo-nos em Lima para pensarmos os diferentes sentidos atribuídos aos marcadores sociais de raça/cor, percebendo-os de forma borrada (ou cinza) (LIMA, 2003. p. 75), a depender do contexto de produção da fonte e das intencionalidades do/a pesquisador/a. Atentos a essas concepções é que procuramos interpelar as vivências de Maria Escolástica e Joaquina que, embora definidas por algumas adjetivações, possuem muitas outras faces.

MARIA ESCOLÁSTICA: PRETA, PROSTITUTA, SEM PROFISSÃO OU UMA POBRE LAVADEIRA?

Maria das Dores, mais conhecida por Maria Escolástica – nome possivelmente herdado da mãe, tinha 23 anos em 1884, vivia de lavagem de roupas e não sabia ler nem escrever. No Termo de Declaração feito por Pedro Xavier de Barros, inspetor do 7º quartirão, foi nomeada como “a preta” Maria Escolástica. Nos documentos juntados ao termo, o professor particular Joaquim José de Sant’Anna disse ter sido vizinho dela há mais ou menos dois anos atrás e afirmado que naquela época já era prostituta, embora não tivesse postura escandalosa. Por mais de uma vez, ela passou pela delegacia de polícia e depois pela cadeia pública da província, em todas as ocasiões, tinha sido acusada de praticar atos considerados ilícitos e perturbadores do sossego público ou das famílias; em uma dessas ocasiões fora acusada de viver em constante estado de embriagues.

Comportamentos como esses tornavam-se cada vez mais compreendidos e passíveis de responsabilização dada as perspectivas de disciplinarização e governo dos corpos, acentuadas no decurso dos séculos XVIII e XIX. Esse processo de controle e regulação funcionava como mecanismo político-judicial cuja intencionalidade estava em garantir a vigilância dos gestos e das palavras, utilizando-se de práticas e discursos punitivos para coibir os desvios. Isso significa dizer que há, nesse período, a articulação de poderes e saberes que deram condições para a existência de discursos, práticas judiciárias e uma série de outras instituições, como a policial (também envoltas nas mesmas relações de poder e saber), que formam e informam sobre determinados padrões de comportamento e seus desvios. Segundo Foucault, as práticas judiciárias dizem respeito

[...] a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, os modos pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em razão dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber (FOUCAULT, 2002. p. 11).

Como uma das artimanhas do processo de constituição da nação após a promulgação do Império, acentua-se a preocupação em regulamentar as condutas da população. Era preciso, então, construir uma legislação que possibilitasse a superação do costumeiro e da pessoalidade (ao menos em tese), definindo papéis, diretrizes e contornos à sociedade nacional. As ações consideradas criminosas, penalidades, personagens jurídicas e procedimentos empregados para cada tipo de crime passam a ser sustentados pelo Código Criminal e pelo Código do Processo Criminal, de 1830 e 1832, respectivamente. O segundo complementava o primeiro e ambos delineavam o que seria considerado o desvio e, por conseguinte, a norma, ao mesmo tempo em que davam origem a um determinado número de formas de verdade.

Algo importante a se observar no processo de constituição desse equipamento de normalização é o fato de servir de aparato para vigilância e coerção popular. Conforme mencionado no próprio documento, bêbados, vadios, mendigos e prostitutas teriam suas ações nomeadas, vigiadas e modeladas por esse dispositivo e instrumento do poder político, sendo, portanto, um poderoso mecanismo de controle utilizado pelas autoridades para coagir pobres livres ou libertos/as ao trabalho. Em uma sociedade ainda de base escravista, mas com crescente número de libertos/as ou livres, o “incentivo” ao trabalho era uma forma de “livrar” a população pobre da vadiagem ou mendicância e, ao mesmo tempo, estabelecer sobre ela certa vigilância e controle.

Os documentos envolvendo Escolástica permitem-nos imaginar a importância que parte daquela sociedade desejava atribuir ao trabalho no intento de reafirmá-lo como algo necessário ao desenvolvimento digno e ao enriquecimento humano. Intencionava-se, com isso, atribuir ao trabalho valores positivos de modo a promover o progresso, a ordem social e o processo de construir, nos trópicos, uma sociedade “civilizada”. Assim, a menção ao ofício do sujeito servia como uma espécie de nomeação e classificação de condutas, atenuando ou não a suspeição sobre alguém, ou seja, auxiliava na qualificação ou na desqualificação dos sujeitos envolvidos na trama. Em um dos processos contra Escolástica encontra-se a cópia de uma denúncia relativa a processo anterior, no qual a autoridade responsável por seu registro fez questão de mencionar o fato de ré e outras mulheres não terem profissão, articulando isso a outras desqualificações:

[...] comparecerão Maria Theresa, Auta da Cruz, Maria Escolastica e Jacintha Hutim, *prostitutas, sem profissão onesta*, por onde paixão subsistirem perturbadoras ao sucego publico consistando desordem e ofendendo a moral publica com palavras obscenas e jestos considerados na opinião publica offensivas ao bom costume [...]¹⁴

Esse recurso discursivo parece reiterar ou embasar a denúncia, porém, não pelo que elas fizeram, mas por quem eram; tratá-las por prostituta e sem profissão honesta ajudaria na composição do sujeito criminoso ou desviante, como se justificasse as ações de perturbação do sossego público, desordem e ofensa a moral com atos e palavras obscenas. Ainda na cópia dessa denúncia, insiste-se na ideia de que as mulheres acima mencionadas não se ocupavam de trabalhos honestos e faziam ajuntamentos de soldados em suas casas, resultando em frequentes barulhos. Por fim, reitera: são prostitutas! Essa desqualificação das mulheres infratoras a partir da menção ao meretrício ou comportamento imoral delas faz parte da engrenagem do sistema de

14 AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1884. Grifos nosso.

penalidades do final do século XVIII e decurso do XIX, momento em que a legislação se afasta daquilo que seria utilidade social ou defesa geral da sociedade e passa a se preocupar mais com o “controle e reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos” (FOUCAULT, 2002. p. 85). Nesse processo, os indivíduos passam a ser concebidos e controlados ao nível de suas virtualidades – daquilo que se julga ser capaz ou poder fazer –, e não ao nível de seus atos. É exatamente isso que parece acontecer quando, nestes documentos, descrevem-se mulheres como Escolástica, pois, além das infrações cometidas ou, antes mesmo delas, são constituídas como mulheres pardas ou pretas pobres e prostitutas.

Em muitos casos, essas denúncias eram feitas por Inspetores de quarteirão, em tantas outras, corroboradas por eles, também não sendo incomum a presença de cabos ou soldados arrolados como testemunhas das arruaças e desrespeito das acusadas. Inspetores, cabos e soldados, embora muitas vezes envolvidos nas confusões e suspeitos de serem frequentadores das casas dessas mulheres, ajudavam a movimentar a engrenagem de vigilância sobre a população, especialmente a pobre. Foi sob a égide do Código Criminal de 1830, de seus dispositivos seguintes e de suas atualizações ao longo do século XIX que essa perspectiva da vigilância se ampliou. Inspetores de quarteirão, e a própria polícia, fazem parte de uma rede de instituições de vigilância e correção desenvolvida em torno da instituição judiciária, e servindo de apoio a ela.

José Catharino, praça da companhia de polícia, por exemplo, foi depoente em um dos processos de quebra do termo de bem viver movido contra Maria Escolástica. De acordo com ele, já teria visto desordens levantadas por ela e ter ouvido dela palavras obscenas. Curioso observar neste processo, datado de 1883, que apesar de constar de quatro depoimentos de acusação, não há clareza sobre quem é ou são o/s denunciante/s ou reclamante/s – tal situação foi, inclusive, questionada pela defesa da ré, que buscou colocar em sus-

peição os depoimentos das testemunhas alegando estarem agindo por razões pessoais. Segundo o defensor, trata-se de “indisposições gratuitas, de revolta com inimizades mesquinhas [...], mas quem é seu acusador?”¹⁵. Para ele, duas das testemunhas eram inimigas da ré e, certamente, por isso queriam prejudicá-la. Já o depoimento de José Catharino, praça da companhia de polícia, foi posto em suspeição por ser considerado pelo defensor como indivíduo sem consciência moral de seus atos, ignorante da santidade do seu julgamento, tendo apenas repetido o que lhe ditou o Capitão Beraldo, também testemunha. A estratégia da defesa parece seguir o mesmo caminho da acusação, apenas tangenciando o ato infracional que, em tese, deveria ser julgado para focar a identidade daquelas pessoas: de um lado dois inimigos da ré, de outro, alguém sem consciência moral de seus atos, repetindo o que certo Capitão havia lhe ditado.

A estratégia da defesa não consistiu em negar as denúncias contra a ré ou refutar as acusações imputadas a ela, isto é, a fala do defensor não remete ao possível ato criminoso de Escolástica. De acordo com ele, a mulher era vítima das circunstâncias e não teria cometido crime algum, acrescentando que, de um tempo para cá, a fatalidade parecia persegui-la, sem dar trégua ou descanso. Prosseguindo em sua argumentação, o defensor constrói outra mulher, diferente daquela anunciada pela denúncia policial, pois, segundo ele, a ré era uma pobre mulher vivendo do serviço de lavadeira, e que sua vivência se resumia ao trabalho para ganhar o pão. As poucas palavras proferidas por ele permitem-nos imaginar uma mulher desamparada, a quem restaram poucas possibilidades na vida; aliás, a voz ou a fala dessas mulheres, muitas vezes silenciadas, parece transformar-se em prática de resistência. O vozerio, os gritos, os xingamentos e as reclamações, normalmente feitos em voz alta, podem ser lidos como expressões da inconformidade e do desassossego daquelas almas – não apenas de Escolástica, mas de tantas outras mulheres pobres cuja esperança, muitas vezes, resumiu-se em ganhar o pão e desejar um dia ensolarado.

15 AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1883.

Maria Escolástica, a pobre ré Maria Escollastica [...]

Uma pobre lavadeira!

Quem não dará ouvidos a vós poderosa daquela ainda mesmo que ela não seja se não a expressão d' um capricho? d' uma má vontade? A lavadeira só pode ganhar o pão. Só Deus a pode livrar da tempestade.¹⁶

Dos documentos em que foi possível localizar Maria Escolástica – dois processos de quebra do termo de bem viver e uma execução criminal –, em apenas um deles percebe-se alguma referência a raça/cor. A designação “preta” aparece antes do nome da ré, no Termo de Declaração assinado pelo inspetor de quartirão, Pedro Xavier de Barros; não há qualquer menção a condição social dela, apenas diz tratar-se de uma pobre lavadeira. Embora possa se falar em silenciamento da cor em determinados discursos, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, aqui, ao qualificar a ré, essa referência parece “escapar”. No campo das análises historiográficas e linguísticas, o emprego do termo “preto/a” associava-se, comumente, à procedência africana ou ao estado de escravidão, particularmente durante o período colonial, estendendo-se até meados do século XIX. Contudo, as mudanças sociais e culturais vivenciadas a partir de 1850, com o fim do tráfico, maior número de libertos/as e crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, Lei do Ventre Livre, incentivo ao branqueamento, entre outras questões, acabam por complexificar a sociedade, tornando as definições sobre quem é livre ou liberto mais difíceis de serem verificadas.

Apesar disso, é muito pouco provável que Escolástica fosse escravizada, pois, neste caso, haveria alguma menção ao/a seu/sua senhor/a. O fato de dizer exercer o serviço de lavadeira também colabora para deixar essa possibilidade um pouco mais distante e, por suposto, dada a sua idade de 23 anos, em 1884, e o fim do tráfico transatlântico, em 1850, dificilmente fosse africana. Mais uma vez percebemos que,

16 AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1883.

apesar das regularidades, nem sempre é válido ou possível estabelecer definições entre raça/cor, procedência e/ou condição social, embora não se possa desconsiderar que esse era um mecanismo discursivo de identificação presente no jogo de diferenciação social, “sem que haja, porém, uma equação absoluta entre os termos” (LIMA, 2003. p. 127). Assim, o termo “preta”, mesmo desprovido de qualquer informação sobre a qualidade de livre, liberta ou escravizada, forma e informa a respeito da trajetória de Escolástica, das práticas e dos discursos que a envolveram, chamando atenção para o fato de que a própria dinâmica social impunha essa transitoriedade e (re)significação dos termos.

Com o fim dos processos envolvendo a ré, ela também “desaparece”, tendo sido condenada pela quebra do termo de bem viver pelo menos em duas ocasiões: em 1883, amargou 40 dias de prisão e, em 1884, mais 50 dias. Nos dois casos, o prazo de permanência na cadeia pública fora prolongado em razão do não pagamento da multa estabelecida pela justiça; nessas circunstâncias, convertia-se o valor monetário em dias de cárcere. Preta, prostituta, embriagada, de vida dissoluta, desregrada, lavadeira e engomadeira... são versões possíveis de Maria Escolástica – seguramente, há outras! Trata-se de invenções e imagens controladas pelos limites impostos pelos documentos utilizados, mas que, certamente, dizem respeito a muitas Marias.

Maria Escolástica era também Maria das Dores, as duas, ao mesmo tempo. Maria(s), no plural!

JOAQUINA: COMPORTAMENTO IMPRÓPRIO OU “PALAVRAS ESQUENTADAS DE AGOA ARDENTE”?

Quem também esteve com problemas na justiça foi Joaquina. Era por volta das cinco ou seis horas da tarde do dia 27 de junho de 1858, quando Joaquina de Tal, crioula que foi escravizada da casa de D. Anna Clara, vindo pela rua das Dores com destino ao chafariz para buscar água, entrou na venda de D. Izabel Joaquina de Almeida, a Doninha, e lhe perguntou pelo preço do Berem¹⁷; foi-lhe, então, respondido custar 30 reis. Isso foi o bastante para a exaltação de Joaquina de tal – também nomeada de Joaquina Clara –, que passou a fazer a mais completa descompostura, proferindo nomes injuriosos e acusando Doninha e sua família de serem ladrões – tudo isso em voz alta e na presença de outras pessoas que, mais tarde, serviriam de testemunhas ou informantes no processo. A denúncia acerca do comportamento impróprio de Joaquina foi feita pelo inspetor de quarterão Mauricio Joze de Siqueira, alguns dias após o ocorrido, pois naquela data encontrava-se ausente. Ao fazer o relato do caso ao Subdelegado de Polícia, o inspetor acrescenta o fato de Doninha ser mulher de idade, decente e viver honestamente, razões pela qual deveria ser muito bem tratada¹⁸.

Novamente, a denúncia havia sido registrada por um inspetor de quarterão. Mesmo estando ausente do lugar no dia do acontecido, a vigilância, materializada na figura do inspetor, parecia ser um olho sempre aberto e atento: tudo via, observava, analisava, vigiava. Essa vigilância era legal e institucionalizada pelo Código Criminal no intuito de controlar os atos dos indivíduos, mas também de forçá-los a mudanças de con-

17 Berem era a forma popularmente conhecida de um bolinho de milho, envolto em folha de bananeira, chamado Aberém.

18 AHFSD – Sumário de Culpa ex officio contra Joaquina de tal crioula forra Maria Escolástica – 1858.

da; era mais um dispositivo normalizador atravessado pelo poder e agindo na vida cotidiana das pessoas (MARTINS, 2003. p. 63.). A ação do inspetor e o desdobramento dela – denúncia aos órgãos competentes, julgamento e prisão – atualizam os sentidos da constituição de uma sociedade disciplinar que se desenhava. Como parte dessa perspectiva judiciária e policial do século XIX, observa-se nos documentos relacionados a criminalidade a prática de, primeiramente se fabricar determinada identidade para a ré, marcando sua condição “racial” e social: crioula e forra, atentando-se mais para quem é o indivíduo do que para o que ele/a fez; tende-se, assim, a valorizar mais o/a autor/a do ato do que a qualificação penal (FOUCAULT, 2002. p. 104).

Embora a atuação de Mauricio Joze de Siqueira tenha sido importante para a qualificação e, posteriormente, condenação da ré, a própria Joaquina diz ter bebido um pouco de água ardente antes do episódio. Essa confissão pode, por um lado, tê-la complicado um pouco, pois a embriaguez estava associada a imoralidade e vadiagem – hábitos repudiados, cujo o combate deveria se dar de modo efetivo. Por outro lado, entretanto, essa manifestação pode ter sido uma estratégia para atenuar o conflito com D. Izabel, e não admitir as palavras injuriosas desferidas no ato da desavença; estratégia porque, ao afirmar estar sobre o efeito de água ardente, alegava não se lembrar do que havia dito, ou mesmo poderia – como de fato fez – tentar dissimular suas palavras.

Joaquina admite que talvez tenha dito algumas “palavras esquentadas de agoa ardente” a D. Izabel, uma vez que havia se surpreendido com o preço do quitute, pelo qual pagava 20 reis e, agora, havia subido para 30 reis. No meio da confusão, Doninha explicou a razão da alta no preço do Berem: milho e rapadura tinham subido muito nos últimos tempos. Segundo Joaquina, sua revolta e palavras esquentadas foram contra esse fato e não contra a dona da venda, a quem tinha algum apreço, pois ela, inclusive, a ajudava com alguns

favores. Justificou ter dito essas coisas a ela somente essa vez e que nem sabia estar injuriando-a. Assim, segundo a autora da querela, ao dizer “vão furtar nos infernos, ladrões!”, não estava se referindo a D. Izabel e sua família, mas a alguém indeterminado; utilizando-se desses subterfúgios Joaquina tentava livrar-se da acusação que lhe imputavam. Pode ser, contudo, que estivesse sendo sincera e tivesse se exaltado em razão da bebida, mas já era tarde! Todas as testemunhas do processo confirmaram a versão do inspetor de quartelão e de D. Izabel em desfavor da acusada.

A existência de Joaquina, no entanto, não se resumia em ser mulher crioula, forra e filha de escrava, pois, segundo consta na documentação, exercia várias atividades no intuito de garantir a sobrevivência: no primeiro interrogatório disse viver de suas agências, sem maiores especificações; no segundo, afirmou não ter ofício algum, vivendo de carregar lenhas e lavar roupas, atividades que mal davam para a comida. Além desses serviços mencionados por ela, podemos imaginar que também se ocupava de carregar água do chafariz ou fontes para a casa de outras pessoas, uma vez que ela mesma havia afirmado estar a caminho do chafariz para buscar água. Uma das testemunhas, Clara Teixeira, disse que Joaquina chegou na venda com um pote na cabeça.

O relato de tal depoente corrobora para a criação de algumas versões dessas mulheres. Carregar água, certamente, não foi atividade incomum entre mulheres pobres no Brasil. A ausência de água encanada tornou a prática de transportar o líquido em potes sobre as cabeças em uma maneira de ganhar alguma quantia para ajudar na sobrevivência. Em Goiás, no entanto, essa atividade parece ter ganhado outras facetas. Brito e Prado (2018) observam como algumas narrativas – literárias, visuais, memorialistas – atualizam ou manipulam as lembranças sobre essas mulheres, conferindo-lhes certa poesia ou sentido lírico. Consoante os/as autores/as, Cora Coralina, Octo Marques, Regina Lacerda e Lazaro Ribeiro, apenas para citar alguns,

apresentam as carregadeiras em suas narrativas como presença de um passado que insiste em aparecer (BRITTO & PRADO, 2018). Pelas narrativas, o número de mulheres que ganhavam a vida com essa atividade era relativamente grande. Enquanto faziam o trajeto entre casas, comércios e órgãos públicos, cantavam, riam, reclamavam, injuriavam, faziam circular informações entre famílias ou pessoas, ganhando até algo a mais por isso. O pagamento pelo serviço era pouco; com sorte, conseguiam ainda algum resto de comida ou canto para dormir.

Cora Coralina, em algumas de suas muitas escritas, dedicou versos a mulheres trabalhadeiras. As carregadeiras de água estiveram entre as linhas da poetiza goiana, ajudando-nos a construir ou inventar imagens sobre elas, suas dores, seus perrengues e suas alegrias. Miquita foi uma dessas figuras; assim como Joaquina de Tal, forjada no documento anteriormente mencionado, Miquita fazia longos trajetos com o pote na cabeça. Como Joaquina, compartilhava também da pobreza, dos minguidos tostões, das marcas raciais (era parda) e do gosto pela pinga. A bebida, no entanto, não atrapalhava os serviços, seguindo firme, equilibrando potes na cabeça. Assim como Escolástica, a Miquita do conto de Cora tinha sido prostituta, ofício que exerceu após ser abandonada pelo marido. Embora tivesse deixado essa vida, às vezes sentia falta do quartinho sujo e dos homens com quem se prostituía. Na invenção de Cora Coralina, quando a pobre mulher decidiu deixar o meretrício,

[...] jogou fora os sapatos cambados. Vestiu uns por cima dos outros, os três vestidos repuxados que possuía. Ajeitou rodinha. Botou pote na cabeça e passou a carregar água, da Carioca para a casa de uns e de outros. Trabalho mal pago, embora sempre lhe dava sobra de almoço e de jantar, canto para dormir e um ou outro cruzeiro para cigarro e pinga – seu maior prazer [...] la vivendo Miquita. Pedregulho das ruas não lhe doíam nos pés. Distância da Carioca ao Largo do Chafariz, nada era. Sempre seca, sorridente, calada... Era curtinha de prosa e, para dizer verdade,

curta era sua pinga, sempre certa. Não caía nem se alterava. Ficava firme e puxava água (CORALINA, 1994. p. 45-47).¹⁹

No poema Becos de Goiás, Cora Coralina lembra os becos de sua terra: tristes, sujos, mal afamados e por onde gente de família não passava. Para a autora, nos becos morava gente do pote de água, de pés no chão, mulheres perdidas ou da vida; eram nesses lugares que muitas prostitutas abriam uma portinha para exercer o meretrício. A violência e a truculência da polícia e demais agentes de vigilância também compunham o enredo desses espaços. Os olhos vigilantes, seguindo a lógica das práticas judiciárias e policiais que se desenhavam ao longo do século XIX, repousavam nos becos com especial atenção. Estariam ali os indivíduos cujos costumes, comportamentos e (i)moralidades deveriam ser vigiados, controlados, disciplinados. Entre os corpos que se desejavam moldar, estavam os das prostitutas, muitas vezes vítimas desse disciplinamento.

[...] Mulher-dama. Mulheres da vida,
perdidas,
começavam em boas casas, depois,
baixavam para o beco.
Queriam alegria. Faziam bailaricos.
– Baile Sifilítico – era ele assim chamado.
O delegado-chefe de Polícia – brabeza –
dava em cima...
Mandava sem dó, na peia.
No dia seguinte, coitadas,
cabeça raspada a navalha,
obrigadas a capinar o Largo do Chafariz,
na frente da Cadeia [...] (CORALINA, 2006. p. 94-95).

Cora nasceu no final do século XIX, em agosto de 1889, em família tradicional da então capital da província, os Couto Brandão. No

19 Embora estejamos convencidos que Miquita seja uma invenção de Cora Coralina, encontramos no testamento do Conego Manoel José do Coultio Guimarães, a doação de uma escrava de nome Paula, mais conhecida como Meiquita, a Maria Paixão, sua sobrinha, filha legítima de José Manoel Silva Caldas e Jacintha do Couto Brandão.

entanto, naquela época, as condições econômicas da família já não iam muito bem. O fim da mineração, da exploração do trabalho de escravizados/as e os maus empreendimentos realizados por seus ascendentes trouxeram dificuldades à sua mãe. Viúva pela segunda vez, logo após o nascimento de Anna Lins dos Guimarães Peixoto – depois, Cora –, Jacyntha tivera algumas dificuldades para sobreviver juntamente com as filhas pequenas. Cora, terceira filha, amargava a frustração de sua mãe, desejosa de um “filho homem” naquela gestação; teria crescido com um sentimento de rejeição que só seria superado mais tarde (BRITTO & SEDA, 2009. p. 40-42). Talvez por isso, em muitos de seus contos ou poesias, tenha tantas vezes falado de corpos esculpidos como marginais, transgressores e insubmissos. Eventualmente, partilhava com aquelas almas alguns dissabores, ou apenas tivesse sensibilidade para percebê-las. Seja como for, o certo é que, apesar de escrever em outros tempos, as memórias e invenções de Cora, que dão contorno a seus versos, não parecem tão distantes de mulheres como Escolástica e Joaquina (existências também tangenciadas por boas doses de imaginação e invenção).

Ainda sobre o processo envolvendo Joaquina, ocorre-nos mais uma questão: Joanna Ferreira Marques, testemunha do ocorrido, mulher viúva, de 60 anos, qualificou-se (ou foi qualificada) como sendo de nação Benguela. No mesmo depoimento, disse ter presenciado os fatos ao chegar da casa de seu patrão, Pedro Luis Xavier Brandão, em casa de D. Izabel, onde morava – o arranjo de moradia entre D. Izabel e Joanna permite-nos intuir sobre as prováveis redes de sociabilidade e solidariedade tramadas entre (e por) elas. Essas redes, certamente, não se limitaram a esse caso específico e, possivelmente, tenham sido mais frequentes do que supomos. Aparentemente, apesar de dona da venda, D. Izabel parece não ser uma mulher de muitos recursos e, em razão disso, talvez alugasse algum cômodo à Joanna, que supomos ser liberta. Duas razões nos levam a essa suposição: o fato de se declarar de nação Benguela e de dizer chegar da casa de seu patrão. A

primeira afirmação sugere sua “identificação racial”, já a segunda procura deixar claro não ser escrava, pois tem patrão ao invés de senhor.

A liberdade, ou mesmo a pobreza, trazia consigo a necessidade cotidiana de sobrevivência: ter onde comer ou dormir, provavelmente, tenham sido um dos maiores desafios enfrentados por essas mulheres. Algumas delas conseguiam, com o tempo, estabelecerem-se, comprando uma casa ou montando alguma venda, de onde poderiam retirar o sustento; outras, passariam a vida sem essas conquistas. Para estas, o aluguel de quartos poderia ser saída interessante. Muitas mulheres pobres, libertas e até mesmo escravizadas jornaleiras associavam-se para dividir pequenos espaços de moradia; em muitos deles, o espaço de morar era compartilhado com pequenas vendas, com portas para as ruas. Autores/as como Dias (1995) e Figueiredo (1993) já haviam observado isso em regiões como São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Mais recentemente, a historiadora Virginia Queiroz Barreto (2016) verificou comportamento semelhante no recôncavo sul do Bahia:

[...] misto de bar, armazém e domicílio, eram nesses espaços que mulheres pobres residiam e administravam o pequeno negócio onde podiam conquistar algum dinheiro, cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Frequentados pela população de libertos, escravos e pobres livres, que ali compravam gêneros de primeira necessidade, as quitandas e vendas eram espaços de sociabilidade das populações pobres, local onde toda a trama da vida cotidiana se desenrolava. Era ali que corriam boatos, faziam-se planos, discutiam-se “causos”, acertavam-se trabalhos (BARRETO, 2016. p. 127).

Esse parecia ser o caso da venda de D. Izabel, em torno da qual deveria reunir-se gente de todos os tipos e com os mais variados intuitos. Na ocasião da descompostura de Joaquina, várias outras mulheres estavam por ali; uma à janela, outra dentro de casa, mais uma de passagem... essas informações permitem visualizarmos a venda como ponto de sociabilidade, onde “celebrava-se” o encontro de mu-

Iheres de muitos tipos: forras, africanas, decentes, honestas, bêbadas, em sua maioria pobres. Assim, resta-nos dizer que Joaquina de Tal era também Joaquina Clara, as duas (e muitas outras) ao mesmo tempo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos envolvendo Escolástica e Joaquina sugerem as investidas do controle moral sobre as sociedades mais pobres, efetivada com maior aparato a partir de fins do século XIX e início do XX, mas rascunhadas bem antes disso. A ideia estava em controlar e punir comportamentos e valores incompatíveis com as normas morais, sexuais e mesmo amorosas. O propósito de tal vigilância estava na construção de uma sociedade disciplinar, incidindo-se fortemente nas mulheres e crianças. Objetivava-se diminuir os nascimentos ilegítimos, proteger as famílias constituídas nos padrões estabelecidos com a Igreja e o Estado e, mais tarde, forjar a mãe higiênica que atuaria na difusão desses valores no interior da família, aliada aos discursos e às práticas médicas, colaborando, portanto, para a produção de sujeitos ordenados, trabalhadores e alinhados aos valores liberais e capitalistas que despontavam (ESTEVES, 1989. p. 31).

Nos processos jurídicos e policiais observados é possível visualizar a emergência de mulheres inventadas de modo racializado e sexualizado. A partir deles percebe-se a maquinaria de produção dessas mulheres, observando que as nomeações preta, parda ou crioula, embora cinzentas, fazem parte do processo de constituição de identidades raciais. O interesse em definir a condição social delas também se insere nesse propósito. As arruaças, a gritaria e a descompostura provocadas por elas, assim como a menção ou silenciamento de suas ocupações, inserem-se nessa mesma ordem de produção de corpos periféricos, marginalizados e de comportamentos reprováveis

e imorais, portanto, sujeitos a intervenção. A prisão, a multa ou o próprio processo tinham finalidade de punição/repressão, mas também o papel pedagógico de prevenção. Para completar a composição dessas mulheres negras, acionavam-se componentes específicos para a engendragem de seus corpos: elas estavam quase sempre nas ruas, no espaço público, acompanhadas de outros homens – normalmente soldados; eram solteiras, bêbadas e prostitutas. A menção à prostituição, sempre negada por elas, parece ter sido questão de grande importância para a invenção desses corpos. Juntos, esse conjunto que, à primeira vista, parece a reunião de vários qualitativos despropositados, determina identidades e assimetrias atravessadas por eixos de poder; constituem mulheres que, no trânsito de suas vidas, sofrem o impacto (a colisão) desses marcadores.

É preciso admitir que as mulheres que viveram em Goiás no século XIX são muitas e plurais, e suas trajetórias imbricam-se, encontram-se e estranham-se. Embora a pobreza as atravesse, o meretrício as tangencie, as descomposturas e vozes altas marquem alguns de seus dias e as identificações de gênero, raça e condição social acompanhem suas trajetórias, isso não as define, não dizem tudo o que eram. Certamente, elas existiram, mas foram inventadas pelos discursos presentes nos documentos em que as encontramos; são, agora, mais uma vez inventadas pelo historiador que as concebe.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Virginia Queiroz. **Fronteiras entre a Escravidão e a Liberdade:** histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). 2016. 249 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Carregadeiras de Águas: gênero, patrimônio e trajetórias no tempo. **Revista Nós – Cultura, Estética e Linguagens**, v. 3, n. 2, p. 203-2019, ago. 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina**: raízes de Aninha. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: femininos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CORALINA, Cora. Becos de Goiás. *In*: **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias mais**. São Paulo: Global, 2006.

CORALINA, Cora. Miquita. *In*: **Estórias da Casa Velha da Ponte**. 7. ed. São Paulo: Global, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro as Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FIGUEIREDO, Luciano. **O Averso da Memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EDUNB, 1993.

FOUCAULT, Michael. **A Verdade e as Formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes nas relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Educação Anti-Racista**: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, Marcas e Falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MARTINS, Eduardo. **Os Pobres e os Termos de Bem Viver**: novas formas de controle social no Império do Brasil. 2003. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.



2

Parte

**HISTÓRIA, LINGUAGENS
E MÍDIAS EM SEUS MÚLTIPLOS
CONTEXTOS E ESPACIALIDADES**

7

Vinícius Ferreira Ribeiro

DE BANDIDOS À “HEROES”:
consagração bandoleira
sob a perspectiva
de Gustavo Barroso
(1912 - 1931)

INTRODUÇÃO

O banditismo vem sendo uma temática largamente discutida nos últimos tempos devido ao sucesso de personagens e figuras históricas foras da lei que decidem por si só fazer justiça com as próprias mãos. Modelos de banditismo são por vezes aludidos como anti-heróis, como no Brasil, que se relaciona de maneira muito peculiar com a memória e as representações criadas em torno da figura do Cangaço e dos cangaceiros. Gustavo Barroso, estudioso do Cangaço, clareou muitas destas questões ainda no século XX, em 1912.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza - CE em 29 de dezembro de 1888. Exerceu o ofício de jornalista a partir de 1910 no Rio de Janeiro e formou-se em Direito na mesma década. Com notória versatilidade, Gustavo Barroso se notabiliza, em primeiro, não pelos seu ofício ou pelo jornalismo, mas por suas pesquisas de sociologia sertaneja, com ênfase no Cangaço (MOREIRA, 2006).

Na época em que se interessa pelo tema, pouco se tinha escrito sobre o assunto, principalmente sobre as causas que possibilitavam sua existência, dadas que as dimensões do Cangaço crescem com o tempo, alcançando sua proporção máxima sob o comando de Lampião na transição da década de 1920 a 1930. Visto que o Cangaço não era apenas uma característica regional do Nordeste e sim um problema a ser resolvido, o autor se dedica a analisar esta modalidade de banditismo mesmo lhe sendo contemporâneo e com vistas a soluções prováveis, dadas as circunstâncias em que vivia a parcela do sertão que convivia com o Cangaço cotidianamente.

Empregando uma metodologia comparativa e com ineditismo em suas conclusões, Gustavo Barroso passa a ser destaque após o lançamento de suas obras, em especial após a publicação de *Heroes e Bandidos*, em 1917, comprovadamente pela repercussão de seus escritos em textos de outros estudiosos do Cangaço.

O que chama atenção é que o autor, em três momentos diferentes, despende de tempo para escrever sobre o assunto chegando a conclusões distintas. Em 1912, Barroso menciona o Cangaço na obra *Terra de Sol*, mas o faz rapidamente e, depois, volta ao tema em 1917 com mais afinco, determinado a pensar mais especificamente a questão do Cangaço, dedicando toda obra ao tema. Não satisfeito, em 1931 retorna e redige um último texto, *Almas de Lama e Aço*, em vista a se deter de tudo que tornara seu texto desatualizado desde 1917 e atualizar suas conclusões após a passagem de treze anos, durante os quais se colocou mais afeito a alguns diagnósticos que a outros. Em síntese, existem três momentos na própria história do autor dedicados a pensar o Cangaço, com diferença de dezenove anos se compararmos o primeiro ao último.

Várias são as causas tipificadas por Barroso ao longo de seus textos como primordiais para a eclosão e permanência do Cangaço. Dentre elas estão: o meio, a raça e a formação social. Cada um destes tópicos se destrincha em vários, esmiuçando ao máximo todas as possíveis variáveis que poderiam fazer de um sertanejo, bandoleiro. Contudo, nem sempre todos estes fatores foram abordados com a mesma relevância ao longo no todo o percurso destinado a pensar o fenômeno. Há uma sequência lógica de maturação de suas ideias e de diagnósticos acerca do Cangaço ainda a ser analisado.

Nas páginas que seguem, faremos uma breve análise destas três obras ressaltando as suas principais características e buscando entender o que faz com que o mesmo autor tenha posições tão distintas referindo-se a mesma temática.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O CANGACEIRISMO: TERRA DE SOL (1912)

Iniciando ainda em 1912, *Terra de Sol* consiste em um tratado sobre o Nordeste, mais especificamente do Ceará, terra natal do autor. Os principais assuntos relacionados no texto são: o meio, os animais, o homem, a arte e as lendas locais. A beleza narrativa do texto nos mostra a paixão que o autor tem por aquele espaço²⁰. É mais especificamente no quesito homem que se encontram os cangaceiros e curandeiros, considerados por ele, até o momento, como “anormais”. Aqui, residem suas primeiras considerações sobre a criminalidade no Nordeste.

As primeiras linhas do capítulo destinado aos cangaceiros em *Terra de Sol* já nos dizem bastante sobre o autor naquele momento: “O cangaceiro do Norte é selvático e feroz, sofrendo de um descalabro nervoso – produtos da ancestralidade e do cruzamento étnico” (BARROSO, 1962, p. 98). Aqui, o eixo central de toda narrativa é o fator genético, racial.

Adiante, em outro trecho de descrições e comedimentos dos cangaceiros, são descritos como “[...] criminosos degenerados, tarados pelo atavismo, com nevroses de todas as espécies” (BARROSO, 1962, p. 98). Na análise das conjecturas barrosianas, Karla Babinski (2015), afirma que o tom eugenista presente em parte da obra de intelectuais dos primeiros decênios do século XX era comum, já que para mais do que gene do banditismo, o negro no Brasil carregava o fardo do atraso da nação (BABINSKI, 2015). O pareamento do nacionalismo e eugenismo era cômodo, dado que era mais simples culpabilizar uma única raça ou o cruzamento com esta do que assumir a culpa pela situação colonial em que o Brasil se encontrava.

20 O domínio da escrita e a leveza com que aborda os mais diferentes setores que chama de lar no Ceará apresentados no livro lhe confere, alguns anos depois, uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

A construção imagética do cangaceiro tem como eixo principal a etnia vinculada socialmente em determinações criminais. Nessa direção, o “Homem do Norte” possui essa predisposição genética presente desde a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, uma de suas inspirações nas três obras.

Na busca pela melhor caracterização do que veio a ser o “Homem do Norte”, Gustavo Barroso também deixa impressões a respeito de como se relacionava o sertanejo sem renda, com os coronéis e a influência que estes exerciam na população local. É interessante notar como a categoria de “coiteiro”²¹ não fora problematizada largamente aqui, mas sim o relacionamento do homem do sertão com o coronel – estando o primeiro subordinado ao segundo – não como troca de favores de agentes independentes. Na obra *Terra de Sol*, o autor afirma:

Lá campeia o crime à sôlta, sem peias e sem repressões; lá se albergam os foragidos do sertão inteiro nos bandos numerosos de filhos do crime, que os chefes políticos municiam e sustentam para as suas lutas intestinas, sabendo de antemão que o *patriótico* governo do Estado dará ao chefe vencedor as honras e propinas. O chefe em torno de quem se alinham esses bandoleiros fica o potentado da região, manda espaldeirar, chicotear, torturar, matar os seus desafetos; sai a campo em arremetidas bruscas a saquear povoações, expulsando os habitantes, incendiando o casario tosco, violentando as mulheres, cevando todos os seus instintos da inaudita ferocidade (BARROSO, 1962, p. 102).

Esse vai ser um diagnóstico corrente na historiografia sobre o tema. Até mesmo a literatura vai abusar desta característica de auxílio – forçoso ou não – do Cangaço como uma peculiaridade particular. José Anderson Nascimento redige em 1998 o livro *Cangaceiros, Coiteiros e Volantes* e não é o primeiro a reproduzir essa relação na

21 No período de vigência do Cangaço no sertão, coiteiro era aquele que defendia e escondia cangaceiros, ora por vontade própria ora a força, das forças estaduais e federais, garantindo sua passagem segura pelo local.

literatura. Outro nome expressivo que aborda a temática é José Lins do Rego na obra *Cangaceiros*. O coiteiro no sentido tradicional era conhecido no auxílio mútuo entre cangaceiros e coronéis, e isto não é o expresso na citação acima.

A categoria resgatada por Barroso está pautada em um compadrio antigo existente na região Nordeste em que os coronéis estabelecem alianças com sertanejos locais para realização de seus conflitos pela posse da terra. Seguindo essa lógica, na parte destinada aos exemplos, Barroso traz exemplos de lutas de famílias que se utilizavam deste recurso a fim de conseguir adeptos que lutassem por eles, para a tomada de novas terras e a defesa de suas próprias.

Em síntese, esse é o esboço inicial de Barroso a respeito do sertanejo e do Cangaço. O autor não busca identificar causas diferentes de ingresso ao Cangaço, nem mesmo pensa mais sistematicamente comparando o Cangaço a outros banditismos para encontrar semelhanças e diferenças como faz em seus estudos posteriores. Por fim, Barroso apenas deixa suas impressões sobre alguns bandoleiros que circulavam até a data com seus principais feitos. Entretanto, os cangaceiros escolhidos para análise não foram escolhidos aleatoriamente, pelo contrário, esses exemplificavam tudo que o autor imaginava ser os cangaceiros até esse momento. Nesta parte do texto encontramos exemplos de lutas de famílias, de bandidos “degenerados” e os principais nomes da época, a exemplo de Antônio Silvino. Isso nos mostra que a tônica deste primeiro livro tenta alinhar uma narrativa em que almeja convencer o leitor de uma linha de pensamento, na qual o cangaceiro é descrito como pertencente a um grupo degenerados de indivíduos, o que não se repete em suas obras subsequentes.

DA DEGENERAÇÃO À DÚVIDA: HEROES OU BANDIDOS?

Em 1917, a obra *Heroes e Bandidos* é redigida com pressupostos diferentes de *Terra de Sol*. Este foi sua obra de maior destaque no que tange ao Cangaço, mesmo não sendo seu último. Vale notar que, aqui, todo texto vai ser usado para pensar o Cangaço como fenômeno social mais importante naquele momento, como ele mesmo se pronuncia ainda na obra *Heroes e Bandidos*. Se na primeira obra o Cangaço era creditado como parte do ambiente, no segundo, seu caráter expansivo e sanguinolento se tornara ferida grave, que por falta de cuidado, ameaçara de fato, a vida no Nordeste.

A exposição inicial de suas ponderações em *Heroes e Bandidos* se referem ao meio, e como este seria crucial na formação não apenas do criminoso, mas também do sertanejo.

O meio como produtor deste homem sertanejo é produtor de miserabilidade. Para além do desamparo social, o meio por si só já justificaria a luta das pessoas que ali vivem contra condições de maior grandeza, como o clima e a fome: o segundo, quase sempre, fruto do primeiro. Secas recorrentemente privaram os habitantes destas regiões das necessidades mais básicas, e são carências como estas que, muitas vezes, motivam a busca de respostas através da criminalidade (BARROSO, 1917, p. 21).

Gustavo Barroso vai partir da condição do sertão para contrapor duas regiões: o sertão e o litoral. As conclusões do autor estão ligadas aos diagnósticos científicos correntes na época. Na contraposição destas duas regiões, fica claro certo determinismo mesológico, que condicionaria fatalmente as pessoas de determinados espaços ao fracasso.

A seca também influi na população sertaneja em outra frente: no seu ofício. Diferente de regiões que têm acesso à água e ao solo fértil, a seca do sertão impossibilita o plantio. Na terra estéril, infértil, o ganha-pão da massa deixa de ser a agricultura e passa ser o pastoreio, e essa atividade, longo prazo, cria tradições que para autores como Barroso estão explícitas no banditismo. Em seu texto destacam-se as principais heranças do pastoreio que levam à criminalidade. São elas: nomadismo e desocupação.

A vida nômade caracterizada pelo autor é notada de copioso isolamento. São condições anormais de seu ponto de vista, dado que a civilidade vem da convivência com outros seres humanos. O contato direto apenas com animais, a longo prazo, desperta instintos incomuns, quase irracionais. Junto ao isolamento vem a desocupação. O argumento corrente utilizado é que o gado, normalmente, cria-se sozinho, cuida de seu próprio alimento. Barroso se apropria da ideia para afirmar que parte deste tempo livre é usado para a busca de novas emoções. “Das emoções da jogatina e da beberrónia, nas vendas e tavernas que marginam os caminhos, para a caça de aventuras maiores e emoções mais fortes, vai somente um passo” (BARROSO, 1917, p. 24).

Na tentativa de buscar o algoz da condição criminal, vivenciada por muitos povos, o autor se depara com o Estado e com a falta de assistência que lhes é dada. Para além da fome, a negligência do poder público se faria ausente também no auxílio a doenças, de outras ocupações que não fossem o pastoreio ou a agricultura em escala ínfima, no provimento de educação, entre outras. De acordo com Barroso (1917), o único momento efetivo de atividade por parte do governo seria para repelir ações de quem sublevou-se e fez do banditismo um meio de vida. Os dois principais caminhos trilhados por Barroso na acusação da falta de assistência do Estado seria o da repressão e da falta de educação oferecida aos povos daquela região.

A ação policial, em regiões assoladas pelo banditismo, não deveria causar indignação – não em condições normais. Acontece que neste caso, nas entrelinhas da mobilização das forças volantes – como chamadas as tropas de combate ao Cangaço – também reside a falta do Estado. Se as forças volantes atuam para combater o infortúnio, nada foi feito para evitá-las. Como observado em várias passagens do texto de Barroso, nunca foi oferecido – à população – as condições mínimas de sobrevivência, educação e demais possibilidades de ofício, conforme mencionado acima.

Não foram apenas o clima e a falta de recursos dos componentes que sustentaram o banditismo. O estudo de Barroso consiste em pensar em como aquele espaço se estrutura geograficamente e como isso poderia influenciar na vida bandoleira. No que se refere à influência do espaço geográfico no banditismo, a primeira causa assinalada para sua permanência é a possibilidade de fuga para outros estados. Como o Cangaço ou mesmo ações de rapina são antigas no sertão nordestino, seria apressado dizer que Barroso foi o precursor da tese, todavia é o primeiro que ganha notoriedade.

A costura de fronteiras estaduais como práticas cangaceiras é mais bem explicada em outros autores, ou mesmo em biografias de Lampião, nas quais se utilizou diversas vezes desta tática. Em síntese, quando um facínora cruzava a fronteira de um estado, a delegação em seu encalço fica impedida de prosseguir, visto que a incumbência já era da polícia de outro estado. Pesquisas sobre o assunto, a exemplo de Mello (2004), mostra-nos que este é um problema tão antigo que as autoridades locais vêm se reunindo desde o século XIX para tentar resolver a interferência de policiais nas ações criminais em outros estados. Barroso não parece se preocupar em datar tratados específicos no seu texto, nem mesmo pensar em suas consequências.

Talvez o principal sacrilégio que Gustavo Barroso destaca de todas as causas tenha sido mesmo a ausência da educação. Mesmo

com as consequências da falta de auxílio na saúde pública ou mesmo na falta de estradas, a ausência da educação seria o culminar do cangaçeirismo epidêmico. Essa falta é tão latente que o autor relembra intervenções jesuítas na educação, realçando que foram os últimos professores do sertão, e que depois disso, o sertanejo não saberia nem mesmo reconhecer as cores (BARROSO, 1917:36).

Sua proposição de requerimento à educação poderia até mesmo vir de sua própria experiência. Gustavo era filho de proprietário de terras e imigrante, dono de uma educação valorosa, dado que pertencia ao estado considerado um dos principais berços do banditismo, como ele mesmo destaca. O alvorecer de seus estudos secundários foi no Liceu do Ceará, colégio de renome desde o século XIX que possuía em sua grade de disciplinas todos os componentes essenciais para a formação de um indivíduo.

O princípio ativo que levava os sertanejos a adentrarem no Cangaço também pertencia àqueles que optavam pelo fanatismo. Largamente associado ao Cangaço pelo postulado da miserabilidade sertaneja, autores como Rui Facó e Abelardo Montenegro teceram suas narrativas condensando as duas formas de levante popular. O fanatismo também se encontra em *Heróis e Bandidos*, nos quais são pontuadas as causas que levariam a população a seguir mandos e desmandos de salvadores populares que personificavam imagens santificadas e milagreiras.

Essa menção é necessária, neste momento, para sinalizar outro resultado da falta de educação da população. Isso não significa que esta seja a única causa responsável por todo o imbróglio. Como já mencionado, é importante ressaltar a relação que existe nas causas do banditismo e do fanatismo no sertão decorrentes do mesmo princípio de que, na maioria das vezes, são frutos da deseducação. A instrução pública ainda seria uma reivindicação corrente em sua obra de 1931.

A obra *Almas de Lama e Aço* (1931) é um relato sequencial de tudo que o autor propõe nas obras anteriores e nesta em específico Gustavo Barroso se mostra explicitamente mais afeito a alguns de seus diagnósticos do que outros. As causas nele expostas não gozam de grande ineditismo em relação aos anteriores, principalmente dado à magnitude de *Heroes e Bandidos* (1917), mas a necessidade de escrever outra vez sobre o tema nos faz inferir possibilidades, como: novos acontecimentos relevantes podem ser dignos de ser apresentados, como o surgimento de outros cangaceiros, o que de fato houve. Lampião, o cangaceiro mais relevante do movimento, é mais ativo e tem sua fama acrescida na década de 1920 e 1930, ou seja, posterior a *Heroes e Bandidos*. Outro ponto que pode ser motivo de escrita de um novo texto é uma possível mudança de posição em relação aos textos anteriores, ou ainda é possível afirmar que a ferida aberta pelo Cangaco apresentada em 1917 ainda não se estancou, pelo contrário, ganhou mais força. Em certos momentos da década de 1920, são relatadas armas militares nas mãos dos cangaceiros, armamentos superiores aos volantes policiais que os procuravam²². Nesse sentido, insistir na denúncia do Cangaco, mesmo que em uma terceira obra, ainda é sensato.

O que há de diferencial neste terceiro texto se volta ao sentido estritamente social que adquire o combate ao banditismo. Os coronéis, por exemplo, são destacados como comparsas de bandos independentes mais intimamente do que antes: “A protecção a cangaceiros foi sempre praticada em grande escala pelos chefes políticos no interior do Nordeste, muito especialmente no Ceará” (BARROSO, 1931, p. 24). A grande questão que se coloca aqui é como o Estado passa a ter mais culpa do que antes, por permitir que este contato se estenda.

22 Um evento em especial merece ser mencionado. Se trata do convite feito ao grupo de Lampião em 1926 para que combatesse a Coluna Prestes que passaria na região dentro de pouco tempo. Em troca do apoio militar de Lampião, todo seu grupo receberia armas militares de ponta e Lampião seria honrado com um título militar. Contudo, Lampião percebeu a armação na qual o título que lhe seria concedido era falso. Em posse dessa informação, fugiu com seu grupo e com todas as armas “doadas” pelo Governo Federal (CHANDLER, 1981).

Os coronéis não são os únicos a estreitar os laços com os cangaceiros e sertanejos como um todo na exposição desta terceira obra. A categoria dos padres também é citada como necessária para uma boa convivência no Nordeste e também pela ausência de apoio estatal, algo que sequer era mencionado nas obras anteriores. Em um dos momentos que Barroso vai tratar sobre a importância destes padres para a região, afirma:

Esses homens são necessários ao sertão. Num meio dominado pela anarquia, qualquer desses padres representa uma base, um poder central, uma influencia até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não há nenhuma. E, si fanatizam, si exploram, a culpa não cabe a população sertaneja, que carece de escolas, hygiene, de agua, de vias de comunicação; porem aos governos estadoaes e a seu supremo mentor – o governo geral ou federal” (BARROSO, 1931, p. 35).

Junto a estes dois grupos apresentados, um último ganhe destaque em *Almas de Lama e Aço*: os policiais. Chamados por Barroso de “cangaceiros de farda”, este grupo seria um dos responsáveis pelo aumento nas fileiras do banditismo no sertão, pois o sertanejo não lhe tem apreço. Barroso afirma que o sertanejo é vilipendiado pelo Estado sob a figura dos agentes que, em tese, deveria protegê-los e, por isso, a raiva cresce por este grupo no sertão, principalmente após vários relatos de abuso de poder por estes, que faria muitos sertanejos “ganharem o sertão” em busca de sua honra perdida. Nessa direção, Barroso atesta: “As policias nos Estados do Brasil são tudo, menos policias” (BARROSO, 1931, p. 62).

Com apenas estes destaques da obra *Almas de Lama e Aço*, percebemos uma clara mudança discursiva se comparado às obras anteriores. Todavia, há mais semelhanças e desencontros dentro desta “trilogia” de análise do Cangaço que se percebe à primeira vista.

O que pode parecer leitura enfadonha, na verdade, esconde que seus escritos foram contemporâneos ao Cangaço e que os can-

gaceiros e famílias de potentados rurais alternaram suas descrições ao longo dos textos. Em alguns momentos, ao longo das três obras, os donatários de terras e cangaceiros chegam a se inverter de lado, e as certezas sobre quem praticam as ações mais criminosas são colocadas em xeque. Para além disso, as causas do Cangaço foram esmaecendo em partes e se intensificando em outras, o que demonstra que nos três casos, a realidade foi lida de maneiras diferentes. A mudança de algumas opiniões é clara se compararmos o texto Terra de Sol, de 1912 e Almas de Lama e Aço, de 1931. Constata-se duplamente essa afirmação: primeiramente quando analisamos algo que nos é contemporâneo, os cangaceiros atuantes em 1912 eram diferentes dos que atuavam na década de 1920.

O título de rei do Cangaço, por exemplo, deixa de ser de Antônio Silvino e passa a Lampião no recorte de tempo de aproximadamente uma década. Apesar de ambos viverem na época do Cangaço, possuíam posturas discrepantes. Segundo: os sistemas de referências intelectuais e a atitude do Estado face ao problema do Cangaço também se alternam. A profundidade destas influências é clarificada no decurso percorrido pelo autor em sua pesquisa, e a representação criada em seu texto reconstrói percepções sobre o Cangaço que muitos aderem. Chartier ilustra bem essa questão, teorizando sobre a tessitura das representações como “[...] as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p. 183).

A leitura da realidade que parte dos dispositivos culturais e tem em Chartier sua figura de proa, pode ser interessante na perspectiva adotada nessa pesquisa. A partir dele, os dispositivos culturais têm o poder de quebrar estamentos sociais e interpelar indivíduos, independente das classes (CHARTIER, 1991). Nesse sentido, a escrita barrosiana pode ser vista como uma representação da realidade social e cumpre o papel mediador entre o que pesquisa e o público interessado. Quando seu texto se torna a lente usada para a visão do

que foi pesquisado, junto à análise realizada vem todo um conjunto de opiniões indissociáveis do que foi apresentado. É inerente e inevitável. Todo o composto que se apresenta junto a essa visão passa a influenciar seu leitor.

Como já foi mencionado, o texto *Terra de Sol* não foi dedicado única e exclusivamente ao Cangaço. Apenas algumas páginas lhes são dedicadas, e presume-se com isso que a profundidade de análise do Cangaço será menor comparada às outras obras. As referências ao estudo do banditismo completam este argumento. Ao longo de todo o corpo do texto de *Heroes e Bandidos* são mencionados vários autores que eram referências no estudo de banditismo naquele momento. A importância que exercem estes autores é grande, sobretudo quando confirmam dada reflexão. Quanto ao texto *Almas de Lama e Aço*, o conjunto de referências de *Heroes e Bandidos* aparece em menor medida, visto que parte das conclusões desta obra são divergentes, como veremos adiante.

Outro ponto contrastante entre os três textos apresentados, referem-se, às determinações raciais. Em *Terra de Sol* (1912) o cangaceiro é, de fato, um ser anormal, resultado do cruzamento étnico, sem chances de sucesso. O peso destas considerações é maior neste primeiro texto porque nele Barroso não pretende apenas falar do cangaceiro, mas do homem do Nordeste. Na esteira das classificações, mesmo sem atitudes criminais, o homem de cor traz traços de degenerescência. Visto isso, pensa-se logo: O mesmo discurso permanece nos escritos subsequentes? O autor vocifera contra o cruzamento étnico e a banditagem nata da mesma maneira?

Em *Heroes e Bandidos*, podemos afirmar que se o diagnóstico não desaparece, pelo menos não é mais o protagonista. Isso não significa que inexistem o apontamento de causas raciais na obra de sociologia sertaneja de 1917, todavia, em relação ao texto anterior, isso diminui consideravelmente.

Sendo assim, Gustavo Barroso ainda tipifica a anormalidade do sertanejo, pela classificação dos cangaceiros, atestando a existência da degenerescência apontando que o primeiro tipo de cangaceiro possível, ainda é o criminoso nato (BARROSO, 1917, p. 91-92).

Como este, ainda despontam outros diagnósticos raciais em outras partes do texto ainda que não sejam mais os protagonistas. Fatores genéticos não são mais preponderantes, mas a falta do Estado, especialmente no que tange à educação. É com este pressuposto que sua narrativa se envereda neste novo começo, para indicar a falta de instrução dos moradores daquela região neste debate social. O sertanejo que já luta contra o meio, também lida com a falta de escolaridade, o que a longo prazo se revertem como prejuízos à própria sociedade, como confirma Barroso, quando diz que a única maneira que o sertanejo encontra para se expressar é através da violência (BARROSO, 1917, p. 44). Em síntese, o espaço ocupado pelas explicações e diagnósticos raciais, foram, relativamente, transformados e substituídas pela formação social.

A mudança mais radical acontece no último texto desta suposta “trilogia”. Aqui, há uma ruptura com o discurso apregoado em *Terra de Sol*. O espaço destinado a apontar as causas do Cangaço não menciona uma única vez o componente genético. Vemos, com mais frequência, a construção das condições necessárias para a eclosão do cangaceirismo. É válido lembrar que há outra série de questões que podem ser problematizadas, para além do fator étnico. Outros diagnósticos também aparecem com frequência, como a relação dos sertanejos com os coronéis, a profissão no sertão, a influência do meio, o fanatismo e a intervenção do Estado na região.

A começar com a relação dos sertanejos com os coronéis, é notável que o relacionamento destas duas categorias do sertão estão presentes até mesmo em *Terra de Sol* como visto nos comentários gerais sobre o texto no início deste tópico. É importante ressaltar que a descrição dessa relação também se altera de uma obra a outra.

Em *Terra de Sol*, a demonstração do convívio entre o sertanejo e coronel diz bastante sobre a formação de exércitos particulares, não sobre a função de coito e refúgio aos bandos independentes como se está acostumado a ver, principalmente com bandos nas décadas de 1920 e 1930. Essa relação diz mais a respeito da luta por territórios. Tal interpretação permanece válida até o último texto da série de sociologia sertaneja, quando, finalmente, assume outros contornos, mais conhecidos através do termo “coiteros”.

Na segunda obra, a reflexão é um tanto mais elaborada, com destaque à investida de Padre Cícero e à sua tentativa de acordar entre os proprietários de terras “mais amabilidade” uns com os outros, a fim de que se extinguem as parcerias com cangaceiros. Contudo, não possui uma ruptura fundamental com a ideia desenvolvida ainda na primeira obra.

Já na terceira obra, com conclusões um tanto discrepantes, chega à seguinte conclusão da relação entre potentados e cangaceiros: “[...] no Ceará, ensina-nos claramente que, no sertão, o cangaceiro existe em função do coronel e o coronel domina em função do cangaceiro. Combata-se o coronelismo e se estará trabalhando para a extinção do cangaceirismo (BARROSO, 1931, p. 31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, com isso, que Barroso sai de uma postura amena e chega a pôr fim em tom de denúncia em 1931. Porém, dizer que o Cangaço findaria no combate ao coronelismo é arriscar em outro determinismo. Fato é que essa conclusão foi tomada a longo prazo, dado que é na progressão de seus estudos que se chega a esse ponto. Aqui, não nos interessa pensar no diagnóstico mais assertivo, e sim

expor a construção do pensamento do autor na análise do Cangaço. Assim, também, ocorre na infusão de culpa do Estado. A presença do gene foi esquecida pela ausência do Estado, que reprimia, mas não formava ou capacitava a população. O momento que o autor mais se faz ouvir em suas declarações, sobretudo quanto à formação social é em *Almas de Lama e Aço* (1931).

Isso não implica em afirmar que a última obra aprimora todas as ideias expostas se comparada aos textos anteriores. Cada um dos três textos possui particularidades próprias. É em *Terra de Sol* que a seca é mais bem estudada, tal como a dependência do meio na escolha das profissões no sertão. Tanto é que a seca extrapola o Cangaço, é inerente ao sertanejo como um todo, o interpelando-o enquanto sujeito vivente. Todo um capítulo é destinado a tratar destas questões relacionadas ao meio, ao pastoreio e à agricultura. Nesta análise, nem a flora lhe escapa. São apontadas as plantas que resistem e as que sucumbem com o efeito do clima. As que resistem recebem a alcunha de “filhas da pedra e do areal” (BARROSO, 1962, p. 20).

Quanto às profissões, o gado está para o solo infértil assim como a agricultura está para o litoral. Aqui, não temos nenhuma novidade, mas as particularidades e minúcias da descrição são superiores aos dos próximos títulos. Nas obras *Heroes e Bandidos* e *Almas de Lama de Aço* a tradição nômade é uma das causas apontadas do cangaceirismo, ainda que a constituição do meio concretizado narrativamente só acontece em *Terra de Sol*.

Panoramicamente, infere-se que ao longo do tempo, Gustavo Barroso perdeu a pouca fé que tinha nas autoridades, e por fim já questiona a legitimidade dos atos de quem diz proteger a sociedade civil das ações dos cangaceiros.

Seus diagnósticos saem da predisposição do gene e adquirem um caráter social mais nítido. É perceptível, principalmente, no contras-

te em uma passagem feita em Terra de Sol em relação a outra passagem de Almas de Lama e Aço. Em 1912, caracteriza os cangaceiros da seguinte forma: “[...] almas de lama que nunca esboçaram um gesto de compaixão e nunca possuíram o menor sentimento de homem” (BARROSO, 1912, p. 100-101). Já em 1931, muda a compostura e muda de lado: “De mim sei que, na maioria dos casos, prefiro os cangaceiros sem farda aos cangaceiros de farda. Aquelles são muitas vezes almas de Aço. Estes raramente não são almas somente de Lama” (BARROSO, 1931, p. 69).

Em 1931, *Almas de Lama e Aço* completam um ciclo iniciado no apontamento do cangaceiro como males do sertão e se encerra com a dúvida se realmente seriam eles os causadores de todo o mal-estar social vivido naquela sociedade, encerrando um ciclo de pesquisas na área de sociologia sertanejas com mais dúvidas do que tinha quando havia iniciado. Ele teria se deparado, na primeira metade do século XX, com um exercício árduo que atravessaria muitas gerações de pesquisadores na tentativa de tentar entender a nebulosa área que cerca a representação social deste evento tipicamente brasileiro, que ainda se mantém com mais dúvidas do que verdades absolutas.

REFERÊNCIAS

BABINSKI, Karla de Souza. **Representações de Ciência e Tecnologia em Gustavo Barroso (1909-1935):** nacionalismo autoritário, eugenia e antisemitismo. Dissertação (Mestrado em tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BABINSKI, Karla de Souza; QUELUZ, Gilson Leandro. Gustavo Barroso: Eugenia e Nacionalismo Autoritário. **Intellèctus**. Jaguariuna, ano XVI, n. 1, 2017, p. 152-176.

BARROSO, Gustavo. **Almas de Lama e Aço**. São Paulo: Editora Proprietária, 1931.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos (os Cangaceiros de Nordeste)**. São Paulo: Liv. Francisco Alves, 1917.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**: Natureza e costumes do Norte. Ceará: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião**: o rei dos cangaceiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: A história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos avançados, v.5, n.11, 1991, p. 173-191.

MELLO, Frederico Pernambucano. **A Guerra Total de Canudos**. Escrituras Editora: São Paulo, 2020.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Apagando Lampião**: vida e morte do Rei do cangaço. São Paulo: Global Editora, 2018.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Aspectos do Banditismo Rural Nordestino**. Ciência & Trópico, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, n.1, v.2, jan. jun. 1974, p. 67 - 111.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Cangaço**. Sem lei nem rei, "Guerreiros do Sol" mais universais e irredentos do que nunca. [Entrevista concedida a] Marcel Bezerra. Revista Nordeste VinteUM, Fortaleza, I (1), 2009, p. 32-38.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Estrelas de Couro**: a estética do cangaço. São Paulo: Escrituras Editora, 2015.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do Sol**: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa (5ª edição), 2004.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1973.

8

Michelle dos Santos

Émile Cardoso Andrade

Lilian Monteiro de Castro

GRANDE SERTÃO VEREDAS:
atualizando
a epopeia na arte
de narrar a guerra

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.8](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.8)

A guerra era o constante mexer do sertão.

Guimarães Rosa - *Grande Sertão: Veredas*

INTRODUÇÃO: A GÊNESE DE UM GRANDE SERTÃO

Entre as infinitas maneiras de ler o grande sertão de Riobaldo está uma que nos parece marcante e definidora para a incessante busca do entendimento ou, pelo menos, da apreensão deste almanaque que é o romance de Guimarães Rosa: o signo da epopeia nas trilhas belicosas do jagunço preferido de dez entre dez leitores rosianos.

Sabe-se que, na gênese desse romance, Riobaldo é apresentado muito mais como um homem em busca de respostas sobre a vida e os mistérios do mundo do que um simples sertanejo de quem não é esperado qualquer tipo de reflexão existencial. Rosa vem provar que sim, o homem do sertão existe, é marcado pela rudeza da vida, carrega uma história de resistência dolorida, mas pode perder um bom tempo em querer conhecer o sentido das coisas, o que talvez assuste aqueles que ignoram o espetáculo árido, bonito e intenso que é o viver sertanejo.

É também fato conhecido que Rosa tenha se encantado com a história de um certo doutor alemão, músico muito refinado e que realiza um estranho contrato com outro indivíduo não menos estranho e misterioso. O romance *Doutor Fausto* (1947), de Thomas Mann, impressionou o escritor mineiro que decidiu escrever, ele também, sobre um pacto semelhante, é claro, sem envolver acadêmicos e sofisticados senhores de alta classe, e sim, homens do interior do Brasil, gente humilde e socialmente marginalizada.

Pode-se perceber a semente do romance se firmando no solo da imaginação de Rosa em “Uma estória de amor”, um dos contos de *Corpo de baile* (1956). Dentre as mais variadas histórias e cantigas populares, Rosa interessou-se por uma em especial que narra a façanha de um príncipe que, ao ir à guerra, se apaixona por outro combatente, Don Varão, que acaba revelando-se mulher. Da matéria principal deste folclore nasce a ideia do travestimento de Diadorim e aí está tudo o que o autor necessita para começar seu *magnum opus* que se transformaria em um dos maiores romances brasileiros de todos os tempos.

Perpassando esses três pilares da gênese de *Grande sertão: veredas* (as reflexões e buscas existenciais de um sertanejo, o mito fáustico do pacto demoníaco e o travestimento da donzela guerreira) está a guerra promovida pelos bravos jagunços companheiros de Riobaldo no transcurso do sertão brasileiro que, como o mar, é infinito, no enalço do traidor de nome Hermógenes.

Portanto, é sobretudo a guerra que nos interessa por ter a função narrativa de unir os três eixos da criação romanesca. É ela que provoca a maioria das reflexões de Riobaldo; ela faz de Diadorim o menino Reinaldo que, para acompanhar a jagunçagem ao lado do pai, deve ser homem e não donzela; e é ela, a guerra, enfim, o motivo fundamental do pacto de Riobaldo com as forças ocultas.

Com que meios e sob quais insígnias literárias Guimarães Rosa narra essa batalha é o caminho interpretativo que buscamos e remonta as origens desse processo narrativo à tradição épica homérica. Recorrendo à *Ilíada*, refletimos sobre as possibilidades da leitura que Rosa fez deste clássico, tornando-o um dos arquitextos de *Grande sertão: veredas* (1956).

Para além disso, partindo da narrativa da cólera de Aquiles, podemos elencar uma série de romances que, possivelmente, nos incita a pensar numa espécie de tradição narrativa de guerra, aos moldes

das tradições narrativas cavaleirescas, das narrativas de viagem, das narrativas de aventura etc. Ou seja, o livro de Rosa insere-se numa tradição de narrativas bélicas, que nasce com a *Ilíada* e tem seu apogeu no século XX com substancial número de romances sobre as mais variadas guerras e conflitos.

A NARRATIVA DE GUERRA: UMA TRADIÇÃO?

As guerras sempre foram assunto de interesse das mais variadas linhas de conhecimento. Ao contrário do que possa sugerir, os conflitos armados não são problemas restritos aos gabinetes políticos e administrativos e não alteram somente a configuração social, econômica e geográfica de um determinado povo ou civilização. A guerra é um problema epistemológico, filosófico, moral e, neste texto, apresentar-se-á como um problema principalmente estético.

Nossas reflexões partem de um estudo comparativo entre *Grande sertão: veredas* e a *Ilíada*, no intuito de compreender em que sentido e de que forma existe, no procedimento artístico de Guimarães Rosa, uma transtextualização da epopeia como princípio formal de construção narrativa concernente à guerra travada entre os jagunços de Riobaldo e os seguidores de Hermógenes.

No enfrentamento de nossos questionamentos, encontramos outras narrativas que, como o prodigioso romance brasileiro aqui estudado, também dialogam intertextualmente com o clássico homérico. Pudemos perceber que o tema da guerra figura assiduamente nas páginas da literatura ocidental, principalmente no século XX, a antológica “era dos extremos” (no dizer de Hobsbawm). Pensando nisso, pretendemos nos estender em mais algumas linhas acerca desta tendência estética que já pode ser pensada como uma tradição em processo de formação.

A *Ilíada* é uma epopeia bélica que, diferentemente da *Odisseia* que narra as aventuras de Ulisses ao voltar de Troia para Ítaca, descreve minuciosa e grandiloquentemente o combate a Troia realizado pelos gregos, em um numeroso conjunto de guerreiros de diversas regiões das ilhas, a fim de defender a honra de Menelau e sua esposa raptada por Páris. Essa guerra descrita por Homero parece ser a primeira narrativa de uma série de obras que se caracterizam por tratar da guerra em especial. Há nessa vertente literária alguns clássicos indiscutíveis que, segundo nossa proposta de pensar uma tradição de narrativa bélica, trazem peso e volume significativos: *Guerra e paz*, de Tolstói, por exemplo, finalizado em 1869, narra a façanha da resistência russa aos ataques de Napoleão, no início do século XIX. Para o início de uma série de romances envolvendo conflitos armados, esse clássico nos parece resolver bem a questão.

Exatamente do início do século XX, precisamente em 1902, encontramos dentro de nossa tradição romanesca bélica a publicação de *Coração das trevas*, de Joseph Conrad. O escritor de origem polonesa nascido na Ucrânia e cidadão inglês narra em seu romance o drama da destruição moral da Europa colonialista. Um líder branco entre selvagens do Congo protagoniza uma série de horrores.²³

No Brasil, no início do século XX, é publicado o clássico *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, cuja narrativa se compõe de três partes. A obra retrata a campanha de Canudos, pequena região baiana palco de uma sangrenta luta entre camponeses liderados por Antônio Conselheiro e tropas do governo.

Em 1899 nasce Ernest Hemingway considerado o grande prosador da guerra na literatura ocidental. Seu romance *Por quem os sinos*

23 A narrativa de Conrad foi muito bem adaptada para o universo do Vietnã dos anos 60 no filme de Francis Ford Coppola *Apocalypse Now* (1979). Aliás, o cinema já possui uma tradição de filmes de guerra muito bem representada com algumas grandes adaptações de romances de mesmo tema.

dobram (1940) narra as agruras da Guerra Civil Espanhola. O fascismo representado por Hemingway foi decisivo para que o escritor ganhasse o Nobel de literatura em 1954.

A literatura contemporânea – e aqui nos referimos àquelas obras publicadas pós-1945, a título de simples datação – promove uma mudança no procedimento narrativo que passa e se preocupa com a introspecção, com o delineamento da consciência e suas profundezas, com o limite existencial do homem, fato que se reflete também nas narrativas que estamos elencando nesta genealogia de uma tradição romanesca de guerra.

A morte de Artemio Cruz (1962), romance essencial do mexicano Carlos Fuentes, segue essa tendência. O romance segue as últimas horas de Artemio Cruz, participante das campanhas heroicas de Revolução Mexicana. De seu leito de morte, a partir de suas memórias, o leitor acompanha a história guerreira do protagonista e, mais tarde, a sua derrocada pessoal: traidor de seus ideais, acumula riquezas e poder e não se realiza nem mesmo no plano afetivo.

O fato de a narrativa dar-se a particularizar os acontecimentos e subjetivizar a guerra nas memórias de um só homem, aproxima *A morte de Artemio Cruz* de *Grande sertão: veredas*, assim como *O general em seu labirinto* (1989), de Gabriel García Márquez, também narrado do ponto de vista de quem já viveu o momento de luta e de glória e revive na lembrança as derrotas e conquistas acumuladas. Tal qual Artemio Cruz, Simon Bolívar, o personagem central, está sem amigos em seus últimos dias de vida. O general delira devido à febre causada pela tuberculose e sua consciência se transforma num labirinto de memórias, lembranças e suas últimas aspirações.

Nossa lista, que poderia se estender por várias páginas, termina com um romance do português António Lobo Antunes: *Os cus de Judas* (1979). O romance narra a sangrenta guerra pela independência de

Angola e seu protagonista é um homem atormentado pelas lembranças do conflito enquanto servia como médico na batalha entre angolanos exigindo liberdade e portugueses decididos a manter-se no poder.²⁴

Pretendíamos que este tópico apenas exemplificar os romances que podem ser vinculados a uma tradição que envolve conflitos armados partindo da origem homérica fundada com a *Ilíada*, passando pelo “famigerado” *Grande sertão: veredas* e enveredando pelo labirinto da literatura mais atual.

GRANDE SERTÃO: VEREDAS E ILÍADA – A ARTE DA NARRAR A GUERRA

Grande sertão: veredas possui, provavelmente, uma ligação com a *Ilíada* em termos de arquitecualização da estrutura épica utilizada no processo de construção da narrativa dos feitos guerreiros de Riobaldo e seus jagunços contemplando a aventura bélica. Partiremos para a observação atenta de características formais e estruturais que servem de argumentos para a construção e afirmação estética de uma epopeia sertaneja representada pela descrição de Riobaldo de seus feitos guerreiros. A primeira ligação entre a epopeia homérica e o *Grande sertão: veredas* é aquela que liga todo romance ao gênero épico e que o escritor argentino Julio Cortázar define bem:

Eis aqui a épica em sua própria raiz, e a épica é a mãe de todo romance, como se pode ler nos compêndios escolares. “Canta, oh, Musa, a cólera do Périda Aquiles...” Mas o que se canta não é a cólera, mas sim suas conseqüências. No entanto, todo romance significativo de nossa época termina ali onde começa o romancista épico: o que importa é saber por que Aquiles está

24 O próprio Lobo Antunes serviu como médico na guerra citada.

agastado, e uma vez sabido isto, por que a causa provocava cólera em Aquiles e não outros sentimentos. E então, que é a cólera? E além disso, é preciso encolerizar-se? O homem é cólera? E também, o que esconde, por sob suas formas aparentes, a cólera? Esse repertório de perguntas constitui a temática essencial do romance moderno [...]. (CORTÁZAR, 1993, p. 64-65)

O romance de Rosa responde a todas essas perguntas suscitadas ao gênero épico, porém, o que nos importa aqui é selecionar o tema bélico e entender em que medida *Grande sertão: veredas* desce do estilo épico na sua construção narrativa. Em nossas análises verificaremos a apresentação dos personagens envolvidos na trama. Guimarães Rosa escolhe uma forma de mostrar os envolvidos na guerra de jagunços semelhante ao famoso “catálogo das naus” que descreve navios e guerreiros gregos reunidos diante da muralha de Troia. Para ilustrar com propriedade, achamos por bem reproduzir a passagem que, embora extensa, expõe a rememoração de Riobaldo sobre seus companheiros:

E no entre esses, que eram, o senhor me ouça bem: *Zé Bebelo*, o nosso chefe, indo à frente, e que não sediava folga nem cansaço; o *Reinaldo* – que era Diadorim: sabendo deste o senhor sabe minha vida; o *Alaripe*, que era de ferro e de ouro, de carne e osso, e de minha melhor estimação, *Marcelino Pampa*, segundo em chefe, cumpridor de tudo e senhor de muito respeito, *João Concliz*, que com o *Sesfredo* porfiava, assoviando imitava de toda qualidade de pássaros, este nunca se esquecia de nada; o *Quipes*, sujeito ligeiro, capaz de abrir num dia suas quinze léguas, cavalos que haja, *Joaquim Beiju*, rastreador, de todos esse sertão dos Gerais sabente; o *Tipote*, que achava os lugares d’água, feito boi geralista ou buriti em broto de semente; o *Suzarte*, outro rastreador, feito cão cachorro ensinado, boa pessoa; o *Queque*, que sempre tinha saudade de sua rocinha antiga, desejo dele era tornar ater um pedacinho de terra plantadeira; o *Marimbondo*, faquista, perigoso nos repentres quando bebia um tanto de mais; o *Acauã*, um roxo esquipático, só de se olhar para ele se via o vulto da guerra; o *Mão-de-Lixa*, porreteiro, nunca largava um bom cacete, que nas mãos dele era a pior arma; *Freitas Macho*, grão-mogolense, contava ao senhor

qualquer patranha que provesses, e assim descrevia, o senhor acabava acreditando que fosse verdade; o *Conceição*, guardava numa sacola todo retrato de mulher que ia achando, até recortado de folhinha ou de jornal; *José Gervásio*, caçador muito bom; *José Jitirana*, filho dum lugar que se chamava a Capelinha-do-Chumbo: esse sempre dizia que eu era muito parecido com um tio dele, Timóteo chamado; o *Preto Mangaba*, da Cachoeira-do-Choro, dizia-se que entendia de toda mandraca; *João Vaqueiro*, amigo em tanto, o senhor já sabe; o *Coscorão*, que tinha sido carreiro de muito ofício, mas constante que era canhoto; o *Jacaré*, cozinheiro nosso; *Cavalcânti*, competente sujeito, só que muito soberbo – se ofendia com qualquer brincadeira ou palavra; o *Feliciano*, caolho; o *Marruaz*, homem desmarcado de forçoso: capaz de segurar as duas pernas dum poldro; *Guima*, que ganhava em todo jogo de baralho, era do sertão do Abaeté; *Jiribibe*, quase menino, filho de todos no afetual paternal; o *Moçambicão* – um negro enorme, pai e mãe dele tinham sido escravos nas lavras; Jesualdo, rapaz cordato – a ele fiquei devendo, sem me lembrar de pagar, quantia de dezoito mil-réis; o *Jequitinhão*, antigo capataz arrieiro, que só se dizia por ditados; o *Nelson*, que me pedia para escrever carta, para ele mandar para a mãe, em não sei onde moradora; *Dimas Doido*, que doido mesmo não era, só valente e esquentado; o *Sidurino*, tudo o que ele falava divertia a gente; *Pacamã-de-Presas*, que queria qualquer dia ir cumprir promessa, de acender velas e ajoelhar adiante, no São Bom Jesus da Lapa; o *Rasga-em-Baixo*, caolho também, com movimentos desencontrados, dizia que nunca tinha conhecido mãe nem pai; o *Fafafa*, sempre cheirando a suor de cavalo, se deitava no chão e o cavalo vinha cheirar a cara dele; *Jõe Bexiguento*, sobrenomeado “Alparcatas”, deste qual o senhor, recital, já sabe; um *José Quitério*: comia de tudo, até calango, gafanhoto, cobra; um infeliz *Treciziano*; o irmão de um, *José Félix*; o *Liberato*; o *Osmundo*. E os urucuianos que Zé Bebelo tinha trazido: aquele *Pantaleão*, um *Salústio João*, os outros. E – que ia me esquecendo – *Raimundo Lé*, puçanguara, entendido de curar qualquer doença, e *Quim Queiroz*, que da munição dava conta, e o *Justino*, ferrador e alveitar. A mais que nos dedos conto: o *Pitolô*, *José Micuim*, *Zé Onça*, *Zé Paquera*, *Pedro Pintado*, *Pedro Afonso*, *Zé Vital*, *João Bugre*, *Pereirão*, o *Jalapa*, *Zé Beçudo*, *Nestor*. E *Diodolfo*, o *Duzentos*, *João Vereda*, *Felisberto*, o *Testa-em-Pé*, *Remigildo*, o *Jósio*, *Domingos*

Trançado, Leocádio, Pau-na-Cobra, Simião, Zé Geralista, o Trigo, o Cajueiro, Nhô Faisca, o Araruta, Durval Foguista, Chico Vosso, Acrísio e o Tuscaninho Caramé. Amostro, para o senhor ver que eu me alembro. (ROSA, 1986, p. 279-280, grifo nosso)

Interessa-nos perceber neste trecho como a ideia da memória parece importante para Riobaldo que enumera seus jagunços no intuito de provar a seu interlocutor sua capacidade de rememorar todos os detalhes da batalha, incluindo os personagens. É um procedimento descritivo denominado hipotipose que tem por objetivo credibilizar o narrador, além de produzir um efeito estético grandiloquente, muito próximo daquilo que observamos nas narrativas épicas.

Outra característica importante desta passagem é a forma como se dá essa enumeração de personagens: há, maioria das vezes, depois do nome do jagunço, uma qualificação que se pretende diferenciadora. Um jagunço pode ser descrito como habilidoso em alguma atividade, outro se destacar por um comportamento (como colecionar fotografias de mulheres, ou mandar cartas para a mãe) e outro ainda por possuir uma afinidade muito grande com o narrador (como Reinaldo Diadorim, ou João Vaqueiro que ele chama de 'amigo em tanto'). De qualquer forma, esse epíteto que acompanha o nome de cada jagunço é uma outra característica aproximativa do romance de Rosa com a *Ilíada* de Homero. A memória também é importante na *Ilíada*, citada sempre que o narrador clama pela inspiração da musa, quem possibilita a descrição da batalha e a enumeração dos vários guerreiros e navios chegados aos muros de Troia:

O total de nomes da multidão, nem tendo dez bocas, dez línguas, voz inquebrantável, peito brônzeo, eu saberia dizer, se as Musas, filhas de Zeus porta-escudo, olímpicas, não derem à memória ajuda, renomeando-me os nomes. (HOMERO, 2002, p. 95)

Selecionamos alguns trechos do canto II da *Ilíada* para servir de comparação à referida passagem de *Grande sertão: veredas*. Ei-los:

Ájax veloz, filho de Oileu, guiava os Lócrios (de pequena estatura, bem menor do que Ájax Telamônio; contudo, em couraça de linho, excedia na lança Aques e Panelenos) [...]. De Caristo e Estira ainda acorreram tropas, a comando de Elefénor, rebento de Ares, Calcodôncio, capitão dos Abantes, de ânimo ardoroso [...]. Os guerreiros de Atenas Menesteu os chefiava, o filho de Peteu, dentre os sobreterrestres, ninguém semelhante no dispor carros e homens portando broqueis [...]. Os habitantes de Argos, da fortificada Tirintos [...] por Diomedes, de voz estentórea, chefiados, acudiam (...) e de Hélice, extensa, seguiam, todos eles, o Atreide, Agamêmnon, o rei poderoso, navarra à testa de cem naus, e dos melhores, mais numerosos guerreiros. [...] a todos comandava o irmão, voz-estentórea, Menelau, perfazendo sessenta navios à parte armados. Ele, açulando os guerreiros, ia, no coração corajoso confiado, sequioso de vingar o enleio e a dor de Helena [...]. Hegemônico, sobre eles todos o domador-corcéis gerênio, Nestor, com noventa naus côncavas [...]. Doze naus vermelho-mínió, sob Odisseu, par de Zeus em argúcia [...]. Idomeneu, lanceiro ilustre, liderava hegemônico, os homens de Creta [...]. Ialiso, Lindo, Camiro alvi-deslumbrante. Tlepólemo, lanceiro ilustre, as três [tribos] regia. Da força de Hércules nascido, filho de Astioquéia, a quem o herói, das margens do Seleeunte, de Éfira, após vencer muitas cidades e varões de Zeus, por fim raptara [...]. Nireu, o Aqueu mais belo dos que a Líion vieram (apenas o Peleide, imáculo, o supera). Pusilânime, poucos homens o seguiam. [...] esses povos, chamados Mirmidões, Helenos ou Aqueus, Aquiles os guiava, com cinqüenta naus. Mas da horríssonas guerra deslembados, eles não tinham capitão que os liderasse. Aquiles divino, pés-velozes, aos navios volveva, irado por Briseida, belas-tranças [...]. Filoctetes, no arco exímio, os comandava, cinqüenta remeiros por navio, ótimos arqueiros, bons de guerra. Os aqueus o largaram em Lemnos, divina ilha, sofrendo cruas dores, ulcerado por hidra má, frenético-assassina. Ali jazia padecendo, aflito. Mas em breve, reunidos frente às naus, os Aqueus haveriam de recordar o rei ferido, Filoctetes. Por ele lamentavam os guerreiros. Não que lhes faltasse chefe, mas ainda assim. (HOMERO, 2002, p. 97-109)

A *Ilíada* reserva um canto inteiro somente à apresentação dos guerreiros, enquanto Riobaldo define sua jagunçagem em duas páginas, mas outras características aproximam bastante as duas pas-

sagens. Aqui há também uma enumeração grandiloqüente dos personagens, além de uma caracterização individual a partir de suas habilidades, de sua origem ou de algum feito que os diferencie dos demais. Existe uma preocupação em fazer com que nenhum detalhe seja esquecido criando verossimilhança pela pormenorização.

O espaço e o tempo em que se desenrolam os acontecimentos bélicos, tanto na *Ilíada* quanto no romance de Rosa, vinculam-se sempre a uma mesma imagem que, apesar de ligar-se a noção temporal de narrativa é, a nosso ver, também uma metáfora: a aurora. O amanhecer nos campos de batalha da guerra de Troia é assim descrito: “Éos-Aurora, exurgindo dos coxins titônicos assoma, porta-luz para mortais e numes” (HOMERO, 2002, p. 405). Para Riobaldo, o dia amanhece assim: “Aurora: é o sol assurgente – e os passarinhos arroteiros. Cá o céu tomou as tintas”. (ROSA, 1986, p.503)

Nas duas obras, é no momento da aurora que os eventos se desenrolam, de forma que este fenômeno está muitas vezes citado e descrito nos textos. Porém, em textos como esses, com um vigor poético tão marcante, a imagem da aurora não poderia corresponder simplesmente ao que ela é em seu sentido denotativo. A aurora é o nascimento do mundo, é sempre e novamente uma outra possibilidade, é o despertar da consciência, da força vital, do homem em seu sentido primitivo. É digno de observação o fato de a imagem do sol nascente estar justamente neste contexto de conflito. A guerra, a partir dessa metáfora, não é vista apenas como destruição em seu sentido mais corriqueiro, mas possui um princípio de fortaleza e de superação, de violenta ruptura.

O espaço da guerra também é descrito pela sua importância no resultado dos conflitos, por quem esse espaço foi escolhido e a quem ele privilegia ou põe em desvantagem. Em *Grande sertão: veredas*, a batalha final entre Riobaldo e os hermógenes deu-se “Nos campos do Tamanduá-tão. Foi grande batalha.” (ROSA, 1986, p. 482). Na *Ilíada*,

entre as várias travadas entre gregos e troianos, selecionamos uma batalha que se dá diante do muro que defendia as naus gregas do ataque troiano numa primeira investida: “Por muito tempo a fossa e o muro ampliconstruído pelos Dânaos, defesa das naus, não seriam capazes de conter os Tróicos” (HOMERO, 2002, p. 455).

Há um outro elemento comum às duas batalhas: os cavalos, um elemento forte na narrativa porque, imageticamente, fornece uma beleza particular ao texto. Em *Grande sertão: veredas*, por exemplo, no episódio da matança dos cavalos, o horror, o desespero e a dor dos deles mostram-se através de uma descrição lenta e dolorosa que expõe com maior intensidade o drama apresentado:

– ‘A que estão matando os cavalos!...’ Arre e era. Aí lá cheio o curralão, com a boa animalada nossa, os pobres dos cavalos ali presos, tão sadios todos, que não tinham culpa de nada; e eles, cães aqueles, sem temor de Deus nem justiça de coração, se viravam para judiar e estragar, o rasgável das alma da gente – no vivo dos cavalos, a torto e direito, fazendo fogo! Ânias, ver aquilo. Alt’-e-baixos – entendendo, sem saber, que era o destapar de demônio – os cavalos desesperaram em roda, sacolejados, esgalopeando, uns saltavam erguidos em chaça, as mãos cascantes, se deitando uns nos outros, retombados num enrolar dum rolo, que reboldeou, batendo com uma porção de cabeças no ar, os pescoços, e as crinas sacudidas esticadas, espinhosas: eles eram só umas curvas retorcidas! Consoante o agarre do rincho fino e curtinho, de raiva – rinchado; e o relincho de medo – curto também, o grave e rouco, como urro de onça, soprado das ventas todas abertas. Curro que giraram, trompan-do nas cercas, escouceantes, no esparrame, no desembes-to – naquilo tudo a gente viu um não haver de doidas asas. Tiravam poeira de qualquer pedra! lam caíndo, achatavam no chão, abrindo as mãos, só os queixos e os topetes para cima, numa tremura. lam caíndo, quase todos, e todos; agora, os de tardar no morrer, rinchavam de dor – o que era um gemido alto, roncado. De uns como se estivessem quase falando, de outros zunido estrito nos dentes, ou saído com custo, aquele rincho não respirava, o bicho largando as forças, vinha de apertos, de sufocados. (ROSA, 1986, p. 297-298)

O cavalo de Riobaldo merece atenção especial no romance. Tal qual os famosos Rocinante e Bucéfalo, possui um nome garboso e muito simbólico dentro da trama: Siruiz. Ele foi um presente dado ao chefe dos jagunços por seô Habão:

Disfarcei meu regozijo. Disse logo foi a tenção de maiores idéias em desejos – segundo a como apeirado aquele eu já queria: que arreado à gaúcha, cm peitoral com pratas em meia-lua, e as peças dos arreios chapeadas de belo metal. (ROSA, 1986, p. 379)

No momento em que Riobaldo está preocupado em chegar rápido ao local da batalha, o cavalo faz sua parte: “Desfechei. Naquela corrida, meu cavalo teve as dez pernas. E cheguei no Paredão, na derradeira boa-luz da tarde” (ROSA, 1986, p. 506). Já na *Ilíada*, Agamêmnon, assim como Riobaldo, possui uma relação estreita com seu cavalo que permite ao rei de Esparta uma mobilidade diferenciada: “o auriga instou com o relho os corcéis, belas-crinas, que não a contragosto rumam voando para as bicurvas naus; no peito escuma, os cascos, num remoinho de poeira, transportam para longe da luta o basileu” (HOMERO, 2002, p. 421).

Também na *Ilíada*, o narrador pede à Musa que lhe aponte quais os cavalos mais ágeis na guerra, juntamente com o guerreiro mais bravo. Ao responder, a Musa coloca Aquiles em exceção, já que é o guerreiro mais bravo e possuidor dos melhores cavalos e ainda permanece parado nos navios resistindo a combater devido à sua ira contra Agamêmnon:

Musa, diz-me agora qual o mais intrépido dos guerreiros do Atreide, qual corcel mais forte? Dentre os corcéis, as éguas de Eumelo de Feres, ambas se destacavam. Pássaros, tão lépidos os pés, o pelo igual, a mesma idade as duas, o mesmo porte. Apolo, arco-argênteo, na Piéria, as nutria, duas fêmeas, e fogosas de Ares. Ájax Telamônio, era o mais bravo entre os bravos, enquanto o Aquileu vai remoendo a ira; este a todos excede, imáculo, senhor dos melhores corcéis, mas resta junto às naus recurvo-singradoras, iracundo contra Agamêmnon, o rei. (HOMERO, 2002, p. 111)

As correspondências não acabam aí, os dois textos se aproximam na medida em que a narração se detém tanto em combates entre dois guerreiros, quanto em lutas em que se encontram vários homens. Chamaremos, tal como no cinema, os combates em plano médio aqueles em que se vê apenas dois homens e as batalhas descritas em plano geral aquelas em que se vê, por exemplo, a derrubada de um muro por vários guerreiros.

Em plano médio, na *Ilíada*, temos o terrível combate de Agamêmnon com Oileu: “Este, saltando, enfrenta-o, mas o rei lanceia na cabeça; o elmo de bronze cede, o golpe vara o crânio, e dos miolos lhe faz pasta sangrenta, trunca-lhe, no ato o ímpeto.” (HOMERO, 2002, p. 409-411). Em *Grande sertão: veredas* temos o plano médio da mais importante luta: Diadorim matando Hermógenes: “Assim, ah – mirei e vi – o claro claramente: aí Diadorim cravam e sangrar o Hermógenes... Ah, cravou – no vão – e ressurtiu o alto esguicho: porfiou para bem matar” (ROSA, 1986, p. 527).

Em plano geral podemos assistir em *Grande sertão: veredas* toda a articulação estratégica de Riobaldo, a divisão de seus homens em três frentes de batalha e os tiros correndo em todas as direções:

E quando a guerra para o meu lado relambeu, feito repentina labareda dum fogo. Uns vieram. E os tiros – deles, – bala batia e rebatia. Cortavam capim do chão, que riscavam com punhado de terra. Tch’avam parte de ramos da árvore por cima de mim, e vagens do angico, que então reconheci por isso. Como quieto fiquei. Eu não era o chefe?

[...]

E de repente tudo demudou. Aqueles torceram os cavalos, revertendo para se espriarem por longe. Que era porque os de João Goanhá tinham se avindo de contornar, no cabo do mato, e cometiam urrando o grosso do inimigo, por detrás [...]. E aqueles dianteiros hermógenes, que tinham vindo, campavam fuga, de batida.

[...]

E o pessoal do Marcelino Pampa apareceu também, surgindo, para maior mal dos hermógenes. Matamos neles. Pegamos pelos lados. Confiro o que foi. O senhor – só se ouvia era carabina, repetindo [...]. (ROSA, 1986, p. 490-492)

O combate no muro dos aqueus também é narrado de modo a visualizarmos tudo de um plano médio passando a plano geral, dos guardiães do muro à luta de vários homens que de um lado tentam destruir e do outro tentam segurar o muro defensor das naus:

Os guardiães exortavam os seus à defesa das naus, mas quando viram Gregos, belas-cnêmides, fugindo em grita, diante do ataque troiano, os dois, saltando para a frente dos portais, puseram-se a lutar feito javardos bravos que, nos montes, escutam o tumulto de homens e cachorros, e, oblíquos, acometem, talam o mato, desarraigam árvores, enquanto rangem os dentes estridentes, para, exânimes, cair afinal, golpeados; assim troava o bronze faiscante sobre o tórax de ambos, pela frente percutidos; lutavam bravamente os dois, fiados no seu valor e naqueles que no alto do muro os secundavam. Estes atiravam, muralha abaixo, pedras, defendendo as próprias vidas, o acampamento e as naus de veloz curso! (HOMERO, 2002, p. 463)

Dos combates um guerreiro sempre sai vitorioso enquanto seu inimigo fica caído. O homem caído e sua morte estão detalhadamente descritos nas duas obras. Vejamos suas semelhanças. De *Grande sertão*: *veredas* fixamos atenção na morte de Marcelino Pampa, grande combatente amigo de Riobaldo:

Era a cara pura da morte. – *Av'ave!* – Marcelino Pampa, logo esse. Nem olhou ninguém. Curvou o corpo quase se quebrando em dois, ia encostar testa no chão; e largou tudo, espaireceu as mãos, e bofou da boca diversos dois feixes de sangue. Sangue dele. Semelhava que um boi nele tivesse pisado... E eu desfechei dez, para frente, vingando fosse. Daí, vigiei. Um homem morre mais que vive, sem susto de instantaneamente, e está ainda com remela nos olhos, ranho moco no nariz, cuspes na boca, e obra e urina e restos de de-comer, nas barrigas... Mas

Marcelino Pampa era ouro, merecia lágrimas dalguma mulher perto, mão tremente que lhe fechasse bem os olhos. Porque não se vê outro assim, com tão legítimo valor, capaz de ser e valer, sem querer parecer. E uma vela acesa, uma que fosse, ali ao pé, a fim de que o fogo alumiar a primeira indicação para a lama dele – que se diz que o fogo somente é que vige das duas bandas da morte: da de lá, e da de cá...

E eu peguei puxei o corpo para não ficar em cima dum vestígio de lama – por que ali de noite tinha chovido; e Diadorim panhou o chapéu-de-couro com qual tapou o rosto do dono. A paz no céu ainda hoje-em-dia, para esse companheiro, Marcelino Pampa, que decerto dava para grande homem-de-bem, caso se tivesse nascido em grande cidade. (ROSA, 1986, p. 515)

Da *Ilíada*, observaremos a descrição da morte de Ifidamante, filho de Antenor, pelas mãos do rei Agamêmnon:

À espada feriu-o à sua vez na nuca e quebrantou-lhe os joelhos. Embalou-o no sono brônzeo de Hipnos. Infeliz, distante da esposa, sem gozar-lhe as primícias, lutando por outros, tendo pago alto dote [...]. Cóon viu tudo, o valente irmão mais velho, filho de Antenor; como um véu, a dor pelo caído lhe eclipsou; à socapa, achegando-se feriu no cotovelo com a lança o Atreide divino; de um lado a outro o bronze vara o braço. Agamêmnon, o rei, sentiu o golpe. Mesmo assim, persistiu firme na luta. Saltou por sobre Cóon, na lança a têmpera do vento. O cadáver do irmão, filho do mesmo pai, puxando pelos pés, Cóon o arrastava, aos gritos, conclamando seus pares, arquejante; o Atreide o alcançou com a lança bronziaguda, sob o escudo umbilicêntrico e afrouxou-lhe os joelhos; por sobre Afidamante, corpo morto, bruto, decepou a cabeça do irmão. De Antenor os dois filhos, fadário concluso, baixaram ao domicílio do Hades, pelas mãos do rei. (HOMERO, 2002, p. 419)

Note-se que nos dois exemplos os narradores lembram a ausência de mulheres que chorem seus homens mortos: um por que está longe da recém-esposa, o outro porque a guerra e a vida de jagunço não lhe permitiram casar-se. Nos dois casos, o afeto pelo morto faz com que seu corpo seja respeitado e reverenciado. Marcelino Pampa

é puxado por Riobaldo para espaço mais reservado e recebe de Diadorim um chapéu em seu rosto. Ifidamante é chorado por seu irmão Cóon que, ao tentar arrastá-lo para fora de combate, é surpreendido por Agamêmnon que o mata também.

Há, nos dois textos, formas singulares de referir-se à morte que chega aos dois guerreiros. Enquanto na *Ilíada* ele é embalado pelo sono de Hipnos, Riobaldo deseja acender velas para “alumiar sua lama”. A lama é uma metonímia de Riobaldo quando se refere ao fim de Ricardão, comparsa de Hermógenes. Notamos que o enterro é sinal de respeito e consternação pela morte e Riobaldo não permite que enterrem o traidor de Joca Ramiro:

Só fiz fim: num tirte-guarte: atirei, só um tiro. O Ricardão arriou os braços, deu o meio do corpo, em bala varado. Como no cair, jogou uma sua perna para lá e para cá [...]. Digo que esta minha mão direita, quase por si, era que tinha atirado. Segundo sei, ele devolveu Adão à lama [...].

‘Não enterrem este homem!’ – eu disse. (ROSA, 1986, p. 493)

A morte de Epicles, na *Ilíada*, é metaforizada com uma perfeição estética só mesmo possível em obras desta magnitude: “Ájax a ergue e de cima a arroja, rebentando-lhe no ato o elmo tetracórnio; a ossatura craniana estala toda; Epicles como que mergulha e cai; a vida sai-lhe dos ossos” (HOMERO, 2002, p. 477).

Outras imagens poéticas permeiam os dois livros. De *Grande sertão: veredas* retiramos mais duas que, a nosso ver, são pensadas pelo autor no sentido de contrastar o furor belicoso com a beleza que pode ser retirada da guerra no sertão. A primeira imagem sempre nos pareceu cinematográfica porque nos remete a Fellini e um pavão que surge no meio da neve que cobria uma pequena cidade italiana em *Amarcord* (1h47min.,1973). Nos dois casos, a composição imagética constitui uma pausa poética, um recurso estético que atravessa a narrativa para dar-lhe outro ritmo e que, mesmo tendo curta duração,

torna-se indelével. A imagem surge, enfim, para romper o usual da narrativa, tanto no filme citado, quanto no livro de Rosa, onde, ao invés do pavão, há uma borboleta:

E então conto o do que ri, que se riu: uma borboleta vistosa veio voando, antes entrada janelas adentro, quando junto com as balas, que o couro de boi levantavam; assim repicava o espai-rar, o vôo de reverências, não achasse o que achasse – e era uma borboleta dessas de cor azul-esverdeada, afora as pintas, e de asas de andor. – “Ara, viva, maria boa-sorte!” – o Jiribibe gritou. Alto ela entendesse. Ela era quase a paz. (ROSA, 1986, p. 295)

A outra imagem que buscamos em *Grande sertão: veredas* re-presenta a memória e a subjetividade das lembranças de Riobaldo. Ao narrar, o jagunço seleciona aquilo que mais o impressiona e, às vezes, em meio à destruição que a guerra provoca, há sensações que não se perdem no tiroteio e permanecem na lembrança: “Não é do tutuco nem do zumbiz das balas, o que daquele dia em minha cabeça não me esqueço; mas do bater do couro preto, adejante, que sempre duro e mole no ar se repetia” (ROSA, 1986, p. 290).

O que ainda nos falta demonstrar em termos de aproximação entre o romance de Guimarães Rosa e a *Ilíada* são as articulações, estratégias e movimentações de combate que estão presentes na narrativa dos dois conflitos armados. O poder de articulação dos guerreiros gregos e troianos está claro na narrativa heroica de Homero. Neste exemplo, os gregos se articulam para equilibrar o poder de ataque e defesa nos diversos pontos de combate, um arauto chama Ajax, um dos mais bravos guerreiros aqueus, a fortificar um outro ponto da luta que está em desvantagem na guerra:

‘Ó chefes dos Aqueus, brônzeas-vestes, o Peteide, raça-de-Zeus, manda pedir-vos auxílio, dos dois se possível, por pouco que seja; uma extrema ruína nos ameaça; é que nos premem os Lídios; seus capitães, nas pugnas, primam por violentos. Mas se aqui onde estão ambos enfrentam luta e afã, então que ve-

nha ao menos o fortíssimo Telamônio'. Ao filho de Oileu, voltou-se logo com palavras-asas: 'Ajax, aqui vós ambos, tu e Licomedes, o forte, continuai incitando ao combate os Dânaos; vou-me até onde mais recrudescer o prélio. Torno assim que prestar-lhes socorro' Disse. (HOMERO, 2002, p. 475-477)

A articulação do bando de Riobaldo pode ser verificada quando alguns de seus homens são mandados a observar os arredores de onde estão arranchados a fim de observar se há avanço do bando inimigos: "Meus homens adianteiros retornaram, que vindos com uma notícia: os hermógenes, bando enorme, tocavam meio para cá – decerto também já cientes de meu caminhar! Era o devido" (ROSA, 1986, p. 479).

A estratégia de Riobaldo para vencer o bando de Hermógenes é narrada por ele mesmo: três frentes de combate vindas de diferentes direções e atacando em diferentes momentos, preservando, contudo, àqueles que não são combatentes de fato como o cego Borrromeu e a mulher de Hermógenes, por ele sequestrada:

Mas sempre um chefe é uma decisão. Falei. E, quando menos dei tento, já tinha determinado as ordens justas carecidas, tudo atinado, o senhor veja, e tal. Primeiro, que uns três homens fossem levar para aquela dita solapa do morro os que não eram mãos-d'armas: que o menino Guirigó, o cego Borrromeu e a mulher do Hermógenes, que lá esperassem o final de tudo. E para isso escolhi também o catrumano Dos-Anjos, que logo vi que bem escolhi, por tanto que ele, na primeira coisa que pensou, foi na quantia de comida que para eles se deixasse. Daí, o da guerra, exato, muito singelo: repartir a gente em três drongos, que íamos descer a serra em diversas bocainas diferentes. Eu, com o meu, normal rente. João Goanhá, da banda da mão direita; Marcelino Pampa da banda da mão esquerda: eles fossem para ladear, e revir e cometer, dando todas retaguardas. (ROSA, 1986, p. 486)

A movimentação das tropas também é uma descrição que se vê nos dois textos. Enquanto os homens troianos (Lícios) tentam arrombar o muro das naus e são impossibilitados pelos gregos (Dânaos): "Difícil empresa! Nem os Lícios podiam, arrombando o muro, abrir caminho

às naves, nem os Dânaos conseguiram repelir do muro as hostes lícias, que apenas acabavam de assaltá-lo” (HOMERO, 2002, p. 479).

Já Riobaldo observa as tropas inimigas se aproximarem do local da guerra: “Sobre isto eu tirei um pé do estribo e ajoelhei no coxim da sela. Porque era hora de olhar; mirei e vi. Como o inimigo vinha: as listras de homens, récua deles: passante de uns cem. Tive mão em tudo, eles ainda estando longe” (ROSA, 1986, p. 487).

Mas a herança da cultura grega arcaica não se apresenta só na forma da construção narrativa da guerra. Em *Grande sertão: veredas*, Riobaldo aprendeu algumas coisas com eles antes de se tornar chefe de jagunços e as pôe em prática assim que as circunstâncias permitem, como o caso do cego Borromeu que, assim como Tirésias, é adivinho e por esse motivo acompanha Riobaldo: “Alguns riram. E, pelo que riram, de certo não sabiam – que um desses, viajando parceiro com a gente, adivinha a vinda das pragas que os outros rogam, e vão defastando o mau poder delas; conforme aprendi dos antigos” (ROSA, 1986, p. 393).

Não é sem justificativa que as semelhanças e referências expostas aqui estão presentes em *Grande sertão: veredas*. Rosa, leitor de Homero, foi com certeza profundamente influenciado por ele, imprimindo a marca da épica às batalhas de Riobaldo, uma empresa tão grandiosa quanto a antiga.

Chegamos ao fim de nossas reflexões com a certeza de não ter sido em vão a correspondência realizada entre duas obras tão magníficas e tão aproximadas no sentido que tentamos demonstrar aqui. Temos a impressão de que muitas outras relações podem ser feitas entre esses dois clássicos e que, com o avanço de nossa pesquisa, consigamos apresentar em momento oportuno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno à epopeia em *Grande sertão: veredas* dá-se pela escolha de Guimarães Rosa em construir uma narrativa de guerra que remonta a Homero filiando-se, assim, a uma tradição clássica. Tal construção é desenvolvida a partir de um procedimento narrativo que, em muitos pontos, aproxima-se do texto homérico, o que nos leva à leitura que Rosa fez da *Ilíada* como peça fundamental na idealização da saga guerreira dos jagunços de Riobaldo. A *Ilíada* está, então, na gênese, na concepção, na arquitextualização de sua narrativa.

Nesse sentido, é possível dizer até que, a partir da *Ilíada*, passando por uma variedade de outros clássicos e, a nosso ver, formou-se uma tradição narrativa de guerra que merece uma observação mais atenta dos estudiosos de literatura.

A busca pelo poder, a sede de vingança, o resgate da honra, o desejo de conquistar territórios, a vontade de subjugar o inimigo, são todas justificativas que, aceitas ou não pela moralidade, providas ou não de sensatez, alimentam o instinto humano de luta. Riobaldo comandou um massacre que julgou merecido, justificado pela traição daquilo que acreditava: “Só comandeí. Comandeí o mundo, que desmanchando todo estava. Que comandar é só assim: ficar quieto e ter mais coragem. Mais coragem que todos” (ROSA, 1986, p. 490).

Em outras palavras, a guerra liderada por nosso jagunço não representa nada mais do que o sofrimento humano posto às claras, sua incomensurável inquietação diante do mistério do mundo, sua tentativa de compreender-se como homem e de entender a vida. O sangrento combate e o espetáculo das mortes numa luta como essa representa uma espécie de encontro dos homens com seus próprios limites. A morte de Marcelino Pampa ou a de Diadorim, a morte de Pátroclo ou a de Heitor são, na verdade, uma mesma morte, a morte de um mes-

mo homem que realiza uma travessia, seja a pretexto de vingar Joca Ramiro ou resgatar a honra de Menelau e trazer Helena de volta. É por isso Hemingway aplica os famosos versos de John Donne no título de seu livro, versos esses com que terminamos essa travessia: “Portanto, nunca procure saber por quem os sinos dobram. Eles dobram por ti.” (DONNE op. cit. HEMINGWAY, 2020, p. 06)

REFERÊNCIAS

- Amarcord. Direção Federico Fellini. Produção Franco Cristaldi e Fellini. Distribuidora em DVD: Continental. Itália:,1973, (125 min.), som, color.
- ANTUNES, Antonio Lobo. **Os cus de Judas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- CONRAD, Joseph. **Coração das trevas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- CORTÁZAR, Júlio. **Valise de Cronópio**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 1998.
- DONNE, John. In: HEMINGWAY, Ernest. **Por quem os sinos dobram**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- FUENTES, Carlos. **A morte de Artemio Cruz**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **O general em seu labirinto**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOMERO. **Ilíada**. Tradução Haroldo de Campos. São Paulo: Mandarin, 2002.
- MANN, Thomas. **Doutor Fausto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- TOLSTOI, Leon. **Guerra e paz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2008.

9

Patrícia Figueiredo Aguiar

Tiago de Jesus Vieira

UMA HISTÓRIA NÃO OFICIAL:
memórias da Guerra
das Malvinas em letras
de *punk rock*
e *hardcore* Argentino

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.9](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.9)

INTRODUÇÃO

A história da Argentina foi marcada por diversas intervenções militares, a última ditadura militar se estabeleceu entre os anos de 1976-1983, e seu princípio se deu através de um golpe de Estado, ocorrido no dia 24 de março de 1976, data que entrou para história pela ocorrência da deposição da então presidenta da República María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. De acordo com Marcos Novaro e Vicente Palermo, antes do estabelecimento do golpe de Estado pelos militares, a Argentina vivenciava um cenário político conturbado e de caos econômico, com a inflação registrando alta de preços entre 500 e 800%, uma realidade que serviu de autolegitimação para os militares imporem o seu regime. Nesse sentido, durante o período em que vigorou o “Processo de Reorganização Nacional”, como foi denominado pelos militares, formou-se uma junta militar, que reuniu as três armas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), tomou o poder e, em seguida ao golpe, designou o general Jorge Rafael Videla para presidir o país. Naquele contexto, desencadeou-se na Argentina, um regime marcado pela desindustrialização, o avanço do endividamento externo, bem como pela centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta dos civis provenientes das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado (NOVARO; PALERMO, 2007. p. 23).

Esse contexto histórico marcado pelo Golpe de Estado e ascensão dos militares ao poder, na última ditadura militar na Argentina, será o pano de fundo da análise. Dessa forma, outro conflito que marcou a história argentina, e que também se desenvolveu como consequência do ascendimento dos militares ao poder, terá grande relevância no desenrolar do presente estudo, a Guerra das Malvinas em 1982.

A Guerra das Malvinas foi um confronto armado que envolveu a Argentina e a Inglaterra. Esse conflito, que já vinha desde o século XIX, se desenvolveu pelo poderio sobre as Ilhas Malvinas localizadas no Atlântico Sul e trouxe consequências de grande importância para a história mundial. O confronto, entre os dois países teve seu ponto alto quando a Argentina tomou as ilhas Malvinas no dia 02 de abril de 1982, atitude que foi mal recebida pela Inglaterra que ocupava a região desde o século XIX, e considerava o território como pertencente ao seu. A tensão levou os britânicos a iniciarem a Guerra das Malvinas. Segundo Maurineide Alves da Silva “com uma frota moderna e centralizada, quase trinta mil soldados preparados e bem armados, a Grã-Bretanha vence a guerra, levando a um saldo de 649 mortos argentinos, sendo que do lado britânico pereceram 255 combatentes em 74 dias de conflito” (SILVA, 2016, p. 10).

O conflito, mesmo que tenha durado apenas 74 dias, causou forte impacto para a sociedade argentina. Vale dizer que a atuação dos militares no confronto tinha uma finalidade específica, recuperar a imagem do governo por meio da guerra, haja vista que dada as dificuldades econômicas, se viam pressionados e perdendo cada vez mais o controle sobre a população. Dessa forma, “a ocupação das ilhas surgiu como uma alternativa tentadora, pois satisfazia objetivos ‘nacionais’ de longo prazo e era simultaneamente muito promissora no curto prazo: proporcionaria um grande capital político” (NOVARO; PALERMO, 2007. p. 541).

Necessário destacar ainda que o golpe militar de 1976, com a tomada do poder em Buenos Aires, deu início a uma estratégia que exibiu uma política embasada em um hipernacionalismo que se ampliou ainda mais quando os militares deram início a tomada das Malvinas em 1982 (RAZOUX, 2002, p. 9). Ao fim e ao cabo, a Guerra das Malvinas se estabeleceu como uma tentativa frustrada de prolongar a sobrevivência do regime, algo que não se efetivou, pois ao contrário, a derrota nas

Malvinas fez com que o entusiasmo e o orgulho nacional alcançado pela conquista da Copa do Mundo de 1978, caísse por terra (NOVARO; PALERMO, 2007). Após a derrota para a Inglaterra, a sociedade argentina passou a considerar fundamental as explicações aos familiares das vítimas da repressão do governo militar e ao próprio país.

Em 1983, após o término da ditadura militar na Argentina, em setembro foi eleito como presidente, por eleições gerais, Raúl Ricardo Alfonsín e, meses depois, em 6 de dezembro de 1983, a Junta Militar assinou a ata de sua dissolução. Diante daquele contexto, houve uma rápida mobilização na sociedade a fim de problematizar aquela experiência, em que desde os primeiros momentos os setores de produção cultural se encarregaram de “desmascarar” as práticas decorrentes do referido regime. Maurineide Alves da Silva destaca que muito próximo ao fim do conflito com a Inglaterra, os acontecimentos vivenciados no arquipélago chocaram a sociedade. Assim, diante da divulgação dos horrores da guerra, a sociedade argentina, viu-se em uma nova fase, à medida que “a Guerra das Malvinas ocorreu dentro de um processo de reivindicação popular pela transição da ditadura para a democracia e seu desfecho trágico para os argentinos se tornou um dos trunfos para os grupos que lutavam pela causa” (SILVA, 2016, p.11).

Desse modo, tendo por objetivo refletir sobre a forma como o contexto da ditadura e da Guerra das Malvinas foram eternizados nas músicas das bandas de punk rock e/ou hardcore argentino, o foco será em compreender como o medo e angústia do conflito aparecem nas letras, sobretudo, destacando as críticas em relação a ocorrência da guerra, bem como, problematizar como a ausência de pertencimento naquele conflito de relevância extremamente questionável aparece nas músicas, assim como, o impacto deste conflito sobre os sobreviventes. Essas questões foram muito presentes nas letras das bandas de punk rock e/ou hardcore, como “*Fun People*”, “*Código Neurótico*”, “*Alerta Roja*”, “*Los violadores*”, “*Ataque 77*”, “*Embajada Boliviana*”, e algumas delas serão aqui analisadas.

Nesse sentido, será dada atenção há algumas músicas de bandas de punk rock e/ou hardcore argentino como fonte para explicitar como essas se inserem num cenário conflituoso, especialmente, da Guerra Malvinas. Tais músicas, por seu turno, foram dispostas ao longo do texto priorizando a análise da letra, embora, em alguns momentos, também se tenha dado atenção para alguns outros nuances que contribuem para o objetivo aqui proposto. Por fim, no tocante a organização textual se procurou tomar as canções como ponto de partida a fim de estabelecer uma narrativa que permeasse os distintos aspectos do conflito. Assim, a apresentação das músicas seguiu uma lógica que, de certa maneira, dialoga com a História do conflito, retratando momentos antes, durante e o depois que no caso é memória da Guerra das Malvinas.

A DITADURA MILITAR E A GUERRA DAS MALVINAS NA MÚSICA *PUNK*

Tal como no Brasil, a identidade punk se constituiu, primordialmente, fundamentada em aspectos na vivência suburbana, externando a revolta daqueles que se sentiam oprimidos (VIEIRA, 2016). Na Argentina, como indica a pesquisadora Vanina Soledad Lopez (2020, p. 143-157), um dos elementos constitutivos do punk foi a contraposição ao autoritarismo militar. Fato este que serve para justificar a recorrência de músicas que retratam o confronto das Malvinas, que foi sem dúvidas a mais perversa invenção da Ditadura Militar Argentina. Entre os elementos constitutivos do punk na Argentina, é possível citar, em última instância, a proibição da execução de músicas anglófonas, instituída pela própria ditadura, como mais uma ação da política hipernacionalista dos militares. No entanto, é válido destacar que a proibição de músicas anglófonas, também contribuiu para a emergência de bandas com afinidade ao punk, afinal cantar no seu próprio idioma corroborava com a perspectiva

do “faça você mesmo”, base do punk. Fato este que explica a existência do vasto volume de canções de sonoridade punk que, desde a primeira metade da década de 1980, permitem, em alguma instância, uma reflexão acerca do referido tema. Contudo, necessário se faz destacar que em virtude dos limites desta investigação foram selecionadas apenas oito canções que retratam momentos e situações distintas que envolvem direta ou indiretamente o referido confronto.

Nesse sentido, a primeira música que merece destaque se trata de “1978 *Camps days*”²⁵ da banda argentina *Fun People* que embora trate do período pré conflito, destaca como o entusiasmo causado pela vitória da Argentina na Copa do Mundo de futebol, daquele ano, alimentou o sentimento de patriotismo e, por sua vez, também foi responsável por silenciar as atrocidades da Ditadura e “financiar” uma nova investida de caráter ufanista como foi caso da Guerra das Malvinas. Nessa canção gravada no álbum de estreia da banda, intitulado “*Anesthesia*” de 1995, o vocalista se coloca em um diálogo com um sujeito oculto que representa a ditadura dos militares, e assim afirma “- vos asesinaste a mis amigos, vos asesinaste a mi padre, vos asesinaste a mi madre, vos asesinaste a mi futuro, una noche en el 78”, relatando que eles se tratavam de “(*hombres al mando del general camps*)”. Adiante, na letra da música, se pontua que a morte de seus pais teve seus gritos “*tapados al grito de gol*”, fazendo referência implícita aos gols que a seleção Argentina fez naquele campeonato mundial.

Aliado a isto, a música trás uma sonoridade muito forte, com traços de *Grindcore*,²⁶ a fim de demonstrar angústia e sofrimento sentido ao relembrar os acontecimentos, cujo ressentimento de tal

25 Extraído de: FUN PEOPLE. 1978 (*camps days*). Interprete: Fun People. In: Fun People. **Anesthesia**. Buenos Aires, 1995. faixa 07. 1 CD.

26 “*Grindcore*”, como estilo musical, é um caldeirão de extremismos. Nele cabem metal extremo, *noise rock*, *hardcore punk*, *crust punk*, anarco-punk e rock Industrial. Seus elementos mais visíveis são os vocais guturais, as músicas de duração curta e andamentos absurdamente velozes - em especial um tipo de batida conhecida como *blast beats*.

ocorrido se manifesta de forma mais evidente quando, mais adiante, se enuncia “*vos asesinaste mi destino todos los días, asesinaste mi destino*”. Soma-se ainda o fato da referida música se valer de trechos da famosa canção “*Zamba del che*” de Victor Jará, em sua introdução, fato este que pode ser compreendido como um claro esforço de estabelecimento de filiação histórica, a fim de deixar claro a contraposição a repressão militar.

Em linhas gerais, essa música procura deixar em evidência que o sedimento e posterior vitória da Argentina na Copa de 1978, retirou dos holofotes as atrocidades daquele governo militar, fato que serviria para encobrir a morte de milhares de sujeitos. Além disso, tal conquista também foi utilizada a fim de representar a vitória de uma nação e o quão forte era o poder da união coletiva. Nessa linha, Joelma Evangelista (2008, p. 06) aponta que o futebol desempenhou importante papel em algumas ditaduras militares da América do Sul, pois vestiu uma máscara pacificadora, que “visou à proliferação da ideologia de nação monumentalizada e homogênea. A aparente harmonia é veiculada na metáfora povo/time”. Em complementariedade Rayssa Araújo (2007, p.06) pontuou que a conquista da Copa do Mundo de 1978, foi amplamente explorada pelo governo militar na Argentina, que se aproveitou do entusiasmo coletivo para transplantar o nacionalismo esportivo em territorial, “fazendo com que a população, em um discurso envolvente, defendesse a idéia (*sic*) da necessidade de invadir as Malvinas”.

Logo, quando foi declarado o início da Guerra das Malvinas “também levou o povo às ruas e provocou, durante algumas semanas, um estado de exaltação coletiva que se parecia bastante com a celebração de uma vitória popular quando, na realidade, tratava-se de uma cumplicidade sinistra e definitiva”(SARLO *apud* ARAÚJO, 2007, p.06). Como posto, embora uma parcela da população, mobilizada pela onda ufanista da copa de 1978, tenha sido levada a vibrar com a declaração de guerra contra a Inglaterra, tal sentimento não era universal, especialmente, para os sujeitos que foram convocados.

E acerca dessa falta de pertencimento em ser enviado para uma guerra a qual não se sentia representado, a banda Flema, em seu álbum Resaka de 1998, gravou a música “*No quiero ir a la Guerra*”, muito embora, em nenhum momento essa canção mencione nomes, nem datas que façam explícita referência à Guerra das Malvinas, a discursividade e o lugar de fala da banda contribuem para essa associação, especialmente, quando se versa

no creo en las palabras de los gobernantes; mandan a los chicos a que los masacren; bajo un cielo rojo; y una lluvia de bombas; miles de chicos mueren; miles de madres lloran” e, especialmente, quando é enunciado “*ustedes hacen guerras, nosotros los que caen; yo creo en la frontera, que rige en mi cérebro; y si quieren guerra, que peleen ellos!*”²⁷.

De certo, a ausência de pertencimento naquele conflito de relevância extremamente questionável e que fora responsável pela morte de diversos jovens, sem dúvidas, marcou todo uma geração de argentinos, que participaram ou perderam alguém na Guerra.

A música “*Las Malvinas son pinguinas*”²⁸ da banda Código Neurótico, por sua vez utiliza-se de uma retórica irônica, explorando como a morte dos combatentes servia para alimentar as vaidades políticas tanto da Argentina, quanto da Inglaterra. Gravada ainda em 1983, no álbum de estreia da banda, intitulado “*Totus Tuus*”. Em sua introdução, a referida canção faz uso intenso de sintetizador de voz, ao ponto de transparecer se tratar de uma mensagem cômica, contudo, os versos enunciados com esse recurso são justamente aqueles que exploram de maneira mais crua a dor da Guerra, na letra consta em determinado verso: “*me abren el cerebro, me abren el cérebro; me lo cortan a trocitos, me lo hacen pedacitos; me quitan el bulbo, me meten un turbo; ahora soy feliz, ahora soy feliz; ni como, ni bebo, ni puedo hablar; soy*

27 Extraído da música: FLEMA. *No quiero ir a la Guerra*. In: Flema. **Resaka**. Rosário: Pinhead records, 1998. 1 CD. faixa 04.

28 Extraído da música: CODIGO NEUROTICO. Intérprete: Código Neurótico. In: Código Neurótico. **Totus Tous**, [s.l.], 1983. 1 CD. faixa 04.

un vegetal, soy un vegetal". Após essa introdução, a música adota uma sonoridade e ritmo mais "característico" do *punk rock* Argentino, marcado pelos instrumentos acelerados ao extremo e vocais com timbres mais agudos. Ao passo que a letra preserva seu caráter satírico a fim de reforçar a ideia de morrer nas Malvinas não faziam parte dos planos de vida daqueles jovens que foram convocados a lutar no conflito, num lugar em que não havia nada além de pinguins. Em linhas gerais, a letra procura reforçar a ideia de que os jovens eram enviados para morrer num conflito desnecessário e sem solução, especialmente, quando se enuncia "*esta es una guerra con barcos y aviones esta es una guerra no habra soluciones*".

É importante destacar que essa canção também não deixa de ironizar Margaret Thatcher, que tal como o governo militar argentino também pretendia por meio do conflito aguçar o nacionalismo de sua população. E, portanto, enunciam "*La presidenta Thatcher me esta cayendo gorda/ la presidenta Thatcher es una gran pelota/ la presidenta Thatcher (me jode con mi gorra ?)/ la presidenta Tatcher no sabe saltar olas*". Nota-se, portanto, que essa música transparece, especialmente, um sentimento de revolta e incoformidade em ser enviado para uma guerra motivada pura e simplesmente pelo interesse de alavancar prestígio perante à opinião pública por parte dos governos de ambos lados.

Numa perspectiva parecida, cabe destacar a canção *Atrincherado* de uma das bandas pioneiras do *punk rock* argentino "*Alerta Roja*", que após terem seus antigos nomes censurados deram esse nome a fim de alertar para o estado crítico que se encontrava a nação²⁹. Dessa forma, presente em seu primeiro álbum "*Derrubando La Casa Rosada*"

29 Sergio Spatavecchia, vocalista da banda, em entrevista concedida ao "Diário argentino", em 02 de setembro de 1999, destacou "*En el caso de Alerta Roja, primero nos llamamos Los Psicópatas. Nos censuraron. Después fuimos Estado de Sitio, nos pasó lo mismo y antes de Malvinas nos pusimos Alerta Roja, para reflejar el estado en que vivía el país. La gente no entendía al Punk, como tampoco lo entiende ahora. Nosotros no éramos bolches ni nazis. Simplemente cantábamos revolución, queríamos un cambio mucho más poderoso. Éramos apolíticos, totalmente anarquistas. Alerta Roja quería llegar al gran público*".

de 1983, procura explorar a perspectiva dos soldados, a partir de versos poéticos que retratam com sensibilidade a tragédia geracional da Guerra das Malvinas.

Nesta canção que explora intensamente as distorções da guitarra e vocal, de maneira cadenciada é enunciado *“Bajo los sueños del ideal no hay nada; estoy en el barro, en el agua, en la nada; aquí en mi trinchera cargando mi fusil es inútil; Atronadores gritos de terror bombas u misil soy civil; soy un niño aùn; ¿mamà donde estas?”*. Permite-se notar que essa letra também tem como elemento central, a questão da falta de identificação dos soldados, que eram extremamente jovens, com o conflito, ponto este reforçado na sequência, quando se destaca *“soy de los cuerpos sin alma, señor no soy militar; ¿que hago acá?”*³⁰.

No mesmo álbum, também consta a música *“Guerra sin razón”*, que se coloca como uma espécie de manifesto contra inconsequência que fora a participação argentina na Guerra das Malvinas, desde seus primeiros versos quando explicita *“no me preguntaste cuales eran mis ideas; no me preguntaste cual era mi opinión; la mandaste a la guerra a toda nuestra nacion”*. Gravada logo após o término do conflito e se valendo de uma sonoridade fortemente ditada pelo uso do contrabaixo e bateria, aos poucos se conduz ao vocal, que gradativamente leva ao seu refrão de questionamento *“¿De que sirvio esta guerra sin razon?”*. Retomando essa questão, em diferentes momentos, a canção se destaca por propor uma reflexão sobre as consequências diretas da Guerra, alertando aquela sociedade para necessidade de mudança. *“Puede ser tu hijo, tu esposo o tu hermano; pero a ellos que les importa, ya la guerra termino; ya mi tierra no es la misma la guerra ya la cambio; Ahora jóvenes nosotros, te pedimos un cambio, no queremos mas promesas, queremos un futuro”*³¹.

30 Extraído da música: ALERTA ROJA. Atrincherado. In: Alerta Roja. **Derrubando La Casa Rosada**. Pelmaso Records, 1983. 1 LP. Lado A - faixa 06.

31 Extraído da música: ALERTA ROJA. Guerra sin razón. In: Alerta Roja. **Derrubando La Casa Rosada**. Pelmaso Records, 1983. 1 LP. Lado B - faixa 01.

Com um intuito semelhante, também vale destacar a música “Comunicado n° 166”, originalmente escrita em 1982, mas somente gravada em 1985, no álbum “¿Y Ahora Que Pasa Eh?”, de outra banda pioneira do punk rock argentino, Los Violadores. Embora disponha de uma melodia acelerada remetendo às características do punk rock inglês, essa canção se vale de um vocal harmônico, que em determinados momentos busca estabelecer uma cadência, que é mais notável em seu refrão que dá nome à música. Vale destacar que “Comunicado n° 166” faz referência aos habituais avisos que eram transmitidos pelo “Estado Mayor” para relatar as ações durante o conforto. Contudo, ao todo foram 165 comunicados, sendo que o “Comunicado n° 166” era o que se desejava, mas que nunca veio, aquele que colocaria fim na guerra.

Assim, a letra faz uma severa crítica à entrada da Argentina na guerra, indagando “*De que sirvió esta unión; si no logró la fuerza; y no hay fuerza cuando no hay inteligencia*”. Nesse sentido, é interessante notar que, mais adiante, a música descreve que nesse conflito os argentinos foram “*pisoteados, vapuleados, azotados*”, deixando apenas “*varios muertos; y cientos de mutilados; Y se las quedaron ellos; La batalla se acabó; la batalla se terminó; la batalla se perdió*”³².

Vale destacar que uma questão que passou a ser recorrentemente problematizada nos anos que sucederam ao conflito na sociedade argentina, foi o seu impacto sobre os sobreviventes. Dito de outra forma, como a guerra não somente impactou o passado, mas como ela ainda continuava a impactar no cotidiano dos ex-combatentes.

Destaca-se, portanto, por estas características, a música “2 de Abril”, que faz referência a data de início do confronto, da banda “Ataque 77”. Presente em seu álbum “Amén!” de 1995, que marca uma fase mais comercial do grupo, decorrente do contrato, naquele período, recém assinado com a gravadora BMG, em que são encontradas letras

32 Extraído da música: LOS VIOLADORES. Comunicado n° 166. In: Los Violadores. ¿Y Ahora Que Pasa Eh?. Umbral Discos, 1985. 1 LP. Lado A - faixa 05.

que exploram de maneira mais intensa o aspecto sentimental, do que ocorrera nos primeiros anos da banda que corresponde aos anos 1987 a 1993, sem, contudo, abrir mão da sonoridade do punk rock.

Tais características, por sua vez, estão dispostas na referida canção, que traz parte da intensidade recorrente na primeira fase da banda para “dar voz” a um veterano ignorado pelo estado, que sente o peso do passado em seu cotidiano. Nesta canção, desde seu início se procura explorar o ressentimento ao relatar *“sigo besando la espalda que me dio el estado; otro día más para ir a ningún lado; muchos de los que me amaron me dejaron a un costado; el resentimiento me enfermó y ya no pude salir”*, e logo na sequência explora o aspecto central da canção que consiste no fato do sujeito sentir que o confronto não acabou *“estoy en guerra desde que acabó la guerra; vendiendo recuerdos que nadie quiere recordar”*. Esta mágoa do passado aliada ao desamparo estatal em relação aos ex-combatentes conduzem um crescente no tom que tem seu desfecho no refrão *“nada me dejo la patria, me fui quedando a un lado; estoy harto de vivir para sobrevivir”*³³. Tal tônica que invoca o peso do passado, seguida pelo refrão de desolação, se repete mais outras vezes, apresentando novas informações que reforçam o ressentimento e a frustração do narrador, veterano da guerra. Além disso, reforça o sentimento de angústia o fato da canção se valer ao início de um breve trecho de um ex-combatente, forçando a correlação para com o real. E, por fim, a música se encerra com a parte inicial do comunicado número 165, último da Guerra das Malvinas, que aos poucos perde intensidade até o efetivo término.

Numa perspectiva parecida, também se destaca a música “Memórias de la Guerra”, da banda de La Plata, *Embajada Boliviana*. Presente no primeiro álbum de 1994, de título homônimo ao grupo, a referida canção contém um ritmo instrumental intensamente acelerado que

33 Extraído da música: ATAQUE 77. 2 de Abril. In: Ataque 77. **Amén**. RCA - BMG, 1995. 1 CD. faixa 02.

procura dar destaque ao vocal com tom agudo, que constantemente é acompanhado por um coro, que, inclusive, lembra os cânticos das “torcidas organizadas” argentinas. Tal aspecto passa a sensação de que há uma multidão cantando o sofrimento de alguém muito próximo de enlouquecer ao lembrar da Guerra. Do ponto de vista narrativo essa canção procura relatar o sofrimento de alguém que, no presente, ainda sofre ao se realizar esta rememoração, dispondo no início que

hoy tu sientes que estas mal, tu corazon no para de gritar; y tus odios siguen escuchando disparos muy lejanos; que quedaron en tu mente y en tu corazon aquellas vidas” ao final “hoy... pasaron muchos años y aqui estas; perido en el caminho y en la cabecera de tu cama una medalla de condecoracion; y temes por enlouquecer y tienes miedo; miedo al amanecer; miedo a las cosas; miedo a las calles³⁴.

Tudo isso, por sua vez, seria consequência de “*una noche oscura y de claras estrellas de una blanca luna y de cuerpos que murieron defendiendo a su bandera, de sangre, de odio, de miedo*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término da ditadura militar na Argentina, criou-se uma rápida mobilização na sociedade a fim de problematizar aquela experiência, em que desde primeiros momentos os setores de produção cultural se encarregaram de “desmascarar” as práticas decorrentes do referido regime. Naquele contexto, deu notoriedade imediata a este movimento o impactante filme, vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro, “*La História Oficial*” de 1985, que narrou de forma quase documental alguns aspectos obscuros daquela ditadura que acabara de terminar. Tal sentimento e mobilização, por seu turno, também pode ser sentido na

34 Extraído da música: EMBAJADA BOLIVIANA. Memorias de la guerra. In: Embajada Boliviana. **Embajada Boliviana**. Xennon, 1994. 1 CD. faixa 16.

música, à medida que inúmeras canções de diferentes estilos passaram a ser produzidas apresentando novos entendimentos acerca daquele passado. Nesse sentido, esse passado comum, inevitavelmente, também foi constantemente revisitado por bandas de punk-rock local a fim de, entre outras coisas, imprimir pertencimento identitário.

Como foi possível notar, as músicas das bandas de *punk rock* e/ou *hardcore* na Argentina se estabelecem como importantes fontes históricas para a compreensão de um contexto marcado por grandes confrontos, e também de resistência. A partir das canções de protesto, cada grupo à sua maneira, contribuiu para que a prática musical engajasse efetivamente as dinâmicas políticas e sociais concernentes a realidade argentina. Assim, nas letras e nos arranjos musicais é possível compreender que a função social da música alcançou novos patamares, deixando de ser um mero entretenimento, uma vez que as canções foram concebidas para fazer pensar criticamente sobre a história da Argentina, contribuindo, sobremaneira, para a formação da identidade coletiva do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rayssa Maria Pereira. Praça de maio: lugar de memória ou memórias vivas? **Revista Ameríndia**, v. 4, n. 2, 2007.

EVANGELISTA, Joelma Sampaio. O gol da memória: a ditadura militar e o futebol na Argentina e no Brasil. **Darandina**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-12, abr. 2008.

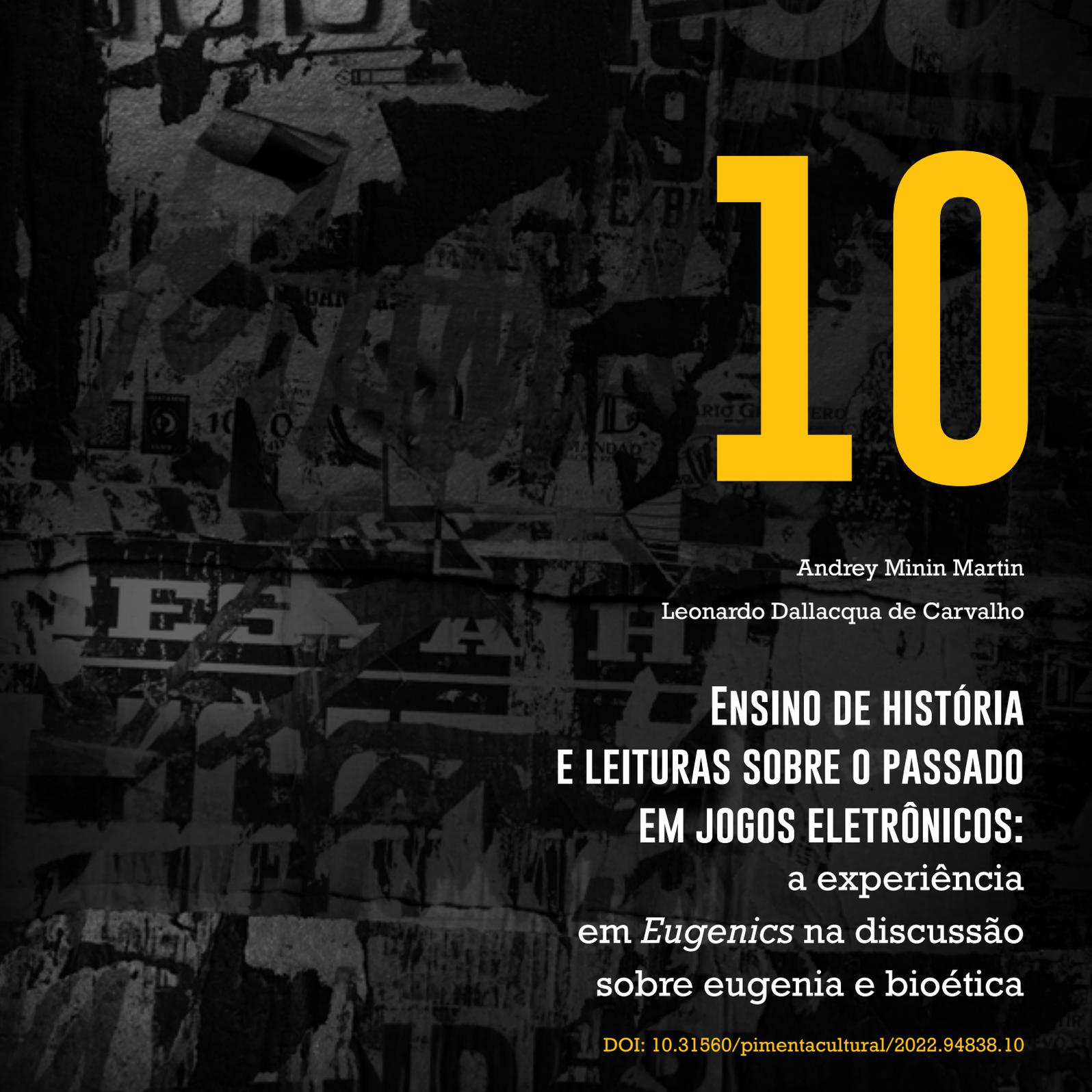
LOPEZ, Vanina Soledad. Resistance Through Photocopies: An Analysis of the Argentine Fanzine Resistencia During the 1980s. In: GUERRA, Paula; QUINTELA, Pedro. **Punk, Fanzines and DIY Cultures in a Global Word: Fast, Furious and Xerox**. Palgrave Macmillan: London, 2020.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

RAZOUX, Pierre. “La guerra de las Malvinas”. **Istor**: revista de historia internacional, año II, n. 8, p. 9-28, 2002.

SILVA, Maurineide Alves da. **Trinta e três anos de guerra**: Malvinas e o embate entre intelectuais, veteranos, familiares de caídos e narrativas fílmicas no campo da construção de memórias (1982-2015). 2016. 347 f., il. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

VIEIRA, Tiago de Jesus. A defesa da legitimidade suburbana do punk nacional nos estudos da década de 1980. **Revista Sapiência**: sociedade, saberes e práticas educacionais, v. 05, p. 109-122, 2016.



10

Andrey Minin Martin

Leonardo Dallacqua de Carvalho

**ENSINO DE HISTÓRIA
E LEITURAS SOBRE O PASSADO
EM JOGOS ELETRÔNICOS:
a experiência
em *Eugenics* na discussão
sobre eugenia e bioética**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.10](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.10)

[...] Que nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos dêem uma História não automática, mas sim problemática (Lucien Febvre, 1989).

INTRODUÇÃO

Há algum tempo caduca o debate sobre a “pertinência” de determinada fonte para a perspectiva historiográfica e a análise histórica. Afinal, não se trata mais de qual fonte é autorizada por determinada escola, mas como o historiador maneja o seu conteúdo à medida que entende a variedade de fontes como um aspecto da trajetória dos indivíduos no tempo. Evidentemente, com algumas fontes, a resistência é aparente. Mas tal resistência diz mais do historiador no seu próprio tempo do que o mérito da fonte. A hierarquização de fontes como sinal maniqueísta da discussão historiográfica cansa os que pensam a disciplina mais como possibilidades do que resistências e manutenção de tradições no campo. Desde as rupturas e permanências postos por plurais movimentos e escolas históricas ao longo do século passado entendemos que os caminhos da disciplina História são diversificados e exprimem a necessidade de compreender as distintas leituras do passado no presente. Aliás, este não é um capítulo preocupado com as “resistências” de alguns historiadores a essa modalidade de fontes. Na verdade, nossa inquietação é em relação a sua perspectiva histórica e o seu futuro possível. Aqueles que desconsideram o seu uso na condição de fonte histórica são os mesmos que, em outros momentos, marginalizavam também o cinema ou a televisão.

E neste processo o constante crescimento de jogos eletrônicos ancorados em temas e narrativas históricas tem cada vez mais levado a problematizações justamente sobre sua constituição como um importante lócus de representações sobre o passado. Assim, seja

pelas veredas dos possíveis debates sobre sua presença no ensino de história ou mesmo nos caminhos da ideia de uma História Pública, entendemos que (re) pensar sobre seu papel como aporte de conhecimento histórico é relevante. Uma indústria que agrega trilhões de dólares e o faturamento cresce anualmente, não oferece margem para subestimar a relação social que esta modalidade de interatividade tem para determinados nichos sociais.

JOGOS ELETRÔNICOS E O CONHECIMENTO HISTÓRICO

Tratar de jogos eletrônicos como suportes produtores de leituras do passado, mesmo que longe de esgotar ou mesmo definir todos os caminhos possíveis, se faz presente em um momento em que se discute, cada vez mais, a centralidade destas mídias como recursos no ensino de história. Como debatido em diversos trabalhos (HUIZINGA, 2000; KUSIAK, 2002; MENDES 2006; JENKINS, 2008) o desenvolvimento e acesso cotidiano cada vez maior a plataformas de jogos digitais tem tido destaque não somente como um dos principais produtos da indústria do entretenimento, mas também pelo sua imersão em conteúdos e acontecimentos históricos como pano de fundo.³⁵ Revolução Industrial, Francesa, sociedade antigas são exemplo de temáticas que desde a década de 1980 tem despertado o interesse e novos usos dentro e fora dos espaços educacionais tradicionais. No campo dos estudos acadêmicos, a revista *Game Studies*, fundada em 2001 pelo professor Espen Aarseth é sintomático para o avanço da área e urgência pela qual esse material deveria ser observado por pesquisadores de diferentes áreas. Videogames

³⁵ Como mencionamos anteriormente, atualmente, a indústria dos jogos digital já ocupa o lugar entre as mais rentáveis do globo, ficando atrás apenas de segmentos como a bélica e automobilística.

e jogos eletrônicos não interessam apenas a determinados grupos como cientistas da computação ou designers, pelo contrário, permite análises sociológicas e históricas de um tipo de produção-arte que mobiliza o cotidiano há mais de cinquenta anos.

Não à toa, concordamos com Aarseth (2001) quando menciona que para alguns de nós os jogos eletrônicos têm uma importância cultural equivalente aos filmes ou aos esportes. Sua afirmação realizada no início do novo século pode ser confirmada duas décadas depois. A proposta de entretenimento, multijogador, estética e comunicação inigualável prende raízes na cultura de parte do mundo.

Algumas considerações são necessárias, devido a generalizações e ambiguidades. Como pontua Alves (2007; 2015) e Viana-Telles (2014) a própria terminologia *videogame*, sem maiores definições, pode provocar simplificações em seu entendimento junto a um vasto repertório de análise, seja por suas conexões tanto com os *softwares*, quanto pelos equipamentos ou mesmo a própria execução em si. De forma geral, entendem os jogos eletrônicos como artefatos culturais contemporâneos programadas para fins de entretenimento em uma ou mais plataformas, visando a interação individual ou coletiva por meio de um *software*. Nesta construção são combinadas diferentes linguagens neste ambiente virtual (entre sons, imagens e textos) passíveis de participação ativa dos usuários, em que se tornam receptores e emissores de mensagens que ganham plasticidade (LÉVY, 1999), possibilitando assim estabelecer novos caminhos e sequências, de acordo com a interatividade estabelecida.

Para Cláudio Mendes (2006, p. 18), três elementos podem ser identificados como centrais: sua representação como uma atividade lúdica; a existência de regras e elementos previamente estabelecidos e, ao mesmo tempo, são objetos para se jogar. Por isso mesmo entendemos ser um produto cultural rico e possuidor e uma ampla complexidade social, que pode influenciar diretamente no/para o entendimento das relações e interpretações sobre a sociedade à qual está inserida.

No caso deste trabalho, a centralidade da análise coaduna para o entendimento de como os jogos eletrônicos permitem uma leitura do passado pelas formas e narrativas presentes em seu enredo. postulado aqui como um importante elemento para análise do conhecimento histórico em distintos espaços de produção e circulação, como viria a ocorrer entre a história e jogos eletrônicos.³⁶ Tal enfoque será aplicado a partir do estudo de caso do jogo *Eugenics*, cuja concepção de eugenia e genética são aplicadas e possibilitam explorar seus sentidos, problemas históricos e relações entre ciências e sociedade.

A historiografia especializada sobre a temática de jogos eletrônicos, sejam elas tecidas na renovação da disciplina de História ou mesmo em outras áreas, iniciaram timidamente ainda na década de 1980 a produção de importantes trabalhos, conectadas pelo próprio contexto em que os jogos eletrônicos ganhavam maior visibilidade no mercado brasileiro. Empresas e consoles como *Atari*, *Magnavox Odyssey* e *Nintendo* e *Sega* promoviam novas plataformas e jogos que gradualmente se consolidavam no país, contribuindo para o exponencial desenvolvimento do setor nas décadas seguintes.

Trabalhos como os de Greenfield (1988) e Turkle (1989) e, no Brasil, o de Martinez (1994), considerado um dos precursores no gênero, contribuíram para incitar a necessidade de análise entre os jogos eletrônicos e as transformações em curso na sociedade, como um elemento cultural de forte influência nas próprias relações sociais em curso. Ampliava-se gradualmente um leque de temáticas e necessidades de análise sobre os mais variados aspectos dos jogos eletrônicos, seja nos caminhos do ensino-aprendizagem (MOITA, 2007; MATTAR, 2010), da construção de narrativas (MURRAY, 1999; KUSIAK, 2002) ou mesmo ligadas à cultura dos jogos na sociedade (HUIZINGA, 2000; ALVES, 2005;). Segundo pesquisa realizada por Alves (2011) entre

36 Alguns autores como Neves (2011) tendem a categorizar esta tipologia de jogo como *history games*, possuidores como característica acontecimentos e fatos históricos como componente central da narrativa.

1994 e 1998 seis trabalhos de pós-graduação foram defendidos no país o assunto, entre dissertações e tese, ligadas a debates no ensino, linguística e sociologia.³⁷

Estas pesquisas iniciais foram importantes para o desenvolvimento do campo que ocorreria a partir do início do século XXI. Em um momento em que a popularização dos jogos coaduna com o exponencial aumento de vendas de computadores e acesso à internet no Brasil, mais de oitenta trabalhos foram defendidos em universidades brasileiras entre 2001 e 2008 (ALVES, 2011), que vem diretamente acompanhado de novos grupos de pesquisa e congressos dedicados ao tema. Um elemento importante a ser destacado é que em regiões como Paraná e Santa Catarina, possuidoras de importantes polos de estudo sobre educação e o ensino de História, se destacam por um significativo crescimento nestas produções. Dessa forma, privilegiam a concepção dos jogos eletrônicos e o seu papel para/no ensino de história

O uso de diferentes tecnologias para o conhecimento histórico e sua relação com o ensino não podem ser ignoradas. No cenário em que cada vez mais se debate sobre a importância ou mesmo a necessidade de uma História Pública no país, somado a pressões por mudanças em diretrizes educacionais, como da Lei e Diretrizes e Bases (LDB) e a autorização da educação domiciliar (*homeschooling*), nos provocam a ampliar os olhares para os distintos espaços de produção e circulação em que conteúdos e narrativas sobre o conhecimento histórico são postulados.

Este diálogo entre a produção do conhecimento histórico e os usos do passado apropriados por segmentos contemporâneos midiáticos tem uma longa duração. O passado é um importante componente e fonte para construção de produções cinematográficas, musicais,

³⁷ Outras pesquisas, como a de Ramalho (2019) indicam que entre 2008 e 2016 em amostragem pelo Google Acadêmico foram encontrados mais de 121 trabalhos relacionados entre jogos eletrônicos e ensino de história.

televisivas e, nas últimas décadas, dos jogos digitais. Porém, como pontua Neves (2011, p. 67) “[...] os jogos digitais descobriram a história como fonte antes de a História os descobrir como linguagem para o processo de ensino-aprendizagem”. Ou seja, um processo próximo àqueles ocorridos com outras mídias, narrativas, conteúdos históricos e ficções cujo alinhamento para a construção de histórias se popularizou aos enredos criados pelos jogos eletrônicos e seu sedutor desenvolvimento gráfico.

Assim, cada vez mais estes conteúdos ganham notoriedade e ocupam, em muitos casos, o lugar enquanto conhecimento histórico validado para além de clivos e domínios críticos. Neste aspecto, dialogando com Canclini em uma perspectiva mais ampla ante aparatos tecnológicos contemporâneos, contribui para pensarmos que:

Esses novos recursos tecnológicos não são neutros, nem tampouco onipotentes. Sua simples inovação formal implica mudanças culturais, mas o significado final depende dos usos que lhes atribuem diversos agentes. [...] fendem as ordens que classificavam e distinguiam as tradições culturais, enfraquecem o sentido histórico e as concepções macroestruturais em benefício de relações intensas e esporádicas com objetos isolados, com seus signos e imagens. (CANCLINI, 2001, p. 307)

Logo, a imersão dos jogos eletrônicos no campo de debates sobre a produção de narrativas e linguagens sobre o passado tem apresentado importantes perspectivas à luz dos debates historiográficos sobre o campo do conhecimento histórico. Corroborando com as considerações de Telles e Alves (2015) a publicação de obras como a de Paul Veyne, *Como se escreve a História* (2008); Michel de Certeau, *A escrita da História* (1982); e Hayden White, *A Meta-História* (2008), por exemplo, ampliaram, cada uma a seu modo, possibilidades de problematizar o próprio estatuto científico do conhecimento histórico ante as narrativas estabelecidas sobre o passado no tempo presente em distintos espaços da sociedade.

Este debate incita diretamente não mais entendermos estes dispositivos como meros “receptáculos” de conteúdos, ou neste caso, de um dado conhecimento histórico, mas como aportes que podem produzir ou mesmo ressignificar conteúdos e narrativas sobre o passado. Indo além, para autores como Walter Benjamin (1994), pensando o aparato das novas tecnologias do século XX, entende que as novas formas de comunicação promovem mudanças tanto no desenvolvimento cognitivo e na própria percepção das relações sociais, do presente ao passado, quanto sobre visões de mundo. Para autores como Albuquerque Júnior (2007), mesmo posto em outra matriz teórica, entende que os jogos, extrapolando o espectro aqui em análise, tem um “papel civilizatório”, que influi diretamente em um conjunto de regras, limites e polidez para seu funcionamento, que vai além do próprio ato de jogar e se conectam às relações sociais do grupo pertencente.

Logo, estes *history games* produzem e “(re)criam” os acontecimentos e fatos históricos para além da necessidade de uma construção analítica sobre o passado, que tecem adaptações, montagens, generalizações dos mais variados tempos e acontecimentos do passado, que podem estar expressas em dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas (NEVES, 2011). Para Isa Neves (2011, p. 70) eles [...] não somente representam os fatos e acontecimento históricos, como fazem os artistas plásticos em suas telas, os dramaturgos em suas peças ou os cineastas em seus filmes”, mas também “possibilitam ao jogador assumir o centro das decisões de um ambiente intencionalmente projetado com elementos históricos cuja finalidade é recriar e fazer alusão a um contexto histórico que, não pode mais ser vivenciado, senão por meio de simulação”.

Assim, a importância da análise dos jogos eletrônicos como um componente de entendimento da sociedade em que está inserido tem caminhado cada vez mais da “periferia” dos estudos acadêmicos para uma centralidade dentro de áreas como a História Cultural, dentre outras.

Por esta razão, como mencionado, o ambiente escolar protagoniza por meios da sala de aula a expansão dos jogos eletrônicos como ferramentas em atividades interdisciplinares e mesmo na própria formação acadêmica, quando debatida as suas possibilidades e usos em disciplinas. Neste aspecto, muitas pesquisas centradas no âmbito da chamada Educação Histórica³⁸ contribuíram para deslocar o debate não somente para o campo prescritivo, ou seja, o que e como devemos (re) pensar os conteúdos e ensino da história nos espaços escolares, mas também para o desenvolvimento do pensamento e formação histórica por distintos sujeitos e em plurais espaços (SCHMIDT, 2006; BARCA, 2008).

E como um potencial aporte para compreensão das possibilidades e campos de construção deste conhecimento histórico, podemos expor considerações sobre a temática da eugenia e seu olhar a partir do jogo *Eugenics*.

EUGENICS COMO PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO COM HISTÓRIA E BIOÉTICA

O jogo eletrônico *Eugenics* foi publicado em 2019 e foi desenvolvido e distribuído pelas editoras La Belle Games e Mi-Clos Studio. Seu gênero é o *Indie*, que popularmente é conhecido como o grupo de jogos de caráter independente, sem grande apelo de editoras conceituadas no ramo dos jogos eletrônicos. Entretanto, a discussão de

³⁸ A Educação História constitui um campo tanto de investigação como metodológico que busca debater, dentre outros aspectos, os princípios e regras do processo de cognição do conhecimento histórico como uma problemática de ensino-aprendizagem. Emergindo de preocupações que remontam debates desde a década de 1970 encontrou em expoentes como Jörn Rüsen e a ideia de “Consciência Histórica” novos caminhos para se pensar como e de que maneira ensinamos a história.

Indie é ampla envolvendo novas noções de mecânicas e liberdades. Alguns desses jogos chegam à categoria de Blockbusters, com foi o caso do jogo eletrônico *Minecraft*, que após um grande sucesso, cuja propriedade intelectual foi adquirida pela *Microsoft*.

Eugenics é, sobretudo, uma sátira. Por se tratar de um tema caro à história da humanidade, a intenção do jogo não é promover uma apologia à eugenia cuja identidade estava, entre outras, ligada à hierarquização racial ou a medidas de segregação humana. De saída, os desenvolvedores alertam:

Atenção! Todas as situações presentes no jogo e as configurações genéticas oferecidas são geradas aleatoriamente. Sendo fruto do acaso, não pretendem transmitir uma mensagem política ou social a certas categorias de pessoas. Além disso, os genes mostrados são de natureza paradoxal e não representam necessariamente características humanas que a genética realmente dita (*Eugenics*, 2019).

Sabedores da problemática seara que envolve a manipulação genética e sua interpretação no seio social, os desenvolvedores procuram proteger a obra de qualquer acusação ideológica ou racista que ela possa suportar. Não à toa, em seu site oficial, a desenvolvedora sustenta que a criação do jogo não remete a “períodos sombrios do passado”. Sua justificativa, procurando embasar em estudos científicos, seria de que o tema foi pensado na manipulação genética atual. Do nosso ponto de vista, esta é uma retórica frágil para desfocar o jogo de qualquer polêmica relacionada à eugenia. Parece bastante contraditória a criação de um jogo com o título apelativo de “eugenia” insinuar que pretende apenas “fazer jogos, mas não jogos sérios”³⁹. O desejo de não polemizar contraria a própria ideia do jogo eletrônico que tem na sua base a concepção primordial da eugenia de criar uma sociedade perfeita e selecionada. Portanto, apesar da produtora tentar

39 <https://labelgames.com/projects/eugenics/a-satirical-game-about-genetic-engineering> (Acesso em 29 de maio de 2022).

mascarar a discussão, o efeito do jogo permite explorar discussões como a eugenia histórica e a bioética.

O tom do alerta envolve a própria concepção do jogo em criar uma sociedade perfeita por meio de manipulação genética, na qual o indivíduo concluiria que o caminho para tal sociedade envolve seus critérios e moralidade particular. A consequência nada positiva ilustraria uma hipótese construída pelo jogo no qual os “bem-nascidos” deveriam apenas ser fruto de manipulação genética para a conquista de uma sociedade perfeita.

Seu aspecto gráfico tem como requisito mínimo uma *GeForce Go 7600*, ou seja, a condição gráfica não exige muito, sendo possível jogar na maioria dos computadores. A arte gráfica exagera no uso de cores cortes e constrói seus personagens de maneira simpática e amigável. Os desenvolvedores também afirmam que o conteúdo do jogo é destinado ao público adulto, principalmente em momentos do enredo em que um “humor negro” é explorado.

O contexto imaginado por *Eugenics* tem como plano principal a manipulação genética. *Eugenics* ambienta o jogador em uma colônia denominada, ironicamente, por UT-OP-14 (obvia menção à utopia, sublinhando ainda mais o aspecto satírico que objetiva o *game*). Na colônia, o jogador deve decifrar genomas e aprimorar ou piorar o material humano selecionado, a fim de buscar um mundo perfeito povoados por pessoas perfeitas. Portanto, a partir das manipulações genômicas, a finalidade direciona para a criação de um mundo melhor, lucro pessoal ou mesmo seguir estereótipos.

Imagem 1 - Câmaras de manipulação genética



Fonte: Carvalho, 2022.

O jogo possibilita a criação por meio de manipulação genética a partir de quatro câmaras: rebeldes, cientistas, artistas e trabalhadores. No entanto, *Eugenics* pode frustrar o interesse de quem uma reprodução fiel à genética, uma vez que a bizarrice das combinações alimenta o aspecto satírico do jogo. A proposta consiste em identificar o gene e seus efeitos para depois editar o genoma.

O mundo imaginado na fictícia comunidade UT-OP-14 não está mais distante da realidade em certos aspectos, como prova o *The Fertility Institutes*, um laboratório localizado nos Estados Unidos (Nova Iorque, Los Angeles e Utah) com sedes no México e na Índia. Este instituto foi fundado em 1986 com o objetivo de trabalhar com medicina reprodutiva. Fundamenta a sua existência em uma larga base de estudos científicos em que o aspecto reprodutivo envolve as Tecnologias de Reprodução Assistida. Seus serviços são variados como: busca por causas de infertilidade, fertilização *In Vitro* (IVF), análises genéticas avançadas em embriões para diagnosticar doenças, entre outros. O

instituto vai além ao oferecer como mercadoria o PGD (*Preimplantation Genetic Diagnosis*), no qual o cliente escolhe o sexo do filho. Não para por aí, o *Fertility Intitutes* oferece a possibilidade de escolher a cor dos olhos, transformando a manipulação genética em um bem de consumo lucrativo. Eugenics não parece tão utópico quando nos deparamos com a manipulação genética de lugares como o *The Fertility Institutes*.⁴⁰

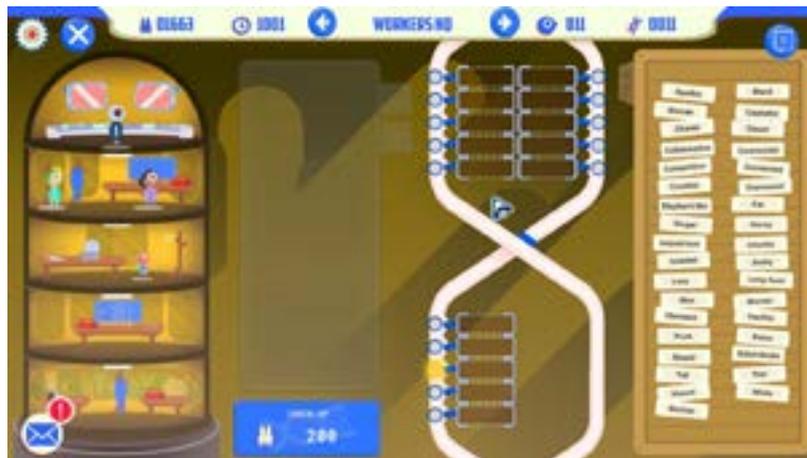
A ideia de *designer babies*, para Edwin Black, em *Guerra contra os Fracos* (2005, p. 698), consiste em uma tecnologia que pode “[...] redirecionar a imprevisibilidade essencial da natureza”. Transformar reprodução em algo cosmético aparenta um mercado promissor, mas, obviamente perigoso da perspectiva moral e ética. Padrões cosméticos de *designer babies* assumiriam o papel de orientador social aos “tipos humanos almejados”, aprofundando o divisionismo social e segregando grupos que historicamente foram exterminados por não pertencerem a determinados padrões.

A consequência deságua em um novo nicho de exclusão a partir de castas genética. Além do aspecto cosmético, indivíduos com pré-disposição hereditária para determinadas doenças estariam condicionados à marginalização. No futuro próximo, este mapeamento genético nas mãos do lucro ou daqueles que detém os meios de produção, pode desenvolver uma inédita ferramenta de espoliação do trabalhador a partir do uso de castas genéticas. Assim, sob o argumento do “risco genético” uma nova terminologia para sub-raças seria criada. Indivíduos seriam condicionados à miséria por meio da exclusão ao mundo do trabalho frente à disposição de se manejar a informação genética sem controle ou privacidade.

Eugenics, intencionalmente ou não, envolve o debate bioético no panorama de criação humana da genética moderna:

40 Para mais detalhes, ver: <https://www.fertility-docs.com/> (Acesso em 28 de maio de 2022).

Imagem 2 - Possibilidade de características de seleção genética



Fonte: Carvalho, 2022.

O debate afunila quando, dentro da dinâmica de *Eugenics*, percebemos a disposição das características de seleção genética disponíveis ao jogador. Para a manipulação genética são oferecidas características como: mulher, homem, branco, negro, loiro, Ruivo, alto, baixo, gordo ou magro. Elementos ideológicos são oferecidos em UT-OP-14 para a construção da sociedade perfeita. Pessoas poderiam ser: comunistas, industriais, capitalistas ou pacifistas. O bizarro também constrói o imaginário do jogo ao distribuir as opções de se criar um indivíduo com seleção genética de répteis ou elefantes. A moralidade faz parte de *Eugenics* quando permite a manipulação de criar indivíduos usuários de drogas, maníacos, repressivos, punks, violentos, estúpidos, entre outros. A liberdade do jogo é total para seguir a própria ideia de sociedade perfeita ou, então, atender a determinados padrões ou interesses.

Como lembra Betina Hillesheim e Mozart Linhares da Silva (2018, p. 421), o considerado “anormal” tem um papel mais amplo na socieda-

de contemporânea, de modo que a generalização tem efeito na ressignificação do conceito de doença e da ideia de que é preciso intervir o mais breve possível. Em *Eugenics* há conceitos perigosos na manipulação genética dos indivíduos. Como é possível criar um indivíduo maníaco, violento ou usuário de drogas? A ideia se aproxima da antiga eugenia em que características como o uso de álcool ou a violência estariam pré-dispostas em indivíduos degenerados. Um dos casos mais sintomáticos pode ser lembrado por meio da trajetória do assassino em série brasileiro Febronio Índio do Brasil (CARVALHO; SOUZA, 2016).

As possibilidades de tratar bioética são diversas como material educacional. Podemos perguntar como cada aluno enxerga a sua sociedade a partir dos critérios oferecidos pelo jogo. Ao apresentá-lo, o professor pode sugerir que cada aluno recrie a sua sociedade perfeita e avaliar a visão de mundo construída em torno das sociedades-fictícias que foram criadas. A sociedade perfeita de um aluno negro seria a mesma de a de um branco? A de um filho de empresário seria a mesma de a um trabalhador? Qual o papel do gênero, cor e características físicas no desenvolvimento de cada sociedade criada em *Eugenics* para cada aluno-jogador?

Embora simples, o jogo permite explorar a interdisciplinaridade de áreas como história, biologia e língua inglesa, uma vez que o *game* ainda não tem tradução para o português. A despeito da língua se tornar um entrave, a situação é remediada pela própria condução do docente ao traduzir as palavras e realizar as explicações. Como mencionado, o grau de complexidade de *Eugenics* é muito baixo.

Para além da questão da bioética, a História protagoniza a ampliação do uso do jogo eletrônico em sala de aula. Com efeito, o professor de História tem em mãos a discussão de bioética e os contextos históricos em que a eugenia foi adotada. Neste horizonte, pode-se tratar da noção de ciências no século XIX, bem como a formulação da eugenia pelo cientista inglês Francis Galton. Percorrer, do mesmo

modo, as diferentes formas de hierarquização racial dos séculos XIX e XX e como as ciências manifestaram e, muitas vezes, endossaram este discurso. Não menos importante, tratar a Segunda Guerra Mundial, suas consequências do discurso de raça e eugenia e, posteriormente, os acordos envolvidos para que a bioética fosse enquadrada no discurso coletivo dos cientistas.

Eugenics estimula a discussão moral da eugenia entre o passado e o futuro da genética. A historiadora das ciências, Nancy Stepan (2005, p. 13), menciona que o estudo da eugenia contribui para perceber as relações entre ciência e vida social, bem como os usos que podem ser feitos com base na eugenia. Além disso, par a autora:

A eugenia tem, ainda, a vantagem de ser, a um tempo, contemporânea e histórica: contemporânea porque os problemas de elaboraram-se políticas sociais com base em novos conhecimentos nos campos da genética humana e da tecnologia reprodutiva são particularmente prementes em nossos dias; histórica no sentido de que a eugenia no período anterior a 1945 pode ser vista como um fenômeno relativamente encerrado no passado, sobre qual podemos ter algum distanciamento (STEPAN, 2005, p. 13).

Analisar *Eugenics* a partir de uma perspectiva histórica e colocá-lo dentro de uma discussão bioética enquadra tanto o seu aspecto histórico quanto contemporâneo. Sobretudo, pensar como as políticas sociais entrelaçadas com os conhecimentos científicos ajustam os critérios de ética e moral na sociedade atual. É, por sua vez, a chance de trazer à baila os estereótipos imaginados pelos discentes no que diz respeito a um mundo utópico ou suas representações. Nesse momento entra um dilema fundamental que *Eugenics* exercita a interpretação a respeito dos novos conhecimentos da Era Genômica, a saber: “É de se indagar se esses novos conhecimentos e tecnologias alteram o panorama de maneira radical ou, pelo contrário, reinstalam e reforçam percepções sobre diferenças raciais de formas até mesmo mais insidiosas e deterministas” (SANTOS & MAIO, 2010, p. 193).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eugenics foi pinçado na análise deste capítulo pelo seu envolvimento com discussões de eugenia e bioética. De que modo, portanto, este tema poderia ser tratado em sala de aula a partir de um jogo eletrônico como fonte história. A falta de tradução do *game* constitui uma barreira para a sua adoção na experiência do aluno-jogador, mas que pode ser facilitada pela tradução do professor. Superado este problema, a discussão em perspectiva histórica de eugenia e sua relação com a bioética flui naturalmente.

Embora poucos elementos históricos envolvam a trama, sobretudo pela proposta utópica de simular a manipulação genética atual, o título da obra amarra o contexto aos episódios históricos em que um projeto de eugenia foi posto à sociedade como forma de criar uma sociedade perfeita. Assim, passado e presente se confundem a partir da concepção biologizante de mundo. A rigor, a própria desenvolvedora, *La Belle Games*, deixa a desejar no que o conteúdo de *Eugenics* realmente fornece em termos de bioética, optando apenas por não polemizar com o assunto – talvez, uma estratégia de *marketing* para lucrar com o mercado de jogos sem controvérsias ou problemas judiciais. A retórica empregada pela produtora não diminui o efeito da sua obra para a análise histórica e discussão de bioética.

Por fim, *Eugenics* foi examinado como mais um estudo de caso que dimensiona a importância de jogos eletrônicos tanto do ponto de vista de pesquisas acadêmicas, quando da sua espacialidade em sala de aula. Do ponto de vista bioético, permite pensar as novas formas de eugenia e controles populacionais, bem como remeter a um passado recente em que a eugenia foi transformada em hierarquização dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AARSETH, Espen. Computer Game Studies, Year One. **Game Studies**: the international journal of games, v. 1, n. 1, 2001.

ALVES, Lynn. **Game over**: jogos e violência. São Paulo: Futura, 2005.

ALVES, Lynn. Aprendizagem mediada pelos jogos digitais: delineando design investigativo. *In*: SOUZA, Claudio Reynaldo; SAMPAIO, Renelson Ribeiro. (Org.). **Educação, Tecnologia & Inovação**. Salvador: EDIFBA, 2015, v. 1, p. 187-208.

ALVES, L. R. G. Nativos Digitais: Games, Comunidades e Aprendizagens. *In*: MORAES, Ubirajara Carnevale de. [Org.]. **Tecnologia Educacional e Aprendizagem**: o uso dos recursos digitais. Livro Pronto: São Paulo, 2007, p. 233-251.

ALVES, L. R. G. Games studies: mapeando as pesquisas na área de games no Brasil. *In*: César Stteffen e Mônica Elisa Dias Pons. (Org.). **Tecnologia. Pra quê?** Os dispositivos tecnológicos de comunicação e seu impacto no cotidiano. Porto Alegre: Armazém Digital, 2011, v. 1, p. 30-45.

BARCA, Isabel. Investigação em Educação Histórica: fundamentos, percursos e perspectivas. *In*: OLIVEIRA, Margarida Dias de *et al.* (Org.). **Ensino de História**: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal, RN: EDFURN, 2008, pp. 23-32.

BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". *In*: **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLACK, Edwin. **Guerra contra os fracos**: A eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior. São Paulo: A Girafa Editora, 2005.

CANCLINI, Nestor. **Cultura Híbridas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Breno Sabino Leite de. Ciência e hereditariedade na história de um assassino em série: em busca do gene perdido de Febronio. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 385 - 410, 2016.

CERTEAU, M.A. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FEBVRE, Lucien. **Combates Pela História**. Lisboa: Presença, 1989.

<https://www.fertility-docs.com/> (Acesso em 28 de maio de 2022).

<https://labellegames.com/projects/eugenics/a-satirical-game-about-genetic-engineering> (Acesso em 29 de maio de 2022).

GREENFIELD, Patrícia Marks. *Mind and media: the effects of television, computers and vídeo games*. London: Fontana, 1988.

HILLESHEIM, Betina; SILVA, Mozart Linhares. O espectro eugenista no discurso biodeterminista contemporâneo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38 n°3, 413-423, 2018.

HUIZINGA, J. H. L. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KUSIAK, J. **Virtual Historiography: How History is Presented in Entertainment Based Computer Games**. Kirksville: Truman State University, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINEZ, Viviana Carola Velasco. **“Game over”**: a criança no mundo do videogame. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 1994.

MATTAR, J. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MENDES, Cláudio L. **Jogos eletrônicos: diversão, poder e subjetivação**. Campinas: Papirus, 2006.

MOITA, Filomena Ma. G. da S. Cordeiro; ANDRADE, F. C. B. **Game On: jogos eletrônicos na escola e na vida da geração**. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MURRAY, Janet H. **Hamlet em la holocubierta** – el futuro de la narrativa em el ciberespacio. Barcelona: Paidós, 1999.

NEVES, Isa Beatriz. **Jogos digitais e Ensino de História: um estudo de caso sobre o history game Tríade: Liberdade, Igualdade e Fraternidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) Salvador: UNEB, 2011.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Antropologia, raça e os dilemas das identidades na Era da Genômica. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, pp.171-196.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e GARCIA, Tânia Maria Braga. Pesquisas em Educação Histórica: algumas experiências. **Educar em Revista**, Curitiba, número especial, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

TURKLE, Sherry. **O segundo EU**: os computadores e o espírito humano. Lisboa: Presença, 1989.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. 4ª ed., Brasília: Editora UNB, 2008.

VIANA-TELLES, Helyom. Antropologia e Game Studies: O giro Cultural na Abordagem sobre os jogos eletrônicos. **X Seminário Jogos Eletrônicos e Educação**. Uneb, Salvador, 2014.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação poética do século XIX. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

11

Tadeu Pereira dos Santos

HISTORIADORES E VÍDEO-DOCUMENTARISTAS PODEM CONVERSAR?

**Diálogos, interlocuções
e significações em imagens
sobre o Mundo Social**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.11](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.11)

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade são plurais os instrumentos pedagógicos que diversificam o diálogo dos docentes com os discentes, na sala de aula e fora dela. Desse modo, recorrem às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e às novas linguagens, qualificando as mediações e os processos de ensino e aprendizagem no âmbito educacional. Tal proposição nos conduz à seara da interlocução e da interdisciplinaridade, que tem sido oportunizado pelo uso de mídias e imagens por diferentes profissionais no âmbito das humanidades, com vista a dinamizar as práticas socioeducativas que impulsionam à construção de novos saberes escolares, uma vez que ocorre um diálogo intenso entre tecnologia e espaço educacional.

No âmbito das humanidades as técnicas de ensino, métodos e instrumentos didático-pedagógicos têm sido concebidos hoje à luz de imagens, sons, internet, cinema, os quais nos fazem lembrar que o cotidiano se fundamenta numa intrínseca configuração tecnológica. O vídeo-documentário se apresenta como elemento expressivo desse processo social cuja utilização é perceptível ao perscrutamos diversas áreas do conhecimento que recorrem ao mesmo para diversas finalidades, quer seja relacionadas à cinematografia e a produção de memórias ou mesmo da historiografia.

Ao realizarmos um levantamento bibliográfico sobre vídeo-documentário na internet foi possível localizar uma literatura científica referente à temática oriunda de diferentes áreas dos saberes que estimulam a produção no âmbito das humanidades, refletindo sobre as experiências construídas a partir da utilização da referida linguagem. Trata-se de uma ferramenta usual nas práticas educativas e na construção de memórias, conforme podemos perceber a partir dos títulos dos artigos científicos, que manifestam a diversidade de áreas do conhecimento que se apropriam, deslocam e significam o vídeo-docu-

mentário em consonância com seus fundamentos: Cinema, Formação Docente e Práticas Educativas: Produção de Curtas Metragens nos Ensinos de História e Geografia (PAZIANI & NETO, 2015); Limites e possibilidades sobre o uso do vídeo documentário científico no ensino de Física (CRUZ, 2013); Uso e Produção de vídeos nas aulas de História: Limitações e Possibilidades (FRIEDRRICHU, S/D); O uso das Mídias no Ensino de História: os anos finais do ensino fundamental (SERRANO, 2015); Vídeos do *youtube* como recurso didático para o ensino de História (BISPO & BARROS, 2016); A Produção de Vídeo-Documentários Como Recurso Didático Tic Para o Ensino de Geografia e História: Metodologia e Proposta de Trabalho (RUBIO & NAVARRO, 2014); O uso de vídeos como recurso didático pedagógico no PIBID biologia da UFAL no contexto do novo ENEM (AMORIM & MONTENEGRO, 2017); Um olhar nos vídeos documentários Arte na Escola para o estudo da arte contemporânea brasileira (RAPOSO, Yael & FONSECA, S/D); Algumas Reflexões Sobre o Documentário Arqueológico (HISSA, 2015); e Filmar, dialogar e editar (GRADELLA, 2011).

O vídeo-documentário, como instrumento de mediação, foi e ainda é pontencializado, cujas atribuições de sentidos renovam as asserções sobre o mundo social. Neste sentido, por configurar sua realidade significada em imagens em movimento, corrobora para afirmar a assertiva na qual o universo virtual tem ocupado lugar de destaque na formação das pessoas, pela sua naturalização e habitualidade cotidiana. Ligados aos espaços de difusão de significados virtuais e interligados ao mundo imagético (fotografias, selfies, vídeos, cinema, vídeo-documentário, dentre outros) se apresentam como “palavra de ordem” que potencializa as ações e práticas das pessoas socialmente. No campo educacional, assume as seguintes implicações:

Transformar o aluno em sujeito da produção de um material audiovisual significa pensar, segundo Freire, no compromisso do educador de que “não há docência sem discência”, que “ensinar não é transferir conhecimentos” e que “ensinar é uma

especificidade humana”: assim poderá prepará-lo qualitativamente para refletir e agir reflexivamente sobre seus saberes, sua formação profissional e seu papel de cidadão (PAZIANI & NETO, 2015, p. 11).

Mediante ao exposto, destacamos a importância das imagens em movimento na medida em que colocam em evidência suportes de linguagens que passaram a oportunizar a elaborações de novas representações. Por sua vez, tem sido comum nas humanidades, o uso do vídeo-documentário, uma vez que o modo como lida com a realidade social o diferencia de outras. Destacamos, especialmente, sua aproximação com questões relativas às operações investigativas nas/das humanidades.

O VÍDEO-DOCUMENTÁRIO COMO FONTE

Às margens de, marginalizado, seria o lugar que a produção de vídeo-documentário⁴¹ ocupava na cena cinematográfica, até passar a ser reconhecido como uma possibilidade estilística que abriu novos horizontes no tratamento de imagens em movimento, conforme aponta Michael Marie ao prefaciar a obra *Mas Afinal...* O que é mesmo Vídeo Documentário? De autoria de Fernão Ramos:

A hora do documentário finalmente chegou. Gênero marginal que atravessa toda a história do cinema, sempre apareceu como vítima da discriminação ideológica, que favorecia a ficção. Alguns recentes sucessos em salas de cinema e televisão, uma Palma de Ouro, modificaram a imagem do documentário,

41 O fazer e constituir do vídeo-documentário deve ser analisado à luz do processo histórico, daí ser plausível perceber o seu processo de constituição dimensionado temporal e espacialmente. A obra de Fernão Pessoa Ramos é uma referência para não somente para compreendermos às definições de vídeo-documentário historicamente, mas os diversos procedimentos que dimensionam os modos que as deram vida no transformar à realidade social. Cf. MARIE, apud RAMOS, 2008).

antes associada a coisas sérias e tediosas. Colóquios e retrospectivas se multiplicam. Algumas grandes manifestações como o Cinema du réel do Centre Georges Pompidou, ou o É tudo verdade, no Brasil, adquiriam sólida reputação. A teoria do cinema, durante muito tempo fascinada pelo efeito ficção, interessa-se cada vez mais por esse imenso continente, desconhecido no qual, regularmente, descobrimos novas riquezas e sutilezas, mas também sua função social e cidadã. O documentário informa, milita, permite transformar o real (MARIE, apud RAMOS, 2008, p. 11).

Embora consideremos as suas peculiaridades, bem como as do cinema, afirmamos que, no campo da técnica, seus processos de elaboração assumem dimensões semelhantes.⁴² Todavia, se o último se apegava à ficção, o primeiro passa a ser desconsiderado por não ser tão afeito a mesma, já que ainda lida, também, com categorias conceituais como verdade, objetividade e realidade (RAMOS, 2008).

Tais questões conceituais os conduzem à seara histórica, já que se fundamentam numa prática constituída teórica e historicamente, em que a realidade social é trabalhada e significada numa trama documental. Nesse seu fazer investigativo, o documentarista também se traveste de uma intencionalidade orientada por preceitos que definem, em sua grande maioria, as pesquisas que dotam de sentido o universo das humanidades: verdade, objetividade e realidade são presentificados no fazer de ambos.

O estatuto de verdade que dimensiona os plurais campos de saber, em especial dos vídeos-documentaristas, cria querelas ou mesmo celeumas, que produzem inquietações nos espectadores ou leitores, cuja significação de verdade aprisionam o “real” reduzindo-o a uma

42 A ideia da semelhança consiste em considerar que os processos de construção de narrativas ou dos procedimentos adotados têm alguns elementos comuns nos modos tanto o cinematográfico quanto documentarista se vale para elaborar suas proposições com as imagens em movimento.

dimensão estática e como única possibilidade de interpretação, contrariando os argumentos apresentados a seguir:

Um documentário precisar mostrar a realidade? Mas de qual realidade estamos falando, dentro do leque de interpretações possíveis que o mundo oferece para mim, espectador? Um documentário deve ser objetivo? Mas o conceito de objetividade revela-se ainda mais frágil que o de realidade. Se entendermos por objetividade clareza na exposição das asserções, centraremos nossa definição de documentário em uma questão estilística: de que modo expor com a máxima clareza nossa interpretação sobre o que enunciamos? A resposta será múltipla, não incidindo sobre a formação do campo. Um documentário pode ser objetivo ou pouco claro, e continuar a ser documentário. Um documentário pode certamente mostrar algo que não é real e continuar a ser documentário. Não é difícil imaginarmos um documentário sobre mula-sem-cabeça. Há dezenas de documentários sobre seres de outros planetas, alguns defendendo sua existência. Não importa se, efetivamente, existem dentro do que definimos como realidade, mulas-sem-cabeças, óvnis ou experiências de transferência de corpo com extraterrestres. Um documentário que enuncie categoricamente a existência de mulas-sem-cabeça pode ser um documentário pouco ético, manipulador, supersticioso, não objetivo, etc., mas não deixa de ser um documentário por isso. Se vincularmos a definição de documentário à qualidade de verdade da asserção que estabelece, estaremos reduzidos à seguinte definição de documentário: narrativa através de imagens-câmera sonoras que estabelece asserções sobre o mundo com as quais concordo. Trata-se certamente de uma definição frágil que oscila dentro da singularidade da crença de cada um (RAMOS, 2008, p. 30).

Essa fluidez confere sentido à transformação da realidade social em novas significações, ao existir como lógica do documentarista, lócus de reflexões que o pluralizam por contradições e conflitos, demarcando disputas por lugares na cena política, assim como dos demais campos do saberes, e os aproximando por lidarem com questões que são peculiares às suas práticas, pois, de acordo com Boschi:

O estudo do humano não é exclusividade ou privilégio da História. Vários campos do conhecimento, como a Filosofia, a Psicologia e a Religião, entre outros, na área das Ciências Humanas e Sociais, se dedicam a explicá-lo, cada um a seu modo. A História nos oferece um tipo de reflexão que se distingue dos outros, ao privilegiar a dimensão temporal da existência humana (BOSCHI, 2007, p. 14).

As ponderações do autor nos remetem às reflexões de Michel de Certeau, que nos convida a pensar a relação do conhecimento com os processos que produzem significações do mundo social, dimensionados pelas peculiaridades dos seus respectivos lugares de falas. Conforme o referido autor:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2006. p.66).

Plurais procedimentos metodológicos nas humanidades dotam de sentidos as experiências dos homens/mulheres, relacionando-os a temporalidades e espacialidades, com vista a mensurar a intencionalidade de suas ações em sociedade. Por sua vez, a partir das reflexões do autor, apreende-se que é necessário considerar as operações/procedimentos teóricos e metodológicos que constroem asserções sobre a realidade social. Assim, deve-se se atentar ao “lugar de fala” que orienta a produção do conhecimento, fundamentado em procedimentos de pesquisas que conduzem à elaboração de uma narrativa textual ou imagética, produto em que se materializa o resultado de todo o processo investigativo. Por sua vez, afirmamos que os lugares que orientam e definem os lócus de elaboração do saber se delineiam pelo flexionar de tempos e espaços ao longo do processo histórico.

Faz-se necessário considerar que o telespectador não tenha dimensão das implicações dos elementos que fundamentam a produção de representações sobre o mundo social, mas pela naturalização de cada campo do saber, os definem como construtores de verdade, ou ficção. Os telespectadores, por não terem a compreensão da funcionalidade da constituição dos espaços e dos processos que definem a formação profissional das pessoas no âmbito das humanidades em sua estreita relação como seu objeto de análise, ficam à mercê da intencionalidade dos referidos profissionais. A produção de documentários, pelos profissionais das humanidades, cria condições para a interlocução com os lugares de formação conferidores de sentidos à sua práxis. Socialmente, são denominados ou conhecidos no âmbito da sociedade como correntes de pensamentos que qualificam o seu ofício.

Apreende-se que os procedimentos teóricos-metodológico pressupõem um lugar que orienta a produção do conhecimento, procedimentos de pesquisas e a elaboração de uma narrativa impressa ou imagéticas, produto que se materializam como expressivos de todo o processo investigativo.

Impulsiona a narrativa, dada a ler como resultante do processo investigativo em formato de livros, textos e películas documentarias, deriva da problemática (ponto de partida), que dimensiona a busca, a seleção, a interlocução com os pressupostos teóricos, a análise e a materialização em narrativa como produto final. Por sua vez, os elementos presentes na mesma deverão explicitar o caminho que elucidam quais proposições deram sentido à construção da referida trama, de modo a nos conduzir à problemática inicial.

Embora sejam atribuídas nomenclatura diferentes, é possível afirmar que as áreas de construção do saber, assim como dos profissionais do vídeo-documentário, se estabelecem orientadas por suas respectivas correntes de pensamento, conforme podemos perceber pelo argumentação abaixo:

Existem documentários com os quais concordamos, documentários dos quais discordamos, documentários que aplaudimos e documentários que abominamos. Um documentário pode ou não mostrar a verdade (se é que ela existe) sobre um fato histórico. Podemos criticar um documentário pela manipulação que faz das asserções que sua voz (over ou dialógica) estabelecer sobre o mundo histórico, mas isso não lhe retira o caráter de documentário. O fato de documentário poderem estabelecer asserções falsas como verdadeiras (o fato de poderem mentir) também não deve nos levar a negar a existência de documentários. A definição do campo documentário passa ao largo da existência de narrativas documentárias que arditosamente se revelam ficções, e ao largo de narrativas documentárias que possuem asserções não verdadeiras. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a conceitos como realidade ou objetividade (RAMOS, 2008. p.29-30).

Tais questões, presentes na seara da produção de vídeo-documentário, são implicações peculiares também ao âmbito das humanidades, de modo que os lugares de falas orientam o agir das pessoas que a eles se vinculam. Valem-se da interdisciplinaridade, interlocuções que dinamizam táticas em suas formas de se apropriarem dos vídeos-documentários ou até mesmo de se lançarem à produção dos mesmos, estabelecendo o diálogo a partir dos seus respectivos lugares de formação. Deslocam os vídeos-documentários para os seus campos de atuação, significando-os conforme os preceitos metodológicos e os aportes teóricos com os quais operam, bem como o processo de construção de suas proposições em vídeos documentários partem dos mesmos procedimentos.

São desafiadores os procedimentos com que especialistas lidam, ao objetivar construir vídeos documentários com conteúdos de suas áreas, na medida em que faz-se necessário buscar equilibrar os processos de construção de conhecimento de suas respectivas áreas com as demandas necessárias exigidas aos videodocumentaristas. Isto é, o uso de instrumentos não tangentes à sua formação que exige a compreensão adequada, para evitar equívocos na construção

de novas significações, evitando banalizar o campo intelectual que se acredita alheio.

O diálogo reclama respeito e ética como princípios orientadores dessas interlocuções, de modo a configurar os limites produtores de aproximações e distanciamentos necessário a tatear o estudo e as significações da complexidade exigida para problematização do ser humano, visando compreendê-lo em sua integralidade e não fragmentação. Por sua vez, tais reflexões nos conduzem ao âmbito que é peculiar a ambos, já que lidar com os conceitos de verdade, objetividade e realidade é instaurada pela ética que os instituem.

Assim como a produção das humanidades se vincula à questão da verdade socialmente reclamada, os vídeos-documentários, embora readequem seus processos de elaboração de narrativas, inovando-as, ainda carregam consigo esse olhar social que o percebe no seu fazer. Desta forma, ao lidar com a verdade enquadra na condição de narrativa que se prendem a uma verdade dada a ler como expressiva da possibilidade de apresentar a realidade analisada tal e qual.

A noção de verdade, no âmbito social/sociedade civil, ainda é um problema, pois a mesma é compreendida, nos ambientes acadêmicos ou fora dos mesmos, que lida com a produção de conhecimento como interpretações, construções que objetiva reflexões da realidade social, de modo a ampliar a possibilidades de novos olhares que enuncia um acontecimento, destituindo-o de uma única interpretação para o seu caráter plural.

Apesar dos avanços em relação ao processo que orienta ao repensar da produção do saber, ainda é plausível apontar o modo fragmentário que cada área do conhecimento opera as práticas sociais dando significações instituidoras de representações que orientam atos na sociedade. Conduzem-nas aos usos e abusos ao tratar os conceitos como ficção, realidade, objetividade e realidade,

já que isoladamente é impossível pensar o ser humano em sua integralidade. Ressaltamos que, em relação ao cinema e o vídeo-documentário, pela liberdade de criação, também se fazem orientados por tais requisitos, de modo que a narrativa dada a ler visa alcançar o telespectador. Assim sendo, cabe considerarmos que as intencionalidades definem os modos que serão manifestados em suas narrativas fílmicas, históricas, dentre outras.

Os processos de apropriações e deslocamentos, conferidores de novas significações à realidade social dada a ler possam ser lido como entretenimento, provocação, reflexão e análise, pois que depende do telespectador ou leitor considerar suas dimensões conceituais ou ignorá-los, haja vista que:

A teoria do cinema, durante muito tempo fascinada pelo efeito ficção, interessa-se cada vez mais por esse imenso continente desconhecido no qual, regularmente, descobrimos novas riquezas e sutilezas, mas também sua função social e cidadã. O documentário informa, milita, permite transformar o real (MARIE, apud RAMOS, 2008. p.11).

Como vimos, várias apropriações conferem sentido à existência do vídeo-documentário, cuja utilização é visibilizada em diferentes áreas da humanidade. Seus usos são palatáveis para discutir questões científicas, políticas e culturais.

No que diz respeito ao âmbito educacional compõem o conjunto de linguagens que configuram o fazer dos profissionais no âmbito de suas práticas nas salas de aula, de modo a conferir sentido ao novo processo educacional como instrumento didático pedagógico na construção dialógica de significação, cuja finalidade permite tanto o ser professor quanto a formação dos discentes.

A interlocução entre o conceito de documentário e as humanidades é essencial para a elaboração de asserções sobre o mundo, num movimento que as produções de sentido são flexionadas tem-

poralmente, de modo a permitir interpretações do real. Além disso, os seus processos de apropriações, deslocamentos e significações lidam com os campos real/ficcional, ora dicotomizando, ora os fazendo relacionais. Ressaltamos que a especificidade desse campo autoriza perceber lugares de falas (CERTEAU, 2006. p.66) e problemáticas que o orientam os processos investigativos.

Os processos que o orientam tal como os profissionais das humanidades se fazem em um fluído diálogo com os aportes teóricos que os constituem e reconstituem ao longo do tempo. Desse modo, existe uma literatura (referências bibliográficas) produzida historicamente que nos ajuda a compreender as especificidades de cada qual e ainda conferir sentido à história do Vídeo-Documentário, História da Educação, A História da História/Historiografia.

As disciplinas, na área de humanas e dos vídeos-documentários, devem ser analisadas numa perspectiva histórica, em que o contexto ético elucida diferentes modos de conceber significados às suas representações sociais, tornam visíveis os usos dos instrumentais/feramentas que qualificam o fazer de cada área em específico.

Portanto, faz-se necessário flexionar qualquer interpretação conceitual condicionando a análise ao conjugar os múltiplos tempos e espaços que pluralizam variações de significados construídos historicamente. Essa construção baliza-se no seu fazer e refazer temporal, ao relacionar tempos e espaços como expressivos das práticas suscitadas pelas questões do tempo presente, em que tanto os profissionais das humanidades quanto os produtores de vídeo-documentários foram e ainda são desafiados a construir narrativas.

Nesse sentido, seus processos de conceberem novos sentidos à realidade se fazem articulando teoria e prática, como princípios orientadores do movimento investigativo à elaboração da narrativa.

O vídeo-documentário é uma arte que se estabelece no fluído diálogo com outras âmbito do conhecimento, em cujo desenvolvimen- to tem-se a necessidade de aprender como outras áreas lidam com o campo conceitual. De modo semelhante, os profissionais das huma- nidades também devem aprender com os estudiosos do cinema ou cineastas não somente como conduzir o espectador/leitor pelas mãos, mas como significar a prática humana, ao construir suas narrativas fílmicas por um toque de leveza.

As práticas humanas são um elemento que fundamentam a existência e a razão de ser das diversas áreas de produção do saber. Contudo, situando-as historicamente, é perceptível que, no Brasil, lidas à luz das plurais escolas que a construção do conhecimento científi- co ocorre a fragmentação de interpretações, já que os elementos que fundamentam a existência das escolas instituem preceitos que limitam a percepção da grandeza humana em sua integralidade. Todavia, o diálogo entre as referidas áreas do conhecimento deveria ser fluído, já que a complexidade do ser humano em sua análise reclama ser lido em sua integralidade.

Nas humanidades, em especial na História, a questão tempo- ral e espacial é um elemento central para a significação da realidade social, buscando-se evitar o anacronismo ao produzir um dado efei- to de verdade. Daí podemos dizer que o tratamento com relação à questão conceitual é um elemento que distancia os profissionais das humanidades e os do vídeo-documentário, haja vista que “ A falta de conceitos específicos provocou dificuldades no desenvolvimento de ferramentas analíticas, comprometendo o horizonte da produção não ficcional” (RAMOS, 2008, p.21).

Se é possível conferir sentido aos distanciamentos entre esses referidos campos dos saberes, torna-se mais palatável perceber como os aproximam no trato com as questões humanas em seus modos peculiares de conferir beleza ao significar o mundo social. Destacamos

que a natureza da problemática é expressiva do lugar de fala de quem propõem a construir um dado processo investigativo.

A problemática é o elemento central que conduz tanto ao processo investigativo dos profissionais das humanas como o dos vídeos-documentaristas, com vista a dar vida às realidades por eles investigadas, de modo a conferir significações às práticas humanas. Pela ótica dos vídeos-documentaristas, o processo de constituição do vídeo-documentário se inicia orientado pelos seguintes princípios:

Em geral, a narrativa documentária chega já classificada ao espectador, seguindo a intenção do autor. Não costuma fazer parte de nosso prazer espectral ir ao cinema para tentar descobrir se uma narrativa é ficção ou documentário. Ao entrarmos no cinema, na locadora ou quando sintonizamos o canal a cabo, sabemos de antemão se o que vemos é uma ficção ou um documentário. A intenção documentária do autor/cineasta, ou da produção do filme, é indexada documentária do autor/cineasta, ou da produção do filme, é indexada através de mecanismos sociais diversos, direcionando a recepção. Em termos tautológicos, poderíamos dizer que o documentário pode ser definido pela intenção de seu autor em fazer documentário, na medida em que essa intenção cabe em nosso entendimento do que ela se propõe. Ao recebermos a narrativa como documentária, estamos supondo que assistimos a uma narrativa que estabelece asserções, postulados, sobre o mundo, dentro de um contexto completamente distinto daquele no qual interpretamos os enunciados de uma narrativa ficcional (RAMOS, 2008. p.27).

E ainda soma-se a ele a sua forte ligação ao mercado, a qual se apresenta conferindo sentido ao seu distanciamento em relação às outras áreas no que tange ao seu acabamento ou processo de lapidação. Isto é, em sua grande maioria, os vídeo-documentários são produzidos para serem difundidos socialmente. Daí, para além da produção da narrativa, agrega-se o caráter de circulação, o qual exige o acabamento por completo, já que o mesmo é feito considerando o seu caráter receptivo por parte do telespectador. Diferentemente, as produções no

âmbito das humanidades não necessariamente cumprem esse papel de entrar no circuito comercial e que sua circulação seja fluída, daí sua finalização é uma narrativa que seja capaz de responder a problemática que essa deu vida. Desse modo, o diálogo com o mercado é tímido, na medida em que, pela natureza de sua elaboração, não visa o mesmo, embora possa ser aceito também pela questão comercial.

A absorção pelo mercado reclama transformação da narrativa produzida, uma vez que a linguagem que confere sentido à trama não é voltada para o grande público, sendo configurada por preceitos acadêmicos que situam-se no âmbito da cientificidade. Assim, reafirmamos os apontamentos de Roger Chartier de que os intelectuais produzem textos, mas não obra, haja vista que a obra é construída numa articulação com a indústria cultural, já que:

Perito por excelência das técnicas de erudição das técnicas da “nova bibliografia”, ensinou-nos a superar-lhe os limites, mostrando-nos que o sentido de qualquer texto, seja ele conforme aos cânones ou sem qualidades, depende das formas que o oferecem à leitura, dos dispositivos próprios da materialidade do escrito. Assim, por exemplo, no caso dos objetos impressos, o formato do livro, a construção da página, a divisão do texto, a presença ou ausência de imagens, as convenções tipográficas e a pontuação. Ao assentar a “sociologia dos textos” no estudo de suas formas materiais, Don Mckeinze não se afastava das significações intelectuais ou estéticas das obras. Pelo contrário. E é na perspectiva por ele aberta que situarei um ensino que se propõe a nunca separar a compreensão histórica dos escritos da descrição morfológica dos objetos que os trazem (ROGER, 2010, p. 6-7).

Tais processos investigativos se concebem a partir do levantamento bibliográfico do tema a ser tratado nos dois âmbitos, daí considerar que os vídeos-documentaristas buscam respaldo numa dimensão histórica.

No segundo momento, ocorre a busca por pensar quais são os documentos necessário que darão suporte à construção de suas narrativas. Daí decorre o processo de mapeamento de espaços, escolhas de pessoas e instituições a serem investigados, de modo a reunir o material a ser utilizado como suporte da problemática que orienta o processo de construção da narrativa documentária ou dos profissionais das humanas.

Contudo, devemos ressaltar que as ações dos profissionais das humanas se delimitam por pesquisas com pessoas, instituições, já que os rastros neles presentificados podem ser compreendidos do seguinte modo:

[...] Mas precisamente o historiador fica a meio caminho da definição inicial do vestígio e de sua extensão a uma coisa. São os homens do passado que deixaram sinais; mas são também os produtos de suas atividades, suas obras, portanto, coisas que Heidegger diria dadas e maneáveis (ferramentas, moradas, templos, sepulturas, escritos) que deixaram uma marca. (...) O vestígio indica aqui, ou seja, no espaço, e agora, ou seja, no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a pesquisa, a investigação. Ora, a história é tudo isso. Dizer que ela é um conhecimento por vestígios é recorrer, em última instância, à significância de um passado terminado que, no entanto, continua preservado em seus sinais (RICOEUR, 2007. p. 204).

Os profissionais vídeo-documentaristas, para além do processo investigativo na busca e produção de vestígios para construção da narrativa documentária, precisam preocupar-se com outras questões, já que o processo de construção de sua trama em imagens em movimento reivindica o diálogo ou a interdisciplinaridade pela complexidade da produção do que se denomina de vídeo-documentário. Isto é, dependendo da problemática a ser tratada no vídeo-documentário apresentada como produto final originado da mesma, faz-se necessária a corroboração/ contratação de outros profissionais, pois precisa utilizar de novas linguagens que fogem à alçada do diretor do referido processo.

É neste sentido que fazem parcerias com profissionais do cinema, do teatro, da música, das áreas de comunicação, da letras, jornalismo, tendo vista que, na construção do vídeo-documentário, agregam-se plurais linguagens com vista a dar conta da integralidade humana.

Em relação às humanidades, podemos sublinhar o processo de interdisciplinaridade como elemento presente na construção das narrativas pelos seus profissionais. Contudo, ressaltamos que a escolha e a construção da narrativa se faz prioritariamente de modo isolado, haja vista que a construção da narrativa fica a cargo apenas do pesquisador ou de seu grupo.

No terceiro momento, podemos problematizar o processo de análise das fontes, por meio da seleção de documentos e referências bibliográficas utilizadas para a produção da narrativa cujo tecido pretenda o efeito de verdade, fundamenta-se na problemática que orientou todo o processo investigativo. Contudo, ressaltamos a finalidade tanto da produção científica nas humanidades e dos vídeos documentaristas. O primeiro limita-se à produção de textos, livros ou artigos, em sua maioria, produzidos para os seus respectivos pares, de modo que sua produção visa elaborar apenas narrativas, deixando o processo formal e gráfico para os profissionais das editoras atuantes na indústria cultural. O segundo tem como intencionalidade finalizar o produto e disponibilizá-lo para o grande público ou aos telespectadores que são o público alvo.

Neste sentido, sua elaboração exige que o diretor participe de todo o processo que vai da elaboração do argumento do vídeo-documentário, passando pelo roteiro, seleção, estruturação da narrativa ao acompanhamento da edição, a qual, a meu ver, consiste num lócus de lapidação e refinamento da narrativa fílmica, com a finalidade de que o produto final seja inteligível e legível.

Todavia, dado às especificidades de cada espaço de construção de asserções sobre o mundo social, afirmamos que existe algo seme-

lhante entre os profissionais das humanidades e os videodocumentaristas, na medida em que, ao lidar com a dimensão humana, os conceitos de verdade, objetividade e ética os conduzem às searas diversas que conferem também sentido a vida social, com vistas a apreender os modos e processos que os mesmos significam à realidade.

Assim sendo, torna-se perceptível a presença de um vocabulário comum, presente no campo investigativo de cada qual, inclusive os seus procedimentos teóricos metodológicos os aproximam pela âmbito da cientificidade, haja vista que se valem das categorias conceituais como problemática, documentos/fontes, referências bibliográficas, narrativas, experimento, seleção de material, dentre outros; os quais, pelos usos realizados pelos profissionais das humanidades e os vídeos-documentaristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento humano foi e ainda continua sendo um desafio para aqueles que, alçados aos seus lugares de falas, se aventuram na produção de conhecimentos sobre a realidade social. Tal desafio é peculiar tanto aos profissionais das humanidades, assim como aos videodocumentaristas, já que visam significar o mundo social para produzir e qualificar as experiências dos homens no fazer temporal e espacial.

Nesta lógica, as investidas nesses procedimentos teóricos e metodológicos que particularizam os sentidos produzem e, ao mesmo tempo, expressam suas intervenções políticas. Por sua vez, apoiados por suas credenciais (lugares de falas), produzem suas asserções em relação ao mundo social, de modo a perceberem os limites que são impostos por seus lócus que definem os modos e as produções de sentidos e assim se lançam nas seara alheias, com o

intuito de realizarem interlocuções, uma vez que objetivam analisar os homens em sua integralidade.

Torna-se comum os deslocamentos para outros campos de saberes, de modo que o diálogo, pela interdisciplinaridade, os conduzem a aproximações e distanciamentos. Isto é, lidando com o mesmo objeto de análise (o ser humano), algumas proposições metodológicas e conceituais os aproximam, embora os lugares de formação os distanciem, na medida em que asseguram as individualidades que preconizam cada profissão.

O deslocamento assume efeito não apenas pelo processo de apropriação do campo conceitual do outro para o seu campo de atuação, mas pelo movimento em que, em dada medida, há uma apreensão da realidade, o que estabelece o diálogo e conduz à transformação do olhar e, de algum modo, permite perceber que os procedimentos teóricos metodológicos são semelhantes.

É possível afirmarmos que os percursos investigativos dos profissionais das humanidades e dos videodocumentaristas os fazem próximos pela organização estrutural dos seus procedimentos teóricos metodológicos, consubstanciados em problemáticas, fontes/documentos, referenciais e narrativas, e os distanciam pela peculiaridades de suas formações, já que cada qual constrói conhecimentos, a partir dos princípios de sua formação.

Considerando suas aproximações e distanciamentos, ressaltamos que os diálogos e as interlocuções os levam a terem a percepção de que cada profissional porta, de algum modo, elementos da seara alheia.

REFERÊNCIAS:

AMORIM, Douglas Carvalho de; ROSA, Giana Raquel & MONTENEGRO, Sineide Correa da Silva. O uso de vídeos como recurso didático pedagógico no PIBID biologia da UFAL no contexto do novo ENEM. **Revista Eletrônica de Educação de Alagoas REDUC**. Vol. 3. Nº 1, Abril de 2017, p.01-13. Disponível em: http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/147-4-edicao/538-o-uso-de-ideos-como-recurso-didatico-pedagogico-no-pibid-biologia-da-ufal-no-contexto-do-novo-enem?option=com_jdownloads Acesso em: 15 jan. 2018.

BISPO, Luana Maria Cavalcanti & BARROS, Kelly Cristiane. Vídeos no Youtube como Recurso Didático para o Ensino de História. **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau – vol. 11, n.3., p.856-868 set/dez. 2016.

BOSCHI, Caio César. **Por Que Estudar História?**. São Paulo: Ática, 2007.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CRUZ, Andreus Bastos. Limites e possibilidades sobre o uso do vídeo documental científico no ensino de Física. *In: Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC*. Águas de Lindóia. São Paulo- 10 a 14 de novembro de 2013.

FRIEDRRICHU, Iara Inês Hickmann. **Uso e Produção de vídeos nas aulas de História: Limitações e Possibilidades**. S/D. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2391-8.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GRADELLA, Pedro. Filmar, Dialogar e Editar. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v5, n.2, p.13-26, Jun. 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/17354/2/3.pdf> Acesso em: 28 dez. 2017.

HISSA, Sarah de Barros Viana. Algumas Reflexões sobre Documentário Arqueológico. **Revista de Arqueologia Pública**. Campinas/SP. v.9, nº 3/ Dez/2015.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro & NETO, Humberto Perineto. **Cinema, Formação de Docente e Práticas Educativas**: produção de curtas metragens nos ensinos de História e Geografia, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17129102-Formacao-docente-entre-praticas-educativas-e-linguagens-audiovisuais.html>. Acesso em: 25 maio 2018.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas Afinal...** O que é mesmo documentário?. São Paulo: Editora Senac, 2008.

RAPOSO, Yael; FONSECA, Maria da Penha. **Um olhar nos Vídeos Documentários Arte na Escola para o Estudo da Arte Contemporânea Brasileira.** Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade Novo Milênio/Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica. S/D. Disponível em: [http://artenaescola.org.br/uploads/arquivos/Um_olhUm olhar nos vídeos documentários Arte na Escola para o estudo da arte contemporânea brasileiraar_nos_videos_documentarios_Arte_na_Escola.pdf](http://artenaescola.org.br/uploads/arquivos/Um_olhUm%20olhar%20nos%20vídeos%20documentários%20Arte%20na%20Escola.pdf) Acesso em: 12 jan. 2018.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Campinas: Ed. Da Unicamp, 2007.

ROGER, Chartier. "Escutar os Mortos com os Olhos". **Estudos Avançados**, São Paulo, nº 24, V. 69, 2010. p.06-07. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a02.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RUBIO, Juan Carlos Colomer & NAVARRO, Yan. A Produção de Vídeo-Documentários como Recurso Didático Tic Para o Ensino de Geografia e História: Metodologia e Proposta de Trabalho. **Giramundo**, Rio de Janeiro. v.1. n.2, p.31-38, jul./dez.2014.

SERRANO, Kátia Estigarríbia. **O Uso das Mídias no Ensino de História para os Anos Finais de Ensino Fundamental.** 2015. 45 fl. TCC (Especialização em Mídias na Educação) – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

12

Julierme Morais

***O QUE É ISSO COMPANHEIRO?
(1997) & ARAGUAIA:
A CONSPIRAÇÃO
DO SILÊNCIO (2004):
práticas, representações
e memórias divergentes***

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.94838.12](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94838.12)

INTRODUÇÃO⁴³

Há quase meio século o cinema adentrou à seara de preocupações dos historiadores de ofício, sendo uns dos personagens principais no ato em que a *Nouvelle Histoire* invade a cena da trama dos estudos históricos franceses – e brasileiros, haja vista a influência francesa entre nossos pesquisadores –, debatendo *novos objetos*, *novos problemas* e *novas abordagens* a serem incorporados ao *métier* dos historiadores⁴⁴. Na gênese desse processo, a Sétima Arte foi observada no interior dos campos da História das Mentalidades e História do Imaginário⁴⁵ de maneira eficaz, sobretudo minimizando a desconfiança e descrédito anteriores e conquistando notoriedade como objeto privilegiado de problematização⁴⁶. Passado algum tempo desse movimento historiográfico de aproximação, já no interior da chamada *Nova História Cultural*⁴⁷, o cinema continua a ser encarado como objeto, porém acompanhado da tese segundo a qual também faz parte de um complexo de *práticas* socioculturais e, constituindo-se em veículo produtor de significações históricas localizadas e muito bem elaboradas; isto é, *representações*.

No debate acerca do conceito de *representação* é problemático encontrar algum consenso⁴⁸, porém acreditamos que o historiador francês Roger Chartier (1990; 1991) abre caminhos prolíficos para

43 Este texto é uma versão modificada de artigo publicado na *Revista de História da UEG*, vol. 4, nº. 1, Jan./Jul. de 2015.

44 No que tange à *Nouvelle Histoire*, cf. (LE GOFF & NORA, 1976a, 1976b, 1976c).

45 Acerca da História das mentalidades, cf. (ARIÈS, 1990, p. 154-176; DARNTON, 1990, p. 225-255). Já no que atine ao campo da História do Imaginário, cf. (LE GOFF, 1980; DURAND, 1989).

46 Para uma abordagem introdutória acerca de alguns teóricos e historiadores que pesquisaram o cinema após 1970, cf. (MORAIS, 2014, p. 71-90; RAMOS, 2001, p. 7-26).

47 No intuito de entender mais profundamente a Nova História Cultural, cf. (CHARTIER, 1990; DARNTON, 1986; HUNT, 1992; PESAVENTO, 2005).

48 Somente para mencionar três autores importantes, Cf. (GINZBURG, 2001, p. 85-103; RICOEUR, 2007, 193-245; VAINFAS, 127-162).

uma abordagem das imagens cinematográficas e todo o complexo inerente à produção, distribuição e exibição de filmes, especialmente quando vislumbramos problematizar as *representações* de um processo histórico ausente projetadas por objetos fílmicos num determinado presente. Segundo Chartier (1990), as *representações* devem ser entendidas no interior das pesquisas filiadas aos estudos da História Cultural como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (p.17). Entendendo que o mundo é construído culturalmente na forma de *representações*, cuja materialização se dá nos elementos culturais – materiais e simbólicas – e nas *práticas* socioculturais, Chartier (1991) considera primordialmente a tentativa dos indivíduos ou grupos em compreender o universo sociocultural por meio da elaboração de esquemas intelectuais e suas respectivas práticas, que lhe atribuem sentido num campo aberto às mais variadas disputas simbólicas.

Conforme explicita Sandra Jatahy Pesavento (2005), as representações construídas sobre o mundo se colocam no lugar deste mundo e, ao mesmo tempo, possuem o poder de fazer com que os homens percebam sua realidade e pautem sua existência. Portanto, constituem-se em matrizes geradoras de condutas e práticas, dotadas de força integradora, coercitiva e explicativa do real. Nesse sentido, cada sociedade é detentora de um conjunto de *práticas* socioculturais que referendam a maneira pela qual diferentes sujeitos se relacionam entre si, de modo que devem ser consideradas expressões diretas das *representações*, que, por sua vez, formulam uma “[...] realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas” (p. 39).

À luz do exposto, reiteramos o assinalado em outra ocasião (MORAIS, 2014, p. 84) em concordância com Sheila Schwarzman (2007): o conceito de representação, tal como propõe Chartier, “[...] dá ao cinema e a toda a atividade social a ele ligada, assim como a sua projeção,

seja na concretude da economia, seja na imaginação, um papel fundamental como forma de conhecimento” (p. 34-35). Do mesmo modo, também seguimos na mesma linha interpretativa de José D’Assunção Barros (2005), quando o mesmo ressalta que, por meio da investigação das *práticas e representações*, é possível examinar os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e a difusão cultural, os sistemas que dão suporte a tais processos e sujeitos, bem como as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura (p. 11).

Em face desses pressupostos teóricos, pretendemos refletir sobre *O que é isso Companheiro?* (1997, Bruno Barreto) e *Araguaya: a conspiração do silêncio* (2004, Ronaldo Duque), partindo da hipótese segundo a qual os mesmos constituem-se em *representações fílmicas* – o que bate na tela e seu conjunto de signos imagéticos, sonoros, enfim, artísticos – que procuraram atribuir significados à Ditadura militar brasileira (1964-1985) e, ao mesmo tempo em *práticas* de quem as produziu – cineastas, roteiristas, produtores, atores, equipe técnica, etc. –, formulando um conjunto de significados e significantes produtores de *memórias* (POLACK, 1989, p. 3-15) atinentes à alguns elementos do processo histórico em evidência. Para tanto, procuramos tecer notas reflexivas acerca dos filmes em voga, tendo em vista suas características inerentes, isto é, problematizando suas historicidades, que são ligadas às *representações* que projetam e às *práticas* pelas quais se constituem.

O QUE É ISSO COMPANHEIRO?⁴⁹

Bruno Barreto, se propondo à *representação fílmica* do tumultuado mês de setembro de 1969, no Rio de Janeiro, período de vigência do *Ato Institucional nº 5* (AI-5), lança na tela o tema da guerrilha urbana brasileira mediante a representação de um grupo de jovens militantes de esquerda do *Movimento Revolucionário 8 de outubro* (MR-8) e da *Ação Nacional Libertadora* (ANL) no processo de sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick (Alan Arkin). Ao tom de um filme de aventura hollywoodiana, a trama de *O que é isso companheiro?* se desenvolve quando dois jovens de classe média, os jornalistas Fernando (Pedro Cardoso) e Cesar (Selton Mello) se engajam na luta armada contra a ditadura militar. No desenrolar dos acontecimentos, César é capturado pelos órgãos de repressão da ditadura, levando Fernando a arquitetar o sequestro do embaixador dos EUA no Brasil no intuito de negociar a soltura de César e outros militantes de esquerda.

No filme em evidência, Bruno Barreto procura ficcionalizar acontecimentos políticos demasiadamente complexos que se passaram nos quatro dias do sequestro. Nesse propósito, o diretor de filmes como *Dona Flor e seus dois maridos* (1976), *Gabriela* (1983) e *Romance da Empregada* (1987), é influenciado e está inserido num processo de globalização em curso no país nos anos

49 O filme dirigido por Bruno Barreto, com roteiro de Fernando Serran numa livre adaptação do livro homônimo de Fernando Gabeira (1988), teve produção de Luiz Carlos Barreto e foi protagonizado por atores globais bastante conhecidos no cenário artístico nacional, tais como Pedro Cardoso (Fernando, pseudônimo Paulo), Fernanda Torres (Andréia, pseudônimo Maria), Cláudia Abreu (Reneé), Matheus Nachtergaele (Jonas), Selton Mello (Cesar) e Luiz Fernando Guimarães (Marcão), bem como o experiente ator norte-americano Alan Arkin (Charles Burke Elbrick). Produzido em função da comemoração dos 30 anos da instauração do *Ato Institucional nº 5* (AI-5) de 13 de dezembro de 1968, o filme contou com um aparato de uma superprodução nacional - orçamento de US\$ 4,5 milhões -, sendo indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 1997, porém arregimentando somente cerca de 270 mil espectadores nas salas de cinema brasileiro.

de 1990, cujo cerne reside na exaustão de um projeto nacional que vislumbrava as atividades políticas, sociais, econômicas e culturais brasileiras salvaguardadas pelo Estado nacional. Octávio Ianni (1999) refletiu sobre isso na virada do século, destacando que, ao passo em que a sociedade civil, a economia nacional e o Estado-nação transformaram-se em províncias do globalismo, o projeto nacional foi posto em causa, pois independentemente de sua verve ideológica, as condições e possibilidades de sua realização tornaram-se mais difíceis e consideradas quase que inexecutáveis (p. 41).

À luz disso, Barreto pauta-se na lógica da harmonização dos conflitos entre guerrilheiros e militares no período da ditadura, enveredando-se na resignificação do livro de Fernando Gabeira (1988), bem como da própria historiografia que versa sobre o processo histórico da Ditadura militar no Brasil. No livro de Gabeira (1988), há uma preocupação fundamental em demonstrar o engajamento político-social dos jovens revolucionários em tom de oposição às arbitrariedades da Ditadura militar, sobretudo mediante um maniqueísmo que coloca os jovens revolucionários no lado positivo da história e, por consequência, os militares no lado negativo. Entretanto, em *O que é isso companheiro?*, Barreto harmoniza o conflito e, ao mesmo tempo, abre mão de uma estratégia de hierarquização de valores, uma vez que o espectador se depara com o que bate na tela e não é impulsionado a se identificar mais facilmente com nenhum dos lados em conflito.

Nesse sentido, tal lógica de harmonização do conflito entre guerrilheiros e militares no período da Ditadura militar brasileira é alicerçada na própria historicidade da produção do filme. No contexto histórico em que Barreto produz sua película, a utopia revolucionária das organizações de esquerda dos anos de 1960, que postulava a derrubada da Ditadura militar e a instauração do socialismo no Brasil, cedeu espaço à harmonização entre as classes e seus respectivos representantes em prol do crescimento econômico e da estabilização econômica.

De um modo geral, como ressalta Márcia de Souza Santos (2011),

Na década de 1990, o “fantasma” do recém findado período ditatorial ainda rondava o país. Se, por um lado, se vivia o clima de euforia pelo processo de redemocratização, por outro, evitava-se mexer em feridas ainda não cicatrizadas. Era o momento de “esquecer o que passou”, de “olhar para frente”, logo, de predominância da política do esquecimento sobre a política do lembrar. Grosso modo, nem militares nem ex-guerrilheiros, mesmo que por diferentes motivos, pareciam desejar remexer nesse passado recente. Além disso, muitos ex-ativistas políticos de oposição ao regime militar estavam, naquele momento, lutando pela consolidação da democracia e, inclusive, ingressando na política institucional. Não se deve esquecer ainda que, além de ex-militantes oposicionistas e até ex-guerrilheiros, os novos governos democráticos abrigavam em seus quadros militares e civis que apoiaram, parcial ou integralmente, o regime ditatorial. Inimigos de outrora, atuavam lado a lado na construção de um novo país. Não seria momento para se aflorarem os ressentimentos, mas para se unirem os esforços (p. 67).

Embebido desses “espírito conciliador”, a *representação* proposta por Barreto recapitula o processo histórico ditatorial guiado pela ideia de inevitabilidade da globalização em curso, ou seja, da vitória do capitalismo sobre o socialismo pretendido nos anos de 1960 e 1970. Sua película, com efeito, inserida na filmografia do chamado *Cinema da Retomada* – em que se destacam filmes como *Carlota Joaquina - Princesa do Brasil* (1995, Carla Camurati), *O Quatrilho* (1995, Fábio Barreto), *Jenipapo* (1996, Monique Gardenberg), *Terra estrangeira* (1995, Walter Salles) e *Central do Brasil* (1998, Walter Salles) –, exemplifica por meio de *práticas* um ponto de vista político, segundo o qual, como bem expressa Alcides Freire Ramos (2007),

[...] ao invés de uma abordagem marcada pela crítica e pela denúncia (traço definidor de nossos melhores filmes dos anos 1960 e 1970), grosso modo, caracterizou-se pelo desejo de afaçar o público com histórias que reafirmaram a existência de um preocupante fenômeno: a passagem de uma *cultura de oposição* para uma *cultura governista*. Frutos de um acordo tácito

entre produtores, diretores, jornalistas e “ideólogos de plantão”, estas obras tentaram retratar o Brasil como um país que, *libertado dos traços culturais que o mantêm preso ao atraso*, poderia integrar-se no concerto das nações do primeiro mundo. A perspectiva “culturalista”, adotada nas películas, acabou por tirar do foco de preocupações aquilo que, até prova em contrário, ainda é um dado fundamental de nossa realidade: os desníveis existentes nas trocas internacionais, bem como as profundas desigualdades de classe que caracterizam a sociedade brasileira. Inconscientemente ou não, estes filmes divulgaram valores conservadores que se coadunavam plenamente com os caminhos seguidos no processo de *globalização* (p. 14).

Já do ponto de vista estético-ideológico, também concordamos com Ramos (2007), pois os cineastas brasileiros (entre eles Bruno Barreto) não tinham o menor constrangimento em expressar aversão a qualquer forma de nacionalismo, sendo seu objetivo finalístico a conquista de um mercado internacional. Portanto, tudo o que se relaciona com a linguagem cinematográfica (iluminação, figurino, interpretação dos atores, cortes, montagem, movimentos de câmera), deveria estar em sintonia com o gosto do público estrangeiro, especialmente norte-americano (p. 3)⁵⁰.

Sob essa perspectiva política e estético-ideológica, o filme de Bruno Barreto trata de temáticas como o treinamento desses jovens “revolucionários”, expresso logo no início da película; o dualismo entre “revolucionários” mais jovens e mais velhos, sendo os primeiros tratados como aventureiros e os segundos como autoritários (muito embora lutem contra um regime também autoritário); as possibilidades de negociação com a repressão militar no período da ditadura, uma vez que alguns militantes presos e torturados são moeda de troca pelo embaixador dos EUA; e, por fim, a diferença residente no desequilíbrio emocional dos militantes de esquerda e o equilíbrio emocional do em-

50 Para um maior aprofundamento dos argumentos de Ramos, Cf. (NORITOMI, 2003).

baixador Charles Burke Elbrick, que, embora em situação desconfortável, permanece sóbrio, isto é, senhor de suas ações.

Nesse procedimento de ficcionalização fílmica de um passado histórico, Barreto promove quadros de verossimilhança histórica, mas, concomitantemente, funde personagens, troca nomes próprios e até mesmo comete erros factuais. Contudo, aquilo que mais des- toa das pesquisas históricas acerca do assunto consiste na maneira pela qual, em sua narrativa fílmica, o cineasta representa eticamente a ações de guerrilheiros e dos órgãos de repressão no interior do acontecimento do sequestro do embaixador dos EUA. Em *O que é isso companheiro?*, o cineasta atribui tratamento às ações dos “revolucionários” como se fossem efetuadas em função de pura rebeldia: iniciativas individuais sem alicerce político preciso. Sheila Schvarzman (2003) chama atenção para isso, pontuando que o espectador é introduzido numa aventura através da qual assiste a um assalto a banco e depois acompanha um sequestro, porém, apesar dos personagens exporem suas esperanças político-ideológicas, suas ações, sobretudo porque não há contexto, permanecem isoladas e sem sentido, fruto de voluntarismo imaturo e radical (p. 176). Desse modo, a *representação fílmica* proposta pela película, fruto do posicionamento político e ideológico de Bruno Barreto, choca-se com a bibliografia canônica sobre o período da Ditadura militar brasileira, tais como *Combate nas trevas* (1987), de Jacob Gorender, e *O fantasma da revolução brasileira* (1993), de Marcelo Ridenti.

Gorender (1987), especialmente nos capítulos intitulados “A violência do opressor” e “A violência do oprimido”, procura esboçar uma ética dos métodos violentos adotados, tanto pelos “revolucionários” quanto pelos órgãos militares de repressão, notadamente tendendo a encontrá-la somente nos primeiros, tomados como sujeitos resistentes e guiados por um projeto político-social mais amplo. Em outros termos, a violência do oprimido é exposta como contragolpe à ações

dos opressores, bem como em consonância com os princípios mais básicos na luta pela democracia e direitos humanos.

Marcelo Ridenti (1993), à luz de inúmeros depoimentos de ex-militantes de esquerda e dados estatísticos, defende a tese segundo a qual a opção dos jovens brasileiros pela luta armada foi conduzida em função de uma atmosfera contraditória: por um lado, politicamente desfavorável, em especial devido às dissidências nas organizações de esquerda e a potencialização da repressão ditatorial; por outro, culturalmente favorável, em especial devido à um processo hegemônico de manifestações culturais contestadoras à ditadura e aderentes à violência do oprimido apontada por Gorender.

Com efeito, resguardadas as devidas nuances, tanto Gorender quanto Ridenti destacam a inserção na luta armada pelos jovens brasileiros dos anos de 1960 e 1970 devido à um projeto de revolução sócio-política, que, malgrado interrompida com o golpe de 31 de março de 1964, permanecia no horizonte de expectativas e foi potencializada, sobretudo em função da institucionalização do aparelho repressivo da Ditadura militar, após 13 de dezembro de 1968, com o AI-5. Por seu turno, se negando a seguir tal vertente interpretativa, Bruno Barreto projeta na tela um tom conciliador típico dos anos de 1990. Nesse passo, conforme Sheila Schvarzman,

[...] as desventuras dos jovens de ontem aparecem como justificativa do conformismo de hoje. A juventude do fim dos anos 60 e sua crença na ação política é que são sequestradas pelo filme e enquadradas numa crença atual, segundo a qual o jovem, conformado pelo consumo, deve ser incapaz de agir sobre a realidade, como haviam feito outros no passado. Desta forma, as desventuras dos jovens de ontem aparecem como justificativas do conformismo de hoje. O torturador é o elemento consciente, dir-se-ia, quase moderado, enquanto os jovens se perdem por incompetência e idealismo (SCHVARZMAN, 2003, p. 177).

ARAGUAYA: A CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO

O filme em evidência consiste no primeiro longa-metragem de Ronaldo Duque. Sua produção cinematográfica, ao contrário da de Bruno Barreto, sem contar com subsídio financeiro para uma super-produção, se eximiu de lançar no corpo artístico atores de renome nacional, fator que possivelmente fechou portas para a sua circulação comercial em larga escala, praticamente restringindo a película à projeções privadas, circuitos alternativos e festivais.

A *representação fílmica* proposta por Duque busca retratar a Guerrilha do Araguaia ocorrida na região Sul do Pará na virada dos anos de 1960 para 1970⁵¹, atribuindo destaque ao conflito que polarizou, no momento mais alto da ideologia da segurança nacional, de um lado, camponeses e militantes do *Partido Comunista do Brasil* (PC do B) e, de outro, as forças armadas da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), especialmente exército e aeronáutica. Em tom de drama histórico e político, o filme de Ronaldo Duque é narrado a partir da ótica do frei dominicano François Le Pagnon, conhecido popularmente como padre Chico (Stephane Brodt), que, chegando à região do Araguaia se depara com camponeses lutando contra a miséria e ambição dos grandes latifundiários e com militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) – Zé Carlos (Danton Mello), Dora (Françoise Forton), Juca (William Ferreira), Geraldo (Rômulo Augusto), Maurício (Cacá Amaral), e Tininha (Fernanda Maiorano) e Osvaldão (Northon Nascimento) – tentando uma revolução com base no foquismo contra a Ditadura militar que havia se instaurado no país.

51 A guerrilha do Araguaia é considerada o único movimento guerrilheiro existente na região Amazônica, banhada pelo Rio Araguaia. Subsidiada economicamente pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), a guerrilha reuniu diversos militantes do partido no fito de fomentar a revolução socialista no Brasil, a partir das teorias descobertas do foquismo. Combatida pelos militares a partir de 1972, a guerrilha foi alvo de diversas operações das Forças Armadas e sucumbiu em finais de 1974. Cf. (MORAIS, 2005).

Desenvolvendo a trama, Ronaldo Duque ficcionaliza os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia informado por uma visão de história que já não se pauta na lógica harmônica dos conflitos, tal como procede Bruno Barreto, mas sim pautando-se na proposta de denúncia social⁵². Notadamente, o partido tomado pelo cineasta é o de denúncia às atrocidades cometidas pelos militares no conflito. Tal característica latente do filme de Ronaldo Duque pode ser explicada, em parte, com base em sua filmografia de curtas-metragens anteriores, em que o cineasta trabalhou temáticas políticas, enveredando-se pelo caminho da proposição de reflexão acerca da opressão dos poderes oficiais⁵³.

Seguindo nesse viés ideológico, por um lado, *Araguaya* torna presente à miséria e o abandono a que estavam submetidos os moradores da região do conflito e, por outro, faz incidir foco na brutalidade e desrespeito pelos direitos humanos com os quais o exército brasileiro praticamente exterminou camponeses e militantes políticos. Nesta medida precisa, a *representação fílmica* veiculada por Duque não se desvencilha de uma hierarquização de valores políticos e ideológicos, pois o espectador, ao ver o que bate na tela, é encaminhado à identificação com os guerrilheiros e sua luta político-ideológica. Isso se torna mais evidente em diversas passagens do filme, tais como nas cenas em *flashback*, sobretudo quando procuram demonstrar a renúncia dos guerrilheiros às suas vidas cotidianas, despedindo-se de suas famílias para ingressar na guerrilha; nos planos e cortes que retratam o lado humanizado e afetivo

52 Tal postura já fica transparente no primeiro plano do filme. Em tela negra, letras brancas trazem os seguintes dizeres: “Em março de 1964, um golpe militar depôs o Presidente da República João Goulart. Implantou-se no país uma feroz ditadura que extinguiu os partidos políticos, fechou os sindicatos e entidades estudantis. O militares impuseram a censura prévia à imprensa e utilizaram a tortura, sistematicamente, contra os presos políticos. Naquele momento, centenas de brasileiros, na maioria jovens, escolheram o caminho da luta armada, já que não havia qualquer possibilidade de ação legal contra o regime do terror”.

53 Entre seus principais trabalhos, destacam-se os premiados documentários *NO* (1988), curta-metragem acerca do plebiscito que pôs fim ao governo do General Augusto Pinochet no Chile, e *Póstuma Kretã* (1980), curta-metragem atinente ao assassinato do Cacique Guarani Ângelo Kretã, ocorrido no sudoeste do Paraná, no episódio de um conflito agrário na Reserva de Mangueirinha no Paraná.

dos jovens guerrilheiros, tanto entre si, quanto com os camponeses locais, inclusive dando assistências socioeconômica – a própria personagem de padre Chico, que age como um assistente social da região, espelha muito bem isso, pois o mesmo adere aos ideais dos guerrilheiros –; nas cenas que expressam os ideais de luta pela liberdade e igualdade social, nas quais os jovens discutem propostas sociais e ações contra a ditadura; e, por fim, na própria ausência do poder público na região, excetuando-se os militares em repressão, pois não são mostrados ao espectador hospitais, escolas e saneamento básico.

Como aponta José D'Assunção Barros, “[...] qualquer obra cinematográfica, seja um documentário ou pura ficção é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da sociedade que o produziu” (BARROS, 2008 p. 53). Assim, a própria historicidade da obra fílmica de Ronaldo Duque também pode deixar mais claras as suas escolhas. A implantação da Ditadura militar brasileira, no contexto histórico de produção do filme, completara seus 40 anos. Nesse sentido, o cineasta se propõe à *representar* um dos acontecimentos mais obscuros do período, em um momento em que existem *práticas* sociais, políticas, econômicas e culturais que autorizam suas intenções artísticas.

No plano político-social, após a ascensão à Presidência da República de Luís Inácio Lula da Silva e, conseqüentemente do *Partido dos Trabalhadores* (PT), o período ditatorial brasileiro soa como um passado traumático que deve ser discutido mais enfaticamente, sobretudo no sentido de responsabilizar os responsáveis por suas atrocidades contra os direitos humanos, especialmente com a abertura dos arquivos da ditadura. Um marco importante nesse sentido consiste no fato de que, em 9 de dezembro de 2004, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou a *Medida Provisória 228* e o *Decreto Presidencial 5.301*, reduzindo o tempo de sigilo de arquivos secretos do governo, bem como instaurando a *Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas*. Em suma, foi dado um passo imenso para a abertura dos arquivos da Ditadura militar brasileira.

No plano cultural, com o distanciamento temporal do período da Ditadura, emergem propostas fílmicas de discussão e debate de memórias anteriormente deixadas de lado – a guerrilha do Araguaia é um exemplo nítido –, sobretudo por aqueles sujeitos que viveram experiências de violência. Nesse caso, *Araguaya* se ancora na denúncia dos crimes, prisões arbitrárias, assassinatos e práticas de tortura cometidos pelos militares brasileiros, incorrendo na mesma linha propositiva de alguns filmes significativos do período, como *Cabra Cega* (2004, Toni Venturi), *Quase dois irmãos* (2005, Lúcia Murat), *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006, Cao Hamburger), *Hércules 56* (2006, Sílvio Da-Rin) e *Batismo de Sangue* (2007, Helvécio Ratton)⁵⁴.

Nesse passo, não há condescendência por parte de Ronaldo Duque com os crimes praticados pelos militares brasileiros no episódio da Guerrilha do Araguaia. Por isso mesmo, sob essa perspectiva político-ideológica, o cineasta procura construir uma *representação* da Guerrilha do Araguaia da forma mais fidedigna possível, de modo que se aproxime de um “efeito de real”⁵⁵. Para tal empresa, o cineasta traz

54 Dado curioso nesse sentido é que *Araguaya* vai na contramão das próprias características hegemônicas do complexo cinematográfico brasileiro dos anos 2000. Após a virada do milênio têm surgido mecanismos diferentes de comercialização cinematográfica — produção mais rápida devido à entrada em cena da câmera digital, exibição centralizada nas mãos das grandes cadeias de Multiplex, divulgação via internet e até mesmo filmes produzidos para o formato —, os investimentos na atividade vêm sendo fruto de remodelação com a criação de leis de incentivo nos âmbitos municipais, estaduais e federal, as empresas produtoras têm-se multiplicado, sobretudo pela migração de agências de publicidade para o ramo das longas-metragens, a *Rede Globo de Televisão* criou uma empresa específica para a produção de filmes — a *Globo filmes* (1998) — e foi criada a *Agência Nacional de Cinema* (ANCINE) (2001). Já no plano estético, ocorre desenfreadamente a incorporação da linguagem televisiva e da publicidade nas produções fílmicas, bem como os padrões técnicos e artísticos tradicionais de matriz hollywoodiana e as temáticas com certo conservadorismo *made in Brazil* constroem um viés que se pode chamar de hegemônico, apesar da diversidade de propostas, cineastas, motes e preocupações cinematográficas. Alcançando expressivo resultado mercadológico, em especial o sucesso de público e certo reconhecimento internacional, devido a um esquema muito bem elaborado entre produção-distribuição-exibição nos *Multiplex*, as produções, reforçam uma tautologia sociocultural que não reconhece fronteiras nacionais, tampouco reelabora uma visão já cristalizada nos filmes simbólicos do período denominado de “Cinema da retomada”.

55 Isso se explica pelo fato de que, no projeto preliminar do filme, a pretensão do cineasta era confeccionar um documentário.

para o centro do debate fatos históricos, relações sociais, marcos e datas consagradas na historiografia oficial; procura dar vida à personagens/sujeitos que efetivamente se inseriram no conflito⁵⁶ e, ao mesmo tempo, lança mão do expediente de inserir no filme depoimentos de ex-militantes, utilizar locações semelhantes à mata fechada do conflito, e lançar na tela imagens de notícias de jornais da época, tratando do acontecimento de maneira cronológica.

Esses recursos estético-artísticos são plasmados na representação proposta por Duque por meio da exploração de temáticas fundamentais atinentes ao processo histórico em voga: o treinamento desses jovens “revolucionários”; o apoio financeiro do Partido Comunista do Brasil (PC do B); as relações conflituosas entre o ideal revolucionário e a intenções individuais; a impossibilidade de negociação com a Ditadura militar, na medida em que os guerrilheiros do Araguaia são praticamente todos mortos; a posição dos freis dominicanos da Igreja Católica em favor dos militantes “revolucionários”; o papel das mulheres no processo da guerrilha, sobretudo tomando por base a militante Alice, que teve um filho e foi retirada do embate pelo militantes; e, por fim, a força repressiva das Forças Armadas, em especial, ao retratar a “Operação limpeza”⁵⁷, demonstrando uma tentativa dos militares em escamotear o massacre ocorrido no sul do Pará.

Na busca por produzir um “efeito de real”, Duque segue a mesma orientação de trabalhos acadêmicos e jornalísticos atinentes à Guerrilha do Araguaia, especialmente pesquisas como as de Taís Morais e Eumano Silva (2005), Romualdo Campos Filho (2003) e Pedro Corrêa

56 Vale destaque para o ex-deputado José Genoíno, que no filme tem o codinome de Geraldo; a guerrilheira Criméia Alice, que é ficcionalizada na personagem Alice; Oswaldo Orlando Costa, estudante de engenharia e militante do PC do B, cujo personagem é Oswaldão; Maurício Grabois, dirigente do PC do B e deputado comunista na década de 1940, cujo personagem é chamado de Velho; André Grabois, desaparecido na guerrilha, que é ficcionalizado no personagem Zé Carlos; e o frei dominicano Aristides Camiui, posteriormente expulso do país, cujo personagem é o padre Chico.

57 Acerca da “Operação limpeza”, cf. (CABRAL, 1993; MORAIS & SILVA, 2005).

Cabral (1993). Todavia, aquilo que mais salta aos olhos do observador consiste no tratamento ético e moral com o qual o cineasta representa os guerrilheiros do Araguaia, cuja essência vai de encontro à proposta de Bruno Barreto em *O que é isso companheiro?*, na medida em que os mesmos são representados enquanto indivíduos conscientes de suas atitudes e embebidos por um ideal político-ideológico consistente. Com outros termos, na *representação* proposta por Ronaldo Duque há um alicerce “romântico-revolucionário” que impulsiona as ações dos militantes aderentes à Guerrilha do Araguaia, portanto, elas se tornam plenamente aceitáveis à quem se depara com o que bate na tela.

Com efeito, ao atribuir esse tipo de tratamento à ação armada do militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região Sul do Pará, o cineasta adere à leitura dessas ações proposta pela bibliografia canônica pertinente à luta armada no Brasil, sobretudo de Jacob Gorender (1987) e Marcelo Ridenti (1993), cujas linhas-mestras postulam um projeto político por traz das ações “revolucionárias” dos jovens, especialmente no que tange à resistência ao aparelho repressivo da Ditadura militar (REIS FILHO, 1997, 40-42). Assim, em consonância com outras pesquisas históricas atinentes ao período, Duque representa pensa o papel dos jovens que ingressaram na luta armada, especialmente na guerrilha do Araguaia, pelo viés proposto por Marcelo Ridenti (1993), segundo o qual àqueles que ficaram sem espaço de atuação institucional (política, sindical e profissional) ou privados de suas atividades por meio das quais ganhavam a vida, isto é, impedidos de existirem como oposição ou manifestar-se, a resistência armada teria sido o último recurso (p. 61).

Em suma, concordamos com Fabiana Guerra (2008):

O cinema, ao tratar de um tema histórico, busca, por meio da narração de um fato, reconstruir o ambiente de uma determinada época, a partir de questões e problemas que são postos pelo momento de produção das imagens. Neste sentido, os realizadores de *Araguaia: a conspiração do silêncio* optaram por dar

visibilidade à temática da luta armada empreendida contra a ditadura militar instaurada em 1964, privilegiando a encenação de alguns aspectos da guerrilha. Assim, ao trazer essa história para o cenário atual, o filme fez com que várias questões aflorassem, já que muitos pontos relacionados àquele episódio ainda não foram devidamente discutidos (p. 114).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Pollack (1989) argumenta que a *memória*, coletiva ou individual, deve ser pensada enquanto um elemento construído historicamente, sendo que, por meio de tal construção, ocorrem processos de seleção do que se pretende ratificar no interior de uma sociedade e de exclusão do que se pretende elidir. Desenvolvendo suas colocações, postula que, mesmo sendo praticamente impossível captar todas as lembranças em objetos de memória confeccionados na atualidade, o filme é o suporte mais adequado para tal empreendimento, na medida em que, ao dirigir-se às capacidades cognitivas e, ao mesmo tempo captar as emoções, possui um papel importante no enquadramento dessa memória (p. 12). Neste sentido, e com base no exposto no decorrer desse texto, percebeu-se que, tanto *O que é isso companheiro* quanto *Araguaya*, numa relação constante de mediação entre presente-passado, constituem-se em produtos socioculturais cujas *práticas e representações* também possuem a capacidade de enquadrar *memórias* divergentes e/ou concorrentes acerca dos percalços das organizações de esquerda das décadas de 1960 e 1970, em seu embate político, ideológico, cultural e até mesmo físico com a Ditadura militar instaurada no país em 1964.

Com efeito, a agenda político-social brasileira sugeriu equivocadamente a Bruno Barreto o investimento numa *representação* conciliadora das forças políticas – organizações de esquerda e militares – em choque nas décadas de 1960 e 1970. Por isso mesmo, com tal *repre-*

sentença pautada na conciliação, *O que é isso Companheiro?* produziu uma *memória* problemática acerca do processo ditatorial brasileiro, que encontrou um campo aberto de disputas no qual ex-combatentes de esquerda, jornalistas, intelectuais e acadêmicos iniciaram uma série de críticas negativas à película⁵⁸. Do mesmo modo, também pôde ser percebido que, nos anos 2000, a conciliação já não foi a pedra de toque político-social, pois a consolidação do regime democrático clamava por *representações* avessas à história (e/ou o esquecimento) oficial, trazendo para o cerne do debate a distribuição de responsabilidades dos crimes cometidos no período da Ditadura militar brasileira, fatores que incentivaram Ronaldo Duque em sua *representação*. Nesse sentido, *Araguaya* produziu uma *memória* acerca do período que aloca os militares (vencedores do processo histórico da Guerrilha do Araguaia) num lugar de derrotados no embate ético e moral realizado *a posteriori*, uma vez que reforçou uma tautologia sociocultural e política com o seu contexto histórico, cujo sentimento salutar consistia na refuta de qualquer que seja o tipo de violência e brutalidade cometida pelos militares nos chamados “anos de chumbo”.

Notoriamente, a concorrência entre memórias⁵⁹ produzidas pelas *representações fílmicas* em voga pode ser explicada devido ao fato de que tais películas afetam nossa maneira de ver o passado em presentes distintos, pois, ainda segundo Pollack (1992),

[A memória] sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa... As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também para a memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada... A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para deter-

58 As principais delas podem ser conferidas na coletânea organizada por Daniel Aarão Reis Filho (1997), cuja produção se deu essencialmente para negar o caráter histórico da película.

59 Em excelente texto, Marcia de Souza Santos (2011) chega a tratar dessa temática pela via de uma disputa de memórias no interior da produção cinematográfica brasileira no tocante aos filmes que procuram retratar do processo histórico da Ditadura militar.

minar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo [...] Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento – mostra que a memória é um fenômeno construído (p. 203).

O que é isso Companheiro? e *Araguaya*, substancialmente influenciados por seus respectivos contextos históricos cuja marca é a descontinuidade, dizem mais de seus respectivos presentes do que propriamente dos acontecimentos pretéritos que procuraram representar, cabendo àqueles interessados em pensá-los como *representações* produtoras de *memórias*, perceberem suas historicidades distintas, sem demérito de suas capacidades estético-artísticas e/ou conteudísticas. Em outras palavras, historicidades e opções estético-políticas devem ser problematizados pela via da complementaridade e não pela exclusão.

Enveredando-nos por esse caminho e à luz de nossos referenciais teórico-metodológicos, na percepção da existência dessas *memórias* divergentes e/ou concorrentes enquadradas pelas *práticas* e *representações* empreendidas em *O que é isso Companheiro?* e *Araguaya*, vem para o primeiro plano o fato de que tais filmes (e todos os outros) estão sujeitos à diversas possibilidades de interpretação, porém, como historiadores de ofício, não devemos apreciá-los enquanto a própria história – ação dos homens no tempo –, mas sim enquanto uma *representação* do passado, que é carregada de sentidos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 154-176.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural francesa – caminhos de investigação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2005, vol. 2 Ano II nº 4, p. 1-17.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. *In*: BARROS, José D'Assunção; NÓVOA, Jorge. **Cinema-História: Teoria e Representações sociais no cinema**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, abr. 1991, p. 173-191.

DARNTON, Robert. A história das mentalidades – o caso do olho errante. *In*: DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 225-255.

DARNTON, Robert. **O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro. Graal, 1986.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença, 1989.

FERRO, Marc. **História e Cinema**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso Companheiro?** 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. *In*: _____. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Octávio. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. *In*: BOLAÑO, Cesar (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: Edusc/Universidade Federal de Sergipe, 1999, p. 29-50.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História – novos objetos**. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976a.

LE GOFF, Jacques. **História – novos problemas**. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976b.

História – novas abordagens. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976c.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão (e outros). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1980.

MORAIS, Julierme. Clio e a Sétima Arte: perspectivas teórico-metodológicas. *In*: MORAIS, Julierme *et al.* (Orgs.). **Reflexões históricas**: Cultura, identidade e relações de poder. São Leopoldo, Goiás: Oikos, UEG, 2014, p. 71-90.

MORAIS, Tais & SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NORITOMI, Roberto Tadeu. **Cinema e política** – resignação e conformismo no cinema brasileiro dos anos 90. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-SP, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAMOS, Alcides Freire. Apontamentos em torno do cinema brasileiro da década de 1990. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/>

RAMOS, Alcides Freire. Cinema e história: do filme como documento à escritura fílmica da História. *In*: PATRIOTA, Rosângela; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). **Política, cultura e movimentos sociais**: contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: EDUFU, 2001, p. 07-26.

RICOEUR, Paul. Explicação/Compreensão. *In*: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 193-245.

REIS FILHO, Daniel Aarão (e outros). **Versões e ficções**: o seqüestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Tradução de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SANTOS, Márcia de Souza. Memórias da ditadura nas telas de cinema: representações fílmicas dos guerrilheiros e da luta armada no período do regime militar brasileiro. **Cadernos CERU**, série 2, vol. 22, nº. 2, dezembro de 2011, p. 57-74.

SCHVARZMAN, Sheila. As encenações da História. **Revista História**, São Paulo, 22 (1), 2003, p. 68-182.

SCHVARZMAN, Sheila. História e historiografia do cinema Brasileiro: objetos do historiador. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. vol. 10, nº.17, jan./jun., 2007, p. 15-40.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. *In*: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. (Orgs.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.127-162.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOBRE A ORGANIZADORA E OS ORGANIZADORES

Michelle dos Santos

Mestre em História e Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de História Contemporânea e orientadora de Estágio Supervisionado na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Integra a linha de pesquisa 1 “Cultura e Relações de Poder” no Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição. Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão, com ênfase nas seguintes áreas do conhecimento: História, Educação e Artes. Atualmente, dedica-se à questão de como histórias são contadas e como acontecimentos são vividos em imagens: TV e cinema, HQ e literatura. Mais especificamente, possui interesse em História Contemporânea, História do Tempo Presente, História do Brasil e Teoria da História. É líder do GPTEC-UEG/CNPq; Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas, desde sua fundação, em 2011.

E-mail: michelle.santos@ueg.br

Júlio Cesar Meira

Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor efetivo - em Regime de Tempo Integral de Dedicção à Docência e à Pesquisa (RTIDP) - da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador Regional do Campus Sul da UEG - Morrinhos (sede), Caldas Novas, Ipameri, Itumbiara e Pires do Rio. Professor titular de História Moderna e Contemporânea na Graduação. Professor do Programa de Mestrado em História da UEG (PPGHIS/UEG). Como pesquisador, filia-se aos pressupostos teóricos da História Social Inglesa, a partir dos quais se interessa pela História Pública e História Urbana (das Cidades). Seus temas de pesquisa incluem os estudos de Memória, Representações Sociais, Progresso, Modernidade, Modernização e Patrimônio Histórico.

E-mail: julio.meira@ueg.br

Tiago de Jesus Vieira

Docente de História Moderna e Contemporânea da Universidade Estadual de Goiás, Campus Oeste, pertencente ao quadro efetivo de professores. Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008), Mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Gros-

so (2012), Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2017). Pertence ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudeste. Pesquisador da Punk Scholars Network Brasil, do Núcleo de Estudos de Cultura e Identidades (NECI) e do Laboratório de Estudos de Memória Patrimônio e Ensino de História (ETRÚRIA). Tem experiência na área de História e Educação atuando principalmente nos seguintes temas: Identidade Punk, Historiografia, Jogos Eletrônicos, Relações de Poder e Memória.

E-mail: tiago.vieira@ueg.br

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Carolina Barbosa Pereira

Doutora em História pela Universidade de Brasília. Realizou estágio pós-doutoral no Department of Art History and Communication Studies/McGill University, em Montreal-Canadá (2021). Docente de Teoria e Metodologia da História dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: ancaiana@yahoo.com.br

Andrey Minin Martin

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: andrey.martin@ufms.br

Carla L. C. Caetano

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela UCDB (Universidade Católica Dom Bosco) e doutoranda, com bolsa Capes, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Blumenau (PPGDR/FURB). Pesquisa temas ligados à juventude e à biopolítica.

E-mail: clccaetano@furb.br

Émile Cardoso Andrade

Mestre e doutora em Literatura pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Estadual de Goiás filiada à linha de pesquisa Literatura e Interculturalidade do POSLLI-UEG.

E-mail: emilecardoso@ueg.br

Julierme Morais

Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Pesquisador do Núcleo de Estudos de História da Arte e da Cultura (NEHAC-UFU, do Grupo de Estudos de História e Imagem (GEHIM-UFU e do Grupo de Pesquisa CineArte (Universidade Anhembi Morumbi - SP).

E-mail: juliermemorais27@gmail.com

Leonardo Brandão

Historiador. Mestre em História pela UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) e Doutor em História pela PUC/SP. Possui estágio de Pós-Doutorado em Estudos do Lazer pelo PPGIEL/UFMG. É professor efetivo da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

E-mail: leobrandao@furb.br

Leonardo Dallacqua de Carvalho

Doutor em História da Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ. Docente na Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: leo.historiafiocruz@gmail.com

Lilian Monteiro de Castro

Mestre e doutoranda em Literatura pela Universidade de Brasília, professora da SEEDF (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal).

E-mail: lilianmonteirodecastro@gmail.com

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

Professor da Eseba/UFU. Pós-doutorando em História pela Unesp/Franca, mestre e doutor em História e Cultura Política pela mesma instituição. É autor do livro "A arquitetura fractal de Antonio Gramsci: história e política nos Cadernos do Cárcere.

E-mail: marcus_oliveira1991@hotmail.com

Murilo Borges Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do Curso de História da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Coordenador do Grupo de Trabalhos Emancipações e Pós-Abolição em Goiás (ANPUH-GO). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Emancipações e Pós-Abolição em Goiás e no Distrito Federal (GEPEP).

E-mail: murilo_borges_silva@ufj.edu.br

Patrícia Figueiredo Aguiar

Doutora em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atua como docente na Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: patriciafigueiredoaguiar@gmail.com

Tadeu Pereira dos Santos

Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia e Pós-Doutor em História pela mesma universidade. Docente efetivo da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail: tadeupopulis@yahoo.com.br

Wander Oliveira

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG); Licenciado em História (UEG); Bacharel em Direito (FAFICH/UNICERRADO).

E-mail: wandermelo77@gmail.com

Vinícius Ferreira Ribeiro

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG).

E-mail: viniciusferreiraribeiro@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

C

capitalismo 12, 56, 59, 60, 61, 63, 67, 106, 235
comunistas 92, 93, 94, 100, 103, 109, 201
conflitos 23, 24, 31, 32, 33, 43, 44, 50, 136, 153, 154, 156, 161, 168, 213, 234, 240, 246
contemporâneo 30, 56, 75, 76, 132, 143, 203, 206
coronelismo 36, 146
crime 14, 111, 114, 117, 135

D

diplomático 23

E

econômica 20, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 63, 153, 234
econômico 21, 23, 40, 45, 49, 51, 58, 63, 174, 234
espaço geográfico 20, 22, 25, 139
espaço natural 21
Estados Nacionais 23, 26
Estados Unidos 21, 78, 84, 199, 233
eurocêntricos 21
Europa Ocidental 21

F

fake 72, 88
femininas 111
financeiro 23, 73, 239, 243
fiscal 23
fronteira 11, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 45, 139
Fronteira 12, 20, 27, 33, 34, 172

G

gênero 13, 14, 81, 86, 111, 112, 128, 129, 156, 157, 192, 196, 202, 207

geográfica 20, 23, 24, 32, 33, 153
geográfico 20, 25, 26, 33
Getúlio Vargas 12, 36, 37, 41, 49, 50
Gramsci 11, 13, 14, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 253
grande sertão 151
guerras 23, 24, 153, 180
Gustavo Barroso 15, 131, 132, 135, 137, 139, 141, 145, 147, 148

H

história 11, 13, 16, 23, 27, 30, 31, 36, 38, 39, 48, 49, 51, 53, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 83, 85, 87, 88, 91, 92, 95, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 133, 149, 151, 155, 173, 174, 175, 186, 188, 190, 192, 193, 194, 196, 197, 202, 204, 205, 206, 207, 211, 219, 223, 234, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253
historiográfico 21, 85, 230

I

inter-relações 22

J

José María Aricó 90, 109
jurídico-policiais 14, 111

L

lugares 11, 20, 31, 51, 59, 63, 79, 124, 157, 200, 213, 214, 215, 216, 219, 225, 226

M

marxismo 14, 92, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105
militar 23, 46, 97, 98, 101, 102, 105, 106, 141, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182,

185, 186, 232, 233, 234, 235, 236, 237,
238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246,
250
mulher 112, 117, 120, 122, 123, 125, 129,
152, 158, 166, 169, 201
mulheres negras 11, 14, 111, 112, 128

N

natureza 21, 23, 30, 82, 88, 111, 197, 200,
221, 222
negacionismo 72
neoliberalismo 11, 12, 55, 56, 58, 59, 63,
67, 70

P

político 13, 20, 23, 33, 37, 38, 40, 42, 44,
45, 46, 49, 50, 56, 63, 74, 81, 90, 92, 93,
96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107,
113, 114, 174, 175, 214, 234, 235, 237,
239, 240, 241, 242, 244, 245, 246
Proclamação da República 36, 37

R

relações 11, 16, 22, 27, 28, 33, 36, 42, 50,
52, 61, 67, 83, 101, 111, 112, 113, 129,
170, 191, 192, 194, 195, 203, 243, 249

relações políticas 36, 50
República Velha 36, 37, 48, 50
revista 73, 74, 92, 93, 94, 97, 98, 102, 103,
108, 187, 190
Revolução Cubana 14, 90, 94, 95, 97

S

social 14, 15, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29,
30, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44,
49, 51, 56, 65, 68, 78, 87, 88, 94, 99, 100,
103, 104, 111, 115, 116, 118, 119, 121,
127, 128, 129, 133, 137, 141, 143, 145,
147, 148, 153, 186, 190, 191, 197, 200,
203, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215,
217, 218, 220, 224, 225, 231, 234, 237,
240, 241, 245, 246

T

territorial 23, 179
tradicional 21, 124, 136

www.PIMENTACULTURAL.com

FAZER HISTÓRIA EM SEUS MÚLTIPLOS CONTEXTOS E ESPACIALIDADES

experiências de pesquisas
contemporâneas sobre teoria e mídias

PPGHIS
PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

